GUSTAVO DE OLIVEIRA COELHO DE SOUZA

DO PROJETADO AO VIVIDO, A CONSTRUÇÃO DO LUGAR.

O meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues

Este exemplar corresponde à redação final da tese defentida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/10/97.

Banca: Arlete Moyses Rodrigues

Profa. Dra. Evelina Dagnino

Profa. Dra. Leila Costa Ferreira

Profa. Dra. Lucia Costa Ferreira

Profa. Dra. Maura Bicudo Pardini Veras

Outubro de 1997

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/Unicamp
So 89 d
V. Ex.
TOMBO BC/ 33163
PROC. 395/98
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 26/03/98
N.º CPD

CM-00108122-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

So 89 d

Souza, Gustavo de Oliveira Coelho de
Do projetado ao vivido, a construção do lugar : o meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais / Gustavo de Oliveira Coelho de Souza . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Arlete Moyses Rodrigues.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Meio ambiente. 2. Habitação popular - São Paulo (SP). 3. Movimentos sociais - São Paulo (SP) . 4. Políticas públicas. I. Rodrigues, Arlete Moyses. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

SUMÁRIO

I - Apresentação 1

II - Introdução 8

1. Conceitos gerais 9
   1.1. O imaginário social 11
   1.2. O desenvolvimento da pesquisa: a modernidade como pano de fundo 18

2. A política da Secretária da Habitação do Município de São Paulo 22
   2.1. Seus aspectos ambientais 22

3. O estudo: a coleta de informações 28

4. Considerações finais 34

Capítulo 1. A modernidade e a crise das ciências sociais: o cotidiano como programa de pesquisa 35

1. Introdução 36

2. A teoria da Modernidade de Habermas 38

3. As contribuições de Giddens para o entendimento da modernidade: modernidade e pós-modernidade: a modernidade radicalizada 49
   3.1. Identidade e confiança: o encontro com o lugar 52

4. História e tempo-espaço pós-modernos 61

5. A modernidade e o progresso: a destruição criativa 65

6. O cotidiano como programa de pesquisa 68
6.1. Três interpretações sobre a pós-modernidade de Henry Lefebvre 74
6.2. O cotidiano e o espaços de celebração de Maffesoli 82
6.3. Agnes Heller: o indivíduo particular e genérico 92

7. Considerações finais 97

Capítulo 2. Uma visita sobre o que o Estado propôs para a questão da habitação 100

1. Introdução 101

2. Os grandes projetos: a habitação popular como máquinas de morar 103
2.1. A constituição do sistema BNH/SFH e da COHAB/SP e a questão do déficit habitacional 104

3. A necessidade de uma política para a habitação popular 122

4. As ações da HABI no período 1988 - 1992: uma nova prática para a política de habitação popular 124

5. A questão ambiental na esfera do sistema: desenvolvimento, tecnologia e meio-ambiente 127

6. A questão ambiental próxima da esfera do mundo vivido: desenvolvimento tecnologia e meio ambiente enquanto processo 134
6.1. O multissetorialismo de uma política para o meio ambiente urbano e o exemplo das ações nos conjuntos habitacionais da HABI 149

Capítulo 3. A construção do lugar: o ambiente vivido nos conjuntos habitacionais 155

1. Introdução: os limites da política: o técnico e o mundo vivido 156

2. O mundo vivido: o que acontece nos conjuntos 149

2.1. O conhecimento da vida nos conjuntos 160
2.2. As caracteristicas do assentamento das áreas investigadas 162
2.2.1. Os assentamentos 162

3. Resultados da pesquisa 169
3.1. O adensamento na moradia 169
3.2. A condição da casa e a satisfação de morar 174
3.3. A participação institucional dos moradores 187
3.4. A satisfação nas novas áreas 206

4. A gestão dos conjuntos e a conquista da vida 213
4.1. A gestão, o político e o privado, e o conjunto como bairro 213

III. Considerações finais 225

1. Introdução 226

2. O projeto enquanto conceito e o projeto enquanto realidade 229

3. O projeto de vida dos moradores e a casa como objetivo 239

4. Os espaços de identidade 245

IV. Bibliografia 251

V. Anexos 268

AGRADECIMENTOS

À Professora Arlete Moyses Rodrigues - amiga cúplice de utopias e sonhos - que, sem sua persistência em me incentivar, não teria iniciado este trabalho. Agradeço também por sua paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

Às professoras Leila e Evelina, às ricas contribuições que me fizeram durante o exame de qualificação.

À professora Maura que me acompanha desde os tempos da graduação e que compartilhou de momentos importantes destes trabalho.

Aos colegas da SEHAB/HABI, e, especial ao Nabil, Hereda, Nelsinho, Ro, Bia e Monica da HABI Central e a Priscilla, Laura e Silvia da HABI Piritupa/Perus. À querida amiga Lu que "reconheci" na HABI e que foi muito importante em momentos dificeis deste processo.

Aos amigos da Peabirú, Natali, Alequinho, Edu, Glauco, Débora e Carlinha, que provam cotidianamente que e existem utopias.

Aos amigos da SEADE que através de suas brincadeiras e conversas ajudaram a repensar várias vezes este trabalho.

E finalmente agradecer a minha querida companheira Ercília, pela paciência nos tempos de minha ausência e cansaço e pelo incentivo e ajuda na redação deste trabalho. E ao Pedro e Thais, razão de tudo.

Resumo

O objeto deste estudo é o de analisar as propostas implementadas pela política de provisão de habitação popular, da Superintendência de Habitação Popular - HABI, da Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, na gestão do Partido dos Trabalhadores (de 1989 a 1992), cuja orientação foi a de introduzir novos conceitos que viessem superar a cultura até então aplicada pelo Estado na edificação destes conjuntos habitacionais.

Como conceitos básicos houve uma atenção aos aspectos que envolviam a melhora da qualidade construtiva das edificações, o respeito às características ambientais dos locais onde iriam ser assentados os conjuntos e a necessidade da implantação de canais de participação popular. A importância destes aspectos é que esta ótica redirecionou a maneira de conceber a produção de habitação de grande escala, que envolviam um conceito fordista, para o respeito às diversidades mediadas tanto pela ação do trabalho dos técnicos que participavam do processo dos projetos, quanto dos futuros moradores, que deixaram de ser entendidos simplesmente como mutuários.

Como resultado da análise observou-se que para os técnicos o projeto e a edificação dos conjuntos habitacionais representava a concretização daquilo que a política anunciou e da qual era o interlocutor. Em sua concepção estes conjuntos deveriam garantir tudo aquilo que a realidade não pôde proporcionar às pessoas, quanto à necessidade de morar, ou seja, deveriam garantir uma melhora em sua qualidade de vida, a partir de uma melhoria das qualidades arquitetônicas e urbanísticas e de respeito ao meio ambiente. Estes processos verificados no ato de pensar e na realização do projeto estão envolvidos pelos paradigmas da modernidade, pois o futuro é determinado, é traçado pelos desejos e lógicas estabelecidas no presente, por esse motivo o futuro esvazia-se. A realidade constatada nos conjuntos habitacionais analisados, produzidos pela Superintendência de Habitação Popular, é que este vazio produzido por um futuro que é previsto, ou previamente concebido, é preenchido pelas utopias renovadas que estão presentes na memória de luta pela casa, na construção da casa "real". Neste sentido, o conjunto habitacional não é utopia, mas a metáfora da cidade naquilo que ela deveria ser no ideal. É na sua concretude que os moradores constroem o projeto - metáfora da cidade ideal -, para viabilizar sua utopias tanto naquilo em que os projetos não deram conta de responder, quanto na continuidade do processo de concretização de uma utopia anterior, mediada pela memória da luta de conquista de suas casas.

APRESENTAÇÃO

I. APRESENTAÇÃO

O presente projeto de pesquisa surgiu como continuidade de um processo de vida que alia nossas atividades como profissional e o desenvolvimento acadêmico. A dupla formação em Ciências Sociais e Geografia, permitiu que as abordagens sobre estas atividades que realizamos possuíssem um caráter que aproximava os dados da natureza aos dados sociais. Tanto o trabalho que realizamos no mestrado (no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), quanto os realizados como profissional na Prefeitura do Município de São Paulo, empresas de consultoria e na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo SMA; além das atividades como professor de geografia, possuíram e possuem a preocupação, em maior ou menor intensidade, de analisar os fenômenos estudados, tendo como referência as relações do homem com a natureza.

Estas experiências permitiram amadurecer um entendimento, que pode ser considerado com pragmático, sobre o que era realizar uma análise do o meio ambiente a partir de uma situação objetiva. Ou seja, lentamente fomos deixando de realizar uma leitura "naturalista" do meio ambiente, como algo que ficasse à parte dos fenômenos que permeiam a realidade, para desenvolver estudos que possuíssem um caráter mais totalizante. Consideramos, neste sentido, a análise ambiental como um relevante instrumento de trabalho para investigarmos os diversos nuances da vida social e de suas relações com os demais aspectos da realidade.

Salientamos que, o fato de maior destaque que contribuiu para o desenvolvimento de uma pesquisa neste tema foi a "descoberta" da total falta de metodologias próprias para analisar os efeitos das intervenções dentro de uma perspectiva ampla. A não compreensão da essência dos fenômenos produzidos, possibilita erros nos diagnósticos das características dos impactos gerados e, portanto, permite erros nas ações de mitigação ou eliminação dos impactos. Esta situação agrava-se quando se observa que muito desses fatos ocorrem sobre os fenômenos sociais, que, por sua vez, implicam em profundas alterações das estruturas das relações sociais. A questão ambiental, portanto, deve ser deslocada de uma interpretação que privilegia o ambiente como pertencente a um universo que é mensurado dentro de uma ótica de custo/benefício (quantificação de perdas versus supostos ganhos - ambientais e econômicos), para ser colocada dentro de um outro universo oposto, onde o meio ambiente é construído de relações sociais (parafraseando Edward Soja quando se

refere a Henry Lefebvre[1], num entendimento onde há uma relação dialética entre as "relações ambientais" e as relações sociais). Este é o mote estruturador que deve orientar a elaboração das análises que procuram entender o homem e o mundo em que vive.

Nossas experiências profissionais, portanto, incitaram a um amadurecimento do significado da existência de um correlacionamento entre a questão ambiental e as relações sociais. Porém, esta simples correlação mostra apenas como a questão ambiental se dá em uma dimensão que poderíamos considerar como generalizada, porque envolve, por exemplo, as estruturas sociais, de parentesco, ou econômicas. Um outro aspecto de extrema relevância para uma abordagem mais dinâmica da questão ambiental, surgiu de nossa experiência em trabalhos de assessoria à movimentos populares - em especial de moradia - que iniciou em fins dos 70. Este trabalho, que foi objeto de nossa dissertação de mestrado, despertou-nos para a importância que as relações cotidianas possuem tanto na estruturação da vida nestes movimentos, quanto para o entendimento de uma outra dimensão da questão ambiental, que está próxima do mundo vivido pelas pessoas.

O acompanhamento de processos organizados de ocupações de terras nas, zonas Sul e Leste, da cidade de São Paulo e de seus desdobramentos por um período de cinco anos, mostrou a relevância que possuem as relações cotidianas entre os moradores nos momentos de fortalecimento e enfraquecimento da organização do grupo. Problemas mal resolvidos de conflitos de vizinhança como: do barulho, do pequeno comércio, do adensamento da área provocada pela subdivisão dos lotes, da deposição do lixo e do esgoto de vizinhos que correm à céu aberto[2], foram alguns exemplos de fatos que representaram uma paralização para esta organização.

O que estava colocado, portanto, é que a questão ambiental deveria abrigar uma estratégia de abordagem que desse dar conta tanto dos aspectos caracteristicamente

---

[1] Soja, 1993: 97.

[2] Existem vários exemplos da vinculação entre o cotidiano explícitas nas relações de vizinhança e questões que são tipicamente ambientais, como foi o caso da deposição de lixo na porta da casa ao lado, ou do esgoto do morador da casa de trás ou de cima (quando o lote é subdividido) que corre para a casa da frente ou de baixo. Mas o exemplo mais evidente desta vinculação deu-se na área ocupada Serra Pelada no Parque Regina - zona Sul da cidade de São Paulo. O local da ocupação caracteriza-se por ser uma meia encosta íngreme cercada por ruas, que significou que tantos os lotes lindeiros da rua superior, quanto os da inferior fossem ocupados. Os problemas começaram a se dar quando os moradores dos terrenos da rua inferior, para aumentar seus lotes escavaram o fundo dos terrenos, passando a ameaçar de desabamento as casas assentadas nos terrenos superiores. Estes procedimentos, além de estabelecerem um risco de vida para os moradores, acabaram por gerar conflitos entre estes moradores, que desestruturou toda a sua organização. (ver Souza, 1991)

gerais, vinculados às grandes estruturas sociais, quanto daqueles que se dão na escala cotidiana do mundo vivido pelas pessoas. Na verdade, o que tal concepção da questão ambiental trouxe à tona, é que o meio ambiente é antes de mais nada um recurso, que satistaz uma gama enorme de necessidades das pessoas, de forma individual e coletivamente. Neste sentido, a grande riqueza da análise ambiental reside justamente no fato de colocar à baila as mais diversas formas de necessidade e interesse dos agentes envolvidos.

Um outro aspecto também vinculado a esta concepção de que, as relações ambientais e as relações sociais se articulam dialeticamente, está no fato de que o espaço, enquanto recurso, é um dos elementos que estruturam estas relações. Duas características apontam para isto. A primeira é a existência do caráter dialético entre as relações sociais e as relações espaciais, anunciadas por Henry Lefebvre[3], onde estas relações sociais vão se dar devido a, e por, uma determinada relação espacial. A segunda é que vai ser no espaço que as pessoas despertarão para o sentimento de pertencimento. Isto significa a construção de um processo e vínculo com determinado território, ou seja, com um lugar. A construção de relações de vínculos ao espaço - a construção do lugar - está pressupondo uma ampla gama de outras relações que se dão na vida cotidiana e que estão espacialmente definidas. Portanto, uma abordagem ambiental deve ter como preocupação entender esta dimensão do espaço como recurso, não apenas no sentido de ser o *locus* aonde se dão os diversos processos sociais e econômicos, mas também entendê-lo como elemento dinamizador das relações sociais. A dialética das relações sociais/relações espaciais e os espaços de pertencimento, constituem-se, portanto, como base das análises ambientais.

O amadurecimento desta concepção da dinâmica que possui o espaço nos estudos ambientais, surgiu naqueles estudos que acompanharam os processos de ocupação de terras na cidade de São Paulo. A questão ambiental de alguma forma sempre permeou as relações cotidianas entre as famílias. Colocava-se como "pano de fundo" nos processos ali ocorridos da constituição entre os moradores, de um vínculo com aqueles lugares através da necesidade de morar. Naqueles casos, o sentido de pertencimento (este é o meu lugar) surge da luta pela conquista da terra. Foi a construção deste sentido de pertencimento, que ocorreu algumas vezes coletivamente e por outras individualmente, que mediou positivamente ou negativamente os conflitos dados no cotidiano e, consequentemente, implusionaram ou não a organização do grupo. De alguma forma as experiências vivenciadas de pertencimento àqueles

[3] Citado por Soja, 1993: 97.

lugares possibilitou a construção de relações de compromisso com estes lugares e com as pessoas que também lá moravam.

Este caráter, do sentido de pertencimento vinculado ao espaço e consequentemente ao ambiente vivido, ficou-nos ainda mais claro nos estudos ambientais do projeto básico da hidrelética de Bocaina (CEMIG), no rio Paranaíba, na divisa dos estados de Minas Gerais de e Goiás. As conclusões do estudo mostram que, as mais relevantes perdas eram aquelas que diziam respeito aos possíveis rompimentos da "expressão espacial" da vida cotidiana das pessoas. Ou seja, os elementos referenciais espaciais é que davam à pessoas o sentido de pertencimento. No caso, estudado onde a estrutura econômica era basicamente familiar, a perda da produção era vista mais como uma perda de tais referências espaciais do que propriamente financeira. Locais de referências, as corruptelas, o rio, se apresentavam como insubstituíveis no processo de relocação e reassentamento das famílias e capazes de gerar fortes resistências à construção da hidrelétrica.

O mundo vivido passou claramente a possuir uma expressão espacial, que ultrapassava o próprio conceito de espaço como expressão pura das relações sociais, como por exemplo, é o interpretado pela geografia marxista ortodoxa[4], pois esta ainda delega às estruturas econômicas e à teoria social da história uma hegemonia que impede a observação destas outras características da realidade, que estão próximas das relações cotidianas. A proposta de uma interpretação da realidade, a partir de uma dialética entre as relações sociais e as relações espaciais, permitiu a observação desta expressão espacial, como dinamizadora das relações sociais.

Estas reflexões enriqueceram-se com as atividades profissionais na Superintendência de Habitação Popular - HABI -, da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo, na gestão 1989/92; e com a assessoria dada ao Programa Guarapiranga, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA. No caso da HABI, isto ocorreu a partir das ações para a implantação de conjuntos habitacionais que pressupunham a superação dos conceitos tradicionais que consideravam a habitação popular de modo massificante e sem qualidade, para a implementação de uma outra que se baseasse em critérios de qualidade construtiva e respeito às características ambientais dos locais onde iriam implantar-se. No caso da SMA, este enriquecimento deu-se com a implantação de programas de saneamento

[4] Para este tema ver em Berníé-Boissard (capítulo 1, item 5.2.) discussão sobre a tradição marxista e as geografias pós-modernas de David Harvey e Edward Soja.

ambiental na Bacia Hidrográfica da Represa do Guarapiranga, cujo objetivo principal de intervenção era o de procurar adequar as habitações, principalmente as populares devido à falta de infra-estrutura, à situação de assentamento em áreas de proteção de mananciais, obrigando a que se repensasse o significado da questão ambiental para a provisão de habitação popular.

Portanto, é a partir das constatações de que grande parte dos elementos que dinamizam as sociedades se dão pela dialética das relações espaciais/relações sociais, e o que media as relações espaciais é o meio ambiente, a questão ambiental, como o é a espacial, se tornou de extrema relevância nas análises sobre a habitação e suas políticas.A experiência de implementação de uma proposta de política habitacional sugerida pela HABI, norteada por critérios de qualidade urbanísitica, arquitetônica e ambiental, suscitou a idéia da realização de uma análise de como a implementação desta política se deu na prática.

Assim, tendo o meio ambiente e o desenvolvimento urbano como norteadores dessa proposta de análise, a investigação teria como preocupação observar não apenas os elementos "tradicionais" vinculados à questão ambiental (a topografia as estruturas geológica/geotecnicas, a cobertura vegetal, a fauna e as atividades econômicas) dos conjuntos habitacionais edificados pela Superintendência, mas ir além e compreender como se deram, ou não, o sentido de lugar (a expressão de territorialidade definida espacialmente) pelos moradores.

A relevância de tal pesquisa ocorre pela gravidade como se coloca a questão da produção da habitações populares no Brasil e em particular em São Paulo. Sendo preferencialmente uma questão social, a habitação, como os demais temas sociais, sempre foram tratados como paliativos em momentos críticos devido à pressões da demanda, ou como instrumento de propaganda (como foi o caso do programa de desfavelamento da administração Jânio Quadros - 1986/88 - e do recente Projeto Cingapura implementado pela gestão Paulo Maluf, ambos na Prefeitura de São Paulo). Aliada a esta "política" habitacional popular e a um verdadeiro *laissez faire* urbano, está a concepção de que a construção de conjuntos habitacionais populares deve obedecer a uma lógica industrial, ou seja, à lógica da produção seriada fordista. Esta concepção pautou-se no conceito de "máquina de morar da vida moderna" desenvolvida por Le Cobusier, onde a padronização dos partidos urbanísticos e arquitetônicos impõem ao espaço uma paisagem monótona e impessoal. A padronização espacial levada a um extremo e conjugada com uma péssima qualidade

dos materiais de construção e um despreparo da população para o convívio em condomínios, caracteriza-se como o fracasso da política habitacional popular. É sobre estas características que a política proposta pela Superintendência de Habitação Popular (HABI) se propôs a alterar, inaugurando o que pode ser uma "nova política" para este setor. E é nela que deteremos o nosso "olhar".

INTRODUÇÃO

II INTRODUÇÃO

1. Considerações gerais

O objeto deste estudo é analisar a proposta da política de produção de habitação popular da Superintendência de Habitação Popular - HABI, da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo- SEHAB, no período de 1989 a 1992, cuja orientação era a de buscar redefinir a cultura até então implementada pelo Estado na edificação de conjuntos habitacionais populares, que vinham reproduzindo um modelo de urbanização que desprezava seus aspectos construtivos, as questões ambientais neles envolvidas e a participação da população que lá iria morar. A hipótese deste estudo considera que, a partir destas alterações ocorridas, também haveria entre os moradores condições para a superação da situação de "não vínculo", ou de vínculos precários, comuns neste tipo de conjunto, entre eles e os novos espaços de moradia,.

A questão colocada é que a SEHAB, ao inaugurar um novo conceito para a produção dos conjuntos habitacionais populares para o município de São Paulo, rompendo com a cultura tradicional do "tipo COHAB"[1] até então em vigor, deveria incluir no escopo de seus projetos, ações que pudessem concretizar o estabelecimento destes vínculos. A importância deste aspecto é que, ao nosso ver, não bastaria apenas uma nova ótica para os seus elementos construtivos, mas que a edificação do lugar de moradia deveria respeitar as vontades do moradores, e que estariam expressas espacialmente. Uma forma para que isto viesse a acontecer, estaria no envolvimento dos futuros moradores no processo de projeto dos conjuntos, que estava prevista na política de participação popular. Esta postura estaria aliada a um trabalho de pós-ocupação, que ao preparar os moradores para a nova situação de residência em condomínios, poderia encaminhá-los para o estabelecimento de relações de não estranhamento com a nova situação.

A premissa para que este processo viesse a ocorrer, era o respeito que tal política dava à questão ambiental, ou seja, a atenção dada à alocação dos conjuntos, à definição do partido urbanístico e às tipologias das unidades habitacionais com relação a topografia e a inserção da população neste processo. A idéia de respeito ao meio ambiente natural, remetia a uma outra vinculada ao meio ambiente construído, ou seja, que tais projetos,

[1] O termo "tipo COHAB" é utilizado quando nos referimos aos conjuntos habitacionais populares edificados segundo uma ótica industrial fordista, nas franjas da cidade, o que, de um lado, dá à sua paisagem um caráter de monotonia e de impessoalidade na relação entre os moradores e a moradia e, de outro, obriga ao longo deslocamento diário para o seu acesso. Ver São Paulo, Município: 1990b: 4; 1991a:9 e 15; 1991b: 15; Veras: 1980.

também incorporassem elementos arquitetônicos, tanto no todo do conjunto, quanto nas unidades habitacionais, que os identificassem do restante do tecido urbano. Isto porque o lugar de moradia, enquanto edificação, deveria ganhar destaque, ser identificável em relação ao entorno de onde estes estariam assentados, sem contudo romper com a organicidade do tecido urbano, não se tratando de enclaves.

Se tais projetos incorporavam estas concepções com uma nova idéia de respeitabilidade às características dos terrenos e com os ambientes construídos nos conjuntos, ela se completaria com a destinação no espaço interno, através dos partidos urbanísticos, de elementos que para os moradores lhes representassem lugares de referência, servindo-lhes como locais de identidade. A incorporação desta idéia traria um grande avanço, não só nas concepções de produção de moradia do ponto de vista arquitetônico, mas também do ponto de vista ambiental. O meio ambiente deixaria de ser visto como algo vinculado estritamente à relação edificado/natureza (o terreno, a isolação, a areação), para fazer parte da construção cotidiana das pessoas. É justamente este ponto que pretende-se avaliar ao analisar os resultados da política habitacional da Superintendência de Habitação Popular, quanto a possibilidade da constituição dos espaços de identidade, que viabilizaria para os moradores o estabelecimento de vínculos com os conjuntos - a construção do lugar de morar - dentro de um contexto que colocava em destaque a necessidade de observância dos aspectos ambientais. Coloca-se, neste sentido, a discussão ambiental na relação cotidiana das pessoas, pois esta identidade com o espaço está posta num processo.

O que está proposto, portanto, é que a possibilidade da incorporação desta nova concepção aos projetos não viriam autonomamente, mas sim junto com as concepções de meio ambiente que se incorporavam com a inauguração desta nova cultura para a produção habitacional.

Cabe ressaltar que a questão ambiental era tida como um ponto relevante da política da Secretaria da Habitação, não só para a produção de moradias, mas também para a recuperação de loteamentos irregulares e para a preservação dos mananciais, pois ao alterar a característica massante da construção dos conjuntos populares, deveria-se também respeitar, de um lado, as características do meio ambiente local aonde eles iriam ser construídos e, de outro, melhorar em muito a qualidade construtiva das unidades habitacionais. Assim, tanto o partido urbanístico (o desenho urbano) quanto a tipologia das moradias (o desenho da casa), incorporavam a idéia ambiental. No primeiro caso, da vinculação do desenho urbano à topografia e no segundo a garantia do uso de materiais de construção de boa qualidade e da vinculação do desenho da

casa a este desenho urbano, garantindo a salubridade da moradia. O que estava colocado, neste sentido, era uma relação entre o meio ambiente e o respeito à vida dos moradores com a melhoria de sua qualidade.

Esperava-se, então, que ao se privilegiar a qualidade construtiva dos conjuntos, os projetos pudessem, de alguma forma, permitir tanto a construção da identidade dos futuros moradores nos conjuntos, quanto respeito à sua dinâmica ambiental.

1.1. O imaginário social

Ao privilegiar uma análise que pretendia compreender as formas com que os moradores construíram, ou não, relações de vínculo com os novos lugares de morar, o olhar concentrou-se sobre as relações cotidianas das pessoas nos conjuntos e sobre o imaginário social de suas relações com estes novos espaços e com o conceito de meio-ambiente. Esta situação recolocou o encaminhamento da análise, pois não bastaria o simples entendimento de quais os pontos que comprometeram, ou não, o sucesso da nova política habitacional, quanto ao fato dela possibilitar a construção de vínculos dos moradores com este novo espaço de moradia. Tornou-se necessário, também, o entendimento de como esta nova cultura política foi pensada para cada um dos agentes dela participante, ou seja, da SEHAB, enquanto instituição; dos técnicos que implantaram e executaram a proposta, e da população que dela usufrui. A questão não estava mais centrada na avaliação do sucesso da política em si, mas sim de como se deu a relação entre ela e estes agentes envolvidos, a partir de uma ótica que privilegia o imaginário social (preferencialmente dos moradores) e suas matrizes discursivas. Este procedimento possibilitou o rompimento com juízos de valor sobre as posições daqueles que pensaram, dos que executaram e dos que usufruíram desta política. Assim, se para os que implemantaram a política o essencial era a garantia das qualidades construtiva e ambiental do conjunto e da unidade habitacional (via o conceito de melhoria da qualidade de vida), para os moradores o importante, pensando numa relação de ganho com a nova situação de moradia, é a conquista da casa aliada à sua localização. Cada qual, portanto, com a sua ótica.

Neste ponto, avaliamos que na essência, o que está em jogo é o entendimento das matrizes discursivas na qual se apoiava a política, os técnicos e a população, quanto o que é morar bem, dentro de um universo que propõe questões sobre como os indivíduos se vêem neste mundo. Chegamos assim a uma avaliação sobre a hipótese inicial, ou seja, percebemos que não bastava analisar como e o por quê construiu-se, ou não, a

possibilidade para que os moradores estabelecessem relações de identidade com o lugar de morar, mas sim entender também o que é este lugar de morar para este agentes e quais as suas concepções sobre ele. O caminho para esta compreensão foi o de analisar as suas falas sobre este assunto, ou seja, onde fundamentam-se os seus discursos e qual a sua origem.

Aqui é importante apresentar o que entendemos por matrizes discursivas e para tanto utilizaremos os conceitos estabelecidos por Eder Sader (1988). Para ele:

> "As matrizes discursivas devem ser entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência e determinados valores e objetivos. Mas não são simples idéias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas."[2]

Ele coloca que os sujeitos envolvidos em movimentos da sociedade que fogem das relações do cotidiano e mais especificamente no interior das lutas sociais, elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Esta elaboração é feita sobre matrizes discursivas já constituídas, que pertecem a própria cultura instituida, que se reproduz através de uma pluralidade de agências sociais. Há assim, uma reelaboração dos sentidos expressos na matrizes de onde "extraem modalidades de nomeações do vivido"[3]; e onde se estabecem novos significados atribuídos às suas condições de vida. Assim:

> "estes novos sentidos constituem-se em reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade".[4]

É neste sentido que colocamos a questão das matrizes discursivas quando analisamos as falas dos agentes que participam das políticas da SEHAB, ou seja, que tanto aqueles que propuzeram a política, quanto aqueles as quais ela foi direcionada, possuíam referências já instituídas sobres as suas falas, que foram reelaboradas nos processos que se deram no desenrolar desta política.

---

[2] Sader, 1988: 143
[3] Op cit: 142
[4] Ibidem: 142

O fato particular do estudo aqui realizado é que, diversamente do trabalho de Sader já citado, quando analisa o surgimento dos novos movimentos populares, os dois principais agentes envolvidos na implantação da política da SEHAB/HABI (aqueles que propuzeram e implementaram a política e os movimentos de moradia), também partiram de referências únicas de matrizes discursivas, quando vistas do ponto de vista político. Ou seja, tanto aqueles que assumiram cargos de confiança na Secretaria da Habitação após a vitória do Partido dos Trabalhadores, quanto os membros dos movimentos de moradia (demanda prioritária da Secretaria), tinham suas culturas políticas fundadas em um momento e espaços únicos.

Eder Sader nos lembra que, a partir da 2ª metade da década dos setenta, há uma redefinição dos papéis e consequentemente das posturas dos movimentos populares da Região Metropolitana de São Paulo. Esta transformação está fundada na formulação de novas concepções de três agências sociais: a igreja católica, os movimentos de esquerda e os sindicatos. Para o autor cada uma destas três agências cumpria um papel na sociedade, que foi sendo construído e reconstruído a partir das relações entre elas (agências e sociedade). Assim cada agência possuía uma matriz discursiva nas quais se fundamentavam e que as identificavam das demais. O motivo da definição da igreja, dos movimentos de esquerda e dos sindicatos como sendo as instituições que amalgamaram a possibilidade de novos movimentos populares urbanos, está no fato delas terem sido obrigadas a repensar as matrizes nas quais fundamentaram-se. Ou seja, uma crise institucional de seus papéis sociais obrigou a que elas retificassem para daí ratificassem suas inserções sociais e portanto, do discurso e prática que exerciam. Não é intenção aprofundar este debate já bastante conhecido. Mas o fato é que tanto os novos movimentos de moradia, quanto os militantes do Partido dos Trabalhadores compartilharam deste processo de recolocação dos papéis dos movimentos populares e dos movimentos de esquerda.

O que queremos deixar claro é que as matrizes discursivas institucionais onde fundamentaram-se tanto os movimentos de moradia como o PT, têm a mesma origem do ponto de vista político e permanecem as mesmas até o início da gestão petista. Colocamos até início, porque quando redefiniu-se a cultura sobre a provisão de moradias populares, redefiniu-se parte da matriz discursiva dos militantes do partido que estavam no governo, o aconteceu de forma diferente, com os militantes das bases do partido (ou daqueles que não estavam na administração), e com seus representantes no Poder Legislativo.

Esta é, a nosso entender, uma das razões da existência do distanciamento entre o que se pretendia com a política e o que efetivamente ocorreu.

Um exemplo pode ser dado. Quando analisamos em quais bases fundamentou-se a matriz discursiva que norteou as políticas da SEHAB, dois pontos devem ser observados: O primeiro, é que as propostas do PT originaram-se no momento de reestruturação das lutas sociais apontadas por Sader, em meados nos anos setenta. O segundo é que deve ficar claro que esta política insere-se no quadro do programa de governo da Partido dos Trabalhadores e, portanto, sua matriz estava estruturada nos discursos e propostas que o partido possuía naquele momento para a questão habitacional. Ou seja, sua base está alicerçada sobre busca de uma nova cultura política, de participação popular, de debates democráticos sobre a conduta das militâncias políticas, de uma busca constante para a conquista da cidadania e de uma universalização do campo das lutas sociais, que saiu das fábricas e ganhou os mais diversos espaços na sociedade, sendo o próprio PT fruto desta universalização.

Na questão específica da habitação (no campo das lutas sociais), o direito à moradia compunha o universo de ganhos que deveriam propiciar aos moradores da cidade a conquista pelo direito à cidade[5]. Foi esta vinculação entre a aquisição da casa e o direito à cidade que centrou a base da matriz da política, da SEHAB. Na ótica da dinâmica de "funcionamento" da política a participação popular apareceu como o eixo central, complementando a totalidade do discurso. A casa e todos os aspectos que envolveram as políticas de habitação e as suas interfaces com a administração do município, como um caminho para a conquista da cidade a partir de um processo concreto de participação popular, fundou assim o que foi uma das base da matriz discursiva da SEHAB, do pondo de vista político. Os demais itens que compuseram o escopo da política, ou aquilo que viria a se constituir uma nova cultura política para a Secretaria, complementaram a estrutura da matriz discursiva da política para habitação popular da SEHAB, como a necessidade de uma alteração dos padrões construtivos das unidades habitacionais, a necessidade da incorporação da questão ambiental, da recuperação dos loteamentos clandestinos, da fixação dos favelados nas áreas em que moravam através da urbanização e verticalização de favelas, a construção de casa pelo sistema de mutirões por auto-gestão e de uma ação coordenada de eliminação de áreas de riscos geotécnicos.

---

[5] Um das grandes pautas do plano de governo do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, foi o do reconhecimento da "cidade real" em detrimento à única atenção dada a cidade legal de outras administrações. Entre os reconhecimentos desta cidade real no âmbito da habitação, destacam-se os cortiços, os loteamentos irregulares e o direito ao acesso à moradia através de programas alternativos à aqueles vinculados ao modelo desenvolvido pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Quanto aos movimentos de moradia, sua matriz discursiva origina-se das alterações ocorridas no seio dos movimentos populares. Uma das principais reivindicações dos grupos populares que compuseram a base dos movimentos, era o da conquista da moradia, já que a maioria dos trabalhadores estava excluída dos programas governamentais de provisão de moradias. A luta pela casa não limitou-se a ser apenas mais um dos pontos que compunham a pauta de reivindicações desses movimentos populares, mas foi uma das mais fortes de suas manifestações práticas. Sem alternativas para o atendimento às suas reivindicações, foram numerosos os casos de ocupações organizadas de terra para moradia por toda a cidade. Esta estratégia funcionou como alternativa última, pois as lideranças dos movimentos de moradia sabiam que a solução para a questão deveria passar pela construção de uma política pública específica para a provisão de habitação popular. Sem dúvida, os movimentos de moradia foram os mais articulados dos movimentos populares inseridos no cotidiano da cidade até fins dos anos 80.

Esta solução que deveria se dar a partir de uma política pública, colocou para os movimentos o desafio que seria o de respeitar um procedimento democrático tanto da participação de seus membros nas entidades que os representavam, quanto destas entidades entre si. Este fato é importante, porque uma das bases do discurso dos movimentos era que a conquista da casa deveria se dar dentro de um processo democrático em seu interior e que este seria um caminho legítimo para a conquista da cidadania desta parcela excluída da população. Assim como no caso da SEHAB, não por acaso, a base da matriz discursiva política dos movimentos de moradia, a partir por exemplo, da União do Movimentos de Moradia de São Paulo, estava pautada nas conquistas da democracia e da cidadania, embora parecesse que era apenas a da citadaneidade (para obter os direitor citadinos).

No desenrolar da efetivação dos programas da SEHAB, tanto o sentido da democracia quanto da cidadania e da participação parecem terem deixado de serem os mesmos para a administração e os movimentos. Houve uma verdadeira "Torre de Babel" por toda a administração, onde as suas falas não foram "aceitas" nem pelas bases do partido, nem pelos movimentos de moradia e nem pelos representantes do PT na Câmara Municipal. Dois exemplos serão dados: o primeiro refere-se ao debate sobre o "lay-out" da logomarca da Prefeitura proposta pelo Poder Executivo. A proposta do Executivo é que a logomarca deveria vir escrita com os dizeres "São Paulo para todos". Representantes do PT na Câmara Municipal protestaram, pois aquela era uma administração dos trabalhores e, portanto, os dizeres deveriam ser "São Paulo para os

trabalhadores". Esta discussão coloca em dúvida o sentido de democracia daqueles que protestaram, visto que uma administração pública, eleita democraticamente, (representando sim um pensamento e uma posição política específica da sociedade) não pode ser para um ou outro segmento da sociedade, mas para a sociedade toda. A administração inverteu prioridades sim e isto ela deveria fazer respeitando o seu ideário político. Mas o problema é que esta concepção de privilégio acabou por deslocar também o sentido de democracia entre os movimentos de moradia (e aqui o segundo exemplo). Em seus discursos cotidianos, quando se debatia a indicação de quais deveriam ser os movimentos e dentre estes quais seriam os grupos que participariam dos projetos elaborados da HABI, alguns desses movimentos de moradia apontavam para a necessidade do estabelecimento de uma hegemonia na região, mesmo que esta fosse contra outros grupos do próprio PT. Não se questiona o ponto de vista político de tais grupos, a sua opção política, mas sim a estratégia para a conquista de seus objetivos, pois estes movimentos acreditavam que a administração era o instrumento para a conquista de tal hegemonia. Isto ocorreu de forma clara com o movimento dos Trabalhores Sem Terra da Zona Oeste no "racha" que ocorreu em seu interior e na forma que este estabeleceu sua relação com a SEHAB/HABI, pois o grupo dissidente, denominado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste II, optou por se aliar com movimentos de moradia independentes da região do Parque Anhanguera e Morro Doce, a comprar glebas e nelas edificar as moradias por auto construção - por eles chamada de "mutirão espotâneo". No caso das relações com a HABI, este "racha" refeltiu-se, por exemplo, na forma como disputou-se a distribuição dos lotes do conjunto Recanto dos Humildes, quando ficou estabelecida uma territorialidade explicita, onde um e outro movimento não se misturavam e até dispuraram sobre a eficiência de sua opções das formas de construção: o mutirão "tradicional" e o "espontâneo". Politicamente foram casos como este que acabaram por estabelecer os distanciamentos entre o que a política pretendia e o que aconteceu. Mas houve um outro aspecto e este um pouco mais claro, na estrutura das matrizes discursivas que podem ajudar a explicar este distanciamento, que permeiam as concepções técnicas que envolvem a questão da moradia.

Do ponto de vista dos formuladores da política, a fundamentação do discurso está calcada numa lógica técnica, ou seja, na eficiência, na ciência, na conjugação entre o desenho arquitetônico enquanto concepção de uma idéia e o cálculo da engenharia como instrumento de sua execução. Uma racionalidade da produção habitacional deveria ser obedecida, pois é esta racionalidade que permitiria, e permitiu efetivamente, o rompimento com um modelo de projeto de moradia popular massificante. Assim quando a nova cultura para a provisão de moradias é pensada, ela o é dentro de uma

racionalidade técnica, fundada em um arsenal de instrumentos que a viabilizam, inclusive porque ao se abandonar os padrões massificantes de moradia, os elementos arquitetônicos que darão as características inovadoras a estes conjuntos se utilizarão de instrumentos mais sofisticados que os usados anteriormente. A racionalidade é, portanto, a base do imaginário técnico que, em suma, representa o ideário central da modernidade.

Já o discurso dos moradores, baseia-se na vida vivida, no cotidiano, nas experiências de vida que se desenvolvem no limite da necessidade, ou que se desenvolvem, enfim, no limite - tudo aquilo a que a modernidade não respondeu e que está em sua "periferia", em sua orla. Estas duas "formas de enxergar" o morar foi o que estabeleceu a distância, ou o deslocamento, entre o que se deseja da política e de sua implantação e o que realmente aconteceu, sob esta ótica do substrato técnico do discurso.

A discussão da modernidade nos parece fundamental neste sentido, pois ela nos remete imediatamente ao cotidiano. Se a modernidade é tudo aquilo que liberta (dá a luz), é ao mesmo tempo tudo que torna homogêneo, que mensura o tempo e o espaço da vida social; que assegura a repetição pelo tempo cíclico. Este é o cotidiano, o resíduo da modernidade, resíduo daquilo tudo que é numerado, contado, medido, é o "lugar das conquistas das criações, das vitórias (...) ; onde as pessoas nascem, vivem, morrem. Vivem bem ou mal. No cotidiano ganham ou não ganham sua vida, em sentido duplo: não sobreviver ou sobreviver, sobreviver tão somente ou viver plenamente. Aonde se goza ou se sofre é no cotidiano. Aqui. E agora[6] . A modernidade vela a cotidianidade, a ilumina e a oculta, são assim, como coloca o mesmo autor, as duas faces do espírito do tempo.

> "Ao cotidiano, conjunto do insignificante (unidos entre sí pelo conceito), responde e corresponde o moderno, conjunto de signos pelos quais esta sociedade se distingue, se justifica, e que forma parte de sua ideologia."[7]

Após estas reflexões sobre nossa hipótese inicial, ficou carente de sentido uma análise que partisse de um único ponto de vista, de um único olhar sobre o problema. Seria simplista uma análise que partisse de uma "avaliação" do sucesso da implantação dos conjuntos habitacionais que traziam em seus projetos alterações profundas na cultura de sua produção, no que diz respeito à resposta sobre como atender às demandas dos moradores quanto a necessidade de criação de espaços de identidade. Na verdade

---

[6] Lefebvre., 1972: 32.
[7] Op. cit.:36

tanto aqueles que pensaram a política, quanto os que a executaram e os que dela usufruíram, respaldaram suas visões sobre os conjuntos a partir de pontos diferentes, não sendo adequado, portanto, um olhar único sobre estas relações estabelecidas, pois poderia-se correr o risco do estabelecimento de juízos de valor sobre cada uma das realidades (dos agentes) colocadas.

Isto constatado, e tendo com pressuposto que os discursos da política e dos técnicos que a aplicaram reflete, ou é produto enquanto significado da modernidade e a obra, o conjunto, o seu significante, e que o discurso dos moradores constroe-se no cotidiano, optou-se por uma análise sobre a pós-ocupação dos conjuntos, centrada nesses moradores, ou seja, como eles se vêem nesta nova situação de moradia, tendo como pano de fundo uma situação de melhora da sua condição de vida, ou não. Esta opção pelos moradores, deve-se ao fato de, na verdade, serem eles aqueles que estabelecem as mais constantes relações (de vínculo, ou não), com estes conjuntos habitacionais - o cotidiano -, porque a política sendo pautada na técnica pode ser abandonada (como efetivamente ocorreu), restando para os moradores uma relação cotidiana com estes espaços de morar.

1.2. O desenvolvimento da pesquisa: a modernidade como pano de fundo

A recolocação da hipótese sobre as relações entre a implantação da nova política habitacional e os moradores que dela desfrutaram sucitou reflexões sobre os conceitos trabalhados. Dentre eles destacam-se a noção de vínculo/identidade com o espaço, de qualidade de vida/meio ambiente, de globalização/fragmentação e de cotidiano. O que determinou a interpretação destas variáveis foi uma reflexão sobre a modernidade, ou seja, que tais temas se colocam dentro dos processos pelos quais a modernidade vem passando (aparentemente por um momento de crise), que apontam um novo entendimento para seus pressupostos. A modernidade questionada na forma da pós-modernidade, ou ainda da alta modernidade, ou da modernidade radicalizada (todas denominações que procuram mostrar que o conceito de modernidade sofre hoje profundas alterações), é que se torna o pano de fundo por onde trafegarão estas noções. Estes arcabouços da modernidade em transformação passam a ser, portanto, base para os fundamentos teóricos que nortearão este trabalho.

Com relação à noção de vínculo/identidade, a esperada construção dos vínculos dos moradores com estes novos lugares de morar, a construção de seu espaço de identidade neste novo lugar, jamais poderia ocorrer de maneira imediata nos novos

conjuntos, isto porque os vínculos, os espaços de identidade, são construídos por um processo e se dão por "todos" os lugares "da vida" dos indivíduos e não apenas com o da moradia, pois a identidade, o sentido de pertencer, não está vinculado apenas à casa. A identidade com o lugar, também, pressupõe uma diversidade de formas e intensidade de vínculos, sendo possível que os indivíduos os estabeleçam inclusive com lugares "não concretos", mais próximos do abstrato, do imaginário. O conforto de estar assentado em um lugar (que é concreto, possui dimensões físicas - a casa, o apartamento no conjunto habitacional), pode estar ligado não a esta realidade física, mas a uma que é imaginária da casa como domus - lugar perfeito. Assim o indivíduo pode considerar este lugar como perfeito, independente da sua condição concreta, condição inclusive enquanto qualidade construtiva, porque os vínculos e daí a identidade, são construídos a partir de processos sucessivos do estabelecimento de afinidades. Isto remete a um outro aspecto, que é a existência de dois tipos de expressões territoriais: a territorialização física das construções, definidas em suas dimensões espaciais - sua concretude; e a territorialidade social que é construída pelo estabelecimento de relações de vínculo e de identidade com espaços definidos.

Esta construção de afinidade com lugares e situações - para daí surgir os vínculos com espaços específicos concretos e abstratos - significou compreender que podem ser múltiplos os lugares de referências da população moradora dos conjuntos e que, portanto, a territorialidade social dos indivíduos ultrapassa a simples territorialização física desses conjuntos. A territorialidade social pode ser inclusive composta por um mosaico de territorializações físicas, que podem não possuir espacialidades comuns, pode não conter contiguidade. Cabe destacar aqui que quando o indivíduo não consegue estabelecer relações de identidade, de vínculo, com este mosaico de territorializações, ele fragmenta-se, porque não conseguirá também estabelecer a sua territorialidade.

A relação territorialidade física e territorialização social remete a um dos principais aspectos da modernidade, qual seja: do crescente processo antagônico da globalização/fragmentação. O fenômeno urbano é um dos mais representativos dos tempos modernos: ele vincula-se à enorme expansão da produção e do mercado de coisas e idéias, de matéria e pensamento. Viver no mundo urbano é viver no mundo.[8] Isto significa dizer que a produção do espaço é cada vez mais globalizada e ela o torna

[8] "O urbano não restringe-se mais à cidade, passa a designar contato com o mundo". (...) "A vida urbana impõe conflitos e confrontos e o processo de fragmentação aparece como justaposição de atividades particulares cujo conjunto escapa ao indivíduo. Em decorrência, a produção de um cotidiano onde a vida aparece atomizada, ao mesmo tempo que superorganizada." Carlos, 1994: 191/2 e 193/4

cada vez mais homogêneo. Ir fazer compras (mundo da produção e consumo de bens materiais), ou a ir a um show dos Rollings Stones (mundo da produção e do consumo de bens não materiais) pode ser exatamente igual em qualquer lugar do mundo, ou é igual em todas as grandes metrópoles do mundo. Assim as pessoas podem estar em situação de afinidade e daí estabelecer vínculos com porções territoriais em lugares nos quais há um profundo estranhamento. Com certeza se qualquer latino americano morador de uma de suas metrópoles, se aventurar a fazer compras em um shopping center de Bankoc ou ir assistir a um show do referido conjunto de rock, terá um sentimento de identidade com estes lugares. Neste sentido, o mundo globalizado produz espaços homogêneos, que são em muitos casos territorializações físicas e territorialidades sociais artificiais: o lugar modelado do padrão de consumo ocidental (a identidade) no espaço oriental (o estranhamento). Assim estes novos territórios, ou novas situações territoriais, nada mais são que desterritorializações no antigo lugar.[9]

Este é o aspecto de globalização. E o aspecto de fragmentação, onde está? Se é verdade que a globalização tende a produzir uma homogenização dos espaços, é também verdade que esta homogenização não pode ser apropriada nem por todos, nem ao mesmo tempo, ou seja, a globalização produz as desterritorializações apontadas. A territorialização física produzida pela globalização pode ser também caracterizada por uma territorialização de enclave, isto é, constitui-se espaços de identidade em lugares onde o indivíduo não possui qualquer vínculo. Isto porque a territorialidade social é estabelecida pela construção de vínculos com aqueles espaços vividos cotidianamente, que não são obrigatóriamente contíguos. Portanto, a fragmentação está expressa justamente no afastamento dos "territórios físicos globais" - os novos territórios -, daqueles que são vividos cotidianamente pelos indivíduos - os "antigos territórios" (voltando às noções expostas por Lefebvre de modernidade vinculada à globalização e a cotidianeidade à fragmentação).[10] - Lefebvre, 1972).

---

[9] ver Ribeiro 1994 e Carlos op. cit.

[10] Lefebvre 1972, como será tratado no capítulo 1, item 6, discorre sobre as noções de modernidade vinculadas à globalização e a cotidianeidade à fragmentação. Sobre este aspecto Carlos 1994 também coloca que "a globalização e a fragmentação dão-se no plano individual, tanto quanto no espaço. Na sociedade esta fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, (...) bem como na sua relação com novos objetos (...). A segmentação da vida do homem mascarado pelo processo de homegeinização, onde as pessoas 'pasteurizam-se tornando-se idênticas', presas ao universo do cotidiano, submissas ao consumo e à troca, capturadas pela mídia, encontram-se diante do efêmero e do repetitivo como condição da produção.

No caso do espaço, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmenteção ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e uma apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcela cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas.

O tema da globalização, dentro do movimento de alterações dos pressupostos da modernidade, é que também acaba por colocar na arena a questão ambiental, pois ao se ampliar globalmente a produção e o mercado, constituindo os "espaços globais homogêneos", se homogeneizou também o meio ambiente, pois este foi transformado em objeto da produção e do mercado, mesmo que não materiais. A territorialização física traz consigo uma carga considerável de aspectos ambientais, sua base é ambiental, mesmo a do meio ambiente construído. E são justamente as características particulares deste meio ambiente que podem conferir a estes espaços globais um aspecto de territorialidade, que como foi visto, são desterritorializados. Outro fato é que a constituição das territorialidades sociais também se fazem a partir das características particulares ambientais, principalmente da vinculação das manifestações culturais com este meio. O meio ambiente pode ser entendido assim, como um elemento de fragmentação contra o movimento de globalização dos espaços, porque particulariza tanto os territórios físicos - o meio ambiente físico - quanto os construídos.

Neste sentido, uma consideração relevante que deve ser notada inicialmente, é que o meio ambiente é entendido por nós de um modo amplo. É necessária uma investigação não só da interação dos aspectos notáveis dos meios físico, biótico e sobre a sócio-economia local e regional, mas também dos fatores mais subjetivos ligados aos aspectos sócio-culturais, que contribuem, nem sempre de forma explícita, para alterações na estrutura das relações sociais, aqueles vinculados ao imaginário social. A abordagem ambiental proposta neste estudo está norteada, assim, pelo entendimento de que os impactos gerados na produção de moradia em grande escala, não restringem-se aos efeitos da implantação do empreendimento sobre a geomorfologia, hidrografia, vegetação; geração de demanda de transporte, serviços, saúde, educação, abastecimento; geração de emprego; alteração na estrutura da economia local; na mobilidade populacional; na produção e destino de dejetos líquidos e sólidos; nos aspectos da morfologia urbana do conjunto (o partido urbanístico) e de seu entorno; do conforto ambiental construtivo a partir das tipologias das unidades habitacionais e de sua implementação no conjunto; mas também, e principalmente, como as pessoas de forma individual, ou coletiva, pensam, sentem, percebem o conjunto e a partir daí constroem o lugar de morar.

Mundializado, o espaço fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcela fixas, como conseqüência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato." Carlos, 1994: 192/3

Neste caso, consideramos de extrema relevância a observação dos fatores que contribuem, ou não, para a construção de um "outro lugar"; ou propriamente "do lugar" dos moradores dos conjuntos analisados. Entender como se deu a construção da identidade de grupos e indivíduos a partir de expressões/referências espaciais que pode ou não estar nos novos lugares de morar, foi o caminho para compreendermos como os moradores formularam em seu imaginário a relação com estes conjuntos.

O conceito de qualidade de vida também se coloca no mesmo contexto da modernidade. O processo da modernidade propunha a eliminação das adversidades para o homem, e uma das formas, senão a forma, de viabilizar este intento estava no processo de urbanização. Neste contexto a racionalidade materializada pode ser observada num amplo espectro da vida social que vai, por exemplo, do processo produtivo industrial (desenvolvimento e aprimoramento da planta industrial) à produção urbana (aplicação de métodos de urbanização e de planejamento urbano).

No caso do mundo urbano, pressupunha-se uma condição superior de qualidade de vida daquela do mundo rural. Viver nas cidades era sem dúvida garantia para uma maior espectativa de vida. A qualidade de vida, neste sentido, é um indicador de urbanidade: quanto melhor a qualidade de vida, melhores são as condições urbanas e vice-versa. Porém, a metrópole moderna global reverteu essa máxima da modernidade, porque a vida hoje nestas metrópoles sofrem contraditoriamente um intenso processo de degradação. A razão, a racionalidade, aplicada à cidade, revela ainda uma outra face contraditória, pois enquanto a intencionalidade da produção da cidade procura nortear-se pela "lógica" da funcionalidade (do ordenamento, da organização para a conquista daquela condição superior da qualidade de vida), o seu movimento interno é regido por uma multiplicidade de agentes nem sempre racionais que se ordenam e desordenam, conforme aprofunda-se no olhar que nela se faz, até chegar-se na produção cotidiana dos espaços de identidade que são em sua essência fragmentados. É neste contexto que se coloca a proposta da Superintendência de Habitação Popular, de recuperar a qualidade de vida perdida na Cidade de São Paulo.

2. A política da Secreataria da Habitação do Município de São Paulo

2.1. Seus aspectos ambientais

Existem dois pontos de partida para o entendimento de onde situa-se o meio ambiente nas políticas da SEHAB no período analisado. Um é aquele que vem do processo de

constituição do Partido dos Trabalhadores e de suas relações com os movimentos populares, na busca por justiça social e pelos direitos da cidadania, que incluem a melhoria da qualidade da vida nas cidades; e outro que surge em um âmbito mais global a partir de alertas sobre a degradação da qualidade de vida, onde os modelos de desenvolvimento pautados numa industrialização, que apropriou-se de forma nefasta da natureza, não constituiu formas de preservação e pouco refletiu sobre as consequências que tal atitude poderia causar ao homem.

Apesar das evidências de tal degradação às pessoas, atitudes concretas por parte dos governantes e do capital para mitigar os efeitos dessa situação, só tornaram-se realidade quando setores de produção do capital depararam-se com o risco ao seu patrimônio, ou com os elevados custos para a manutenção desse modelo de produção. A inovação tecnológica, vinculada ao meio ambiente, surge no bojo dessa discussão e seus efeitos vem repercutindo sobre os diversos níveis das relações sociais. Tais fatos indicam que, o conhecimento sobre a realidade não pode limitar-se aos aspectos mais evidentes da aparência, mas que uma explicação dos fenômenos que permeiam as questões do meio ambiente devem buscar resposta num espectro amplo da realidade.

Muito da degradação ambiental está nas cidades que, sendo o lugar privilegiado da produção, vem sofrendo as consequências do modelo a ela aplicado. Trata-se não apenas da concentração industrial e seus efeitos sobre a poluição do ar, mas também das péssimas condições de moradia e transporte dos trabalhadores, da segregação espacial, da poluição sonora e das águas, para citar apenas alguns exemplos.

Essa realidade acabou por produzir uma situação extremamente delicada ao padrão e às condições construtivas das edificações, no que se refere à sua qualidade, nos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado[11], pois o barateamento aviltante dos custos dos projetos e obras fundados em uma cultura de engenharia que trabalha numa escala de grandes projetos, aliados a sua localização preferencialmente periférica, acabou por produzir péssimas situações de habitabilidade. Os níveis de degradação não restringem-se apenas aos meios físico e bióticos, geomorfológico, geológico, geotécnico, hidrológico e de cobertura vegetal, da área edificada e seu entorno, mas também da qualidade de vida expressa nas relações entre os moradores do conjunto e destes com o novo espaço construído.

[11] O Estado intervem na produção de habitação popular por estas serem fundamentais à reprodução da força de trabalho. Estando à margem do mercado a provisão de moradia popular está à cargo de setores mais desestrutados do capital. O exemplo mais claro deste processo esta na constituição dos loteamentos irregulares, promovidos por este setor do capital. É neste contexto que a habitação popular promovida pelo Estado enquadra-se como sendo meios e equipamentos coletivos.

Foi justamente contra a permanencia desta situação que a Secretaria da Habitação do Município (na gestão 1998/1992), elaborou tanto uma política para a provisão de conjuntos habitacionais populares que levasse em conta a melhoria das qualidades construtivas e ambientais deles conjuntos, quanto uma política mais global sobre a produção da moradia, mediada pela necessidade de implementa projetos habitacionais que comprendessem estes aspectos do meio ambiente:

> "O grande desafio hoje no Brasil para área da habitação e do desenvolvimento urbano é combinar qualidade ambiental e arquitetônica. Um caminho que articule a qualidade com a produção em massa de moradia deve prever (...) uma Reforma Urbana que viabilize a oferta de terrenos em consonância com a disponibilidade de equipamentos e as condições do meio físico"[12]

Ainda:

> "A política municipal de habitação reconhece a importância do projeto para garantir a construção de conjuntos habitacionais de interesse social de boa qualidade e custo baixo. A inovação das tipologias, a implementação de conjuntos respeitando o meio físico, a busca de soluções para romper com uniformidade e a pobreza arquitetônica e urbanística dos conjuntos habitacionais, a elaboração de padrões do desenho urbano mais compatíveis com a habitação de interesse social são aspectos que estão no centro das preocupações de HABI."[13]

Mostrando a dimensão dada a esta política, a SEHAB não limitou a sua implementação somente para a construção de conjuntos habitacionais, mas estendeu-a aos seus demais órgãos, como o caso do PARSOLO - Departamento de Parcelamento e Uso do Solo e Intervenções Urbanas e RESSOLO - Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo:

---

[12] in "Da Utopia à Construção: A participação popular na política habitacional em São Paulo", PMSP SEHAB-HABI, suplemento especial da Revista Projeto, São Paulo, 1991: 03.
[13] in: "A Política que a Prefeitura de São Paulo está praticando" PMSP SEHAB, suplemento especial da Revista Projeto, São Paulo, novembro de 1990: 04

"A participação do PARSOLO na política habitacional tem sido fundamental para garantir diretrizes de projetos adequados ao meio físico, na perspectiva de alterar o mínimo possível os perfis de terreno e, assim, reduzir custos da terraplanagem."[14]

E:

"Regularizar (os loteamentos clandestinos) não consiste apenas em tornar legal o que era ilegal penalizar o loteador e garantir a posse dos loteadores e garantir a posse dos lotes para o comprador.

É também recuperar as áreas degradadas do ponto de vista físico-ambiental, tratando instabilidades e erosões, adequando vias de circulação, destinando espaços para equipamentos públicos. Além das ações cotidianas, vislumbrando a recuperação desses loteamentos, que somam quase 3 mil em toda a cidade, a SEHAB vem empreendendo uma fiscalização mais rigorosa. (...) Esse rigor e dedicação são aplicados especialmente na defesa da área de proteção aos mananciais (...)."[15]

A área de proteção aos manancias recebeu uma atenção especial, pois na mesma publicação encontramos as ações que a Secretaria vem desenvolvendo:

"(...) A SEHAB coordena o SOS Mananciais, criado em 1990, com atuação na área da Represa de Guarapiranga. Até setembro de 1991, este grupo integrado em defesa do meio-ambiente, fez 1367 vistorias terrestres, 10 aéreas e 9 por barco totalizando 1386 autuações, 436 apreensões de material de propaganda, caça e pesca. Além disso fechou quatro imobiliárias, patrocinou a prisão de 7 loteadores clandestinos e aplicou 179 multas, somando mais de 500 milhões de cruzeiros. "[16] (op. cit., pag. 16)

Procurando adequar esta intervenção na área de proteção aos mananciais e produção de moradias populares, a SEHAB optou pela implementação de um projeto piloto entre as represas de Guarapiranga e Billings, na Capela do Socorro, designado Chácara do Conde. Polêmico, o projeto prevê um adensamento superior ao que a legislação permite

---

[14] in Da Utopia à Construção, op. cit.: 32
[15] in "A Política que a Prefeitura de São Paulo está Praticando", op cit: 8
[16] op. cit.: 16

na área edificada, porém mantendo o adensamento permitido pela lei para o total da área, deveria ser equipado com tratamento de dejetos líquidos evitando-se o carreamento de esgoto "*in natura*" para os cursos d'água e ser rodeado por um "cinturão verde". Com isso espera-se mitigar os efeitos da ocupação mais adensada das edificações. A publicação da SEHAB assim se refere ao conjunto:

> "A SEHAB está iniciando a construção de um conjunto habitacional modelo dentro da área de proteção de mananciais. Denominado Chácara do Conde, beneficiará a população de baixa renda. Os cursos d'água serão preservados através de um parque público. O esgoto terá tratamento localizado e a drenagem merecerá cuidados especiais. O projeto demonstra que é possível ocupar o solo, preservando o meio ambiente. Essa experiência será a pedra de toque da revisão da legislação estadual de proteção aos mananciais."[17]

Para a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), vinculada à SEHAB, também foram orientadas políticas que pautaram-se pela preocupação ambiental:

> "(...) Seus canteiros somam hoje 25 mil moradias. A COHAB SP deu prioridade à recuperação de conjuntos habitacionais que, embora em construção, estavam comprometidos pela erosão e degradação ambiental. O conjunto habitacional Santa Etelvina, com 15 mil unidades, é o caso exemplar. Para sanar as deficiências desse conjunto, com a dimensão de uma cidade de porte médio, a COHAB SP está elaborando um plano diretor."[18]

A política de intervenção em favelas, também contou com ações que pautaram-se em preocupações com o meio ambiente. Ocorreram intervenções nas áreas de risco geológico/geotécnicos e nos projetos de sua urbanização e/ou melhoria. No primeiro caso, procurou-se a eliminação das áreas de risco com a remoção das famílias e a execução de obras que compreendiam a eliminação dos riscos e a edificação de moradias quando era o caso. No segundo, compreendia a execução de drenagem das águas superficiais, esgotamento sanitário, pavimentação das ruas, construção de escadarias, reconstrução de moradia e em alguns casos o parcelamento do solo. Ambas

---

[17] idem
[18] op. cit: 11

ações tinham como propósito último a melhoria da qualidade de vida das famílias moradoras nas áreas. Para efeito de ilustração das dimensões que a política de risco atingiu, foram realizados, sob orientação metodológica do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - IPT, 240 laudos geotécnicos em 251 favelas, sendo promovida a remoção de duas mil famílias que estavam sob risco iminente.[19]

Observa-se que a preocupação com os aspectos ambientais permeia todo o discurso das políticas de intervenção dos órgãos que pertencem à SEHAB. É por esse motivo que o aspecto ambiental torna-se relevante, não só pelas razões que alimentaram a discussão de nossa hipótese inicial, mas porque coloca em seu lugar o respeito à qualidade de vida à habitação popular, que tem sido negada na produção nefasta da cidade de economia capitalista periférica. A execução de tal política implica na busca de soluções técnicas até então pouco utilizadas em obras desse tipo, ou seja, a opção por uma ação norteada por diretrizes ambientais, trouxe à tona a necessidade da aplicação de novas tecnologias tanto na concepção, quanto na execução dos projetos e obras dos conjuntos habitacionais.

Entendemos, assim, que a apreensão dos fatos que estão mediados pelos aspectos ambientais na produção de conjuntos habitacionais, não limita-se aos itens puramente construtivos das obras e seus efeitos sobre o meio ambiente natural, sobre o meio construído sob influência do empreendimento (o bairro, por exemplo) e sobre os fatos mais evidentes que contribuem para as alterações na vida tanto das pessoas que residem fora, quanto dentro dos conjuntos. Parece-nos de extrema relevância diagnosticar a existência de situações que permeiam a criação de vínculos de identidade entre o morador e este novo espaço produzido - o conjunto habitacional. Não basta uma exaustiva investigação sobre a satisfação do morador na sua nova situação, se não for observado que esta satisfação é mediada, também, pela necessidade de pertencer, isto porque as relações sociais possuem uma espacialidade, e uma de suas mais expressivas manifestações é a formalização "do lugar". O espaço ganha forma com o exercício das relações sociais. Neste sentido, veja-se o que diz Milton Santos:

> "(...) Eis por que sua definição (de espaço) não pode ser encontrada senão em relação a outra realidade: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta,

[19] in a "A política que a Prefeitura de São Paulo está praticando"op. cit.: 14. No capítulo 2. item 4. deste texto serão abordados aspectos sobre este ponto.

nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento."[20]

Assim, parece-nos relevante que para o entendimento das qualidades dos conjuntos habitacionais produzidos pela Superintendência de Habitação Popular - HABI, deve considerar-se os fatos que permeiam a relação entre as pessoas que passam a nele residir, naquilo que expressa a sua identidade como o novo espaço, na perspectiva da construção do lugar, entendido esse lugar como "domus". Ou seja, como coloca Maffesoli (1984) - uma espacialidade cuja a expressão é "o resumo plural do que um único indivíduo não pode fazer", um produto do coletivo.

3. O estudo: coleta de informações

O universo da pesquisa está limitado aos conjuntos projetados e iniciados após 1989 e inaugurados até o final de 1992, pois a intenção foi de compreender os resultados de uma política de construção de conjuntos habitacionais, cujo tom é da inovação das características construtivas, arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas, mediadas pela preocupação com o meio ambiente e da relação do usuário com o novo lugar de morar.

Este universo é composto basicamente por três tipos de conjuntos: os verticalizados (geralmente situados em locais mais adensados da cidade); os horizontais, cujas unidades habitacionais são pequenos embriões; e os loteamentos constituídos por lotes urbanizados, em regiões periféricas da cidade. Além dos conjuntos edificados por empreiteiras, existem ainda aqueles construídos por mutirão. As demais intervenções da HABI em cortiços e nas urbanizações de favelas devem ser deixadas de lado, pois no caso das favelas, com exceção de algumas áreas - como da favela Maria Luiza Americano - não se caracterizam pela edificação de conjuntos; enquanto que no caso dos cortiços, apesar de previstas a construção de conjuntos em substituição à antiga situação de moradias, uma análise desta produção não será realizada, pois nenhum projeto foi concluído.

---

[20] Santos, 1988: 26

Do total de 42 projetos de conjuntos construídos por empreiteiras, somente 6 estavam concluídos no final de 1992, e dos 84 convênios para a construção de unidades por mutirão, apenas dois foram totalmente entregues aos moradores. Nota-se que o universo é diverso, tanto relacionado ao tipo de intervenção, quanto a situação das obras. Neste sentido, optou-se pela escolha daquelas intervenções que, além de concluídas, exemplificam uma tipologia de edificação, ou seja, edificação verticalizada (Rincão da Penha e Delamare) e de embriões e lotes urbanizados (Recanto dos Humildes).

Para o caso das obras de construção por mutirão, uma observação deve-se fazer: apesar de caracterizarem-se como conjuntos habitacionais (em sua maioria em terras públicas - desapropriadas), a ação da Superintendência é indireta, pois o projeto e a obra são de responsabilidade da associação de moradores conveniada com HABI. Cabe ao Poder Público Municipal somente o repasse dos recursos para o material de construção, executando uma fiscalização sobre a prestação de contas das associações. Cada associação contrata uma assessoria técnica que será a responsável pela elaboração, execução do projeto e pelo acompanhamento e fiscalização da obra.

Assim, apesar da necessidade de uma aprovação dos projetos de arquitetura e implantação dos conjuntos, para a assinatura dos convênios, por parte de HABI, a concepção das tipologias habitacionais e do partido urbanístico do conjunto proposto, são da assessoria, o que pode não vir absolutamente de encontro às concepções da política de construção de conjuntos habitacionais proposta pela própria Superindência. Este é o caso de alguns mutirões localizados nas região da Parada de Taipas, zona Norte, que possuem uma implementação que vai de encontro com essa política.

Portanto, apesar da Superintendência apontar diretrizes gerais, as concepções finais sobre os projetos eram determinadas pelos escritórios em conjunto com as associações de moradores e não definidas pela HABI. Houve casos onde a autonomia foi exclusiva dos escritórios, por exemplo o concurso realizado para algumas das fases do mutirão São Francisco. Além do fato de que sendo feitas as obras pelos mutirantes, a garantia de sua qualidade deveria ser dada pelas assessorias e associações e não pela municipalidade. Esta a principal razão da não inclusão dos mutirões neste estudo.

Existe ainda um outro motivo que vincula-se a aspectos políticos da organização das associações de moradores. Praticamente em sua totalidade, as associações são compostas de movimentos que possuem uma certa tradição na luta por moradia na

cidade de São Paulo, porém posssuem características e posturas que chegam a ser extremamente diversas umas das outras. Estas posturas, ou formas de enxergar a questão da moradia implicou em concepções não só variadas, mas até antagônicas. Ou seja, esta diversidade de agentes (associações, assessorias técnicas e apoios políticos - membros do Poder Legislativo Municipal) e de posturas políticas, de concepção do que é um movimento popular que luta pela moradia e do que é a própria cidadania, impede que se analise um ou outro conjunto. Na verdade os mutirões merecem um estudo especifico.[21]

Com relação à escolha dos conjuntos investigados, foram levados em conta também os processo que nortearam o projeto de avaliação da produção da HABI, do período 1989/1992, elaborado pela Coordenação de Planejamento da Superintendência Neste trabalho foram definidos 28 projetos que deveriam ser analisados, tendo como critério de seleção dos conjuntos a sua localização, natureza e o avanço das obras, não importando se haveria ou não famílias morando[22].

Assim foram selecionadas numa primeira fase de nossa investigação quatro obras de construção de unidades verticalizadas por empreiteiras: o projeto Rincão localizado na Vila Matilde - Penha; o conjunto Educandário, no Jardim Educandário - Butantã; o conjunto Delamare, situado contiguamente à favela de Heliópolis, no Ipiranga e o conjunto Água Branca, na região da Lapa. A opção por estes conjuntos deu-se por estarem ocupados. A não inclusão do quinto empreendimento verticalizado, o conjunto Minas Gás, na Freguesia do Ó, deveu-se à semelhança de tipologia de projeto e à pequena distância do conjunto Água Branca, que foi priorizado por ser um conjunto concluído e localizado em região mais central da cidade.

Considerando que houve apenas um empreendimento de lotes urbanizados, este foi escolhido, completando o universo preliminar de análise. Denominado Recanto dos Humildes, localiza-se na região central do bairro de Perus. O Rencanto dos Humildes é um projeto misto que possui tanto embriões construídos por empreiteiras para famílias vindas de áreas em risco, quanto lotes urbanizados para famílias pertencentes a movimentos organizados de moradia. Neste sentido, o projeto do Recanto dos Humildes também servirá como amostra de um projeto de construção por empreiteira de unidades habitacionais horizontalizadas. No caso específico dos lotes urbanizados, as primeiras famílias começaram as sua residências por auto-construção no início do mês de outubro de 1992 e, portanto, a avaliação do pós-ocupação se dará no decorrer dessa

[21] Veja-se Joel, 1996

[22] Projeto de publicação inédita, tendo os resultados sido apresentados em relatório preleminar.

investigação, pois grande parte dos lotes ainda estão desocupados, ou estão na fase de construção das unidades.

Determinados os cinco conjuntos, realizou-se uma investigação preliminar de campo com o objetivo de averiguar a relevância da análise do total desses conjuntos. Neste trabalho foram realizadas observações quanto às condições construtivas das áreas, além de entrevistas com as famílias e lideranças locais. Esta investigação apontou para a determinação definitiva do universo da pesquisa. Foram eliminados do estudo os conjuntos Água Branca e Educandário. O primeiro devido a não continuidade das etapas seguintes de seu projeto e o conseqüente abandono em que se encontra. A situação encontrada no conjunto indica que muito da precariedade vincula-se a não conclusão das etapas seguintes, pois hoje os blocos construídos transformaram-se em enclaves dentro da favela Água Branca. E o segundo, pelo fato de sua implantação ter ocorrido em terreno pertencente à COHAB, que já havia realizada a terraplanagem para o recebimento do conjunto. Sendo uma meia encosta de colina típica da morfologia terciária sobre terreno criatalino, esta ação implicou numa grande movimentação de terra, transformando a gleba em dois patamares, separadas por taludes. Tal realidade vai justamente de encontro às propostas da HABI, pois reproduzem a cultura de implantação de conjuntos no processo de "arrazamento de terras".

O estudo foi realizado nos conjuntos Rincão da Penha - na Vila Matilde, Delamare - no Ipiranga, e no Recanto dos Humildes - em Perus.

O universo que reside hoje nos três empreendimentos totaliza 922 famílias, assim distribuídas: 126 no Delamare, 306 no Rincão e 490 no Recanto dos Humildes. No caso deste último, além das 170 famílias que hoje residem nos embriões, ainda restam 498 lotes urbanizados destinados aos movimentos de moradia, sendo que destes 259 são para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste I e 92 para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste II (grupo dissidente do primeiro). Desse total, 180 famílias já construíram moradias na área, constituindo-se objeto da pesquisa desenvolvida.

A escolha da famílias pesquisadas obedeceu a dois critérios: o primeiro de estratificar famílias pelos diversos locais de origem, por conjunto; e o segundo de cruzar estes estratos pela diversidade de tipologias de unidades habitacionais. No conjunto Recanto dos Humildes, por exemplo, os moradores vieram de cinco situações distintas de moradia e distribuíram-se em pelo menos quatro tipos diferentes de plantas de unidades

habitacionais. Neste caso foram escolhidas famílias de cada um dos distintos locais de origem para as diferentes situações de moradia.

Como a preocupação central desta pesquisa não é o de aferir-se a satisfação do usuário em si, mas avaliar, dentro dos aspectos ambientais, como a nova situação de moradia,

Figura 1.

em um novo espaço repercute sobre a construção de identidade para as pessoas, a amostra do universo foi de aproximadamente 5% (o total de famílias entrevistadas foi de 5,3%). Tal percentual corresponde a aquele usado por Divi Peruzzo em seu trabalho "Habitação Trabalho e Espoliação" e o mesmo utilizado pela pesquisa de avaliação

realizada pela equipe de Planejamento da HABI - HABI 2. Ou seja, foram aplicados 49 questionários para um universo de 922 famílias, distribuídos da seguinte forma:

1. Recanto dos Humildes: total de 21 questionários, sendo distribuídos conforme a participação das famílias a partir de sua origem, ou seja, das áreas de risco de Pirituba/Perus; das áreas de risco da Freguesia do Ó e de Santana/Vila Maria; dos movimentos de moradia da Freguesia do Ó, e dos movimentos dos Sem Terra da Zona Oeste I e II, ambos da região de Pirituba/Perus.

2. Rincão da Penha: total de 16 questionários estratificados em dois grupos: as famílias provenientes do movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Leste II e as famílias provenientes da remoção da Rua do Túnel (favela removida por motivo de obra).

3. Delamare: total de 12 questionários, sem estratificação devido ao fato de todas as famílias serem originárias de áreas de risco da favela Heliópolis.

Quanto ao questionário, ele teve uma parte inicial de identificação da família entrevistada e das características da unidade habitacional; uma segunda contendo a composição da famílias; uma terceira contendo as condições da moradia anterior e da atual, quanto à casa e o lugar - bairro - onde moravam e moram atualmente; uma quarta parte onde diagnosticou-se o nível de participação das famílias nos movimentos de moradia, antes e após a ocupação das novas casas, identificando também as lideranças dos movimentos de origem e do lugar atual de moradia - os conjuntos; e uma quinta parte onde avaliou-se, a partir da percepção dos moradores, quais seriam os problemas e benefícios apresentados pelos conjuntos (anexo cópia do questionário).

Serão ainda utilizados, como dados de referências, os resultados encontrados pela pesquisa de avaliação realizada pela HABI 2, além das observações preliminares realizadas na primeira fase deste trabalho, nos conjuntos Água Branca e Educandário.

Os questionários foram utilizados mais como roteiro de abordagem ou referência, pois a intenção é de se observar como o indivíduo percebe o seu lugar de morar e somente a aplicação de um instrumental de investigação "fechado", ou direcionado, não permitiria o afloramento de opiniões diversas e as nuances destas opiniões, que consideramos importante para este trabalho. Estas considerações apontam para uma abordagem metodológica para esta investigação social muito próxima da pesquisa participante. Ou da pesquisa-ação, ou seja, captar o que há de subjetivo (além da objetividade clara) nas

opiniões, abandonando a relação tradicional sujeito-objeto. Há uma certa subjetivação do objeto.

Para finalizar este ponto, cabe colocar que os fenômenos ambientais serão tratados a partir de problemas flagrantes, isto é, a realidade estudada é aprendida a partir de uma reflexão que se faz sobre ela, portanto a realidade é objetivada não sendo necessária uma investigação exaustiva de seus vários aspectos. Tal metodologia vem sendo a cada dia mais utilizada nos estudos ambientais, pois permite a apreensão das particularidades de cada estudo, de forma contrária dos estudos ambientais tradicionais que, baseando-se em modelos e matrizes para diagnosticar os impactos sobre o meio ambiente, não permitem a observação dessas particularidades.

4. Considerações finais

A estrutura deste trabalho conta com quatro capítulos, sendo que o primeiro tratará das questões levantadas sobre a modernidade, o meio ambiente e o cotidiano; no segundo serão mostrados enfoques sobre as formas tradicionais das políticas públicas de habitação popular e as propostas apresentadas pela administração municipal no período estudado; o terceiro tratará dos casos estudados; e o quarto e último serão traçadas algumas considerações finais com relação aos processos de constituição da identidade com os espaços de moradia e, realizada por comparação uma análise crítica ao Projeto Cingapura como programa habitacional da administração Paulo Maluf.

CAPÍTULO 1

1. A MODERNIDADE E A CRISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: o cotidiano como programa de pesquisa

1. Introdução

Ao discutirmos quais as consequências que envolveram a vida dos moradores nos novos conjuntos habitacionais, tendo em vista as propostas que envolveram a política de habitação popular, nos deparamos com duas questões que pareciam possuir sentidos contrários, mas que na verdade possuíam um mesmo sentido e convergiam para um ponto comum. Se de um lado o que estabelecia a dinâmica entre a vida das pessoas no novo lugar de morar era o cotidiano, do outro, era o pensamento técnico que norteava as concepções que embasaram as novas políticas habitacionais da Superintendência de Habitação Popular. Colocava-se assim a dicotomia entre o mundo técnico e o mundo vivido. Tal constatação nos remeteu de imediato para as reflexões sobre o processo de desenvolvimento da modernidade, recolocando a questão onde a aparente divergência entre os dois mundos vislumbrados convergiam, ou melhor, dinamizaram-se, na verdade, numa única lógica, ou em um único processo, imposto por esta modernidade. Mais adiante veremos como Habermas, ao interpretar as estruturas societárias como possuindo tanto um caráter sistêmico, quanto um outro do mundo vivido e Giddens com o afastamento do que denominou de conhecimento perito do restante da vida social, auxiliam a entender esta "convêrgencia" entre os dois mundos.

De imediato, as reflexões sobre a modernidade remetem a um debate central que se instaura no interior das ciências sociais, expresso pela polêmica da superação da modernidade pela pós-modernidade, ou seja, um debate que se dá no interior da razão moderna e não fora dela. Tal polêmica aponta para uma crise estrutural nas ciências sociais, que vê seus alicerces - fundados na razão - abalarem-se por uma crescente leitura dos aspectos "irracionais" nas estruturas societárias contemporâneas. O que está colocado é que o palco desta discussão está na filosofia da consciência e na clivagem paralizante da relação sujeito-objeto, correspondendo a um questionamento de duas tradições iluministas: o racionalismo crítico e a razão crítica. Isto significa dizer que se trata de saber quais os limites possíveis da razão iluminista, que viu os fenômenos como uma "luz natural", abdicando-se dos elementos metafísicos, numa valorização da experiência, sendo que o tratamento sobre o que se apreendeu na experiência deve acontecer com os instrumentos da razão.

A grande pergunta desta tradição é saber como o fenômeno se deu, isto é, quais as características "transcendentais" que possuem o sujeito e o objeto, onde o sujeito se torna indispensável, estando colocado no centro das discussões. Contudo o núcleo do problema está em reconhecer quais os limites da razão, pois hoje existem questões que esta tradição não pode dar conta, por ela não ser capaz de apreender a totalidade, ou a universalidade da abrangência dos fenômenos, que na atualidade se apresentam num espectro intensamente diversificado. É justamente nesta polêmica que ocorre o debate entre pensadores como Popper, Lakatos (1979), Kuhn (1995), Adorno (1986, 1994), Feyrabend (1985) e Habermas (1987, 1991, sd), ou como Derrida, Foucault e Lyotard (1986, 1993).

A Pós-Modernidade aparece neste palco, onde a "falta de explicações lógicas", e uma tendência à fragmentação dos objetos, põe à prova a tradição do racionalismo iluminista. Habbermas chama a atenção de que este é um processo que pertence ao desenvolvimento da modernidade, pois o que está colocado é a possibilidade de emancipação da razão crítica, onde ela não pode mais ser pensada somente num sujeito, mas sim num diálogo, numa apreensão "interacionalista" da realidade. Ele propõe um caminho que una, ou aproxime, o racionalismo crítico, ou da representação simbólica do real com a realidade objetiva no processo de produção do conhecimento.

Para a discussão sobre a modernidade e sua crise anunciada, partiremos de reflexões de Habermas (1990) e de Giddens (1991) e para o debate sobre o cotidiano, o ponto de partida será Henry Lefebvre (1972). A justificativa por estes autores é que Habermas apresenta um dignóstico sobre a sociedade contemporânea e apresenta uma "teoria da modernidade", além de representar uma das mais contundentes e fundamentadas correntes do pensamento social e filosófico. Giddens, por sua vez, apresenta-se como um autor que se fundamenta nas profundas tradições da modernidade e dela extrai seus questionamentos, pois é a razão crítica que permite a crítica sobre a modernidade. E Lefebvre por trabalhar a questão do cotidiano no interior dos debates sobre a modernidade (além de ser um dos filósofos que mais tem colaborado com reflexões sobre a importância da consideração espacial nos estudos sobre a organização social). Autores como Edward Soja (1993), David Harvey (1993), Agnes Heller (1985) e Michel Maffesoli (1978, 1984 e 1994), complementam o debate sobre a modernidade e o cotidiano.

2. A Teoria da Modernidade de Habermas

As principais idéias de Habermas desenvolvidas em sua "Teoria da Modernidade", expressas em "O Discurso Filosófico da Modernidade" (1990) e em "A Teoria da Ação Comunicativa" (1987), estão sistematizadas em trabalho elaborado por Barbara Freitag (1995)[1].

Logo de início Freitag chama a atenção para que a teoria da Modernidade de Habermas faz parte de sua Teoria da Ação Comunicativa, onde procura desenvolver um novo conceito de razão, a "razão comunicativa" e uma nova leitura da sociedade, que deve incorporar o conceito de "sistema" e "mundo vivido". Para o autor a sociedade associa uma perspectiva subjetiva que é interna - o que denomina mundo vivido - e uma outra que objetiva - ou externa, sistêmica. Esta dualidade estrutural da sociedade é que é norteará todas as interpretações para a crise que a modernidade impôs a ela, pois se tratando de uma teoria evolutiva, que pretende tratar os processos societários (principalmente os ocidentais) de sua gênese às varias crises por que tem passado, os efeitos causados pela modernidade sobre estes dois aspectos de sua estrutura são diferentes. Ou seja, Habermas distingue entre si "o processo de modernização e a modernidade cultural".[2]

No caso do processo de modernização, "trata-se de uma racionalização ocorrida nos subsistemas econômico e político; enquanto que a modernidade cultural é um movimento de autonomização no interior do mundo vivido, das chamadas 'esferas de valor': a moral, a ciência e a arte."[3]

Então quais seriam as diferenças da ação da modernidade no mundo vivido e no sistema? O mundo vivido é o mundo da representação simbólica, da **interação** (grifo da autora) "refere-se à maneira como os atores percebem e vivenciam a sua realidade social. Ele compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Representa aquela parte da vida social cotidiana na qual se reflete 'o óbvio', aquilo que sempre foi, o inquestionado. (...) Em suma, o mundo vivido constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa, calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livre de coação".[4]

---

[1] Devido ao caráter analítico empregado por Freitag (1995) sobre a Teoria da Modernidade de Habermas, a utilizaremos como ponto de referência para as reflexões sobre esta Teoria.

2 Habermas, 1987: 8

3 Freitag 1995: 141

[4] Freitag op. cit.:140

O sistema é o mundo da reprodução material, do **trabalho** (grifo da autora). Complementa o conceito de mundo vivido e possibilita descrever aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução da sociedade: a economia e o Estado (são o dinheiro e poder que asseguram a "integração sistêmica"). No interior do sistema a linguagem é secundária, predominando a ação instrumental, ele é regido pela razão instrumental.

Assim o mundo vivido, com os seus subsistemas cultural, social e da personalidade, é que assegura a integração social através da ação comunicativa, sendo que sua principal manifestação está na modernidade cultural, pois esta tem como característica uma autonomização entre as esferas científica, ética e estética. Já a modernização societária se deu e se dá baseada em uma racionalização da economia expressa na **economia de mercado**[5] e na constituição do **Estado racional legal**[5], resultando em uma hegemonia da racionalidade instrumental.

Habermas, a partir daí, constroe a sua Teoria da Modernidade. Faz críticas no sentido das falsas interpretações da sociedade (de filósofos[5]) que obstruem os caminhos para uma compreensão correta de seus processos e que sustentam as estruturas que impedem a solução e a superação de suas patologias, para a consequente implementação de um projeto autêntico e emancipativo da modernidade.[6] Para ele uma real interpretação dessa sociedade deve observar quatro processos que dinamizam as transformações nas formações societárias, quais sejam:

1º diferenciação: aprendizado coletivo, visão descentrada que permite incluir diferentes perspectivas de princípios. Esses processos tornam as formações

---

[5] Habermas dialoga, entre outros, com Adorno e Foucault. "Para ele as análises sobre a sociedade moderna são complicadas quando os filósofos generalizam suas reflexões críticas (oriundas do mundo vivido) de forma indiferenciada para o sistema (este seria o caso de Adorno). Igualmente problemática é a operação inversa: fenômenos e transformações ocorridas no sistema, são generalizadas a-criticamente para diagnosticar o 'mundo vivido'. (...) O 'discurso filosófico da modernidade' até então realizado (não só pelos autores citados) não oferece uma interpretação completa do fenômeno histórico da modernidade. Na medida em que pretendeu fornecer modelos ideológicos que substituissem à concepções religiosas do mundo (marxismo ortodoxo), forneceu interpretações distorcidas, seja da modernização societária, seja da modernidade cultural. Entre conservadores e marxistas o 'pecado' comum consiste em abdicarem gratuitamente da razão (entre os conservadores a alegação é desmascaramento da razão como instrumental, vontade, poder sob a máscara do esclarecimento, e entre os marxistas a razão e a reflexão são substituídos pela praxis, pelo trabalho e pela burocracia estatal). Cortaram-se, assim, a possibilidade de refletir a prática desenvolvida nas sociedades históricas do presente. Para que a filosofia seja capaz de refletir a modernidade cultural terá que retornar ao ponto de partida da modernidade histórica, refletindo os processos de modernização ocorridos, à luz do seu projeto original." (Freitag,1995, pag. 151 e 154/5)

[6] Freitag 1995: 151

societárias mais competentes e eficazes para a solução de problemas práticos vinculados à reprodução natural e simbólica da sociedade;

2º autonomização: significa o desprendimento relativo de um subsistema, permitindo a seu funcionamento à base de princípios autônomos mais ou menos adequados a si.

3º racionalização: refere-se a processos de transformação institucional segundo a racionalidade instrumental (o cálculo, a eficácia, os meios que justificam os fins; custo/benefício como um fim em si mesmo; a economia e o estado transformam a sua própria eficácia em "último fim" sem permitirem seu questionamento);

4º dissociação: desconecta a produção material de bens e a dominação dos verdadeiros processos sociais que ocorrem na vida cotidiana. Essa dissociação faz com que a economia e o poder passem a assumir feições de uma realidade naturalizada, regida por leis imutáveis, compatíveis às leis da natureza.[7]

A partir daí, ele identifica dois problemas na sociedade moderna, que comprometem o projeto da modernidade, que denomina de "patologias da modenidade": a dissociação e a colonização (este vinculado ao primeiro).

Ambas as patologias apontadas por Habermas estão vinculadas ao fenômeno da "Entkoppelung", do "desengate" (noção diferente do "desencaixe" tempo e espaço de Giddens, como veremos adiante). Isto é, a dissociação entre o mundo vivido e o sistema[8]. O desengate, ou dissociação, é o fenômeno onde os homens submetem suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal, como se estas fossem forças naturais com as quais não há mais nada a fazer. A colonização, por sua vez, refere-se à penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração do "dinheiro" e do "poder" no interior do mundo vivido, mais especificamente, das instituições culturais.[9]

---

[7] op.cit.: 144/5

[8] Se observarmos estas esferas de Habermas à luz das propostas de Giddens, o que pode-se concluir é que há um "tempo" do mundo vivido e um "tempo" do sistema e que há dois processos: no primeiro, de colonização do mundo vivido pelo sistema, é o tempo do sistema que vai ditar o tempo do mundo vivido (o tempo da racinalidade instrumental das relações societárias cotidianas); e no segundo, que há um desencaixe tempo-espacial em cada uma dessas esferas dos contextos de presença, principalmente do mundo vivido pela ação de colonização imposto pelo sistema.

[9] op. cit.: 145

Identificados os problemas, ou patologias da modernidade, resta saber o que é necessário se fazer para superá-los. Freitag lembra que "a teoria da modernidade de Habermas inexiste enquanto uma teoria positiva afirmativa. Ela pode ser reconstituída à luz das críticas que ele faz àqueles pensadores que tentavam formular uma teoria da modernidade, com a qual ele discorda, ou concorda em parte."[10] De qualquer forma Habermas fornece uma interpretação da modernidade onde impõe-se uma mudança de paradigma, ou seja, "há uma necessidade de substituição da ação instrumental para a ação comunicativa, da razão monológica para a ação dialógica. Somente assim a modernidade poderá ser compreendida em toda a sua complexidade, suas potencialidades e patologias, quando estiver disponível um modelo interpretativo que abranja seus dois aspectos: a modernidade cultural e a modernização societária.

Outro fato destacado por Habermas é que se o "discurso filosófico da modernidade" não respondeu às necessidades de sua interpretação pendendo as vezes pela generalização de reflexões críticas, e as vezes o contrário com uma generalização a-crítica (como pode ser visto no diálogo que estabelece com Adorno e Foucault), ele admite que a esfera da arte funciona como um termômetro da modernidade (é no campo da discussão da modernidade cultural, da crítica estética à modernidade que este debate ocorre, como é o caso de Adorno e Benjamin[11]). "Isto porque nela se exprimem com maior rapidez as patologias da modernidade. Mas também é nesta esfera que se preserva com maior perseverança o ideal emancipatório, libertador, sonhado pela Ilustração."[12]

Como foi colocado acima, a teoria da Modernidade de Habermas foi construída a partir de uma análise crítica e um reexame do trabalho de inúmeros intérpretes da

---

[10] op. cit.: 146

[11] "A teoria da modernidade implícita na teoria de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno não atende aos critérios de uma 'boa' teoria porque julga a modernidade como um todo (mundo vivido e sistema) com categorias da modernização estética. No caso de Benjamin, o mundo sistêmico e a modernização societária é interpretado com auxílio de categorias elaboradas para a compreensão da modernidade cultural, mais especificamente da modernidade estética. Com isso Benjamin extrapola as categorias do entendimento, da libertação, autenticidade, expressividade, etc., vigentes na esfera estética, para o espaço sistêmico, acreditando na 'salvação messiânica', como se o estado e a economia funcionassem segundo a lógica estética. No caso de Adorno, ocorre o movimento inverso. É a lucidez do sociólogo, conhecedor dos processos societários consolidados e rotinizados no mundo sistêmico que leva Adorno a refugiar-se na esfera do estético, no interior do mundo vivido. Sua teoria estética é a 'confissão' do ex-marxista, de que já não há mais nada a fazer para corrigir as patologias da modernidade. É o dilúvio inundando tudo, as ilusões de uma humanidade que um dia sonhou com a emancipação. A teoria estética é uma Arca de Noé, levando uma orquestra completa, com todas as partituras de Sohönberg, navegando à-toa, na esperança de sobreviver a catastrofe." (op.cit.: 158)

[12] op. cit.: 158

Modernidade, possibilitando, neste sentido, uma avaliação de tais teorias, "apontando suas falhas, lacunas ou distorções, que ora superdimensionam um (entre vários) aspectos da modernização, como foi o caso da racionalização de Weber; ora generalizam um aspecto isolado para um todo societário, como foi o caso de Foucault (...); ora se recolhem, como no caso de Adorno, a uma torre de marfim, no interior de um subsistema (a música, no interior da esfera artística). (...) Por outro lado, na medida que ela faz parte de uma 'Teoria da Ação Comunicativa'[13], ela é uma **teoria sistemática**; na medida em que ela é uma parte de uma Teoria da Evolução de formações societárias, ela é uma teoria diacrônica. Mas ela também pretende ser uma **teoria normativa** que analisa, critica, julga as aquisições da modernidade segundo um modelo de modernidade, formulado como 'projeto', no inicio da modernização."[14]

Habermas dedica o final de seu trabalho[15] para esclarecer qual é o conceito normativo da modernidade. Freitag lembra que o primeiro objetivo deste conceito normativo "é o da superação das patologias da modernidade historicamente concretizadas. Sugere reacoplar o mundo vivido ao mundo sistêmico, dando prioridade ao primeiro. A fixação de objetivos políticos, a organização da economia devem, em última instância, respeitar a vontade geral formada e validada nas instituições do mundo vivido. O caráter sistêmico, auto regulador da reprodução material da sociedade deve ser respeitado, na medida em que assegure o bem estar de todos".[16] Deve, neste sentido, haver uma "descolonização do mundo vivido", indicando ao sistema os seus limites, através da participação de todos os membros da sociedade na política pela articulação de seus interesses e vontades no interior do mundo vivido, via ação comunicativa e discursos (teóricos e práticos).

Assim a Teoria da Modernidade de Habermas "se propõe como uma teoria que apresenta em seu bojo o projeto iluminista original, mantendo o espírito e modificando sua forma. Ela confirma a prioridade da **razão** reformulando-a com auxílio da teoria dos atos linguísticos com a razão comunicativa. (...) Defendendo a idéia de liberdade e emancipação negociada de cada um no todo societário, induzindo os vários níveis da ação comunicativa (cotidiana e discursiva) que instaura o respeito e a integridade de cada um à base da reciprocidade de direitos e deveres. (...) Essa teoria normativa da

---

[13] Habermas, 1987
[14] op. cit.: 159/60
[15] Habermas, 1990, capitulo XII, O Conteúdo Normativo da Modernidade
[16] op. cit.: 161

Modernidade tem implicações práticas na medida em que tem como objetivo facilitar os processos de auto-esclarecimento de sujeitos e grupos em busca de orientação para as suas ações (...)" [17] ; "ela tem que ser **continuada** na formulação discursiva das vontades e da auto-reflexão daqueles que buscam orientação para as suas ações".[18]

O debate inaugurado por Habermas desperta para algumas questões das relações existentes nos processos de implementação dos conjuntos habitacionais. No caso, grande parte dos problemas encontrados neste processo vinculam-se a uma difícil conciliação entre a racionalidade instrumental do Aparelho de Estado, e a dissociação (desengate) do próprio aparelho (e consequentemente de sua política) com o caráter autonomizado tanto da "produção científica" no projeto dos conjuntos habitacionais (o concurso público permite a política resgatar o mundo "vivido"), quanto no atendimento do desejo de quem nele vai morar - cujo principal interlocutor são os movimentos de moradia.

Para melhor localizar esta questão, basta olhar para as dificuldades encontradas pela administração petista quando assume o governo da cidade de São Paulo, em janeiro de 1989, ao tentar colocar em prática seu plano de governo, que propunha uma série de modificações, não só das prioridades das políticas públicas (a "inversão de prioridades"), mas também no interior da própria máquina administrativa. Quando foi anunciado que haveria uma necessidade global de redefinição da cultura administrativa desta máquina, nada mais foi esperado do que a substituição de uma postura administrativa que está baseada em uma racionalidade burocrático-jurídica feroz. Racionalidade que impera em vários níveis, no interior da própria máquina, na relação intersecretarial (ou inter institucional) e nas relações estabelecidas com os Poderes Legislativo e Judiciário. O fato agravante desta situação é que as relações de poder existentes nestes processos relacionais, é investido de uma defesa cartorial de interesses, ou seja, defende-se interesses "particulares" alegando-se, a partir da racionalidade burocrático-jurídica, o caráter de imutabilidade de tal estrutura.

Um dos pontos pilares desta proposta de renovação da cultura política, está expresso na participação popular em várias instâncias de decisão da administração. Lido à luz das reflexões de Habermas, este processo poderia ser considerado como de inserção, penetração do "mundo vivido" no sistema, através de uma relação dialógica entre estes dois níveis societários. A política de participação popular, neste sentido, aponta para um

---

[17] op. cit.: 161/2

[18] Habermas: 1987: 485

processo de democratização destas relações, onde as prioridades do "mundo vivido" poderão expressar-se, questionando as formas tradicionais definidas pela racionalidade instrumental do estado (colocada de forma clara através da "política" de custo/beneficio político-financeira).

Os processos de resistência do "sistema" à penetração do "mundo vivido" nas políticas propostas pela Secretaria Municipal da Habitação, que de alguma forma colaboraram para a dificuldade da conquista dos objetivos pretendidos pela alteração da cultura de provisão de habitações populares, podem ser pontuados em dois grupos: o primeiro são os problemas vinculados as ações que procuraram conciliar uma produção habitacional em escala industrial (afinal era necessário o atendimento de um déficit habitacional de um milhão de moradias[19]), com a política de participação popular tanto no que diz respeito à priorização dos investimentos, quanto na elaboração e desenvolvimento dos projetos habitacionais; e o segundo, mais complexo, dos conflitos existentes no interior das concepções técnicas dos profissionais que desenvolveram e implantaram os projetos propostos.

Quanto ao primeiro caso, um dos grandes questionamentos que ocorria no cotidiano dos trabalhos da Superintendência de Habitação Popular - HABI, era qual o limite que uma política pública deveria impor para, de um lado, mitigar a ação centralizada e autoritária do Estado e, de outro, não deixar que se inviabilizasse estas políticas (que além de necessárias eram um compromisso político expresso num plano de governo). Na medida em que as necessidades de habitação eram enormes, as realidades do problema muito distintas, os interlocutores numerosos e, aqui outra questão: os recursos financeiros escassos. Ou seja, o problema estava em como implantar uma política extremamente ampla, que incluía uma sensível melhoria nas qualidades construtivas e arquitetônicas das edificações, determinando prioridades para ações muito diversificadas, tendo muitos interlocutores do "mundo vivido" e com poucos recursos financeiros.

A solução encontrada ocorreu em dois níveis. Um foi regional com a implementação de fóruns de discussão entre os agentes envolvidos, tanto de representantes do Poder Executivo Municipal, quanto de representantes dos movimentos populares. Denominados de "Fóruns de Habitação Popular", estes ocorriam de forma regionalizada e discutiam, a partir das realidades específicas de cada região, a implementação da política, determinando as prioridades das ações. O outro se deu com diálogos constantes com as "instâncias superiores" dos movimentos de moradia, representadas, por exemplo, pela União de Movimentos de Moradia e o Movimento Unificado de

[19] Veja-se Cap. II, em Maricato, 1995

Favelas. Para este caso não foi instituído um canal institucional de participação, pois ocorreram alguns entraves políticos para a aprovação pelo Poder Legislativo Municipal do Conselho de Habitação Popular. De qualquer forma, estabeleceu-se um procedimento constante de consulta a estas instâncias (frequentava-se semanalmente, por exemplo, as reuniões da União de Movimentos de Moradia), onde procurou-se comprometê-las com os procedimentos de definição de prioridades numa escala mais geral do município. O envolvimento destas instâncias na definição das prioridades possibilitou, também, que estas dessem o respaldo político na definição dos recursos orçamentários para a habitação.

Os procedimentos que a Superintendência de Habitação Popular implementou, que viabilizaram a participação dos setores sociais para os quais as políticas estavam direcionadas, mitigou o perigo de que ações centralizadas e não prioritárias pudessem determinar as realizações da HABI; e criou entre os movimentos de moradia a possibilidade (isto nas instâncias regionais) da discussão de onde e como seriam as sua moradias[20]. Este procedimento possibilitou um reconhecimento mútuo das limitações de ambas as partes e levou à esfera do sistema as experiências do mundo vivido. A razão comunicativa entre estes agentes freou a razão instrumental das instâncias de poder.

A política de participação popular não foi a única ação que a Superintendência realizou para envolver parcelas da sociedade nos programas por ela desenvolvidos. A promoção de concursos públicos para a definição de projetos de provisão de moradias, também foi uma forma para o estabecimento de diálogo entre as instâncias técnicas da municipalidade e da sociedade. O ganho possível neste processo é que, se em ambas instâncias técnicas o que as rege é a razão instrumental, o concurso possibilitou a observação de uma amplitude maior de alternativas que foram produzidas por uma diversidade de escritórios que possuíam concepções diferentes do que uma habitação popular. A diferença para a segunda instância é que a racionalidade que mediou as suas propostas estava mais ou menos impregnada de experiências do mundo vivido, ou seja, no caso dos escritórios havia uma potencialidade maior da penetração de uma razão comunicativa, vinda dos diálogos que estes estabeleceram com o mundo vivido (não especificamente um diálogo com aqueles que iriam morar nos conjuntos que projetaram, mas com outras instâncias da sociedade) do que ocorria na relação técnica na produção de moradias promovidas pelo Estado (segundo a sua postura tradicional).

O problema desta alternativa - o concurso - é que a própria postura do Estado estava se modificando, pois, se do ponto de vista técnico houve um avanço na mitigação da ação

[20] Após a definição nos Fóruns Reginais de Habitação das prioridades, discutia-se com a futura demanda os projetos e os detalhes dos mesmos.

da razão instrumental historicamente realizada pelo Poder Público, esta não foi suficiente para aproximar as demandas dos conjuntos (as famílias que neles iriam morar) das discussões sobre os projetos, como posteriomente veio a acontecer naqueles projetados pelos arquitetos e engenheiros da prefeitura (principalmente os elaborados nos escritórios regionais da Superintendência). Isto significa dizer que, se o concurso permitiu, de alguma forma, uma penetração comunicacional nas instâncias técnicas de projeto, ele não possibilitou uma ação mais efetiva do "mundo vivido" composto pelos futuros moradores, porque eles não puderam opinar sobre os projetos. Ao analizarmos as áreas estudadas, observaremos que foi justamente este afastamento entre projeto e demanda que comprometeu os processo de "pós-ocupação"dos conjuntos habitacionais promovidos por HABI.

A discussão técnica reporta ao outro problema viculado à "dissociação" promovido pelo processo de "modernização societária", ocorrido no interior dos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência.

Se a razão comunicativa, ou o diálogo viabilizado pela política de participação popular, efetivou a possibilidade de interpenetração do mundo vivido no sistema no nivel macro da política, este processo não ocorreu de forma muito clara no trabalho técnico, cotidiano daqueles que implementavam os projetos. Se estava claro nesta política que era prioritária a melhoria dos padrões construtivos, arquitetônicos, urbanísticos e ambientais dos conjuntos habitacionais populares, portanto as metas às quais os arquitetos, engenheiros e urbanistas deveriam chegar, esta clareza sobre as metas não existia entre os profissionais da denominada áreas social (constituído basicamente de assistentes sociais, sociólogos, pedagogos e psicólogos).

A falta de definição de um "projeto social" que deveria complementar os "projetos físicos" e trazer para o cotidiano aqueles procedimentos dialógicos que ocorriam nas "instâncias superiores", comprometeu a realização plena do que se pretendia com a política. Isto significa dizer que as atribuições destes profissionais não estava clara, por exemplo, o que um assistente social deveria fazer na implementação de um projeto de provisão de moradia, quanto a demanda (aqueles que nele vão morar) é definida pelos movimentos de moradia? Deveriam averiguar se esta demanda se enquadra nos critérios de atendimento da Superintêndencia? Ou quem deveria fazer isso era o próprio movimento, afinal aquela poderia ser uma ação que interveria na autonomia do movimento? Existem muitos outros exemplos desta falta de esclarecimento, mas a mais grave, do ponto de vista para o que examinamos, é que o trabalho social e o físico de acompanhamento das famílias, desde a sua preparação para o que seria morar em condominio, até após a mudança para os conjuntos (o denominado trabalho de pós-

ocupação) possuiu um caráter técnico instrumental. Ou seja, as relações cotidianas das famílias representada, por exemplo, no processo de mudança de moradia, impôs-se sobre um projeto social e físico que não alcançou, em suas ações dispersas, este cotidiano do mundo vivido.[21] O que ocorreu é que, pela falta de uma orientação geral do trabalho, cada escritório regional acabou implementando uma postura diferente.

Na verdade os dilemas do "trabalho social" estão mais vinculados à sua "natureza" do que propriamente à falta de uma política. Os trabalhos técnicos ao serem regidos pela razão instrumental os afastam do mundo e, portanto, das funções dialógicas da ação comunicativa neles inexistentes (ou quando existem estes são incipientes). Para as ações que vinculam-se aos processos construtivos da habitação (arquitetônicos e de engenharia) a razão instrumental obtém respostas às necessidades por ela imposta (que são a racionalidade da economia e do Estado[22]). Um "projeto físico" para a viabilização da política, neste sentido, torna-se viável, pois bastou conciliar as alterações das concepções de projeto e de construção à lógica do custo-benefício existente na modernização societária. As alterações da cultura de provisão de habitação navegam, neste sentido, na órbita da razão instrumental. Isto não já é verdadeiro para o denominado "trabalho social" na conjuntura de um projeto político que teve por objetivo a participação popular, pois este, poderíamos dizer, tem por natureza uma relação de troca como o seu objeto, que subjetiva-o. O trabalho social, neste sentido, deveria ter sido mais dialogal e penetrar mais profundamente no mundo vivido das relações societárias das comunidades que formaram as demandas dos projetos da Superintendência. Isto porque estas relações trafegam na órbita da razão comunicativa, próximas ao mundo vivido.

Assim o conflito dado tem este duplo caráter: de um lado as normatizações técnicas impõe aos trabalhos executados pelos profissionais da área física e social uma obediência à razão instrumental, que é incorporado diferentemente para cada um, gerando um mútuo afastamento do objeto de seu trabalho (a população); e de outro, que a falta de clareza do que era o trabalho social (pois não definiam-se os limites da razão instrumental - normas e procedimentos na lógica da racionalização da economia e do Estado - e da razão comunicativa[23]), levou a que o seu objeto (as comunidades que

---

[21] Estes processos ocorridos nas áreas analisadas serão trabalhados no capítulo quarto deste trabalho

[22] Habermas, apud Freitag 1995: 142

[23] Dentro das propostas do "trabalho social" existiam duas concepções que foram se implementando no decorrer das atribuições que este trabalho possuia. Basicamente estas concepções vinculavam-se a uma postura assistencialista do trabalho (ou seja, um atendimento restrito ao problema dado, sem possibilitar aos envolvidos - aos atendidos - um envolvimento com os processos decorrentes do caso, não oferecendo a eles a oportunidade de perceberem o que está acontecendo, e portanto, não lhes dando oportunidade de escolha); e uma de processo, onde as ações concebiam os trabalhos enquanto processo (que subentendia um acompanhamento dos casos, numa relação dinâmica para o encontro de comum soluções entre os técnicos e

compunham as demandas dos projetos), não subjetivassem-se pela ação comunicativa, ou quando isso ocorreu, subjetivaram-se apenas parcialmente. O que restou deste conflito, foi o parcelamento e fragmentação das ações, que não propiciaram um adequado resultado para o que se propôs na política.

Outras questões ainda podem ser levantadas neste contexto de reflexões propostas por Habermas, como por exemplo, o quanto o "mundo vivido" dos movimentos de moradia está impregnado da razão instrumental e da dissociação provindos do sistema (principalmente pelas relações de poder que neles existem, inclusive com o poder institucional dos Poderes Legislativos), que prejudicaram as proposta de democratização dos programas da Superintendência e de implementação da política de participação popular. Habermas ainda nos auxilia quando permite uma compreensão da teoria das matrizes discursivas (neste trabalho apresentada a partir das reflexões de Sader, 1988) dentro da ótica da ação comunicativa no interior do mundo vivido. Ou seja, que a presença de um debate entre os discursos de quem formula e implementa a política, com que dela vai usufruir, possibilita entender o quanto de "mundo vivido" existe no interior do sistema (no caso da Superintendência), ou quando este está "povoado" por indivíduos que de alguma forma procuram dialogar com as suas práticas[24].

As reflexões de Habermas auxiliam ainda a uma melhor colocação da questão ambiental, nos contextos de modernidade. Esta questão se desenvolve e vem à tona no momento em que se questiona os modelos de produção que são responsáveis pela satisfação das necessidades dos homem, pois estes além de não estarem dando conta desta sua missão, vêm contribuindo para a queda da qualidade de vida no planeta como um todo. Na verdade o que coloca, é que a natureza é um recurso que se esgota e este esgotamento aliado a uma produção indesejada de resíduos não consumíveis e a uma má distribuição dos "resíduos" (os produtos) desejáveis e consumíveis, e que, portanto deve haver um processo de profundas alterações neste modelo de satisfação das necessidades humanas. A qualidade e preservação do meio ambiente entra no debate contemporâneo na esfera da produção, ou seja, na esfera do sistema. Estando o meio ambiente aí colocado, as ações e reflexões sobre ele passam pela órbita da razão instrumental, pois uma "solução" anunciada para a crise ambiental está justamente na implementação racional de um "desenvolvimento sustentável". Porém tal questão suscita uma outra reflexão, que é onde efetivamente ocorre a crise anunciada. Ela permeia o padrão de consumo da forma de satisfação das necessidade, ou seja, ela ocorre nas

---

os atendidos, para os problemas enfrentados pelas famílias ou comunidades). As atribuições do trabalho social serão tratados no Capítulo III)

[24] Estes pontos serão tratados no terceiro capítulo deste trabalho.

relações cotidianas das pessoas. O consumo de "desejáveis" e o não consumo de "indesejáveis" dinamiza-se no mundo vivido nas relações hodiernas, e estabelece um novo "padrão" de comportamento que obriga a solução de conflito de interesses, como é o caso do destino do lixo, ou do uso dos recursos hídricos, ou ainda do direito ao silêncio entre vizinhos. A questão ambiental no nível do cotidiano impõe, neste sentido, a obrigação de uma relação dialógica entre as partes, ou seja, uma razão comunicativa.

Esta é a riqueza deste tema, sua dupla face o "meio ambiente do sistema", da razão instrumental, e o "meio ambiente vivido", da razão dialógica das relações societárias cotidianas. É sobre este duplo movimento, entre o meio ambiente e meio ambiente vivido que é feita a leitura dos processos pelos quais a Superintendência de Habitação Popular passou na implementação de uma política habitacional (onde repousava a concepção de meio ambiente do sistema) que tentava dar conta dos aspectos ambientais do mundo onde as pessoas iriam moram (o meio ambiente vivido).

Além disso esta questão obriga, como foi colocado, a que se estabeleça uma relação dialógica entre os agentes que estão em uma situação de conflito, para a solução de um problema ambiental. Numa escala institucional (conflito entre Estados por causa da poluição das água de um rio, por exemplo) isto significa dizer que terá que haver algum nível de negociação entre eles, para que se resolva a questão. Mas não é uma negociação unicamente através da "lógica da razão instrumental", pois as solução efetivas para os problemas ambientais devem passar pela alteração de processos produtivos e, portanto, do consumo da vida cotidiana. O meio ambiente, ou a questão ambiental pode levar aos caminhos para que se dêem os diálogos entre o mundo vivido e o sistema, mitigando as aventuras da ação da razão instrumental na alta modernidade.

3. As contribuições de Giddens para o entendimento da Modernidade: Modernidade e Pós-Modernidade: a Modernidade Radicalizada

Giddens em "As Conseqüências da Modernidade", traz contribuições ao debate sobre o "fim" da modernidade e concorda, como Habermas, que o seu "esgotamento" é um tema inerente a ela mesma. Para ele, uma das mais instigantes e não menos profundas, característica da modernidade é o seu poder de reflexibilidade, de pensar sobre si mesma. No caso específico dess discussãoo que se atribui ser a pós-modernidade,

parte da reflexão estética sobre a natureza da modernidade[25], mas a pós-modernidade é algo diferente. Se ela efetivamente acontece, não é algo que pode ocorrer somente na superfície da vida da sociedade.

> "Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social"[26]

Quais seriam então os motivos que dariam substância à polêmica da existência de um processo de pós modernidade? Para o autor três seriam os motivos básicos:

1. o fato de que descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza;

2. que a "história" é destituída de uma teleologia e consequentemente, nenhuma visão de progresso pode ser plausivelmente defendida; e

3. que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.[27]

Tais motivos ao contrário do que aparentam, ao invés de mostrar que a realidade coloca em cheque os pilares iluministas, mostram justamente que a modernidade, mais que qualquer outro momento da história social, pode pensar sobre si, ou seja, realiza uma crítica sobre as suas concepções e análises da realidade. Giddens lembra que o caráter de reflexibilidade da modernidade encontrou duas de suas grandes expressões em Nietzsche e Heidegger. O autor afirma que ambos

> "vinculam a modernidade à idéia de que a 'história' pode ser identificada como uma apropriação progressiva dos fundamentos racionais do conhecimento. Segundo eles, isto está expresso na noção de 'superação': a formação de

---

[25] Como também coloca Habermas apud Freitag 1995: 156
[26] Giddens 1991: 53
[27] idem

> novos entendimentos serve para identificar o que tem valor do que não tem, no estoque acumulativo do conhecimento".[28]

Ao se afastarem das propostas iluministas acabaram abandonando a noção de "superação crítica".[29]

Essa reflexibilidade apontada por Giddens, para os autores, identifica o poder que a modernidade tem para refletir sobre si, ou seja, Nietzsche pensa uma "ruptura" modernidade/pós-modernidade a quase um século, refletindo sobre os "pressupostos ocultos do próprio Iluminismo". Giddens coloca, portanto que,

> "é difícil resistir à conclusão de que a ruptura com a aceitação de fundamentos é uma linha divisória significativa no pensamento filosófico, tendo sua origem entre meados e fim do século XIX. Mas certamente faz sentido ver isto como a 'modernidade vindo a entender a si mesma' ao invés da superação da modernidade como tal".[30]

O entendimento do caráter de desenvolvimento, de progresso, que propõe a modernidade, não deve levar à sua superação, mas ao contrário deve permitir um maior poder de entendimento. A reflexividade da razão sobre ela própria, como coloca Giddens, é o grande enigma que a modernidade comporta e é por esse motivo que alega ser difícil acreditar que ocorra hoje um processo de sua superação.

Fatos como o "fim da história", o privilégio do tempo em detrimento do espaço, da particularidade ao todo, são características que determinariam, num exame superficial, o fim do desiderato Iluminista, principalmente a partir da concepção de progresso, de desenvolvimento crescente da humanidade. A atual fase em que vive a sociedade ocidental é pontuada por esses fenômenos. O que o autor vai procurar mostrar é que, numa análise mais aprofundada, a própria modernidade traz consigo essas contradições. Por exemplo, tempo e espaço diluem-se, num contínuo afastamento, onde instituições modernas se posicionam de forma distinta tempo-espacialmente.

---

[28] ibidem
[29] ibidem
[30] op. cit.: 53/4

Anteriormente, nas sociedades tradicionais a vida era regida pela relação tempo-espacial:

> "(...) 'o quando' era quase, universalmente, ou conectado a 'onde', ou identificado por ocorrências naturais regulares".[31]

3.1. Identidade e confiança: o reencontro com o lugar

O conceito de tempo-espaço permeia as relações sociais estabelecidas pela modernidade, pois a "invenção" do tempo, a partir do que chama de "zoneamento do dia" - as hora definidas para a realização de atividades - acaba por esvaziá-lo, retirando seu caráter cultural e ao fazer isso, acaba por também "esvaziar o espaço". O autor coloca dois pontos fundamentais. Um é que a coordenação do "tempo inventado", ou a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço[32]; e a outra é que o esvaziamento do espaço, rompe com a unidade entre espaço e lugar existente nas localidades pré-modernas.

> "(...) em condições de modernidade, o lugar torna-se cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distintas deles. O que estrutura o local (o que se refere ao físico da atividade social, o lugar) não é simplesmente o que está na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza".[33]

E ainda,

> "O primado do lugar nos cenários pré-modernos tem sido destruído em grande parte pelo desencaixe e pelo distanciamento tempo-espaço. O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente. O local e o global, em outras palavras, tornou-se inexplicavelmente entrelaçados. Sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistem. Mas eles mesmos estão

[31] op. cit.: 26
[32] op. cit.: 27
[33] idem

> desencaixados: não expressam apenas práticas e envolvimentos localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes. Até a menor das lojas da vizinhança, por exemplo, pode muito bem obter suas mercadorias de todas as partes do mundo. A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares, tidos como garantidos, mas em boa parte uma expressão localmente situada de relações distanciadas. E todos os que vivem nos diferentes locais das sociedades modernas estão cônscios disto. Qualquer que seja a segurança que os indivíduos vivenciam como resultado da familiaridade do lugar reside tanto nas formas estáveis de relações desencaixadas quanto nas particularidades de localização. Se isto é mais óbvio quando se fazem compras no supermercado local do que na mercearia da esquina, a diferença não é fundamental".[34]

A condição de esvaziamento espaço temporal compõe uma das principais características da modernidade denominada pelo autor de "desencaixe". Ou seja, o vazio, a falta de conexão entre tempo e espaço produzem as "articulações desencaixadas", eliminando os "encaixes" existentes nas particularidades dos contextos de presença em condições pré-modernas. Isto significa dizer que na modernidade uma nova coordenação espaço-temporal "permite múltiplas possibilidades de mudanças liberando das restrições dos hábitos e práticas locais".[35] Assim o desencaixe seria o deslocamento das relações sociais de ter contextos locais de interação e a sua reestruturação através de extensões intensificadas de tempo-espaço - o limite contemporâneo disto é o fenômeno da globalização. Assim, o que há na modernidade é o estabelecimento de novas relações espaço-temporais. Deixa-se de lado a situação de estar presente numa relação de espaço-tempo, que sempre existiu e estabelece-se um estado de presença que "desvinculou-se" do espaço, estando ligado apenas ao tempo, que tem começo, meio e fim. A reação "pós-moderna" a esta situação é a reconstrução, ou o reestabecimento, de relações de intimidade com lugar.

Harvey (1992) e Soja (1993), entre outros, atribuem a uma condição de pós-modernidade a recuperação do espaço na agenda das preocupações das análises sociais. Giddens lembra que este é, na verdade, um fenômeno que ocorre dentro da modernidade, pois o que está em jogo aqui é uma transformação da intimidade. Para o autor, uma das características da modernidade é a existência de laços de confiança em coisas ou situações, que para o indivíduo são, na maioria das vezes, abstratas; cita, por

---

34 op. cit.: 110/11
35 op. cit.: 29

exemplo, uma viagem aérea, que é realizada sem que se saiba exatamente o que faz um avião levantar vôo e prosseguir seguro ao seu destino. Entre os fenômenos que sustentam as relações de confiança está a intimidade, não propriamente com os procedimentos, mas com a situação, ou seja, o passageiro pode não ter intimidade com os procedimentos técnicos (física, aerodinâmica, navegação, etc.), mas se habituado a voar, com certeza o aeroporto, o modelo do avião, os procedimentos de embarque, etc., são intimos para ele, o que lhe dá uma sensação de confiança e portanto de segurança.

Assim confiança e intimidade restabelecem os encaixes necessários para a vida em sociedade. O lugar se coloca como um elemento de intimidade, porque ele passa a ser referência básica de novas situações grupais, que possuem como base a comunidade. Isto é, o lugar passa a figurar entre os referenciais de intimidade dos grupos sociais, porque a transformação da intimidade está associada à transformação da comunidade. O autor vincula a existência da comunidade ao pertecimento a um lugar, portanto, não existe comunidade se esta não possui uma expressão espacialmente representada.

Neste processo contraditório que comporta a desvinculação do indivíduo (o desencaixe) numa situação de globalização, ou como denomina Habermas de desacoplamento entre o sistema e o "mundo vivido" e o restabelecimento de condições de intimidade societárias (Maffesoli, 1995), Giddens vai mostrar, que é somente na efetiva superação da modernidade, numa situação que denomina de "realismo utópico", que poderá haver uma politização do global, que irá, vinculada à politização local, disciplinar os efeitos da globalização.

Maffesoli [36] como é de sua característica, em artigo[37] tece duras críticas aos intelectuais que não dão conta de teorizar sobre a realidade social em que vivemos. Ou seja, o arcabouço teórico em que trabalham baseia-se em categorias dadas e uma "parte mais importante das análises em curso está contaminada pela lógica da necessidade de serem normativas, justificativas, levando pouco em consideração o que é, o que deveria ser". Ele fala de uma mudança qualitativa que está se operando na sociedade, o que produz um desencantamento político e sindical, a saturação do "contrato social" e o grande erro da "intelligentsia", universitários, jornalistas e formadores de opinião, é a busca de solução para esta situação no velho conceito da filosofia política de "sociedade civil", elaborada no século 19. Para ele este conceito mascara as cisões que hoje ocorrem no corpo social e a principal é o surgimento do

[36] Quando será tratado mais adiante no tema sobre o cotidiano
[37] Mafessoli, 1995.

homo aistheticus que " está preocupado, antes de mais nada, em experimentar emoções coletivas, em pequenas 'tribos' das quais participa". Isto é, este homem

> "privilegia o que é próximo, familiar, cotidiano. Ele dá importância ao consenso em seu sentido cronológico, *cum sensualis*, ou seja: comunhão dos sentimentos. Esse consenso está antes de mais nada, centrado no que podemos chamar de 'proxemia'. Em todo os campos (trabalho, cultura, sexualidade), é dada prioridade, por bem ou por mal, ao sentimento de pertecimento"[38].

Maffesoli lembra que esse consenso nada tem a haver com o modelo do contrato social, que é "determinado por um desenvolvimento racional e previsível". Ao contrário ele ocorre por situações complexas ("uma arborescência de ramificações complexas") e seus efeitos são aleatórios. São os meandros das paixões e dos sentimentos coletivos, que não são verbalizados em manifestos ou programas clássicos, que se manifestam em práticas às vezes banais, que marcam profundamente o corpo social. Assim "o social não se inscreve mais nos quadros de uma história em marcha, e também não se situa contra a história - ele se põe à sua margem. Mais exatamente, ele explode o conceito de centralidade histórica numa multiplicidade de centralidades subterrâneas, cada qual com sua história". Tal heterogeneidade acaba por não permitir a redução da vida social ao que "comumente chamamos de relações sociais". Isto porque estas relações sociais "repousam sobre um ethos, um modo de ser que a modernidade considerou como um dado de menor importância", que é a socialidade, algo diferente de "sociabilidade". Maffesoli esclarece que

> "ao social pertence a solidariedade mecânica, a instrumentalidade, o projeto, a racionalidade e a fidelidade. A socialidade, ao contrário, assiste ao desenvolvimento da solidariedade orgânica, da dimensão simbólica (comunicação), da preocupação com o presente"[39];

e para ele, esta comunhão do sentimento é o verdadeiro cimento social. Por fim, não sem antes galgar por um pantanoso terreno, quando propõe uma nova atenção ao populismo, que não passa de outra forma de dizer o "ideal comunitário", ele termina o artigo colocando que é necessária a realização de um diagnóstico que deveria permitir-nos perceber nessa tribalização da sociedade não só os aspectos desestruturadores da antiga ordem, como também aqueles que anunciam outro tipo de harmonia.

---

[38] Idem
[39] Ididem

Está claro que as posturas teóricas de Maffesoli diferenciam-se das de Giddens, mas de qualquer forma o que está colocado, é que a segurança como elemento que viabiliza os reencaixes sociais, está mais próxima de relações de intimidade expressas em níveis comunitários, do que em instituições globais, ou de "solidariedades totalizantes", ou universais. A intimidade como manifestação concreta de confiança encontra, na modernidade, seu locus em situações comunitárias.

Giddens acrescenta ainda, que a noção de comunidade compreende diversos conjuntos de elementos e que estes devem ser distinguidos, tais como: relações comunais *per se*; relações de intimidade pessoal entre pares; e relações de intimidade sexual. E, concordando com Maffesoli, se estes conjuntos forem embaraçados, pode-se desenvolver um ponto de vista diferente a partir de cada um.[40]. Está aqui colocado o aspecto mais rico desta característica da modernidade - a reflexibilidade, pois dependendo da porta de entrada que escolhemos, a leitura da comunidade será diferente. No caso do urbano, da sociedade urbana, as relações de intimidade que nela se criam permitem, ou obrigam, que não se tenha uma única maneira de se "olhar a cidade", pois este olhar vai depender da forma de como "entramos" nela. Isto porque a cidade que é, ao mesmo tempo, um espaço desterritorializado - nela se produz e se reproduz situações globais - e externamente territorializado, quando observamos, com uma lupa, os níveis mais íntimos de relações grupais. Assim é, por exemplo, São Paulo: um centro cosmopolita que navega dentro da órbita mundial, que é permeado em seus interstícios por relações íntimas locais, lhe dando uma característica mosaica.

É neste sentido que Giddens chama a atenção e ajuda a entender a contradição entre o desenvolvimento de identidades comunais em contraste com o avassalador ritmo da globalização, ou seja, "no sentido de uma afinidade encaixada ao lugar, a comunidade tem sido de fato em grande parte destruída, embora se possa discutir o quão longe foi este processo em contextos específicos".[41] E acrescenta uma citação de Robert Sack:

> "Para ser um agente, é preciso estar em algum lugar. Este sentido de lugar básico e integrativo veio a ser fragmentado em partes complexas, contraditórias e desorientadoras. O espaço está se tornando muito mais integrado e no entanto territorialmente fragmentado. Lugares são específicos ou únicos, embora em muitos sentidos eles pareçam genéricos e iguais. Lugares parecem estar 'lá fora', e no entanto são constituídos

40 Giddens, op. cit.: 119
41 idem

> humanamente... Nossa sociedade armazena informações sobre lugares, e contudo temos pouco senso de lugar. E as paisagens que resultam dos processos modernos parecem ser pastiches, desorientadores, inautênticos e justapostos".[42]

O que está colocado, neste sentido, é que neste momento da modernidade, que para Giddens nada mais é do que a "Modernidade Radicalizada", há um complexo processo de mudança que não ocorre apenas com um novo entendimento do que venha a ser a relação espaço-tempo. Não se trata de mudança do *lugar*, ou de mudanças sociais em novas relações de confiança e de comunidade, mas o que há é uma transformação da própria natureza do pessoal, daquilo que é íntimo para cada indivíduo, ou grupo (a identificação de intimidades que dão coesão ao grupo). Essa mudança na natureza do pessoal torna-se parte das situações sociais de modernidade, da mesma forma que situações abrangentes de distanciamento tempo-espaço.[43] Este novo sentido do pessoal e a noção tempo-espaço na modernidade, tem pouco a haver com as situações não-modernas. É por isso que fica difícil considerar-se que o atual estágio de "recuperação", de retomada do indivíduo ou do espaço, como sendo algo fora da modernidade, porque tudo isso - indivíduo, tempo não linear e espaço/lugar não modernos - é uma outra coisa, possuem uma outra natureza e o que se discute ser o pós-moderno não é esta "outra coisa", mas é a "coisa" modificada e refletida pela própria condição moderna; como é, por exemplo, o caso a confiança, que hoje não é algo dado, hereditário, familiar, que sempre teve um lugar, ao contrário, a confiança e o sentido de pertencer são hoje processos de construção, lentamente trabalhados, como Giddens diz:

> "trabalho que significa um *processo mútuo de auto-revelação*".[44] (...) "a descoberta de si torna-se um projeto diretamente envolvido com a reflexividade da modernidade"[45].

Na psicologia há um debate que, de certa forma, contribui para esta polêmica. Aqui faremos, por uma questão de limitação teórica e de conhecimento, apenas uma pequena referência à teoria Junguiana a partir de Edward Edinger. Segundo o autor:

---

42 Sack, abud. Giddens, op. cit. pag. 119-20
43 op. cit.: 122
44 op. cit.: 123
45 op. cit.:. 124

"toda sociedade apresenta categorias suprapessoais (arquétipos) em seu ritual coletivo de vida (religiosa, por exemplo). É bastante duvidoso que a sociedade consiga sobreviver por qualquer período sem contar com algum sentido comum, compartilhado de consciência dessas categorias transpessoais. (...)

A moderna sociedade ocidental ainda dispõe de um recipiente que funciona para acolher essas categorias suprapessoais ou arquétipos. Ou, como diz Eliot, temos 'um monte de imagens quebradas? '"[46]

A polêmica é dada, quando o autor reflete sobre Eliot:

"Este poderoso poema (*The Waste Land*) expressa a alienação individual e coletiva característica de nosso tempo. O "monte de imagens quebradas" certamente constitui uma referência aos símbolos religiosos tradicionais que, para muitas pessoas perderam o significado. Vivemos num deserto, sem poder encontrar uma fonte de água vital".[47]

A desestruturação do Leste Europeu, "após" a queda do Murro de Berlim e de forma quase que emblemática a situação da ex-luguslávia, parecem expressar o estado de crise do desiderato da Modernidade. Uma "categoria suprapessoal" - o estado, o ideário, a teleologia da história - cai por terra "do dia para a noite", fomentando o surgimento de "categorias" próximas do pessoal, do íntimo, do local. Há uma busca por novas categorias suprapessoais, na recuperação dos "rituais coletivos" baseados em categorias étnicas, na raça e religião, ou seja, no mais profundo da identidade grupal (como se referiram Giddens e Maffesoli). Edinger ainda coloca que:

"O homem moderno necessita urgentemente restabelecer um contato significativo como a camada primitiva da psique. Não me refiro à experiência compulsiva dos afetos primitivos inconscientes, que constitui um sintoma de dissociação. Refiro-me ao modo primitivo de experiência, que vê a vida como um todo orgânico (...) que serve de função de cura porque simbolizam o patrimônio que herdamos da totalidade, daquele estado original em que ligados à natureza e às energias transpessoais que nos apoiam."[48]

---

46 Edinger, 198: 100

47 op. cit.: 79

48 op. cit.: 147. Seria o reengate entre o mundo vivido e o sistema de Habermas, para permitir processos de auto-esclareciemnto de sujeitos e grupos na busca de orientação para suas ações.

O desmonte de formas de controle supra-estruturais, representados pelo poder político de um estado extremamente controlador, exigiu o afloramento destas categorias profundas. Parece significativa a figura da morte do casal de jovens namorados Bosko Brekic sérvio e Admira Ismic croata, em 1993, sobre uma ponte em Sarajevo, que representava a limitação espacial de sua existência comum. Não poderia ser outro o final trágico da "Romeu e Julieta" da Alta Modernidade.

Na teoria junguiana este retorno ao profundo só é possível com a integridade do si-mesmo, que por sua vez, é mediatizado pelas categorias transpessoais. Edinger deixa claro que estas categorias, os arquétipos - que compõem a energia sutil que nos sustenta - está hoje fundada em elementos próximos ao indivíduo, às experiências que comportam a "vida como um todo orgânico", a comunidade (o mundo vivido). O deserto, as imagens quebradas, o mundo fragmentado, o mundo escuro, a perplexidade, representam o esgotamento de determinados elementos que cumpriram a função de arquétipo, cuja organicidade, que se dava em situações de totalidade, deixou de existir. A reflexividade da modernidade deu cabo destas formas de arquétipos. O reencontro do si (o si-mesmo), necessita assim, de outras formas de arquétipos, que se darão em situações de comunidade, num processo de redimensionamento da reflexividade moderna.

Giddens aponta que a "descoberta do si", do processo mútuo de alto revelação, levará a um viável estado de "realismo utópico", onde uma política de auto identidade (o auto esclarecimento de Habermas) irá se construir a partir de uma política de auto-realização, ou seja, uma política da vida[49]. Esta política da vida estará diretamente vinculada por uma política emancipatória, mediatizadas por uma politização local e outra global [50]. A interface prática desta estrutura está nos movimentos que buscam a liberdade de expressão/movimentos democráticos (a política da vida), nos movimentos ecológicos e de contra cultura (política emancipatória), nos movimentos trabalhistas (politização local) e nos movimentos pacifistas (a politização global). Daqui partir-se-á, enfim, para um estado de real pós-modernidade e daí para a situação de pós-escassez: uma ordem global vinculada a um sistema de cuidado planetário, ligados a uma organização econômica socializada e a uma transcendência da guerra.[51]

---

[49] Ver Habermas apud Freitag 1995, pag. 116.
[50] Giddens, 1991: 156
[51] op. cit.: 166

Neste contexto cabe uma pequena reflexão sobre a questão ambiental. Primeiro que tal questão só tem relevância quando ela possui um significado de referência, não no sentido de subordinação ontológica da natureza com relação ao homem, mas parâmetro de significação (que a natureza deve compor o arcabouço de identidade do homem); e, em segundo, que a noção de melhoria das condições ambientais amplia-se mais que a noção de melhoria das condições de saúde, trabalho, qualidade da moradia, do ar, das águas, salubridade, etc., ou seja, deve ter, sobretudo, o sentimento de pertencimento. A identidade com o lugar, a referência em locus territorializado é de fundamental importância, numa avaliação, ou num referenciamento ambiental. Não se trata somente da relação de indivíduos em um ecossistema, no sentido biológico, ou do empregado ao ecossistema urbano, mas como as relações de identidade individual (o si mesmo) e grupal (a comunidade) são construídos e delas resultam o lugar. Vidas humanas convivendo em situações de absoluta relação de desencaixe tempo-espacial, ausência do lugar e de história sem referências ao particular, seriam plenamente passíveis de "destruição", porque não haveria "razão" de preservação de uma identidade que não existe - elas são vulneráveis.

É interessante o argumento de preservacionistas que lutam contra a ampliação da avenida Brigadeiro Faria Lima, na cidade de São Paulo. Para eles tal avenida significa a destruição da característica de vila que possuem alguns bairros por onde ela vai passar (principalmente a Vila Olímpia, que em seu nome traz esta característica), alterando radicalmente uma "identidade comunitária" daquela região. A questão que colocam é que a introdução de uma via de circulação cuja característica é apenas de passagem, introduzirá no "bairro" um elemento que não é típico a ele. A avenida traz a "cidade que passa" e que fixa o que nela não vive. Ela é a cidade que passa, pois é meio de se chegar em outro lugar, não é vínculo, é passagem. E fixa o "não vivido", porque torna-se exclusivamente lugar de trabalho e de troca de bens materiais (não que no lugar do trabalho não se viva, mas a referência ao vivido aqui é quanto ao lugar onde se mora, por mais que nele não se deposite a maior quantidade de horas das pessoas, porque é o lugar das trocas de bens não materiais e é o lugar de pertencimento - o lar, a domus). A Vila Olímpia, mais que Pinheiros e o Itaím Bibi (outros bairros por onde passa a nova avenida), é neste sentido, um bairro onde as pessoas ainda vivem e moram mais intensamente em quantidade e qualidade (como um típico bairro residencial), que naqueles onde a característica de passagem e "não vivido" são marcantes.

Portanto a questão ambiental deve se situar neste contexto, isto é, conservar, preservar, só se torna relevante se de um lado, o que se preserva tiver sentido de lugar e, de outro, que o que for preservado tenha referências no homem (não basta considerar um

determinado ecossistema de relevância ambiental para transformá-lo numa reserva ecológica e nela desconsiderar-se e até mesmo impedir a atividade humana - de caça, ou pesca, por exemplo - tal reserva só tem razão de existir se ela contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos homens, inclusive os dos que lá moram). Aliás a criação desse tipo de reserva ecológica parece uma ação da destruição crítica ao contrário, mas isto é um assunto que será tratado mais adiante.

O que fica claro, portanto, é que a análise ambiental deve diagnosticar situações de desencaixe tempo-espaciais (o lugar) e as ações de políticas ambientalistas devem constituir, possibilitar situações de reencaixe, quando elas não existem (criação de identidades "comunitárias" que produzem o lugar).

4. História e tempo-espaço "Pós-Modernos"

Para Giddens é neste contexto que se coloca a questão da história, onde a chamada "historicidade radical", que está associada à modernidade, depende de modos de "inserção" no tempo e no espaço.[52]

> "Um sistema de datação padronizado, agora universalmente reconhecido, possibilita uma apropriação de um passado unitário, mas muito de tal `história' pode estar sujeito à interpretações contrastantes. Em acréscimo, dado o mapeamento muito geral do globo que é hoje tomado como certo, o passado unitário é um passado mundial; tempo e espaço são recombinados para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência".[53]

Ele ainda diz que a história humana é marcada por certas descontinuidades e portanto, não pode se pensar em formas homogêneas de desenvolvimento.[54] A clareza sobre a situação atual, deve compreender a necessidade de se desconstruir o seu enredo evolucionário.

---

52 op. cit.: 28
53 op. cit.: 29
54 op. cit.: 13

"A história não tem forma 'totalizadora' que lhe é atribuída por concepções evolucionárias. O evolucionismo tem mais influência no pensamento social do que as teorias teleológicas da história. Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação".[55]

A idéia de tempo-espaço e de história (e a ela embutida a cultura do progresso e da confiança na tecnologia - denominado por ele de "sistema de peritos" - o conhecimento perito, o chamado "estado da arte") é que são os principais alvos que devem estar mediados numa reflexão sobre o desmascaramento da pós-modernidade.

A crítica de Giddens sobre as formas como os conceitos de tempo e espaço e como a história sempre foram usadas pelas ciências sociais, causaram-lhe muitas controvérsias. Edward Soja[56] recompõe a obra de Giddens destacando seu esforço para o encontro de novos caminhos para a sociologia, realçando o esforço daquele autor no resgatar dos conceitos de espaço e tempo, extremamente necessário para a compreensão da atual fase da sociedade. Para Soja é justamente nesse resgate que se encontra o grande mérito de Giddens e lembra que o autor trabalha de uma forma totalmente contraria à teleologia evolucionista do marxismo. Isto deve-se à falta de estudos sobre a imensa diversidade de grupos sociais existentes quando Marx elaborou sua teoria da passagem do tribalismo para o socialismo. Giddens coloca esta polêmica em seu livro "A contemporaty critique of Historical Materialism"[57], quando diz que não existem estudos de materialismo histórico sobre o evolucionismo social/materialista. Soja lembra ainda que naquele trabalho Giddens propõe a introdução do tempo e do espaço na teoria social, que segundo o primeiro, seria a própria Geografia[58]

"À construção da história acrescenta, a princípio meio desajeitadamente e sem plena consciência de suas implicações, o que se poderia descrever como a "construção da geografia" a produção social do espaço embutida na mesma dialética da praxis. A *Crítica* pleiteia a injeção da temporalidade e da espacialidade no cerne da teoria social, e vincula e enquadra a teoria da estruturação em relação tempo-espaço. (...) Os sistemas sociais são

---

55 op. cit.: 15

56 Soja 1993: capítulo 6 "Espacialização: uma visão crítica da visão giddensiana".

57 Giddens, 1981

58 Preocupação central de Soja, visto que se trata de um geógrafo.

concebidos como práticas situadas, relações padronizadas (estruturadas) que se reproduzem socialmente no tempo e no espaço, como história e geografia".[59]

Isto significa dizer que o marxismo tem dado conta de explicar o modo de produção capitalista, porque nele há efetivamente uma separação entre o econômico e o político e porque no capitalismo o tempo e o espaço fazem parte do modo de produção, o que não acontece em sociedades não capitalistas. Giddens diz:

"A história não deve ser equacionada à historicidade, pois esta última está claramente ligada às instituições da modernidade. O materialismo histórico de Marx identifica equivocamente uma a outra e assim apenas atribui uma falsa unidade ao desenvolvimento histórico como também falha em discernir adequadamente as qualidades específicas da modernidade. (...) a historicidade significa o conhecimento com o passado como um meio de romper com ele (...). A historicidade, na verdade, nos orienta principalmente para o futuro (...). A 'futurologia' - o mapeamento de futuros possíveis/desejáveis/disponíveis - se torna mais importante que mapear o passado."[60]

Giddens reivindica, assim, um método que analise a relação que as sociedades fazem entre o tempo e o espaço, não de maneira isolada, mas aliados à existência do estado (instituição fundamental da modernidade) e do entendimento de que tipo é este estado. Para ele os estados-nação não são puramente governados por considerações econômicas, reais ou percebidas, mas que também estão em jogo o poder de influência deste estado pela combinação de seus níveis de riqueza e de sua força militar, ou seja, estes estados constituem seu poder por sua capacidade de soberania.

"Eles (os estados-nação) não operam como máquinas econômicas, mas como 'atores' ciosos de seus direitos territoriais, preocupados com a promoção de culturas nacionais, e tendo envolvimentos geopolíticos estratégicos com outros estados ou alianças de estados".[61]

---

59 Soja: 173
60 Giddens, 1991: 56
61 op. cit.: 77

É neste sentido que se coloca a relevância da concepção tempo-espacial nas sociedades modernas, que nunca deixaram de existir, mas estavam, segundo Giddens, sombreadas pela urgência imposta pelo historicismo.

Soja lembra ainda que vai ser no livro "A constituição da sociedade" de 1984, que Giddens vai reafirmar o espaço como categoria de análise fundamental:

> "A frase parece bizarra, mas os seres humanos realmente ´fazem sua própria geografia`, tanto quanto ´fazem uma própria história`. Em outras palavras, as configurações espaciais da vida social são um tema de importância tão básica quanto o são as dimensões da temporalidade".[62]

Soja, por fim, coloca sobre a obra de Giddens:

> "A meu ver, a instalação do poder numa ontologia explicitamente espacializada da sociedade, e portanto, nas interpretações da construção da geografia, ao lado da construção da história, constitui o principal feito de Giddens. (...)
>
> Dar sentido à modernidade contemporânea, ou à pós-modernidade, se preferirem, não é algo que possa fazer mediante o simples anúncio da equivalência lógica e metodológica da história, geografia e da sociologia em suas feições modernistas, e a exaltação da fecundidade de suas religações nascentes. Todo o tecido da moderna visão acadêmica e intelectual do trabalho que definiu, fechou e reificou essa disciplina, desde o final do século, precisa ser remoldado. Assim o sociologismo residual de Giddens assume uma nova significação, pois a sociologia tão ricamente consolidada e aplicada por ele destaca-se, hoje, como um dos muitos monumentos disciplinares reificados que precisam ser desconstruidos para que possamos lograr êxito em fazer qualquer coisa nova".[63]

As colocações de Giddens e as reflexões que Soja faz sobre ele, auxiliam a uma melhor compreensão do debate que se faz sobre a modernidade e a pós-modernidade, principalmente no escopo das ciências sociais. Mas o que está claro, de qualquer forma,

---

62 Giddens apud. Soja: 188
63 op. cit.: 189/90

é que a idéia de que a modernidade estava "esgotando-se" é um tema que sempre esteve presente neste debate, pois as grandes questões ligadas a desumanização das relações sociais acompanhavam um dos principais atributos dos desígnios da modernidade, que é o progresso, visto a partir do desenvolvimento dos meio de produção. O limite extremo deste progresso[64] está expresso na destruição da guerra (se vista como um momento de redistribuição de mercados).

5. A modernidade e o progresso: a destruição criativa

David Harvey em "A Condição Pós-Moderna" chama a atenção para o fato de que uma das formas de caminho ao progresso no ideário Iluminista, é o da "destruição criativa":

> "A imagem da 'destruição criativa' é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?"[65]

Mais adiante Harvey considera como proféticas as opiniões de Gertude Stain, em 1938, sobre Picasso e a posição de Schumpeter (que considerava a destruição criativa o *leitmotif* progressista do desenvolvimento benevolente), pois elas

> "precederam o maior evento da história da destruição criativa do capitalismo - Segunda Guerra Mundial."[66]

Talvez a II Guerra Mundial seja o maior exemplo de descontrole do "carro de Jagrená[67] da modernidade" no qual Giddens se referia quando trata das situações de risco e

---

64 Harvey, 1992
65 Soja, op cit: 173
65 Harvey, 1992: 26
66 op. cit: 27

segurança ontológica da modernidade.[68] É por este motivo que cabe uma pequena observação sobre ela. Giddens também lembra que uma das características da modernidade é a existência dos chamados "riscos de alta-consequência", e entre eles enquadram-se a guerra em grande escala. É a respeito destes riscos que o autor faz um paralelo ao carro de Jagrená da modernidade, onde cada um de nós tem que dirigi-lo ao mesmo tempo que nos jogamos sob sua rodas. Mas este momento da história contemporânea da humanidade está magnificamente representado no filme "A Arquitetura da Destruição" (The Architeture of Doom), uma produção de 1989 de Peter Cohen. O filme documenta a busca de uma estética nazista, baseada no resgate dos valores estéticos clássicos, eliminando-se os "horrores" implementados pela razão crítica nas artes plásticas e pelos efeitos da modernidade na vida cotidiana. Os genocídios implementados na II Gerra Mundial, também originariam-se nesta busca pelo "belo", que vingaria no "novo mundo" nazista. "Os pintores degenerados, os expressionistas e modernistas em geral, sabiam que estavam fazendo quadros 'feios'. A feiura, as não-mais belas artes de que falava Hegel, passavam a fazer parte do repertório estético moderno. Tratava-se, em grande parte das realizações estéticas deste século, de fazer uma arte mais 'verdadeira' do que 'bonita'. Mais de denúncia do que de evasão. Nazismo, bolchevismo e modernismo surgem a partir de um diagnóstico semelhante, o da exaustão da cultura burguesa, e de um receituário parecido do ponto de vista teórico: destruir para purificar".[69]

É neste sentido, que se enquadra uma análise mais ampla do projeto nazista. O embelezamento do mundo, uma nova estética racial fundava-se na razão, mas não numa razão burguesa cidadina, decadente, mas numa razão purificadora que iria resgatar o homem ao um ideário superior clássico. Os nazistas odiavam o que a própria modernidade criou: o caos urbano, a decadência da burguesia, a insalubridade, a demência, e, no limite, a razão crítica (alguns dos desencaixes de Giddens). E para isto bastaria destruir tudo para reconstruir uma sociedade anti-séptica, limpa, clara, branca, acriticamente racional - e para tanto criaram os mais fantásticos artefatos de destruição e entre eles os mais terríveis: o míssil balístico e as ogivas nucleares. No filme, que na verdade é um documentário, existem declarações de oficiais nazistas de que Paris só foi poupada de ser literalmente destruída por Hitler, porque a "Nova Berlim" - a nova "cidade luz" - a nova expressão urbana da razão purificadora humana, não estava pronta. Cidade de dimensões monumentais tinha por função reestruturar a vida

---

67 O termo vem do hindú Jagannâh, "senhor do mundo" que é um título de Krishna: um ídolo desta deidade era levado pelas ruas num grande carro, sob cujas rodas, conta-se, atiravam-se os seus seguidores para serem esmagados. (Giddens, op. cit.: 133)

68 Giddens: pag. 133

69 Coelho 1995

cotidiana e dar ao homem ao mesmo tempo as dimensões exatas, materialmente expressas nas edificações, de sua pequenez e de sua capacidade criadora - a vitória do caráter contrafactual da modernidade determinou a sua continuidade na derrota nazista. De forma provocativa, o articulista lembra que o projeto pós-moderno seria uma reação ao apocalipse não ocorrido, que vinha sendo anunciado pelos que apostaram na destruição criativa, e que arquitetonicamente a estética pós-moderna é, de certa forma, "nazistóide".

Com relação a este ponto, mais uma vez Giddens nos ajuda. Referindo-se a Zygmunt Bauman em "Modernity and the Holocaust" (Cambridge, 1989), diz:

> "As tendências para um crescente envolvimento (dos recursos administrativos da modernidade) têm como seu lado sombrio possibilidades para a criação de poder totalitário. A intensificação das operações de vigilância propiciam muitas vias de envolvimento democrático, mas também tornam possíveis o controle setorial do poder político, apoiado pelo acesso monopolista aos meios de violência, como instrumento de terror. Totalitarismo e modernidade não estão vinculados apenas por contingência, mas sim inerentemente."[70]

Mas o fato é que a característica contrafactual da modernidade e de sua reflexividade, permitem a manifestação de novas, ou o revigoramento de antigas variáveis para a interpretação destas relações sociais. Trata-se do revigoramento de ideais liberais e da valorização do papel do indivíduo, como agente particular dos destinos próprios e da sociedade - rompe-se com o ideário pautado preferencialmente no modo de produção e na história. Como exemplo cabe citar o reaparecimento do concerto do livre mercado, com o neo-liberalismo, as histórias de vida e o cotidiano como método de investigação social, entre outros pontos.

Como explicação desta crise "do fim das verdades", há o surgimento, ou revigoramento do Pós-Modernismo, que reforça a idéia de fragmentação, heterogeneidade, do caráter fugidio das relações sociais [71], que manifesta-se no relativismo da ciências sociais. O impacto dos questionamentos dos preceitos da modernidade sobre as ciências sociais se tornaram relevantes porque elas são tributárias do projeto iluminista de modernidade. Outro aspecto, que impõem às ciências sociais (principalmente em Habermas) uma efervescência, é a intensa reação às profundas transformações sociais, que verifica-se

---

[70] Giddens op. cit.: 171

[71] Harvey, 1992: 45

principalmente a partir da 2ª metade deste século. Giddens lembra que a modernidade "mudou", e assim também deve ser com as ciências sociais:

> "A ruptura com as concepções providenciais da história, a dissolução da aceitação de fundamentos, junto com a emergência do pensamento contrafactual orientado para o futuro e o 'esvaziamento' do progresso pela mudança contínua, são tão diferentes das perspectivas centrais do Iluminismo que chegam a justificar a concepção de que ocorreram transições de longo alcance. Referir-se a estas, no entanto, como pós-modernidade, é um equívoco que impede uma compreensão mais precisa de sua natureza e implicações. As disjunções que tomaram lugar devem, ao contrário, ser vistas como resultantes da auto-elucidação do pensamento moderno, conforme os remanescentes da tradição e das perspectivas providenciais são descartados. Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização"[72].

É uma parte dessa "efervescência" que veremos na apresentação do cotidiano como programa de pesquisa das ciências sociais. Uma das características desta nova abordagem é que outros temas aparecerão, como o papel do indivíduo e do urbano como agente e lugar de manifestação de ricos processos de transformação das relações sociais, complementando o entendimento do assunto abordado.

6. O cotidiano como programa de pesquisa

> *"O inconsciente é a consciência mesma, na medida em que ignora suas próprias leis (suas estruturas, se quiser). Neste sentido, a cotidianidade é efetivamente a inconsciência e o inconsciente da modernidade."*[73]

O cotidiano e o papel da indivíduo eram discussões até pouco tempo ignoradas pela ciências sociais. A reflexão sobre as relações do desenvolvimento da técnica como a realizada por H. Lefebvre (1972), trouxeram contribuições fundamentais para a interpretação da sociedade contemporânea, pois ao trabalhar inicialmente com a possibilidade do desenvolvimento técnico vir a trazer uma homogeneização da sociedade, percebeu que, ao contrário, este desenvolvimento da técnica e da produção

---

72 Giddens, 1991: 56/7

73 Lefebvre, 1972: 148

tenderiam ao acirramento da divisão do trabalho, através da especialização (Henry Braverman, 1981; André Gorz, 1980; e Acher e Giard, 1976)). A partir deste ponto, o cotidiano passa a ser apreendido como núcleo de problemas generalizados[74]. A maior importância deste fato é que as ciências sociais passariam a dar conta de compreender estas diversidades de elementos que permeiam a vida cotidiana.

> "O cotidiano passou a ser descoberto 'enquanto espaço de reprodução da dominação ou de resistência contra ela', produzindo-se a 'polarização do social' e o 'estilhaçamento da política'. A 'velha política' foi substituída pela 'nova política'. Esses 'novos' movimentos sociais atacam como o ponto fixo da política, cristalizado em instituições políticas bem delimitadas e que gravita, exclusivamente, em torno do estado. A estratégia de 'tomada do poder' caducou e cedeu lugar à 'condenação imediata e cotidiana de cada relação de dominação.'"[75]

Não desejamos realizar uma apresentação sistemática das discussões que Lefebvre faz sobre o cotidiano, mas apenas situar alguns aspectos que parecem fundamentais na discussão aqui realizadas sobre a atual fase da modernidade.

O ponto de partida que o autor adota é a interpretação de que a vida cotidiana só passa a ocorrer com a inauguração da modernidade. O problema por ele apontado é que a não ocorrência de estudos sobre o cotidiano[76], deve-se ao fato da dificuldade do afastamento entre o "cientista e o seu objeto", porque no caso o cientista vive nesta cotidianidade. É neste contexto que reivindica que o cotidiano seja um objeto de estudo da filosofia, pois ao mesmo tempo em que ela analisa esta realidade, ela se auto avalia. Para ele é necessário se estabelecer um "caminho duplo" entre o cotidiano e a filosofia, porque somente a filosofia é que dará conta de seu entendimento, pois seria capaz de entender o que há de mais característico no cotidiano, que é o seu caráter não filosófico (o grande conflito existente entre o mundo real - o cotidiano - e o mundo idealizado - a filosofia -, é que impõem a esta última um desafio). Assim, para o autor:

> "(...) está aberto um só caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e sua fecundidade,

---

[74] op. cit.: 27

[75] Evangelista, 1992: 17

[76] Pelo menos até fins dos anos 60, quando seu livro *"La vie quotidianne dans le monde moderne"* foi editado.

sua miséria e sua riqueza. O que implica o projeto revolucionário de uma libertação que arranque do cotidiano a atividade criadora inacabada".[77]

Lefebvre constróe sua análise do cotidiano a partir das formas das representações que são feitas a ele. De início coloca que este cotidiano alterou-se profundamente neste século, e a melhor maneira de aprender tal mudança é a partir das expressões literárias feitas a ele. Para tanto utiliza como exemplo o romance Ulisses, de Joyce, que ao falar sobre a vida no início do século, utiliza-se de referências emblemáticas de um cotidiano que hoje não existe mais. Mas que cotidiano era este? Era um que possuía uma linguagem própria, uma referência e que tinha uma identidade própria. Ulisses de Joyce é o cotidiano oferecido, transfigurado, não pela irrupção da luz ou por um canto sobre-humano, mas sim pela fala do homem[78]. Para o relato de sua obra, Joyce utiliza-se de referências a um lugar, a um conjunto típico que é toponímico e topográfico, que é a Cidade, é Dublin,

"com seu rio , sua baía; não só marco privilegiado, lugar de um momento, senão presença mítica, cidade concreta e imagem da cidade, Paraíso e Inferno, Ítaca, Atlântida, sonho e realidade em uma transição perpétua na qual a realidade não cessa num momento fixo. Esta cidade é apropriada para os que habitam nela; os moradores de Dublin modelam o seu espaço e são modelados por ele. O homem inseguro que parece errar pela cidade, reúne fragmentos e aspectos dispersos desta dupla apropriação."[79]

Mas por que Lefebvre vai buscar estas referências nesta magistral obra de Joyce? James Joyce constróe sua obra a partir de uma complexidade tecida em uma linguagem que é corrente e literária (uma linguagem literária que é clarificadora), de construção e negação de imaginários e símbolos. Onde *"o inventário do cotidiano vem acompanhado de sua negação pelo sonho, pelo imaginário, pelo simbolismo; negação que supõe também a ironia frente aos símbolos e ao imaginário. O objeto e o sujeito clássico da filosofia estão aí, pensados e concebidos"*[80]. Assim, uma das riquezas deste Ulisses é que ele navega sobre um cotidiano que é "a história de um dia que engloba o mundo", que é composto por referências a um lugar; pelas pluralidades de sentido (o literal, o próprio, o figurado, o analógico, o simbólico, o oculto, o metafísico, o místico, etc.); pelo dilaceramento do significante-significado, onde a cada momento cada um prevalece (todos os rios do

---

77 Lefebvre, 1972: 22
78 op. cit.: 15
79 op. cit.: 11
80 Op. cit: 9/10.

mundo se afluem e confluem, nisto poderia se discernir o sistema simbólico da feminilidade; o cigarro acendido na escuridão evoca o olho de Ciclope); e pelo tempo cíclico onde nada é linear. Está registrada assim a rica complexidade de um cotidiano vivido no início do século.

Lefebvre indaga sobre as mudanças neste cotidiano meio século depois. Coloca que se respondermos que foi o disciplinamento do sujeito, que foi a perda de seus débeis contornos, e com ele seu caráter, o personagem, a pessoa, não estaremos dizendo nada de novo a ninguém. O que realmente se alterou foi a introdução da primazia do objeto, não da objetividade, mas do que chama de *objetalidade* quase em sua forma pura. "Estaríamos tentados a mostrar, na claridade 'objetal', o que transforma a coisa em espetáculo, esquecendo a produção das coisas[81]. A certeza 'objetal' não provem nem do sujeito como ato, nem das coisas como obra, senão unicamente da linguagem, cujas estruturas se identificam com o real"[82]. Então o que está no centro da grande mudança da vida cotidiana é o abandono do sujeito - e sua subjetividade - e a transformação de tudo a partir de uma objetalidade que é construída pela linguagem estruturada no real. Do ponto de vista literário esta mudança está expressa em sua função metafórica atual, onde "o mundo" se desdobrou em um mundo cotidiano, que é expresso apenas pelo real, o empírico e o prático e em um mundo da metáfora".[83] O próprio tempo se torna metáfora e a estabilidade por um tempo inventado que disimula a presente, o passado e o futuro, é dada por este cotidiano que constróe metáforas do tempo (que exemplo mais cabal do que a invenção do tempo virtual, chamado de "tempo real"?)

É por este motivo que Lefebvre reivindica que é através da filosofia que será possível denunciar este atual estado da cotidianidade, para daí ser possível recuperar a sua grande capacidade de criação. Ou seja, a filosofia tem o papel, através do estudo das

---

81 O sentido de produção é central na discussão de Lefebvre, pois a dissimulação dos processos que nela estão envolvidos, põe uma ação que trata os objetos e as suas relações como metáforas, é que impedem a manifestação da criatividade. Ou seja, como veremos, foi pela "consciência" da produção, de suas formas e processos, que o homem abriu caminho para a sua libertação, inaugurando a modernidade e somente recuperando esta "consciência" é que será possível resgatar este processo criativo de libertação. Neste sentido, Lefebvre explicita o que é esta produção. Pautado em um texto (*Introduction à la critique de la vie quotidienne*) de 1946 coloca que a interpretação ali realizada "rechaça, de um lado, o fisiologismo e, de outro, ao economicismo. Não admite que a herança legada por Marx se reduza a um sistema filosófico (o materialismo dialético) ou a uma teoria de economia política. Ao retomar às fontes, a saber, as obras da juventude de Marx (sem esquecer O Capital), o termo produção adquire um sentido amplo e forte. Este sentido se desdobra. A produção não se reduz a fabricação de produtos. O termo designa, da criação de obras (incluindo o tempo e os espaços sociais), é questão de se dizer, a produção 'espiritual', e de outro lado, a produção material, a fabricação de coisas. Designa também a produção por si mesmo do 'ser humano' no curso do desenvolvimento histórico. O que implica a produção de *relações sociais*. Em fim, tomado em sua amplitude, o termo abarca a *reprodução.*" op. cit.: 43/4

82 op. cit.: 16

83 op. cit.: 20

representações do cotidiano, com destaque para a linguagem (que apreende e expressa cognitivamente tudo e o todo), de identificar as fragmentações nele existentes. Isto porque a filosofia considerada em seu conjunto, em sua totalidade, o projeto de um ser humano livre, acabado, plenamente realizado, racional, real, total, ao contrário do que é o homem cotidiano, que é fragmentado, parcelado. É nesta dualidade entre o projeto de um homem total e o homem real fragmentado do cotidiano, que se deve recuperar aquela criatividade perdida.

A falta de criatividade e a fragmentação do homem vincula-se a duas características marcantes do cotidiano na sua objetividade, quais sejam: o tempo cíclico, as repetições de gestos e palavras (o movimento mecânico), e a numeração, pois tudo se conta, tudo se mede. Portanto dois caminhos são necessários percorrer na recuperação desta criatividade perdida e do devir humano: um é a volta ao passado, pois a imagem, a imaginação, e o maginário se perdem no fluxo temporal do cotidiano, e só a "repetição" de um passado criativo pode recuperá-la; e de outro é o reconhecimento do que não pode ser apreendido pelo número, pela numeração, ou seja, aquilo que é resíduo, o irredutível, pois "o resíduo é o lugar das conquistas das criações, das vitórias."[84].

> "O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado; já não é o campo desejado para a liberdade e para a razão ou para as iniciativas individuais; já não é âmbito da condição humana em que se enfrentam sua miséria e sua grandeza; já não é somente um setor colonizado, explorado racionalmente, da vida social, por que já não é um 'setor' e a exploração racional tem inventado formas mais sutis que anteriomente. O cotidiano se converteu em um objeto à que se dedica grandes cuidados: campos da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planificada. (...) A cotidianidade se converteria assim, em um breve prazo, no sistema único, o sistema perfeito, protegido pelos demais sistemas que buscam o pensamento sistematizador e a ação estruturante. Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade que se diz organizada, o consumo dirigido, assim como de tudo que nela se despreza: a Modernidade."[85]

Então o autor coloca o que é este cotidiano, senão signo da Modernidade? O cotidiano surge com a modernidade e traz consigo as suas características.

---

84 op. cit.: 32
85 op. cit.: 94/5

"A cotidianidade glorifica e vela a modernidade, a ilumina e a oculta. São as caras do espírito do tempo. O cotidiano, que é conjunto do insignificante (que está unido entre si pelo conceito), responde e corresponde ao moderno - conjunto de signos pelos quais esta sociedade se distingue, se justifica e que forma parte de sua ideologia. "[86]

A modernidade "cria" o cotidiano e esta a espelha e a crise do cotidiano é a crise da modernidade, a incapacidade criadora observada hoje no cotidiano é a incapacidade criadora da alta modernidade. Quando Lefebvre diz que o cotidiano deve se libertar de seu ciclo, que está fundado em uma concepção de objetividade das coisas, reivindica que o cotidiano, ou a cotidianidade, recupere o grande poder criativo proposto pela modernidade. E este é o ponto central da tese por ele defendida: que o desiderato inaugurado pela modernidade, a partir do progresso criativo, de libertação do homem, deve ser resgatado[87] . Assim Lefebvre (dentro de uma tradição marxista - destaca com intensidade que é no cotidiano que a satisfação das necessidades ocorrerão) enquadra-se como um dos intelectuais tributários do projeto da modernidade. É justamente esta sua característica que o difere de seu conterrâneo Michel Maffesoli, como será visto adiante.

A tese que Lefebvre defende é que não se deve compreender a sociedade a partir de suas próprias representações, porque as suas categorias tendem a uma finalidade. "Figuram entre as peças de um jogo estratégico. Não são gratuitas nem desinteressadas e têm uma dupla utilidade: uma prática e uma ideológica. (...) Hoje as ideologias se apresentam como não ideológicas, fundindo-se mais sutilmente que antes com o imaginário. Mascaram o fato fundamental, o fundamento de fato: tudo incide, ou gravita sobre a cotidianidade, que descobre o "todo" em questão (sua análise crítica mostra o 'todo', pondo-o em questão)."[88]

---

86 op. cit.: 36

87 "Existia anteriormente uma vida miserável, estreita, agonizante. Reino dividido em mil senhores; a terra tinha por rei e por rainha, Deus e a Morte. (...) a história, se se contada, diria como as pessoas viviam mal, mas calorosas e calidamente. Desde aqueles bons tempos, tem havido muito 'progresso'. Quem não prefere a trivialidade cotidiana à fome? E não deseja uma cotidianidade para os povos da Índia? A 'segurança social' pode ser melhor que o abandono e o despreparo do reino da dor. De acordo. Não se trata de negar o "progresso, senão compreender sua contrapartida, o preço que foi pago. (...) Não temos que ceder às nostalgias, senão explicá-las , e como inspiram uma 'crítica direta' de nossa sociedade, uma boa e uma má consciência que conhece sempre as possibilidades." op. cit, pag. 98/9

88 Op. cit.: 93/4

Assim, para o autor a grande transformação da sociedade se viabilizará quando a cotidianidade se libertar desta leitura "objetal" da realidade e passar a traduzir novamente, sem os efeitos das metáforas, onde está e como se realizaram as relações de produção que viabilizaram a vida das pessoas. "O estudo do cotidiano põe às claras contradições novas de desigual importância. Uma das mais importantes se situa entre, de um lado, a ideologia e a tecnicidade e os mitos da tecnocracia e, de outro, o cotidiano. Mas o mais grave se determina como conflito entre o conjunto das coações, consideradas como construtivas de uma ordem social e de um plano - o cotidiano - e a ideologia da Liberdade mantida como aparência, apesar de todas as opressões e repressões reveladoras de um trajeto e um projeto muito mais essenciais."[89]

Lefebvre caminha e entende que nesta "nova ordem"[90] torna-se fundamental o "estudo de situações", a produção de atos, que venham a desvendar "o núcleo de problemas generalizados", ou a vida cotidiana. Para tanto seria necessária a ligação desta "teoria das restrições" a uma nova praxis, pois seria possível, neste sentido, desvendar a análise crítica da cotidianeidade existente e a produção de outra cotidianeidade, que viesse a superar a primeira. Para o autor o urbanismo será indicado para tanto. Mas o urbanismo ganha um sentido único, pois reflete e é locus das realizações deste "novos tempos"[91]. A obra cotidiana, que busca, para superar esta cotidianidade, insere-se no urbano. O urbano traduz-se como obra coletiva, mas obra que deve ser mediada pelo desejo, no sentido aludido a pouco, de gestador de superação da vida cotidiana. O indivíduo, assim, ganha novo sentido: é fruto da obra do desejo e portanto da liberdade. A busca da liberdade é enfim, o caminho da superação da vida cotidiana que se dá no urbano, na conquista do direito à cidade.

H. Lefebvre, assim, entende que o cotidiano e a cotidianidade estão situados dentro da tradição inaugurada pela modernidade, onde a razão é o instrumento para se atingir o homem total.

6.1. Três interpretações sobre a pós-modernidade de Levebvre

A atualidade da idéias de Lefebvre foi tema do número 76 da revista *Espaces et Sociétés*[92]. Entre os artigos apresentados na revista, existem três que merecem

---

89 Op. cit.: 102
90 Conforme citado por Evangelista, 1992.
91 Conforme Acher e Giard, op. cit
92 Espaces e Sociétés, nº 76, Éditions L'Harmattan, sd.

destaque: *Henri Lefebvre, sociologue de quotidien, philosophe de la modernité*, *Les aspectes postmodernes de Henri Lefebvre* e *Henri Lefebvre, penseur de la postmodernité*[93]. Neles, seus autores procuram mostrar como as teses defendidas por Lefebvre prenunciavam as polêmicas que hoje são realizadas sobre a pós-modernidade, quando ele reflete sobre o espaço como uma variável indispensável na construção da teoria social e sobre as cidades como o lugar das grandes mudanças das relações sociais e econômicas.

Todos os trabalhos procuram deixar claro que as reflexões que Lefebvre fez, estão marcadas fortemente pela tradição marxista, a qual pertence Bernié-Boissard em *Henri Lefebvre, sociologue de quotidien, philosophe de la modernité* lembra, porém, que ele opta por um marxismo humanista que se coloca contra uma tradição que fez da consciência o critério da verdade, e quando insiste sobre o papel crítico que se deve ter com relação ao poder do tempo[94]. Indo além das concepções marxistas tradicionais sobre o que move a sociedade contemporânea, ou seja, as questões da produção restritas ao local aonde elas se realizam e de uma teoria social baseada na história, ele procura mostrar que uma verdadeira teoria social revolucionária deve dar conta de responder ao que ocorre nas relações cotidianas no mundo urbano. O que está por trás das concepções de Lefebvre é que existe a necessidade de se trazer à tona as relações e virtudes existentes "no mundo em que se vive" e este mundo que se vive é por excelência o mundo urbano, pois "este se constitui em experiências familiares a todos nós."[95]

Lefebvre introduz na teoria social a necessidade de se captar as dinâmicas do mundo vivido, pois é nele que a satisfação das necessidades se darão, e não mais unicamente na esfera da produção. É a partir da constatação deste fenômeno contemporâneo que ele estabelece uma crítica à modernidade, ou como coloca "ao curso da história do mundo dito moderno"[96], apontando que esta estabeleceu um distanciamento entre os homens e seus direitos de cidadania. E a principal forma desta ação nefasta da modenidade está expressa no "direito à cidade".

> "O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O

---

93 De Catharine Bernié-Boissard, Montpellier; Michael Dear, University of Southern California; e de Pierre Hamel e Clarie Poitras, Université de Montreal respectivamente.

94 Berné-Boissard: 19

95 op.cit. pag. 20

96 Lefebvre, apud. Bernié-Boissard: 20

direito ao trabalho (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) implicando no direito à cidade."[97]

O que chama a sua atenção é que a cidade moderna se constituiu em lugar de grandes contrastes. Um dos exemplos que dá, é quanto as diferenças existentes entre uma periferia onde o urbanismo mal se consolidou, e um centro que além de urbanizado, se renova e se desagrega. Outro exemplo marcante que mostra a importância do entendimento do urbano moderno, é quando coloca que a dissolução das velhas relações de vizinhança devem ser analisadas dentro de um mesmo movimento que aprofunda as relações sociais.[98]

Assim, como coloca Thierry Paquot, quando Lefebvre reivindica o direito à cidade e a caracteriza como sendo universal, associa este a um outro, qual seja, o direito ao espaço, que é em última análise, o direito ao meio ambiente[99], um outro sinal marcante de sua pós-modernidade.

Michael Dear em *Les aspects postmodernes de Henri Lefebvre* também parte a sua análise dos elementos que caracterizariam a pós modernidade de Lefebvre, observando a relevância do papel do espaço em suas teorias sobre a sociedade contemporânea. A importância do espaço se revela quando este prova que os fenômenos sociais e econômicos não funcionam, em um mesmo período histórico, conforme uma mesma lei. Esta diferença é dada pela diversidade espacial, não de um "espaço qualquer", mas de um espaço que abarca toda a complexidade existente nas relações sociais. Lembra que o filósofo em seu trabalho *A produção do espaço* (1974), fundamenta sua análise mostrando que os teóricos das Ciências Sociais não ignoram que o projeto de Lefebvre visa a destruir as pesquisas cuja obsessão é o tempo, para reorientá-las para o espaço, a partir de uma "economia política do espaço"[100].

A intenção de Lefebvre é a da construção de uma teoria unitária do espaço, rompendo com as concepções tradicionais que apenas constróem um discurso sobre ele, não conhecendo o espaço. Em sua formulação, os espaços, que são analisados separadamente, o campo físico (a natureza), o campo mental (lógicas e abstrações formais) e o campo social, devem ganhar uma teoria que os explique como um todo. Neste seu processo de formulação, "ele não se propõe a sair à busca da produção de

---

[97] op. cit.: 21
[98] op.cit.: 23
[99] Paquot, 1992, apud. Bernié-Boissard: 27
[100] Dear, op.cit.: 32

uma (ou da) discussão sobre espaço, mas sim explicar a produção social do espaço, demonstrando as suas diferenças e as modalidades de sua gênese em uma mesma teoria."[101]

Deixa claro, portanto, que entende o espaço como um produto social, onde as análises têm que compreender que os processos de criação requerem leis espaciais associadas à produção.

Dear, conforme já destacou Bernié-Boissard, mostra que dentro desta construção teórica de Lefebvre, ele não se utiliza de uma "teoria hegemônica", exemplificando que o seu "marxismo é sutil", não se preocupando com sua "exegese". Esta posição anti-hegemônica e a forma da linguagem por ele utilizada quando expressa-se ao lido e ao visível, se mostram como principais exemplos das características pós-modernas de Lefebvre. Assim "tolerante às visões de vozes diferentes, crítico ao parcelamento disciplinar e sensível à linguagem, Lefebvre se revela, sob diferentes aspectos, um pós-modernista latente."[102]

Por fim Dear coloca que a pós-modernidade de Lefebvre apela ao abandono dos erros e das mentiras do trio modernista "legivibilidade", visibilidade e inteligibilidade e que, numa derradeira análise, a ciência do espaço de Lefebvre é uma ciência do uso, assim *"a produção do espaço de Lefebvre põe em discussão proposições que são absolutamente fundamentais, que vão além dos limites da geografia, quer seja ela antiga ou pós-moderna."*[103]

Os autores Pierre Hamel e Claire Poitras[104] além de reforçarem como as idéias de Lefebvre prenunciavam serem pós-modernas, mostram como elas influenciaram dois importantes geógrafos que analisam as cidades e o urbano contemporâneos a partir de uma ótica pós-moderna: David Harvey e Edward Soja.[105] Como eixo de análise partem da forma pela qual Lefebvre redefiniu os papéis da ciência e da ideologia, mostrando que "ao se afastar de uma visão cristalizada do marxismo, ele foi levado a rever a posição tradicional entre a ciência e a ideologia"[106], e como encaminhou seus estudos sobre as cidades: "ele já anunciava uma certa preocupação central com os pensadores pós-modernos da planificação urbana, ou seja, aquela de rever os parâmetros e articulações das relações conhecimento-ação no contexto de um questionamento do

---

[101] op.cit.: 33
[102] op.cit.: 35
[103] op.cit.: 39
[104] conforme nota 84
[105] Tratados neste capítulo
[106] Hamel e Poitras, op. cit. pag. 42

cientificismo herdado do Iluminismo." [107] Segundo os autores, estes dois aspectos já seriam suficientes para mostrar como o suporte conceitual de Lefebvre estava fortemente centrado em uma revisão dos aportes teóricos que sustentaram as ciências que, baseadas na tradição iluminista, estudam as dinâmicas das relações sociais.

Mas o que nos parece fundamental na análise que fazem deste conjunto conceitual que estrutura as idéias de Lefebvre, é a atenção que chamam sobre a influência que exerceu sobre Harvey e Soja. Afirmam que esta influência se dá sob dois aspectos que são centrais em suas leituras pós-modernas sobre a cidade, quais sejam: que eles estão orientados pelas reflexões sobre a relação espaço-tempo e sobre o método dialético. Eles lembram que *"logo à primeira vista, todos como Henri Lefebvre, os geógrafos que se alimentam do pós-modernismo, rejeitam a idéia de que a teoria sobre a cidade possa ser totalizante. A cidade não é um sistema universal e, além disso, as formas que ele utiliza são diversas"*[108]

> "Apesar dos esforços de homogeinização pela técnica, apesar da constituição de isótopos arbitrários (sic), isto é, de separações e segregações, nenhuma lei urbana se identifica a uma outra".[109]

Lembram ainda que *"a teoria urbana modernista jamais se propôs a apreender por completo as dissimilitudes, ou pelo menos a se inscrever no interior de uma visão dinâmica das relações espaço-tempo. Ao contrário, a teoria urbana pós-moderna descortinou os fenômenos urbanos evidenciando sua fragmentação e sua diferenciação para melhor compreender as praticas sócio-espaciais."*[110]

A partir destas considerações Hamel e Poitras situaram Harvey e Soja no interior dos dois elementos centrais que norteiam a análise pós-moderna da cidade, ou seja, da relação tempo espaço e do método dialético.

Harvey se apresenta como herdeiro de uma análise urbana que privilegia a relação tempo-espaço. Eles lembram que, *"segundo Harvey, em A Condição Pós-Moderna*[111] *, depois dos anos 70 nós assistimos à grandes mudanças quanto à nossa experiência cotidiana do urbano. De um lado a produção capitalista industrial transformou-se em um novo modo de acumulação*

---

[107] idem
[108] op. cit.: 50
[109] Lefebvre, apud. Hamel e Poitras: 50
[110] idem
[111] Harvey 1992

flexível e, de outro lado, as redes deslocalizadas ultrapassaram os grandes grupos sociais. Então a modernidade corresponderia à sociedade industrial e a pós-modernidade, ao contrário, coincidiria a uma sociedade informatizada, onde espaços e tempos correspondem a uma nova configuração."[112] Esta nova configuração é que marca a herança de Lefebvre em Harvey, pois para o segundo, um dos fenômenos mais relevantes da sociedade contemporânea é que a homogeinização dos espaços provocados pelo processo de acumulação do capital, provoca uma compressão do espaço e do tempo[113].

Hamel e Poitras lembram ainda que "a partir de uma leitura 'lefebvreviana' de um projeto capitalista da homogeinização do espaço e do tempo, Harvey visa antes de tudo, enriquecer o paradigma marxista de uma nova dimensão espacial."[114] O caminho que tomou foi o de analisar através da vida cotidiana, as formas que assumem os investimentos na cidade, para daí entender como se dá o seu controle espacial. O papel da análise da vida cotidiana se tornou relevante, pois é nela que o capitalismo tende a marginalizar os espaços e os atores que são estranhos a ele (capitalismo).

Outra questão de fundo em Harvey apontada pelos autores, e que constitui a sua principal crítica à cidade pós-moderna, foram "os efeitos da perversa aproximação entre os sistemas políticos-institucionais (da produção) e os sistemas culturais (de consumo), que transformam as cidades pós-modernas em simples mecanismos de acumulação de capital."[115]

Assim, quando em suas colocações Harvey enfatiza que o modo de produção capitalista e os sistemas institucionais que lhes são subordinados, são orientados por uma busca permanente de aproximação dos tempos e, no limite, do espaço e que a partir daí propõe que novas formas culturais e os novos modos de acumulação flexível, vinculam-se ao ciclo da compressão do tempo-espaço, nada mais está fazendo do que fundamentar-se nas idéias de Lefebvre.

Se Harvey analisa a cidade naquilo que possui de pós-moderna pelos aspectos da homogeinização dos espaços, e das formas de penetração do capital na vida cotidiana, segregando esses espaços e as pessoas, Edward Soja propõe um caminho inverso para entender a cidade em uma ótica pós-moderna. Combinando o método dialético à

---

[112] op. cit.: 51

[113] Harvey 1992, parte III - A experiência do tempo e do espaço, capítulos 16 A compressão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural e 17 A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna.

[114] Hamel e Poitras: 52

[115] op. cit. pag. 53

análise materialista (que é o segundo eixo norteador das teoria de Lefebvre), Soja constróe uma análise que se opõe a anterior, que exerga na pós-modernidade uma tendência à homogeinização dos espaços. É por esse motivo que Soja aproxima-se mais de Lefebvre do que Harvey.[116]

A definição de espaços proposta pelo método dialético de Lefebvre, contém a idéia de que a sociedade transforma o meio, tanto quanto aquilo que a modula, ou seja, que não há mais um movimento em sentido único daquilo que estrutura a sociedade. Mas ao contrário a sociedade é modulada por um movimento dialético que é dado, entre as relações sociais e as relações espaciais. É neste referencial teórico que se sustentam as "geografias pós-modernas".[117]

Hamel e Poitras lembram que para Soja, "é necessário se fazer um apelo à dimensão espacial que se articule ao paradigma marxista, para melhor compreender os ganhos

---

116 Soja (1993) em capítulo que se dedica a apresentar as dialéticas sócio-espacial (a partir de Lefebvre), estabelece as diferenças que o separa de David Harvey. "Harvey louvou Lefebvre, mas divergiu de sua insistência no papel 'decisivo' e 'preeminente' das forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna. Tanto Harvey quanto Castells (em A questão urbana) reconheceram a contribuição de Lefebvre, expressa em sua maneira de lidar brilhantemente com a organização do espaço como produto material, com relação entre as estruturas sociais e espaciais do urbanismo e com o conteúdo ideológico do espaço socialmente criado. Mas Lefebvre certamente fora longe demais, não? Ambos insinuam que ele havia elevado a 'problemática' espacial a uma posição central e aparentemente autônoma. A estrutura das relações espaciais estava recebendo uma ênfase exagerada, enquanto os papéis mais fundamentais da produção (*versus* circulação e consumo) das relações sociais (*versus* espaciais) da produção e do capital industrial (*versus* financeiro) estavam sendo submersos numa alternativa exagerada - aquilo que Lefebvre denominava de 'revolução urbana', *La Révolution urbane* (1970). Em sua conceituação do urbanismo, Lefebvre lhes parecia estar substituindo o conflito de classe pelo conflito espacial/territorial como força motivadora da transformação social radical.
(...) Para Harvey - como para Castells anteriormente -, Lefebvre parecia ser um 'separatista social' e, desse modo, estava sucumbindo ao que poderia chamar de fetichismo do espaço. Assim, esforçando-se por sérios e rigorosos em suas aplicações do marxismo, pioneiros da geografia marxista como Harvey e Castells começam a estabelecer certos limites que a análise espacial não deveria ultrapassar."pag. 97/8

117 "A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais.
Para estabelecer esta simultaneidade, deve-se demonstrar com clareza que existe uma homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito da classe e da transformação estrutural. (...) Essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de produção, das relações de classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis." Soja op. cit.: 99

sociais dentro do contexto do capitalismo avançado. Preocupado em integrar o espaço na teoria social, ele sustenta que se avance a toda visão historicista e que se vá além do marxismo tradicional, no qual as explicações geográficas servem apenas para descrever as transformações históricas.

Portanto, Soja ao *"fazer um apelo ao uso da espacialização na teoria social desenvolvida por Lefebvre, propõe que dentro da conjuntura atual, o espaço mais que o tempo, é que nos fornece os parâmetros úteis a uma melhor compreensão dos fenômenos sociais. Esta é uma das características de geografia pós-moderna."*[118]

Os autores concluem seu texto colocando que foi "a partir de suas leituras particulares de Lefebvre, que Soja e outros autores geógrafos associados à corrente pós-moderna reintroduz o tema (o espaço) que havia sido abandonado. É portanto, apoiando-se em Lefebvre que eles fazem um apelo às práticas cotidianas e às localidades (Cooke, 1990b), aos espaços marginais (Shields, 1991) e à historicidade (Sennett, 1990) dentro de suas análises dos fenômenos urbanos."[119]

Estes textos trouxeram contribuições relevantes às reflexões que hoje acompanham a (re)construção de uma teoria social crítica. Parece-nos que a questão mais importante ao se reportarem sobre a latência da pós-modernidade lefebvreviana, talvez não esteja tanto no fato de ele ser um pensador que vislumbrou a pós-modernidade, mas sim por ter despertado para algumas das mais marcantes características da modernidade[120], que são: a manifestação de seu poder reflexivo quando reconhece a necessidade de se apropiar do espaço como elemento constitutivo da análise social (portanto não estando fora dela); que a dinâmica social da atualidade ocorre no "mundo vivido"[121], nas "relações cotidianas", que hoje são por excelência o mundo urbano; e que ao considerar o espaço como constituinte e constituidor das relações sociais - a dialética das relações espaço-sociais -, coloca no centro das análises das ciências sociais a questão ambiental. A busca pelo fim das lutas de classe e conseqüentemente da segregação espacial, conduz a que se lute pelo direito a tudo que o espaço possa proporcionar como manifestação da liberdade individual e social, e, portanto, sobre o meio ambiente, que acima de tudo significa o direito à existência futura.

---

118 Hamel e Poitras, op. cit. pag. 54

119 op. cit: 55

120 Aqui nos referimos à Giddens, quando chama a atenção sobre o caráter reflexivo da modernidade

121 Conforme visto em Habermas, no primeiro item desse capítulo

Foi sobre este "direito à existência futura", que significa hoje o direito ao espaço "(des)segregado", o direito à cidade não segregada, ao meio ambiente e, por conseqüência, à conquista da justiça social, que se pautou a política habitacional da Superintendência de Habitação Popular da Secretaria da Habitação do Município de São Paulo - HABI. Por esse motivo é que entendemos serem relevantes, neste contexto, as reflexões realizadas por Lefebvre e por aqueles que pensam sobre e com ele.

6.2. O cotidiano e os espaços de celebração em Mafessoli

> *"(...) o mundo no qual estou é um conjunto de referências que eu partilho com os outros"*[122]

Michel Maffesoli, através de críticas contundentes aos trabalhos desenvolvidos pelos sociólogos franceses (principalmente os de orientação marxista, como Lefebvre), chama a atenção para o movimento que a sociedade realiza longe dos olhos totalizantes do método de análise marxista, utilizado pelas ciências sociais. Esta sua crítica insere-se nos discursos anunciados pelos adeptos do conceito da pós-modernidade, onde a totalidade fundada nas teorias da história universal e do modo de produção/luta de classes, não dá conta de apreender o que há de efêmero e fugidio na vida da sociedade contemporânea. Maffesoli parte de reflexões sobre o empirismo, ou sobre o conhecimento empírico do cotidiano, com uma postura teórica que baseia-se profundamente em Weber (no seu individualismo metodológico, onde a tarefa do sociólogo é entender a ação e que , o que está por tras desta ação é o indivíduo). Não sem motivos, é acusado de propor teorias que retomam conceitos da "velha sociologia" contianiana do século XIX (como a teoria da "religião da sociedade", quando propõe a "volta" ao comunitarismo [123]. Mas, de qualquer forma, destaca a importância das análises do cotidiano.

O que deve ficar claro aqui, é que uma apreensão das relações sociais a partir do cotidiano (independente das posturas teóricas de Maffesoli), deve ser realizada sem que se abrace o que poderia ser considerado um "retorno" ao organicismo comunitário do século XIX, mas ao contrário, deve respaldar-se no poder de reflexibilidade existente na própria modernidade (como mostra Giddens).

---

[122] Maffessoli 1994: 59

[123] ver crítica de Benoit, 1995.

Para começar e situar sua discussão, Maffesoli parte da tese de que a passagem de um paradigma científico para outro, é provocada pela sedimentação "de anomalias", que em sua maioria foram deixadas de lado pelo pensamento dominante. Coloca ele:

> "A atenção que desde há vários anos dedicamos ao banal, ao corrente, ao cotidiano, ao paroxístico encontra aqui uma justificativa teórica: muitas vezes o que é rejeitado, como sendo a centralidade subterrânea, constitui o alicerce sólido que constrói a sociologia".[124]

Ou seja, os fatos diversos, a documentação dos caracteres, a normalidade, constituem na maioria das vezes as "anomalias" encontradas na vida social.

Seus princípios metodológicos partem de que a sociologia abre caminho para as diversas entranhas sociais e que qualquer "demarcação" (lendo Popper) pode definir o conhecimento sociológico - a questão dos cortes. O cientificismo da sociologia tornou as discussões sociológicas vazias, o significante, que por paradoxal que seja, está expresso nos estudos exaustivos, pois existe uma clandestinidade na existência que não pode ser apreendida de forma macroscópica.[125] A apreensão desta clandestinidade, significa a compreensão do presente popular.

> "através de variações intelectuais que não demonstra, mas que dizem".[126]

A construção do cotidiano se dá pela maneira como a redundância, a variação, recaem sobre o sujeito (que nunca ocorre de forma idêntica), e a sua existência é fragmentária polissêmica, constituída por sombras e luzes[127] - constituindo características centrais do discurso pós-moderno. Chama a atenção de que esta sua postura não é a apologia do irracionalismo (que justamente com a de ser positivista são as grandes críticas que lhe fazem). Mas que estando a sociedade "inacabada estruturalmente", a construção teórica tem que ser "inacabada" (o que não significa falta de esforço teórico, mas "liberdade" na forma de aproximação que faz do objeto). Deve-se abandonar as abordagens exclusivistas. O surgimento da sociologia participante, os ensaios de pesquisa-ação, do desenvolvimento das histórias de vida, mostram a necessidade de novas alternativas que "substituam" o "finalismo sócio-teórico" ; é a relevância do caráter popular que mediará as relações sociais, ou seja, que o pensamento *"liberte-se dos livros e tire a*

---

124 Maffesoli, sd.: 153
125 op. cit.: 155/6
126 op. cit.: 156/7
127 op. cit.: 158

significação principal das experiências da vida cotidiana, dos valores movediços do mundo de todos os dias"[128]. Não se trata de uma experiência forçada, mas, ao contrário, por ela representar objetivos (inteligência do presente) é que a vida cotidiana se torna objeto de inteligência.

> "O corpo individual e/ou coletivo faz a experiência do mundo, faz experiência com o mundo.[129]"

A expressão da realidade , a pesquisa, no sentido por ele aludido, tem que encontrar formas de privilegiar a participação em detrimento de separação, porque assim o mundo é colocado e só assim poderá ser compreendido. Para essa apreensão da realidade dos fenômenos sociais, através da temática cotidiana, Maffesoli destaca que é necessário obedecer a três pontos:

1. Não abstração do pesquisador de seu objeto de pesquisa. Deve-se levar em conta e confiar na espontaneidade dos fenômenos, onde o vivido não é sintoma de outra coisa, vale por si mesmo e que nós temos que apreciar-lhe o que chama de "força de afirmação".

2. Observa a necessidade do ressurgimento da experiência nas práticas sociais e em nossas análises. Para ele a sociedade já não reside na separação, na homogeneização, na monovalência da razão; mas ao contrário, num misto de sentimentos e paixões, imagens, diferenças que incitam a relativizar as certezas estabelecidas e remetem a uma multiplicidade de experiências coletivas.

3. Que se deve romper com o fechamento da lógica, assim o "projeto" em suas dimensões econômicas e políticas não é o fim último da vida social; e não é o motor essencial. Maffesoli vai destacar a necessidade de uma nova postura de pesquisa, onde as interpretações racionais, ou racionalistas tem que ser substituídas por uma análise que investigue a "sociedade em negro", o que chama de "centralidade subterrânea".

Coloca ele:

---

[128] op. cit.: 164/65
[129] op. cit.: 166

"As redes, o novo tribalismo, a atitude grupal, a interatividade mediática o trabalho em negro, a imagem banalizada e tecnologizada, são exemplos de como são caducas as prudências racionalistas e as contabilidades econômicas"[130]

O autor reforça estas idéias[131] quando anuncia a existência do *homo aistheticus* , em contraposição ao indivíduo nascido da Revolução Francesa e regido por um contrato social. Este homem privilegia os seus sentimentos e o que está próximo, procurando sua identidade em núcleos comunitários (daí as acusações que lhes fazem, de resgatar uma "religião da sociedade"). No mesmo texto ainda coloca que "a política finalizada, ou o utilitarismo econômico não podem, sozinhos, explicar a propensão de associar-se", segundo ele, uma tendência evidente das pessoas na sociedade contemporânea. Para Maffesoli a consciência do si, apenas se estabelece pela relação: "eu me habilito a ver aquilo que me cerca e os outros que partilham desse ambiente e, por outro, eu sou visto pela alteridade física e social. Duplo movimento que me constitui enquanto que adquire ordem estética.[132]"

Outra crítica que pode ser feita a Maffesoli, é quanto esta sua radical posição contra as "estruturas totalizantes[133]", ou seja, em determinadas circunstâncias, ou escalas, as variáveis políticas e econômicas sem dúvida influem na vida social (se não quisermos colocá-las na condição extrema de serem determinadas). Isto parece claro tanto do trabalhos de Giddens Lefebvre e de Harvey, analisados anteriormente. No caso do primeiro, uma nova ordem realmente pós-moderna tem que repensar os processos econômicos de produção e consumo, cujo objetivo é a socialização da economia, numa ordem de pós-escasses. Para Lefebvre o cotidiano, como foi visto, é expressão da modernidade e o seu grande projeto criativo tem que ser recuperado, pois é no mundo da cotidianidade que são satisfeitas as necessidades humanas através da produção (de bens sim, mas também de idéias e sentimentos). E no caso do segundo, todo seu trabalho está de alguma forma norteado por uma visão crítica do fordismo.

Mas Maffesoli coloca ainda que não se trata de uma postura que retorna ao individualismo, mas que é necessário se observar "estas novas estruturas societais",

---

[130] Maffesoli, 1984: 08

[131] Conforme nota 37.

[132] Maffesoli, 1994: 59

[133] Para o autor "a referência ao lugar pode ser considerada para a pós-modernidade, como vetor do ser-conjunto social, da mesma forma como a dinâmica histórica pôde sê-lo para a modernidade." (op. cit.: 62)

que na verdade para nós não significam novas estruturas, mas características de nossa sociedade, o paralelo, o escondido.

Portanto, sua grande preocupação é a de recuperar as micro-estruturas que permeiam e realizam as mediações das relações sociais, que são responsáveis e determinam em última instância a unidade da sociedade. Nestas micro estruturas é que serão encontrados os indivíduos em grupo que, numa relação mútua, estabelecem suas características e identidade. Chama de estruturas societais:

> "Através da localidade, do território, da vizinhança, do interior, se esboçam, de um lado, modos de sociedades específicas e, de outro, ritos e mitos correspondentes (...). Estamos diante de reencantamento do mundo".[134]

Em síntese, propõe novas posturas teórico-metológicas de absorção de uma realidade, buscando os níveis mais íntimos das relações daqueles e daquilo que definem a sociedade:

> "Não podemos nos abstrair de um tempo e de um lugar determinados, menos ainda julgá-los. Ao menos, antes de fazê-lo, tentemos compreendê-los. A teatralidade, o estilo cotidiano, a astúcia, o trágico, são sempre nosso destino; levando-os em conta, nossa teoria torna-se sabedoria".[135]

O empirismo exacerbado, os particularismos, que destaca como caminhos da análise social, podem trair a apreensão da realidade. Sem a mediação de "análises totalizantes", que significa não cair obrigatoriamente no economicismo, ou no politicismo, o risco que se corre é o de transformar as experiências cotidianas em "totalidades" absolutas, que de maneira "inconsciente" podem ser extrapoladas ao restante da sociedade (crítica, aliás, feita aos trabalhos que se utilizam da pesquisa participante, ou da pesquisa-ação, ou ainda mais frequentemente com as histórias de vida, que tendem a ultrapassar um espectro de análise e generalizar experiências especificas ao restante da sociedade). Para tanto, o autor chama a atenção que estas posturas não podem representar um corte ou uma ruptura epistemológica, mas que devem ser posturas críticas de formas de apreensão da realidade social. Não critica o "progresso", mas a necessidade da apreensão de fatos que haviam sido "'secularizados" nas ciências sociais.

---

134 op. cit: 08/09
135 op. cit: 09

Juntamente com as preocupações com o cotidiano, o autor caminha no entendimento de que a sociedade tem uma dimensão espacial (como tem a temporal) pois as situações vividas se estruturam num espaço e o lugar cria uma sociedade de base que une seus habitantes neste lugar (preocupação esta também que está presente em Harvey, 1992). Coloca que, por exemplo, os particularismos locais, que estabelecem esta sociedade, rompem com os elementos exteriores que são sempre dominadores, unificadores e totalizadores. Outra manifestação desta expressão espacial é a existência do espaço modulado coercitivamente, a partir dos hábitos e costumes do dia-a-dia. Esta, para Maffesoli, é a "solidariedade espacial". Usa como exemplo os "guetos estrangeiros" (as colônias étnicas, como chama) em grandes cidades, onde seus habitantes reproduzem as relações cotidianas como em suas terras natais. A causa desta resistência ele atribui à absorção de uma "memória espacial", onde o "espaço local é o fundador do estar-junto de toda comunidade".[136]

A concepção de espaço passa pelo entendimento do imaginário traduzido em situações concretas. O mito do tempo transposto num espaço, a ciclicidade do tempo nos ritos, das atividades, determinando uma espacialidade ao grupo social, já foi muito trabalhado pela antropologia.

Maffesoli procura recuperar este aspecto da espacialidade nas relações sociais. O apego à terra estaria estabelecido por uma continuidade cósmica daqueles que nos precederam (obviamente dentro de uma realidade onde a tradição familiar e o apego à terra, a um lugar, é quase milenar, o que não é o nosso caso). Coloca ainda que este apego à figuras espaciais traduz-se num caráter sagrado e que a dimensão espacial determina um limite e ter conhecimento deste limite é determinar, em última instância, a existência. Coloca ainda, que o "imaginário social, os mitos, as figuras místicas são ligadas a um lugar, a uma territorialização", e cita Durand: "o espaço é a forma a priori do fantástico".[137] É curioso observar como os mitos são impregnados de espacialidades. Talvez o maior exemplo disto sejam os mitos da criação e do Jardim do Éden. No caso do mito da criação , há uma referência geográfica do local onde Deus criou o homem, o Monte Moriah.

Quanto ao Jardim do Éden, este se constitui no Paraíso terrestre, ou seja, um lugar Celeste - no sentido do divino - definido territorialmente. O Eden enquanto um lugar concreto preexistente, criou no imaginário das culturas judaico/cristãs (até o evento do Iluminismo - da história racional), a idéia de que poderia-se, um dia, encontrá-lo em

136 op. cit.: 53/4
137 op. cit.: 54

algum ponto da superfície do planeta. Este imaginário chegou a tal ponto que Cristóvão Colombo afirmou em uma de suas cartas que havia encontrado o paraíso em algum lugar da América Central Insular. O sentido do fantástico do mito do Éden aqui foi tão intenso que o navegador descreve este lugar como sendo uma porção elevada do oceano em forma de pêra:

> "Descobri que o mundo não era redondo da maneira como é descrito, mas da forma de uma pêra que seria toda bem redonda, exceto no local onde se encontra a haste, que é o ponto mais elevado: ou então como a bola bem redonda, sobre a qual, em certo ponto, estaria algo como a teta de uma mulher, e a parte deste mamilo fosse mais elevada e a mais próxima do céu e situada sob a linha equinocial neste mar Oceano, no fim do Oriente. (...) estou convencido de que aqui é o Paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar se não for pela vontade divina. (...) Não concebo que o Paraíso terrestre tenha a forma de uma montanha abrupta, como mostram os escritos a este respeito, e sim que está sobre este pico, no ponto de que falei, que figura a haste da pêra, onde subimos, pouco a pouco, por uma inclinação tomada de muito longe."[138]

Outro exemplo fascinante desta relação entre mito e lugar, também pertencente a cultura judaico/cristã, é uma das passagens do mito da Lilith, a primeira mulher de Adão. Conforme escritos dos textos rabínicos Berisit-Rabba e Alfa Beta de ben Shira[139], Lilith quando recusada por Adão, por não aceitar a submissão no ato sexual, ao ficar por baixo do marido (e aqui no sentido mais profundo do mito, a mulher ter que sustentar o peso do homem sobre si), clama a ele que aceite sua reivindicação: "Por que me dizes não? Não somos iguais? Não sou eu igual a ti?" (segundo estes textos Lilith, foi criada como ser uno e individual, ao mesmo tempo, no mesmo momento, mas também logo em seguida a Adão, com espírito, alma, sangue e saliva, porém com corpo não totalmente formado). O marido continua a não aceitar a reivindicação da esposa, que recusada foge para o Mar Vermelho (expressão territorial concreta). Adão quando percebe sua solidão na sua primeira noite, vai conversar com Deus, pedindo que intervenha solicitando que a mulher volte para ele. Então, Deus envia seus anjos a procura de Lilith, que a encontram "nas charnecas desertas do Mar Arábico", em companhia dos seres imundos, lascivos e demoníacos do mundo. Ela não aceita o chamado, pois a única coisa que os anjos lhe ofereceram foi o perdão e a possibilidade de retorno ao lado do marido. Como vingança à prepotência do homem, e afim de perturbar a sua felicidade, a

---

[138] Carta aos Reis, 31.8.1498, apud, Todorov,sd.: 17.

[139] Sicuteri, 1990.

mulher uni-se aos seres demoníacos por lá existentes e passa a parir 100 diabos por dia. Quanto ao homem arrependido, o que lhe restou foi ter como companheira Eva (mulher que nasce de seu ser, sem sangue e saliva), ficando ele, assim, prisioneiro da busca eterna da mulher que o abandonou. A psicologia que previlegia uma leitura arquéptica (junguiana) assim explica o motivo pelo qual, na estrutura das relações psicológicas entre homem e mulher, é o homem que sempre procura o outro (no espaço do outro) e não a mulher; o homem, em sua solidão ancestral, é que procura a mulher que o abandou (no espaço).

O que desejamos mostrar aqui é que, como nestes dois exemplo, a estrutura mítica sempre vincula os fatos a espaços e territórios, que compõe o mito, não são acessórios, ou palco dos acontecimentos, história e fato são uma coisa só[140].

Aqui fazemos duas observações. A primeira é que Giddens (1991) alerta para um movimento que acontece hoje na sociedade, de retomada de referências espaciais, que vincula-se ao sentido de pertencimento. O rompimento da relação tempo e espaço imposto pela modernidade, tende a ser superado por novas construções, a partir dos "sistemas abstratos". Há um reencontro entre o quando e o onde, entre história e espaço, entre processo de passagem e fixação no lugar, enfim o que poderia ser demoninado de Geografia. A segunda é que, o pensamento crítico racional moderno, eliminou radicalmente a vinculação entre história e mito. Uma teoria crítica da história deveria livrar-se de todo conteúdo não racional de sua análise, isto porque a intenção desta análise deveria ser a de evitar que noções irreais, míticas, "falsas" e até utópicas, distorcessem o que de verdadeiramente "real" motiva os processos sociais. A história é entendida como totalidade onde a sociedade humana passa por estágios de progresso sucessivos. As particularidades e territorialidades dos grupos sociais deveriam estar "submetidos" a esta totalidade; e os mitos deveriam pertencer ao mundo da "história". Abandona-se o espaço em vários sentidos.

Numa nova situação (pós-moderna? ou da modernidade radicalizada), o espaço ganha importância como sendo a "domus" da sociedade, a "casa", o "lar", a referência que organiza a existência, é a dimensão cósmica das representações. O que está por trás das propostas de Maffesoli é entender o cotidiano como impregnado desta

140 É interessante também o exemplo do livro de Michel Ende "História se fim", pois ali é narrada a saga de um menino que busca salvar Fantasia da destruição. O fim da história ocorre pelo fim da fantasia, do sonho, pela racionalidade, e este mundo, Fantasia, é composto por infinitas histórias, que são detalhadamente inscritas em espaços próprios, em países; sendo, portanto, fatos vividos impregnados de territorialidade. Como os mitos, o quando, o onde e o como são uma coisa só (Ende, assim, apresenta-se como um dos grandes críticos da racionalidade moderna).

espacialidade que é construída em situações de contradições e de imediatismo, sendo uma experiência coletiva imbuída de popularidade e sociabilidade. Assim:

> "a domus perfeita, o arquétipo do lugar sublime, é assim o resultado plural do que um único indivíduo não pode fazer."[141]

e para ele a figura da domus se completa na cidade. Na verdade, condição de espacialidade não desloca a de temporalidade, pois para o autor "a espacialidade da sociedade (o que também pode-se concluir da ciclicidade do tempo na antropologia), "na cidade, no país, etc, tempera ou serve de antídoto ao angustiante devir do tempo."[142] A ritualização do dia-a-dia num espaço dado traduz uma situação de imutabilidade[143]. Para a nossa realidade, se fossem utilizadas as propostas do autor, a ritualização da vida no dia-a-dia pode ser entendida mais como uma forma de mitigar as angústias do não pertencer, do que propriamente do envelhecer. Talvez a angústia esteja em não ser do alijamento absoluto e nossa relação com a espacialidade esteja impregnada, antes, do pertencer, depois do continuar.

A condição de não estar já elimina a angústia do passar, do tempo. Porém, não é intenção deste texto aprofundar tais questões, mas tecer um quadro de como alguns pensadores trabalham a questão do cotidiano, de estabelecer formas apropriadas de conceitos; enfim, como sendo um programa de pesquisa dentro das ciências sociais, neste momento de grande efervescência epistemológica.

Para finalizar a apresentação das idéias de Maffesoli, destaca-se ainda algumas reflexões que faz sobre a cidade dentro desta concepção de domus, do lugar sublime que sintetiza todas as relações sociais, a cidade como:

> "a espacialidade onde tudo adquire corpo, é uma casa objetiva e subjetiva onde a sociedade é vivida diariamente, na palidez e no brilho fundada, como toda a situação mundana, no limite."[144].

---

141 op. cit.: 56

142 op. cit.: 57

143 Com relação a esta característica da pós-modernidade, Harvey (1992) cita o arquiteto Aldo Rossi: "O impulso de se preservar o passado é parte do impulso de se preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada." Aldo Rossi, apud. Harvey, 1992, pag. 85

144 op. cit.: 58

E ainda:

> "é este desejo irreprimível de estar junto que se estrutura a partir de território (...) é a forma derradeira da espacialização, e a matriz de múltiplos encontros (...). Na cidade ou urbanidade (...) o que se exprime é a presença, o pleno, por oposição ao vazio da natureza."[145]

A cidade se coloca como "uma forma de modulação da espacialidade" e concorda com H. Lefebvre quando diz que a sociedade urbana é uma invariante do lado social, pois para ela tudo se encaminha. É o lugar do mercado, das trocas de bens, afetos, de palavras, sendo assim atualização e não pura potencialidade. Usa a noção de rede onde tudo converge para ela, traduzindo-se no território por várias polaridades. As trocas múltiplas geradas por essa relação - dando caráter aos polos - produzem relações de colaboração mútua, originando a socialidade. Neste ponto, as posturas do autor não são claras quanto às relações de dependência que se estabelecem nestas redes, ou seja, para que tal sociedade se expresse territorialmente exista relações de dependência; ou se esta socialidade varia conforme o grau em que ocorram estas relações.

Partindo de críticas às abordagens até então feitas pelas ciências sociais, em especial à sociologia, Lefebvre e Maffesoli distanciam-se quando expõem suas idéias sobre a forma de apreensão da realidade e, em específico, da realidade urbana. Lefebvre "desmonta" o urbano para ordená-lo, estuda a interdependência dos processos de utilização do espaço urbano para remontar um "novo esquema" globalizador. Trabalhando com o conceito de "cultura mosaica"[146], Maffesoli encontra no urbano a expressão máxima da ritualização das relações entre as pessoas, pois a função essencial do rito é a de agregar os indivíduos em conjunto e é neste sentido que a cidade exprime o "desejo irreprimível de estar junto". Não é imprescindível retoranar ao "todo", porque ele não demonstra as formas de "permanência social" que possibilitam a ausência da existência individual e coletiva, ameaçadas historicamente por formas de coação e tentativas de aniquilamento. A apreensão "dos fatos sociais", portanto, parte da superação da desconfiança na espontaneidade, do deixar-se existencial; superar, enfim, o marasmo intelectual

---

[145] op. cit.: 60

[146] ver Dicionário de Ciências Sociais: mediação, item H. 1.: 737

"O sociólogo deve reconhecer que participa da vida social: já não é quem dita, de maneira dominante, o verdadeiro e o falso, ou dita o que "deve ser" a sociedade (...), é justamente isso que me separa radicalmente dos sociólogos que, como H. Lefebvre, P. Bourdieu ou A. Heller, também se interessam pelo cotidiano."[147]

Na verdade, esta polêmica remonta a profunda discussão que a sociologia trava, que é a questão do valor (o objeto, seja qual for, de uma necessidade, atitude, ou desejo). A dificuldade é que não é possível, quando se procura estabelecer a relevância dos objetos em relação às necessidades humanas, ou às formas de utilização de parâmetros para julgar estas relações, estabelecer-se como regra a neutralidade científica da investigação. É sobre esta reflexão que apoia-se Maffesoli ao acusar, de forma geral, os sociólogos de moralistas, quando estes eliminaram de suas apreensões da realidade sua potencialidade cognitiva. Esta é a superação que pretende ao estudar a ritualidade do cotidiano.

Discussão pertinente nas Ciências Sociais que afeta a todos que pretendem "apreender" a realidade social e principalmente aqueles comprometidos com uma conhecimento do real que aponte caminhos para a transformação. Isto significa um comportamento que deve procurar compreender as relações de produção, consumo, mercado, lutas, conquistas, poder, vida das pessoas,... o cotidiano.

6.3. Agnes Heller: o indivíduo particular e genérico

Agnes Heller, citada por Maffesoli, também traz contribuições importantes para a discussão sobre o objeto das Ciências Sociais, tendo como referência os debates sobre o cotidiano. Para ela o indivíduo é sempre simultaneamente, ser particular e ser genérico. A particularidade social inicialmente metiadizada caracteriza-se pela unicidade e irrepetibilidade. O pertencer socialmente significa que a particularidade apreende a realidade local conforme sua capacidade de manipulação e assimilação das coisas. Na vida cotidiana é onde vai acontecer este processo, onde o homem consegue dominar a manipulação das coisas, torna-se adulto, ou seja, a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das regras (que mediam toda a cotidianidade).[148]

147 Maffesoli, op. cit.: 07
148 Heller, 1985: 19

A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação do Eu é o reconhecimento do mundo e toda pergunta acerca do mundo são motivadas por esse Eu único.[149]

O genérico, também contido em todo homem, compreende todas as atividades que tem obviamente caráter genérico. Estas "atividades" possuem tal caraterística, mas sua realização se pode dar por elementos particulares, pois suas formas de realização podem ocorrer de modo particular, como é o caso do trabalho, que pertence, faz parte do gênero humano, mas pode acontecer individualmente.[150]

Este humano-genérico volta-se para a construção do "nós", ou é na relação comunitária que se estabelece o "nós"; assim o humano-genérico não se encontra com seu "eu", mas com o "nós". Numa similaridade grotesca poderia-se estabelecer um paralelo entre Natureza e Cultura, onde a particularidade, a satisfação do "eu", seria a "Natureza"; enquanto as relações comunitárias (no limite as relações sociais) na construção do "nós", seria a "Cultura". A particularidade só pode ser "Natureza" porque quando ele se realiza é mediatizada pela "Cultura", pelas regras ou por elementos delas, estabelecidos pelos grupos. E, da mesma forma, a existência de elementos do gênero humano no genérico, coloca estas na condição de "Natureza".

O paralelismo presta-se para entender que o primeiro trata da pessoa e o segundo da comunidade, que está estabelecida por regras (sendo, conforme entendido por Heller, a moral ou a ética, uma das suas fundamentais características). A moral ou ética estaria, para o estabelecimento das relações cotidianas, mediando a particularidade e a genericidade, assim como a proibição do incesto está para a separação entre Natureza e Cultura (dentro dos conceitos elaborados por Levy Strauss). Neste caminho, o indivíduo contém tanto particularidade quanto a humano-genérico, que estão constantemente em relação. Porém, a realização do indivíduo está na possibilidade de liberdade ou na construção desta liberdade, ou seja, a possibilidade de liberdade dá origem a "unidade do indivíduo" porque, se não houvesse essa liberdade, ele permaneceria num equilíbrio "esquizofrênico" entre o particular e o humano-genérico, ou seja, sem identidade. A liberdade significa reconhecer a fragmentação de papéis a ele imposto pelos processos sociais, que pautados na alienação (tendência da vida cotidiana acentuada pelo modo de produção capitalista), para reconhecer o significado, tanto do seu trabalho, quanto de suas relações com os outros. As "coisas" não são mais

---

149 op. cit.: 20
150 op. cit.: 27

automáticas, rompe-se a imutabilidade das relações entre a particularidade (a satisfação do eu) e a genericidade (as obrigações do nós).

Assim, a manifestação de mediação particular genérico-humano, que é a expressão de liberdade, produz o indivíduo unitário. Quando mais houver a possibilidade de liberdade e, portanto, de unitariedade do indivíduo, tanto mais rapidamente deixa de ser característica de vida plena a relação natural, sem dinâmica, do particular e do genérico. A liberdade realizada é a consciência, pois, de forma imutável e não mediada, as carcterísticas humano-genéricas (aqui incluindo os sentimentos e depois mediatizadas pelas regras da comunidade) seriam entendidas como "naturais" e se realizariam de forma inconsciente, mitigando a ação da particularidade.

A caracteristica marcante da vida cotidiana reside no fato de que a grande maioria da humanidade não consegue constituir-se em indivíduos unitários, pois não há nestes a mediação necessária entre a particularidade e a genericidade, para que houvesse a possibilidade da própria escolha, ou seja, a liberdade. Assim, na vida cotidiana muitos conseguem tomar consciência das relações entre as necessidades do eu e as exigências do nós. Isto significa dizer que ela não é, necessariamente alienada, porque pode haver a manifestação consciente das relações entre o humano-genérico e o individual-particular, dados da atividade que são próprios da vida cotidiana. O fato é que haverá maior alienação conforme esta seja produzida pela estrutura econômica[151] (seria a distância entre as esferas do mundo vivido e do sistema de Giddens - as estruturas econômicas e políticas agindo no cotidiano das pessoas).

Dentro da sociedade capitalista a superação da alienação da vida cotidiana significa superar as respostas impostas pelas "necessidades aparentes", pois as necessidades do eu e dos nós foram transformadas em mercadorias, que para satisfazê-las basta comprá-las (assim como as necessidades de produção da mais-valia são satisfeitas no mercado através da compra e venda da força de trabalho). As necessidades humanas devem ser entendidas como sendo aquelas através de experiências sócio-culturais, ou seja, quando as pessoas tomam "consciência" de suas necessidades e passam a lutar por ela (que significa uma cultura, valores e símbolos). Como coloca Lefebvre, estas necessidades são satisfeitas a partir da produção (de mercadorias e desejos), dentro dos objetivos lançados pela modernidade. O que ocorre, como colocam os herdeiros desta tradição (aqui citados: Giddens, Harvey, Agnes Heller[152] e Lefebvre) é que ao satisfazer as necessidades, o modo de produção capitalista cria e recria novas

151 op. cit.: 38
152 Com destaque pa seu livro "La theorie des besoins ches Marx", 1978.

necessidades, que por sua vez são mediadas pelos valores e simbolos sociais (que também "podem" estar cooptados pelo capital). Ou seja, sua satisfação, de uma ou de outra forma, realiza-se socialmente[153].

O desenvolvimento do modo de produção capitalista apontou para o acirramento e para a diversificação das necessidades, principalmente pelo processo de satisfação das forças produtivas, ao mesmo tempo que se intensificam os níveis e formas de exploração do trabalho (aliados às crescentes exigências do desenvolvimento da técnica). Necessidades específicas que anteriormente eram apenas de parcela da sociedade, como as dos operários, transcendem sua ação e tornam-se necessidades dos trabalhadores como um todo. A superexploração da mão-de-obra obriga a que cada vez mais membros da família ingressem no mercado de trabalho. Crescem as necessidades por transporte e por estabelecimentos de educação e saúde. A concentração urbana exige respostas às mais diversas formas de necessidades, como a da moradia, o que significa que a "a produção de necessidade" na sociedade não é somente fruto da sociedade de consumo via estratégias publicitárias, da criação de necessidades artificiais: elas existem e compõem a lógica deste modo-de-produção. Portanto, há um certo misto de necessidades "imaginárias" e concretas acessivas, cuja mediação está sempre no consumo, que pode não ser possível uma parcela da população.

> "(...) a pretendida sociedade de consumo só é na verdade uma sociedade de privações".[154]

A superação da alienação imposta pela não articulação entre o particular e o genérico, agravada pela cooptação e captura das necessidades pelo capital, só poderá acontecer quando um grupo de indivíduos superar o genérico (enquanto regras, leis sociais: trabalho é bom e dignifica o homem, ou a propriedade é um direito divino) e quando conseguirem decodificar os símbolos e valores que as "necessidades" assumiram para o grupo, neste sentido, as necessidades estão mais para o humano-genérico do que para o individual-particular.

O processo de aquisição de consciência, ou melhor, no modo de produção capitalista, a recuperação do significado do homem e das coisas e, portanto, da vida cotidiana,

---

153 Aqui uma diferença fundamental com Maffesoli, onde para ele o sentido de comunitário, ou aquilo que se realiza socialmente, é aquele que agrega os indivíduos, cria neles o sentido de pertencimento, portanto fora da esfera da produção.

154 G. Marchais, O desafio democrático, apud., Ascher e Girar, op. cit.: 132

significa buscar mediação entre o genérico e o particular, isto é, procurar restabelecer o "sentido" das necessidades. Assim, a recuperação da alienação, no caso que se discute aqui, a vida cotidiana, está nas novas práticas de sociabilidade experimentadas na cotidianidade que passa a ser realizada de outra forma, isto, é a percepção de um novo em relação a um novo outro, implicando uma nova vida cotidiana.

Para Giddens (1992) este aspecto é fundamental na perspectiva da alteração da situação de "opressão" vivida pelo homem na atual fase da modernidade. Para ele, como já foi colocado, é importante que se estabeleça uma política para a vida, num processo de retorno do eu, para que se viabilize um estado de centralidade deste eu. Para tanto, uma restruturação da vida cotidiana torna-se fundamental, por ser nela (é nela), que isto ocorre (no caso já vem ocorrendo), fato que indica para os entusiastas da pós-modernidade, o fim da modernidade, pois nas relações cotidianas é que revela-se as características efêmeras, fugidias, comunitárias e locacionais na vida social.

É neste quadro de "fim da modernidade" que insere-se a anunciada "crise das Ciências Sociais". A crise de um modelo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural, inaugurado pelo Iluminismo que estava pautado nos parâmetros monolíticos do devir racional do progresso da humanidade. Contudo parece, como pôde ser visto, que esta crise está mais próxima de um dilema conceitual, do que própriamente de fundo estrutural. Se é verdade que seu pilares "submergiram em um terreno pantanoso", onde os limites de seu arcabouço teórico não parecem mais tão bem definidos, ela acaba também por ser tributária de seu tempo, quando estabelece um processo de "auto-reflexão". Assim as Ciências Sociais estariam numa verdadeira crise, se a modernidade não possuísse como uma de suas principais características o seu poder de reflexibilidade - pensar sobre si. Este fato permite a que elas hoje desenvolvam uma serie de programas de pesquisa, que refletem os acontecimentos hoje desenrolados na sociedade, como pode ser exemplificado nos estudos sobre o cotidiano, nos métodos que colocam o indivíduo no centro da abordagem da pesquisa social, nos estudos que recolocam o espaço e as suas expressões sociais como objeto de estudos, nos estudos de gênero, da urbanidade fragmentada, da globalização e a sua reação na fragmentação social, e tanto outros programas. Isto tudo aliado às novas condições materiais da produção do conhecimento que hoje são muito distintas, tanto demograficamente (o grande número de cientistas sociais), quanto institucionalmemente (onde o Estado e as empresas privadas investem em pesquisas) de anos atrás; e por ter havido uma alteração profunda da base técnica (capacidade de levar e processar as informações) da produção do conhecimento. Isto tudo vinculado ao fato de a teoria social possuir mais vida e inserção social.

A "crise" da modernidade e consequentemente das Ciências Sociais é, portanto, processo e não fim, e o pós-moderno pode ser entendido como a potencialidade do vir-a-ser neste processo, porque reflete sobre seu tempo, sobre si.[155] Neste sentido, a pós-modernidade pode ser entendida como a celebração secular do desiderato do ideal da modernidade, que é a manifestação consciente do devir da humanidade, ou seja, ter consciência de que faz a sua história, e que ela não terá fim.[156]

7. A cidade da modernidade como alegoria da realidade

O fim da modernidade, chega-se a dizer, começou, pelo menos do ponto de vista da arquitetura, com a destruição, em 15 de julho de 1972, do conjunto habitacional Pruitt-Igoe em St. Louis[157]. Foi o fim simbólico de um projeto de organização da vida nas cidades, que tinha naquele conjunto habitacional o exemplo da materialização do desejo de uma cidade ideal.

Isto nos remete a Bauldrillard, quando reflete sobre as transformações sofridas pelas cidades modernas. Como lembra Harvey (1992), a partir de seu conceito da ação da "destruição criativa" como sendo uma condição essencial da modernidade, em Bauldrillard a cidade real, histórica, *"morre pela erupção da cidade ideal, da pressão de um modelo ideal e de uma realização incondicional. Ela morre como metáfora de uma comunidade ou de uma cultura, para tornar-se alegoria ideal de uma só função, a realização de um modelo expurgardo de todos os elementos heterogêneos, de toda a complexidade das cidades históricas que conhecemos"*[158]. Esta cidade ideal é aquela concebida pela modernidade e materializada nos grandes conjuntos habitacionais, expressas de modo concreto nas máquinas para a vida moderna de Le Corbusier. A cidade real, a partir daí, torna-se dejeto da cidade ideal, porque estas *"se organizam em torno de uma exponencialidade de uma só função"*. É a *"realização de um único modelo expurgado de todos os elementos heterogêneos, de toda a complexidade da cidade histórica"*[159]. Como no cotidiano, os conjuntos habitacionais da modernidade, que são manifestações absolutas da cidade

---

155 Giddens, 1992.

156 Tourreine, 1981: 221

157 "No tocante à arquitetuta, Charles Jencks data o final simbólico da modernidade e a passagem para a pós-moderno de 15h32m de 15 de julho de 1972, quando o projeto de desenvolvimento da habitação Pruitt-Igoe, St Louis (uma versão premiada da 'máquina da vida moderna' de Le Corbusier), foi dinamitado como um ambiente inabitável para pessoas de baixa renda que abrigava." (Harvey, 1992: 45) Também citado por Gomes, 1996:19.

158 Baudrillard, 1994: 24.

159 op. cit.: 27.

ideal, podem ser considerados como a expressão material de relações sociais racionalizadas que se "livraram" de seus resíduos, tendo como grande característica a repetição a numeração, a quantificação[160].

> "É nisto que são artificiais. Ao contrário de nossas cidades referências e seus bairros, que tem um território, uma memória, uma história, aquelas são cidades exponenciais, conjuntos exponenciais. São a cidade de ficção na medida em que a ficção é extrapolação de uma só hipótese, de uma só estrutura, de um só modelo, de uma só linha de forças. É assim que fazemos a boa ficção, eliminando as outras hipóteses. É assim que construímos a cidade ideal, um modelo ideal, eliminando todas as outras funções, humanas, demasiadamente humanas, que transformam-se em dejetos."[161]

Portanto estes são os conjuntos habitacionais da modernidade são Brasília, Las Vegas, a Biosfera 2, alegorias de uma realidade que querem ver expurgadas de sí uma realidade que é repleta de defeitos, que é irracional.

Mas o mais rico deste processo é que no exemplo de Pruitt-Igoe, a cidade ideal também transformou-se em dejeto de sua própria metáfora. O que significa isso? Num limite representou o fim de um sonho proposto pela modernidade, porque os dejetos superaram o projeto. E num outro limite significou também a incorporação pelo projeto da modernidade, daquilo que não é apenas "ficcional" - uma só hipótese -, aceitando as tantas hipóteses propostas pela sociedade. A implosão de Pruitt-Igoe pode estar simbolizando a implosão de uma racionalidade "estética instrumental", para a inauguração de uma racionalidade "utópica estética comunicacional", porque agora ela é cutural e se comunica com o mundo vivido.

Tais concepções que interpretam as funções e papéis dos conjuntos habitacionais nas cidades da modernidade como sendo instrumentais, ilustram quais são as diferenças conceituais entre o que norteou a política habitacional da HABI, daquilo que sempre existiu com relação ao projeto e edificação de conjuntos habitacionais. Ou seja, incorporação (da reivindicação dos movimentos populares de moradia e da prancheta dos arquitetos, ao período de pós-ocupação dos conjuntos) em sua concepção de uma dinâmica social que contróe no cotidiano as suas relações. Ao contrário dos conjuntos fordistas "tipo COHAB", que incorpora a dinâmica social como uma forma de controle para a garantia do retorno financeiro, através da figura do mutuário, o conjunto

---

[160] Lefebvre, 1972.
[161] op. cit.: 25.

habitacional da HABI entendia o morador como coparticipante deste processo de provisão de moradia.

Um outro aspecto que particulariza estas ações da Superintência de Habitação Popular numa concepção que rompe com os procedimentos tradicionais de construção de conjuntos habitacionais e que vicula-se ao anterior, é que, ao contrário do que sempre ocorreu, a presença da participação dos moradores nas diversas fases do projeto que implicavam em ações decisórias, garantiria ao conjunto, ou ao novo lugar de morar, uma história, que era a própria história do movimento. Isto possibilitaria à vida cotidiana do conjunto, a incorporação de todos os processos e contradições existentes no movimento, ou seja, uma vida cotidiana que não expurgava do conjunto as "contradições da cidade real". A presença da história dos grupos sociais representados nos movimentos, da conquista do conjunto por este sujeito, colocava uma condição à vida nos conjuntos que não reproduziria o sentido do "tudo numerado", mas de um cotidiano criativo onde o sujeito, na figura do movimento que conquista seu objetivo (portanto o sujeito sobre o objeto), é que determinaria os rumos de sua história. Isto era o esperado por aqueles que procuravam implementar uma nova cultura para a política habitacional da HABI. Resta saber o que aconteceu.

CAPÍTULO 2

2. UMA VISITA SOBRE AS PRPOSTA DO ESTADO PARA A HABITAÇÃO POPULAR

1. Introdução

No capítulo anterior vimos como a questão urbana permeia os questionamentos sobre a modernidade, principalmente quando o urbano serve de palco para os enfrentamentos do projeto da modernidade na atualidade. O cotidiano ordenado nas e das cidades e a implementação de grandes projetos urbanos que pautaram-se numa racionalidade produtiva (à semelhança das plantas industriais), são dois exemplos de ações da modernidade nas cidades. Ou seja, a partir de um "imaginário" da quantificação, da quantidade de unidades habitacionais e um outro da qualificação dos tipos de carências, ou de déficit, o Estado orientou as ações racionais da produção urbana. As abordagens de Harvey, Soja, Lefebvre, Maffesoli e Bauldrillard são muito ilustrativas sobre isso: o processo da modenidade urbana simbolizada em seu início pela ação da "destruição criativa" de Paris por Haussmann e o seu fim, simbolizada através das máquinas da vida moderna idealizadas por Le Corbusier, em Pruitt-Igoe em St. Louis lembrados por Harvey (1993); a Los Angeles pós-moderna analisada por Soja (1993); a consciência e o inconsciente da modernidade expresso no cotidiano, onde a superação da "cotidianidade objetal" (das restrições - uma das características da modernidade) por uma outra cotidinidade que viesse a destruir as "metáforas da liberdade", a partir da urbanidade (o direito à cidade) em Lefebvre (1969a e 1972); o cotidiano pós-moderno e a cidade como a domus perfeita, o arquétipo do lugar sublime, a espacialidade onde tudo adquire corpo a essência da passagem do moderno para o pós-moderno de Maffesoli (1984); e as cidade ideais como alegoria ideal de um modelo expurgado das heterogeneidades das cidades históricas, de Bauldrillard (1994), mostram a riqueza de eventos no urbano e de suas possíveis interpretações, que navegam de uma confirmação da mordernidade à sua superação pela pós-modernidade.

Mas como observar este universo de processos, a partir da lógica racional da modernidade, na análise sobre a produção de habitação popular na cidade de São Paulo?

Nos parece que um caminho é observar como foram implementadas as políticas públicas de habitação popular pelo Estado, mediadas pelo imáginário da quantificação e qualificação racionais. Para tanto optamos ter como ponto de partida o período de implantação de uma política nacional para a provisão de habitação, principalmente para os grande centros urbanos, que corresponde à instalação do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação. Para a sua análise utilizaremos trabalhos, que apesar de não esgotarem o tema, são ilustrativos para mostrar aquilo que desejamos, ou seja, a lógica que orientou tais políticas e as suas críticas. Quais sejam, as reflexões elaboradas por Damiani (1991), Veras (1980), Bonduki (1980), Maricato (1982 e 1995), Rodrigues (1988b), Rodrigues e Seabra (1986), Rolnik (1981), Santos (1981), Farah (1985) e um trabalho realizado em 1995 pela Fundação João Pinheiro que trata do déficit habitacional no Brasil.

Daremos destaque aos trabalhos de Veras (1980), Damiani (1991) Maricato (1996) e da Fundação João Pinheiro (1995), os demais servirão de apoio para as reflexões. Os trabalhos de Veras e Damiani, analisam as concepções que nortearam as políticas implementadas pela COHAB de São Paulo na construção de conjuntos habitacionais. Veras traça uma análise que procura entender os principais aspectos dos discursos das políticas da Companhia e os seus resultados. Um fato relevante de seu trabalho é que varias das críticas apontadas em documentos avaliativos da COHAB sobre as suas políticas foram realizadas pela tanto autora como por técnicos que posteriormente elaboararam e executaram o plano de governo para a habitação da gestão Luiza Erundina. Isto nos possibilita, de certo modo, recuperar a trajetória destes técnicos que vinham amadurecendo conceitos e propostas para a superação das formas adotadas por tais políticas. No caso de Damiani, as suas reflexões pautam-se na análise das relações cotidianas entre os moradores, após a sua mudança para o conjunto Itaquera I. Servem de apoio para observar como os projetos habitacionais de grande escala (aqui embutida tanto a noção de escala territorial, como de escala produtiva) promovidos pelo Estado descolam-se das espectativas das famílias que neles vão residir, daquilo que esperavam deste lugar de moradia.

O trabalho de Maricato (1996) possui um caráter específico de um levantamento e avaliação das políticas habitacionais e da situação da habitação popular no país[1]. Sua inclusão como referência neste trabalho deve-se a análise crítica sobre a situação atual das políticas públicas de habitação popular e à discussão que faz sobre os conceitos de produção de habitação e de déficit habitacional, que ao serem recolocados, ou reinterpretados, auxiliam na melhor avaliação dos efeitos que as políticas públicas surtem sobre as necessidades de habitação.

O estudo da Fundação João Pinheiro é o mais recente levantamento que tivemos acesso, sobre a carência habitacional no país. De forma distinta do trabalho de Ermínia Maricato, possui um caráter mais técnico, aprofundando dados sobre a situação atual da habitação no Brasil e tecendo cenários sobre as suas demandas futuras. Neste sentido, este estudo nos auxilia tanto na interpretação desta atual situação da habitação popular no país (também, como em Maricato, pautando-se na discussão do que vem a ser "deficit habitacional"), quanto demosntra as suas dimensões.

2. Os grandes projetos: a habitação popular como máquina de morar

Um das maiores críticas elaboradas à modernidade, reside no caráter da ineficácia da racionalidade aplicada ao universo urbano e de sua consequente resposta como reduto de resistência as ações desta racionalidade. Uma das grandes expressões da modernidade no urbano está no conceito de habitação através da "máquina da vida moderna" de Le Corbusier (1929). A possibilidade da edificação maciça de habitações que possuíssem racionalidade e funcionalidade, inspirou a aplicação de um conceito fordista de construção de casas para solucinar problemas habitacionais, principalmente da população de baixa renda moradora nos grandes centros urbanos de todo o planeta, independentemente do modo de produção. Harvey (1992) indicou que o fracasso desta proposta estava anunciado da demolição do conjunto Pruitt-Igoe, onde questões como o da provisão da habitação não poderia mais ser tratada dentro de uma ótica exclusivamente fordista. Outros tantos conjuntos foram derrubados ou desabitados dentre os quais outros tantos foram reocupados por excluídos deste então em várias

[1] Este trabalho de Maricato teve o objetivo de subsidiar a elaboração do Diagnóstico Brasileiro realizado através de seminários preparatórios para a Conferência dos Assentamentos Humanos - Habitat II em Istambul.

cidades de diversos países, principalmente nos Estados Unidos e em países do Leste Europeu. As razões da não funcionalidade de tais conjuntos reside na idéia que a sua existência seria a representação de um modelo ideal de uma realização que é incondicional, como mostrou Bauldrillard (1994). Ao extrair da realização dos conjuntos habitacionais a sujeição à qualquer condição que é externa a eles, como as próprias contradições da cidade que os envolvem (é neste sentido que ele é metáfora da realidade que os cerca), ele fracassa pois as realizações que neles se dão, as vidas de seus moradores, estão impregnadas das contradições da vida da cidade - do cotidiano. Estão impregnadas de uma realização que está sempre por fazer, como é a vida de todos nós.

O que procuramos extrair dos trabalho de Veras e Damiani são aspectos da racionalidade instrumental expressos nas políticas habitacionais, a partir da implementação do sistema BNH/SFH. Tal racionalidade na produção maciça de habitação popular traz consigo o sentido da construção de um modelo ideal de modo de viver[2], transformando dos conjuntos habitacionais em verdadeiros enclaves na cidade.

2.1. A constituição do sistema BNH/SFH e da COHAB/SP e a questão do déficit habitacional

Com a preocupação de entender o que levou o Estado a implementar e difundir nacionalmente uma política para a habitação popular, Damiani estabelece duas possíveis interpretações que explicariam tais ações no início dos anos 60, quando se estabelece o sistema BNH/SFH. Para tanto parte de um debate levantado por Silva e Silva (1989), sobre a vinculação destas políticas com a necessidade de legitimação do Estado[3]. Uma delas que considera que a implantação de uma política habitacional na década de 60 serve como um suporte essencial à reprodução da força de trabalho, pois com a modernização capitalista do país, iniciada em fins dos 50, era necessário pensar-

[2] Um exemplo claro está nas concepções das ações de Carlos Lacerda em 1965, então governador do estado da Guanabara, quando da remoção das famílias da favela Brás de Pina para os conjuntos de Vila Aliança e Vila Kennedy. (Santos, 1981)

[3] Fato não observado por Damiani, é que a discussão proposta por Silva e Silva coloca-se em um momento específico de desgaste do modelo político e econômico proposto pelo regime militar, em fins dos anos 70 e não quando estas políticas são implantadas. "Haveria a partir do segundo quartel dos anos 70 a necessidade do Estado retomar um processo de legitimidade que tinha se desgastado pelos anos mais duros da ditadura militar." Silva e Silva, 1989: 65 e 70.

se em formas de garantir a reprodução da força de trabalho (preocupação até então inexistente devido a abundancia de mão de obra, sem a necessidade de especialização). A outra interpretação está apoiada em Ianni (1981 e 1986). Neste caso possui uma maior abrangência, pois procura explicar não só a necessidade de legitimação do Estado apontada por Silva e Silva (quando o projeto político e econômico proposto pela ditadura militar não se sustentava mais) [4], mas também como o Estado reestrutura-se, a partir de 1964, para implantar um modelo de desenvolvimento econômico que se apoia no "sistema nacional de planejamento"[5].

Tratando de pontos de vista diferentes e períodos distintos estas interpretações se complementam, quando mostram respostas do Estado às demandas impostas, por um lado, pelo amadurecimento do capitalismo no país e, de outro, pelo acirramento de suas contradições.

A partir das interpretações propostas por Ianni e Farah, observa-se que, no início dos anos 60, as ações Estado, de uma forma geral, procuram superar uma crise política que reflete-se social e economicamente e que se instaura devido à falta de um consenso ou projeto político unificado. A estratégia para tanto foi a incorporação do conceito de planejamento em todas as esferas de ação do Estado, já que sem ele seria impossível a implementação de uma ordenação para que se operassem sem problemas as "forças do mercado". Como resultado Damiani lembra que *"para o campo, foi oferecido o Estatuto da Terra, em 1964 e para as cidades, que cresciam vertiginosamente nos anos 60, uma política habitacional, centro de um discurso sobre o urbano, com a instituição do Plano Nacional de Habitação e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, pela Lei nº 4.380, de 1964"*[6]; e mais tarde, em 1966, com a implantação do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço - FGTS. Números mostram como foi efetivamente após a implantação destes instrumentos que implanta-se uma "verdadeira política habitacional", pois todas as tentativas anteriores fracassaram, quanto uma política nacional e de massa. Dá como exemplo os Institutos de Previdência que entre 1937 e 1964 produziram em todo o Brasil 37.725 unidades em 232 conjuntos

---

[4] Ianni, 1989: 26.

[5] "Nesta interpretação, as políticas habitacionais populares surgiram como resposta à ebulição da sociedade civil e às contradições sociais que agravavam-se no universo incontrolado das cidades. A desintegração dos sujeitos no meio urbano caótico, o perigo de revoltas e o potencial lugar para a difusão de políticas clientelistas e demagógicas, apontavam para a necessidade de restruturação e o fortalecimento das políticas destinadas à habitação popular". Ianni, 1981: 43.

[6] Daniani 1991: 37

habitacionais; enquanto que a Fundação da Casa Popular, instituída em 1946, construiu até o final de 1960, somente 16.964 unidades em 143 conjuntos. Porém só a COHAB de São Paulo, que era sujeita ao BNH, de 1967 a 1985, produziu 102.751 unidades habitacionais em 35 conjuntos[7]. Ou seja, enquanto que a média de unidades habitacionais nos conjuntos edificados pelos Institutos de Previdência era por volta de 163, e nos da Fundação da Casa Popular de 119, esta média para COHAB até 1985 era de 2.937 unidades, mostrando o novo perfil que o Estado dá à produção de moradias populares.

O que se constata é que, de qualquer maneira, estes números são extremamente pequenos para dar conta de um déficit habitacional estimado para o ano de 1985, de 15 milhões de moradias, segundo dados levantados por Silva e Silva[8]. Esta discussão nos remete à polêmica sobre os conceitos que envolvem o déficit habitacional no país. Dados sobre as condições da moradia no Brasil e em particular em São Paulo[9], mostram que são evidentes os problemas e a complexidade da questão habitacional. Se impiricamente constata-se a necessidade de moradia, basta ver os cortiços, favelas e famílias de rua por toda a cidade, os dados apresentados mostram que, no limite, a condição de sobrevivência da população não é crítica, quanto ao aspecto habitação. Ou seja, o problema reside mais na habitabilidade de onde se vive, do que propriamente em sua falta.

Maricato (1996) coloca que, mais que déficit habitacional (considerado simplesmente como número de unidades), talvez este seja um "déficit conceitual", pois *"de alguma forma todo mundo mora e nem sempre déficit é de uma nova habitação, mas sim de habitabilidade, isto é, de melhores condições de saneamento, de descongestionamento habitacional, de boas condições de salubridade, de regularização fundiária, de infra-estrutura urbana (...), isto implica em políticas habitacionais diversificadas e coladas à política urbana."*[10] Esta discussão é de extrema relevância, pois o que tem ocorrido no país é a completa dissociação das políticas urbanas das necessidades colocadas, que estão prioritariamente vinculadas a viabilizar o capital, como pode ser observado no desenvolvimento de infraestrutura

---

[7] Farah, 1982, Azevedo e Andrade, 1982

[8] Silva e Silva 1989: 38

[9] Dados sobre as condições do domicílio existentes no volume de Dados Distritais do Censo Demográfico do IBGE, sistematizados no "Estudo da Relação entre a Condição do Domicílio e as Causas da Mortalidade Infantil nos Distritos da Cidade de São Paulo - 1992"e da Pesquisa Condições de Vida, volume Habitação, ambas desenvolvidas pela Fundação SEADE.

[10] Maricato 1995: 27

urbana e nas leis de zoneamento, das políticas habitacionais que quando não estão ausentes são extremamente fragmentadas e pontuais. A principal consequência deste processo é que temos duas lógicas: uma da ordenação possível da cidade para viabilizar o pleno desenvolvimento do capital e uma outra habitacional, que fragmentada tanto tempo/espacialmente, quanto de tamanho (escala) e conteúdo (o que se faz), acaba por desestruturar este urbano. Isto pode ser observado na instalação dos imensos conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, a contínua expansão dos loteamentos clandestinos, ou a legalização de loteamentos irregulares sem qualquer infraestrutura puramente por motivos políticos ou tributários.

A Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte (1995), também coloca que o problema do déficit inicia-se com o conceito, ou como dizem, com *"a nomenclatura de déficit habitacional". Segundo a Fundação esta "nomenclatura (...) introduz à expectativa de possibilidades de qualificação padronizada, atemporal e neutra. Embora não se possa descartar o termo déficit - devido a sua ampla institucionalização a aceitação nos meios acadêmicos e profissionais - é melhor flexibiliza-lo, conceituando-o como um sub-sistema das necessidades habitacionais, que englobam não apenas a unidade habitacional stricto sensu, mas também condições de moradia vinculadas à qualidade de vida mais ampla, como serviços de infra-estrutura básica, ou seja, o habitat."*[11]

O déficit não resume-se à "falta de casa", devido ao menor número de construções de unidades habitacionais se comparado com o crescimento populacional, mas *"o dimensionamento do déficit habitacional resulta em construção de novas unidades habitacionais para a resolução de problemas sociais acumulados até um ponto de tempo e que são diretamente relacionados a apectos físicos fundamentais da habitação e à dimensão do estoque de moradia face ao número de famílias existentes."*[12]

Ao propor a idéia de *habitat*, o estudo da Fundação João Pinheiro situa um outro conceito fundamental, que é o de "necessidade habitacional", que se enquadra com a concepção de habitação que nós utilizamos neste trabalho, ou seja, *"(...) as necessidades habitacionais não se reduzem exclusivamente a um instrumento material (no jargão marxista clássico, uma mercadoria voltada para garantir a reprodução da força de trabalho) 'mas dependem da vontade coletiva e se articulam às condições culturais e a outros aspectos da dimensão*

[11] Fundação João Pinheiro 1995:. 10
[12] op. cit: 4

individual e familiar"[13]. Em suma, as necessidades habitacionais não só são diferentes para os diversos setores sociais, como longe de serem estatisticas, variam e transformam-se com a própria dinâmica da sociedade"[14]; isto significa dizer que o conceito de necessidade habitacional abarca em seu universo o déficit habitacional.

Para o diagnóstico do déficit habitacional do país, utilizam um conceito que está *"ligado às deficiências propriamente habitacionais do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física, devendo ser repostas (domicílio rústico e improvisados) ou a pressão do incremento de estoque devido à coabitação familiar"*[15]. Enquanto necessidades habitacionais englobaria também as habitações inadequadas. *"Estas (habitações) são categorizadas em função da carência de infra-estrutura, das condições econômicas de seus ocupantes (comprometimento excessivo da renda com o aluguel) e do adensamento interno excessivo (moradores por dormitórios). Em relação às habitações inadequadas em decorrência da infra-estrutura básica, devem ser definidos parâmetros diferenciados para famílias segundo níveis de renda"*[16].

Assim, consideram que somente para o déficit habitacional é que devem estar voltadas as políticas públicas de construção de novas moradias. Para os domicílios inadequados, que qualificam-se em vários tipos e em consequentes variações de clientela em situação crítica, tais políticas públicas devem variar conforme estas necessidades, fazendo parte, inclusive de ações complementares de uma política pública *stricto sensu*, de construção de moradias. É que propõe, por exemplo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, quando financia o programa de verticalização do município de São Paulo, quando exige que além da edificação propriamente dita dos prédios, que o programa também desenvolva a urbanização de partes da favela sob intervensão - não caracterizando o programa como de erradicação de favelas - e ofereça a alternativa da auto construção em lotes urbanizados[17].

Nesta linha de raciocínio, Maricato (1995) cita dados de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP - FIPE, onde se afirma que um terço das moradias no Brasil apresentam algum tipo de inadequação, chegando a representarem 62% da

---

[13] Brandão, A. B. 1984, abud Fundação João Pinheiro, 1995: 10.
[14] Fundação João Pinheiro, 1995: 10.
[15] idem: 12
[16] ibidem
[17] Este assunto será retomado nas Considerações Finais.

habitações do Nordeste, sendo 50% na área rural, 18,1% nas metrópoles e 32,1% nas demais áreas urbanas[18].

Com esta concepção do entendimento do problema, o "déficit habitacional ativo" para o Brasil - o mínimo real de novas unidades - deixaria de ser os 15 milhões e passariam a ser algo em torno de 3,4 milhões. Os dados a Fundação João Pinheiro mostram uma ordem de grandeza um pouco maior. O estudo traz a estimativa de déficit habitacional para o Brasil, para os anos de 1991, no qual a necessidade de novas habitações no país somava um total de 4,98 milhões de moradias, sendo 1,24 nas regiões metropolitanas, 2,11 milhões nas demais áreas urbanas e 1,63 milhões na área rural. As projeções para o ano de 1995 apontam para um aumento de 630 mil novas unidades, totalizando 5,61 milhões unidades, distribuidas em 1,43 milhões nas regiões metropolitanas, 2,54 milhões em outras áreas urbanas e 1,64 na zona rural. Estes valores para o estado de São Paulo seriam para 1991 de 371.244 novas moradias para a Região Metropolitana de São Paulo, 365.840 para as demais áreas urbanas e 56.101 para as áreas rurais, totalizando em 793.363 novas unidades unidades habitacionais. Para o ano de 1995 as projeções do estudo da Fundação João Pinheiro mostram que para a Região Metropolitana de São Paulo estes valores sobem para 422.027 novas moradias, para as demais áreas urbanas para 434.931 e para as áreas rurais 54.497, totalizando um déficit para o total do estado de 911.444 novas moradias.[19] Portanto o que está colocado é que não é apenas a necessidade de um imenso volume de novas moradias, mas também de um leque de ações que atendam tanto ao déficit ativo quanto ao passivo.

Situação do Brasil quanto a necessidade de novas unidade habitacionais em 1991 e a sua projeção para 1995 (em milhões de unidade)

	total	Regiões Metropolitanas	outras cidades	áreas rurais
1991	4,98	1,24	2,11	1,63
1995	5,61	1,43	2,54	1,64

Fonte: Déficit Habitacional no Brasil, Fundação João Pinheiro, 1995.

[18] FIPE, apud Maricato 1995: 28

[19] O aumento da porcentagem do número de habitações no interior do estado (as outras áreas urbanas excetuando-se as vinculadas à Região Metropolitana) de 46,11 para 47,72%, entre 1991 1995 confirma as tendências de crescimento das cidades médias do estado segundo um modelo de exclusão semelhante ao ocorrido na capital e na Região Metropolitana.

Situação do Estado de São Paulo quanto a necessidade de novas unidade habitacionais em 1991 e a sua projeção para 1995

	total	Região Metropolitana	outras cidades	áreas rurais
1991	793.363	371.244	365.840	56.101
1995	911.444	422.027	434.931	54.494

Fonte: Déficit Habitacional no Brasil, Fundação João Pinheiro, 1995.

Esta questão sobre o déficit habitacional remete a uma outra discussão sobre o que deve ser, na verdade, a "produção" da habitação, já que as necessidades habitacionais são extremamente diversificadas. Maricato lança mão do conceito de "estrutura de provisão de moradia" [20] como um importante elemento para direcionar as análises sobre a questão das necessidades habitacionais, pois este conceito é mais amplo que o de produção", porque este envolve o universo da mercadoria:

> "A produção da habitação é extremamente complexa e tem diversas características que a diferenciam das demais mercadorias de consumo privado, isto porque a cada forma de ocupação da moradia, que envolve uma ou mais relações jurídicas, corresponde uma dada organização da produção
>
> A **estrutura de provisão da habitação** combina diversos agentes que participam dos diferentes processos produtivos referenciados a determinadas relações jurídicas"[21].

A autora dá alguns exemplos: *"a promoção pública fordista isola o proprietário da terra e o incoporador privado. Já na promoção privada o incorporador assume um papel determinante. A autoconstrução da periferia pode envolver a contratação de serviços especializados como também a empreita de quase toda a obra. Temos então, diferentes formas de provisão: promoção pública, promoção imobiliária privada, produção por encomenda, loteamento legal, loteamento irregular ou*

[20] Este conceito foi extraído por Maricato do texto "Housing analyses: time for theoritical refocus?", de Michael Ball in Housing Studes, Maricato, 1995: 2.
[21] idem

ilegal, autoconstrução, pequena produção mercantil, etc. Em cada forma tivemos diversas configurações entre os agentes da terra, corretor, consumidor, força de trabalho e Estado".[22]

O grande problema que envolveu as políticas públicas de habitação centradas no sistema SFH/BNH, é que, a partir de sua ótica de racionalidade, este não incorporou a diversidade da questão habitacional. Centrada no conceito de construção de habitações para demandas constituídas a partir da definição de um "déficit habitacional" que não correspondia à sua real parcela entre as necessidades habitacionais (ou seja, entendeu que o déficit habitacional correspondia a toda a diversidade de necessidades habitacionais) alijou boa parte da população, aquela realmente necessitava de moradias novas, do produto desta política, pois ao privilegiar exclusivamente a construção, encareceu a produção do sistema, apresentando apenas tardiamente e de forma incompleta alternativas de assentamento para esta população, como foi o caso do PROMORAR. Um exemplo claro deste fato está na alteração dos limites para os benefícios do sistema, que passaram das famílias cujos rendimentos mensais eram de 1 a 3 salários mínimos (em vigor do início dos programas do sistema até meados dos anos 70), para o atendimento exclusivo às famílias em que estes rendimentos estavam entre 3 a 5 salários mínimos. Esta alteração mostra dois fatos que vinculam-se. Um é que a lógica que está por traz da racionalidadde técnica do sistema é a da demanda solvável, ou seja, esta alteração deveu-se a enorme inadimplência[23] dos moradores, que chegou em 1973 a representar 60% do volume de empréstimos. O segundo é que esta mudança vincula-se à perda do valor real do salário mínimo, garantindo-se a lógica de considerar demanda as que conseguem pagar as prestações[24]. Tanto isto parece ser verdade que hoje os financiamentos, na esfera federal, para a aquisição da casa própria atinjem as famílias que têm renda de 12 salários mínimos, sendo a média estabelecida para as que ganham 8 salários mínimos.[25]

---

[22] ibidem

[23] Considera-se inadimplente os mutuários com mais de 3 mensalidades atrasadas. Dados de julho de 1996 mostram que a inadimplência dos mutuários da COHAB - SP foi de 29,73%, ou seja, dos 106 mil mutuários, 31.519 não pagam as sua prestações a pelo menos 4 meses (ver artigo de Raimundo Bonfim in OESP, 2.08.96)

[24] Se observarmos o valor real do salário mínimo, tendo como base o ano de de 1959, como sendo igual a 100 (este foi o ano que o SM atingiu o seu maior valor real, sendo 44% maior que o da data de sua implantação - julho de 1940), o seu valor em 1978 correspondia a apenas 50, ou seja a metade. Em 1990 e valor cai para apenas 17,65 em relação aos 100 de 1959. Souza, 1990: 167.

[25] Estes patamares continuam a vigorar nos anos 90, pois devido a grande pressão social por mecanismos de financiamento para a aquisição da casa própria e para fomentar o reaqueciemento da indústria da construção civil no país, o governo federal, a partir da Caixa Econômica Federal, abriu em 1995/96 linhas de crédito para finaciar a compra de imóveis em dois programas, sendo que um atinge à famílias que auferem rendimentos entre 3 a 12 salários mínimos e outro que atinge as de 3 a 8 s.m..

Este quadro do perfil dos financiamentos mostra que a destinação dos recursos não atendeu aos seus objetivos originais, pois em 1984 apenas 18% dos recursos originários do FGTS foram destinados à famílias com renda inferior a 5 salários mínimos. Outro aspecto é que já em 1976, 34% da aplicações do BNH eram dirigidas ao sanenamento, transporte, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e de polos econômicos[26], através do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, criado em 1971. Porém desde 1969, o BNH estava autorizado a aplicar recursos do FGTS em sistemas de abastecimento de água e esgoto. Isto explica-se pelo modelo de aquisição de terras para a implantação dos conjuntos habitacionais e pela escassez de recursos para o atendimento às demandas de moradia. Ao não estabelecer uma política fundiária urbana própria, mas seguindo a lógica do mercado de terras urbanas (que significou uma visão totalmente equivocada ao observar apenas a disponibilidade de terras nas periferias das grandes cidades), os projetos financiados pelo sistema foram obrigados a incorporar em seu escopo a disponibilização de recursos para o sistema de adução de água e esgoto, além dos financiamento da compra das glebas, a construção dos imóveis e de sua infra-estrutura[27].

Na tentativa de reordenar os caminhos tomados pela política habitacional federal, o Conselho Administrativo do Banco Nacional de Habitação cria em 1973 o Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP[28], que tinham seus recursos administrados pelos Fundos Estaduais de Habitação Popular - FUNDHAPS. Estes novos ingredientes da política habitacional envolvem pela primeirta vez os estados e municípios no financiamento dos conjuntos habitacionais, com recursos originários tanto do sistema SFH/BNH[29], quanto de recursos próprios locais, municipais e estaduais. Os

---

[26] Azevedo e Andrade, 1992: 86/7.

[27] Dados apresentados em 1996 pela Companhia de Desenvolvimento Habiatacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU -, mostram que conjuntos como o Santa Etelvina ou o Barro Branco ambos implados pela COHAB - SP, tiveram certa de 30% de seu custo destinado a aquisição de terras e em infra-estrutura (sendo o restante dos 70% dos gastos distribuidos em 10% para os projetos e 60% nas edificações). Dados aprendados e documento inédito para o curso "Formação em Mutirões" realizado pela POLI/USP em convêncio com o Instituto Politecnico de Milano, USP, maio de 1996.

[28] Implantado em São Paulo em 1975.

[29] os recursos do BNH eram repassados a fundos estaduais e municipais a partir de uma programação plunianual de desembolso de recursos. Esta estratégia evitava a necessidade de sanções por parte de Senado Nacional, que sempre pedia garantias aos financiamentos quando eram aprovados separadamente (Resolução do Conselho de Administração do SFH, RC 1/73).

financiamentos deveriam cobrir o atendiemento à famílias que auferem redimentos de de até 5 salários mínimos.

Em 1975 o PLANAP regulamenta a concessão de financiamentos *"as cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes ou capitais de territórios federais; às áreas metropolitamas definidas em legislação federal; e às localidades definidas pelo BNH para fins operacionais, como polos de desenvolvimento ou onde estejam sendo ampliadas atividades econômicas geradoras de emprego em quantidade sufiente para a viabilidade de novos projetos habitacionais"*[30]. No mesmo ano é criado, no interior do próprio PLANHAP, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB, para a população com renda entre **zero** e três salários mínimos. Devido ao fraco desempenho do Programa e ao estigma de promover uma "favela urbanizada", ele é alterado em 1978, quando é ampliado o tempo de financiamento e os terrenos dotados de um pequeno banheiro e de um embrião, o que acabou por descaracteriza-lo.

As normas que estabeleceram a criação do PROFILURB são exemplares para mostrar como o sistema SFH/BNH, pensava a relação entre a renda e a demanda dos programas por ele administrado. Ao determinar que o programa se destinava à famílias com renda entre **zero** e três salários mínimos, considerava zero como renda o que obviamente não é. Com isso fica claro dois fatos: um que o Estado não pensa em políticas públicas específicas para a população sem renda, mas as inclui naquelas que exigem renda, uma clara contradição. E a outra que tais políticas acabam por se tornarem farsas porque parecem anunciar um atendimento à populações sem rendimentos, que efetivamente não ocorre.

Um outro aspecto que envolve o PROFILURB é que o Programa extende a lógica racional que norteia as polícas do sistema SFH/BNH para evitar o surgimemento de novas favelas. Ou seja, nesta ótica este programa pensava em um "fim da favela", ao mesmo tempo que se tornaria um modelo ideal de plano/planejamento do uso e ocupação do espaço, ao contrário da forma caótica como se constituem as favela. Talvez mais que uma "favela urbanizada" o objetivo do PROFILURB fosse o de criar "favelas organizadas".

[30] COHAB RC 3/75.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Em 1977, o Governo Federal continua a tentar novas formas de provisão de moradias populares e cria o Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria de Habitação de Interesse Social - FICAM (inaugurando entre as políticas públicas o conceito de habitação de interesse social) -, financiando a aquisição de terrenos, construção e melhoria da habitação, também para famílias com rendimentos de até 3 salários mínimos. Um novo programa, e de maior sucesso que os anteriores, é criado em 1979. Tratava-se do Programa de Erradicação de Submoradia - o PROMORAR, que tem a sua implementação sob a atribuição das prefeituras municipais e as companhias de habitação, que nem sempre eram municipais, como é o caso da COHAB-SP e da COHAB - Campinas. Baseado no embrião como padrão habitacional, estes programa notabilizou-se por seu objetivo de ser um instrumento de relocação maciça de famílias para atender interesses dos executivos municipais. Uma das principais funções do PROMORAR, como pode ser visto na cidade de São Paulo, foi a erradicação de favelas para "sanear a cidade", viabilizar obras públicas, para tentar mitigar os impactos de processos de ocupação de terras - que foram intensos no início dos anos 80 na Zona Sul da cidade -, e para eliminar áreas degradadas pela presença de cortiços[31]. Até a extinção do Banco Nacional da Habitação em novembro de 1986, ainda foram criados sem repercursões nacionais o Projeto João de Barro (1984/85); em 1987 o Programa Nacional do Mutirão e o Fala Favela, ambos vinculados à SEHAC - uma Secretaria Especial ligada à Presidência da República. Devido às suas características clientelistas e assistencialistas e ao fraco acompanhamento técnico, além dos baixos recursos destinados a eles, os tais programas fracassaram. A partir de 1986 o Banco Nacional da Habitação foi extinto, tendo suas atribuições e recursos sido absorvidos pela Caixa Econômica Federal.

Não foram só estas as heranças deixadas para a CEF, mas também uma inadimplência da ordem de US$ 325 milhões provenientes das cadernetas de poupança, cooperativas habitacionais, bancos comerciais, associações de popuança e empréstimos, além da

[31] São enúmeros os exemplos de utilização deste programa para viabilização de obras públicas na cidade de São Paulo, principalmente para a construção de avenidas de fundo de vale, como foi o caso do conjunto PROMORAR do Jardim São Luís implantado em 1982, que viabilizou as obras de extensão da avenida João Dias até o início da estrada de Itapecerica da Serra. Neste mesmo conjunto, que atendeu a aproximadamente 3.850 pessoas em 771 unidades habitacionais, foram reassentadas parte da famílias que haviam ocupado a Fazenda Itupú e o Parque Europa (ambas em 1981 na região do Campo Limpo, que representaram as primeiras grandes ocupações organizadas de terra na cidade de São Paulo), mostrando como foi útil este programa. Existem ainda exemplos de remoções de favelas localizadas na região central da cidade, como as da Vila Olímpia e da Cidade Jardim e dos cortiços da rua da Assembléia na administração Jânio Quadros (1986/1988). (ver Souza, 1991)

Eletrobrás, seu maior devedor (US$ 29,8 milhões), que utilizou os recursos dos financiamentos para a execução das obras de infra-estrutura das usinas hidroelétricas de Itaipú, Tucuruí, São Simão, Itumbiara, entre outras. Esta situação confirma a tendência de destinação de volumosos recursos para os projetos e obras vinculadas ao desenvolvimento de infra-estruturas urbanas e não diretamente para a habitação[32].

Com relação específica sobre a atuação da COHAB de São Paulo, deve-se destacar alguns diagnósticos realizados por técnicos da Companhia, que mostram um processo de avanço da avaliação de suas ações. O primeiro destes dianósticos data de 1974 e teve como preocupação fazer um estudo técnico, apontando as pendências existentes junto às empreiteiras, as obras paralizadas, a inadimplência e a falta de adaptação do mutuário no conjunto. Estes problemas apareciam como responsáveis pelas dificuldades no processo de produção de novas unidades habitacionais[33].

A busca da identificação destes problemas deveu-se às dificuldades operacionais da Companhia na execussão de seus projetos. Preocupações com relação a inadimplência dos mutuários, aos elevados custos das construções, questionamento sobre as estratégias de aquisição de terras e a própria conceituação do morador apenas como mutuário (numa relação puramente instrumental de produto/consumo), mostram era entendido o universo da questão da habitação.

Mas os documentos mais relevantes foram os elaborados em 1980. Sua importância deve-se tanto pelo seu conteúdo crítico com relação a atuação da COHAB e da política habitacional promovida pelo Estado, quanto por quem o fez. Tratou-se de uma primeira avaliação crítica, não apenas técnica, mas também política, dos programas realizados pela Companhia por técnicos que discordavam de sua linha de atuação. O fato de destaque é que além destes técnicos, muitos oriundos da Secretaria Municipal do Bem Estar Social - SEBES[34], terem concepções críticas das políticas de habitação e da forma como Estado encarava conceitos como o de desenvolvimento urbano[35], alguns

---

[32] Rodrigues, 1988: 59/60.
[33] Processo Interno COHAB/SP, nº 33/74.
[34] Estes técnicos terem tido como origem a Secretaria do Bem Estar Social - SEBES, é um fato muito importante, pois foi naquela Secretaria Municipal que surgiram os primeiros trabalhos alternativos de atendimento habitacional para a população que estava fora dos programas financiados pelo sistema SFH/BNH. Foi a partir da atuação nesta área com a população que não era atendida pelo sistema SFH/BNH, que surgiu HABI, como um programa habitacional da municipalidade, como veremos adiante.
[35] Ver Veras, 1980.

deles vieram a compor a equipe que elaborou o programa de governo da área habitacional de Luiza Erundina de Souza ebem como participaram dos quadros da Secretaria da Habitação naquela gestão.

Neste documento em meio às críticas sobre as políticas implantadas introduz-se o conceito de "integração do homem com o desenvolvimento urbano": *"Nos conjuntos construídos na periferia dos centros urbanos fica evidente que a habitação possui funções sociais e urbanas, e não pode ser encarada apenas do ponto de vista físico ou financeiro. Em conjuntos recém-habitados, a falta de serviços urbanos e equipamentos sociais ligados à fase de adaptação do morador ao novo contexto de vizinhança, faz com que se reverta as expectativas e relação à casa própria."*[36] E ainda: *"A necessidade de harmonizar a família com o novo meio ambiente, físico e social, bem como a nova moradia e responsabilidade com ela adquiridas, faz com que se apresentem de fundamental importância a aplicação de técnicas de desenvolvimento comunitário, que permitam os níveis de integração, interação, comunicação, e participação dentro dos novos agrupamentos residencias criados, em cidade, pelas COHABs."*[37]

Como repercursão dessas avaliações críticas a Companhia estabelece, no ano de 1983, uma estratégia de atuação que introduz uma "política de desenvolvimento comunitário", a partir do Programa de Estímulo ao PLANHAP - PEP, que visava o apoio a assistência técnica para a *"reestruturação da COHABs e apoio às administrações na formulação execução, controle e aperfeiçoamento permanente de programas e projetos de desenvolvimentos comunitários nos conjuntos habitacionais de interesse social."*[38]

A forma como a Companhia instrumentaliza, o que em sua origem era uma avaliação crítica sobre a sua atuação, foi procurar um "novo" caminho para viabilizar seus empreendimentos, e ao fazê-lo revela com clareza como fundamenta o seu discurso sobre o que entende ser um trabalho com o morador. Ou seja, o sentido de comunidade é formulado para criar no indivíduo um sentimento de vínculo em relação ao conjunto, para que daí surja um compromisso, tanto com o financiamento, quanto com a conservação deste conjunto.

Introduz-se pela primeira vez, um conceito que passará a acompanhar definitivamente as políticas de habitação, que é o chamado "trabalho social", cujas características tem

[36] COHAB, Processo Interno nº 447/80.
[37] COHAB, Processo Interno nº 65/80.
[38] COHAB - SP RD 76/73.

variado conforme as orientações, que dependem tanto das posturas dos técnicos de compromisso com o trabalho social e o morador, quanto da história das políticas, que vão do puro assistencialismo instrumental (a forma citada acima), até um trabalho que envolve um processo de autonomização e participação dos moradores em relação ao Estado, despertando neles o sentido reivindicativo e de cidadanidade. Estas variações do trabalho social se dão tanto pelas posturas de compromisso dos técnicos com seu trabalho, quanto pela história destas políticas vinculadas ao ideário das administrações.

Uma questão central nas discussões sobre o trabalho social é que a sua introdução coloca em evidência como este tipo de conjuntos habitacionais populares são entendidos como enclaves urbanos. Esta situação de enclave evidencia-se pelo fato de que quando concluídos estes conjuntos não são entregues à cidade, como acontece com qualquer outro loteamento. Ao contrário, tem uma lógica própria de administração. Companhias como as COHABs e o CDHU, possuem dotações específicas para a manutenção dos conjuntos, eles não são entregues *stricto sensu* aos seus moradores e à cidade, porque o Estado continua tutelando-os até que todas as prestações estejam quitadas. O que se tem observado é que isto implica em um processo extremamente delicado para o "trabalho" com os moradores, pois os graves problemas encontrados pelos "trabalhadores sociais" devem-se à inexistência, ou uma fraca existência, de sentimentos de vínculo com o lugar de morar, implicando em um descompromisso desses moradores com este lugar e com a própria casa. A não "posse" aliada ao caráter de "enclave" dos conjuntos poderia estra expressando um sentimento de exclusão entre os moradores e consequentimente de não pertenciento ao lugar. Este foi um caminho nem sempre explorado pelos programas sociais destas políticas.[39]

Voltando ao Sistema SFH/BNH, outros programas foram criados incentivando a construção de centros comunitários nos conjuntos habitacionais, que passaram a ser considerados como polos aglutinadores dos moradores. Os recursos para a implantação deste centros comunitários viriam das "Taxas de Cobrança e Administração e de Apoio Comunitário", cobradas diretamente dos carnês de pagamento dos financiamentos. No capítulo que trata das políticas a serem implementadas pelo sistema BNH/SFH, está exposto como a concepção de

[39] Esta discussão é importante, pois uma das características encontradas nas áreas investigadas neste trabalho, foi justamente a dificuldade da Superintendência de Habitação Popular - HABI, de estabelecer "diretrizes do trabalho social" para os seus programas, como veremos.

organização de uma comunidade, estando esta concepção explícita no discurso que justifica a implementação da Taxa de Apoio Comunitário, onde verfica-se que este tinha como fim último viabilizar que tais centros comunitários e suas equipes de apoio promovessem "um desenvolvimento social organizado" nos conjuntos; nas diretrizes, que disciplinam dentro do PEP a participação do BNH nos programas de desenvolvimento comunitário, que deveriam contar com:

> "amplo conhecimento sobre as dimensões, condições sociais, sanitárias, educacionais e econômicas das famílias a que se destina o PLANHAP;
>
> - na preparação das famílias para a ocupação da moradia, com plena noção de deveres e direitos;
>
> - na promoção de programas educacionais e de treinamento profissional; na organização da vida comunitária nos conjuntos habitacionais, com o máximo de participação dos moradores; o desenvolvimento da vida associativa, para efeito puramente social ou para a realização de trabalhos cooperativos, com vistas a manutenção de conjuntos e de cada uma das habitações ou com o fim de suplementar a renda familiar; e
>
> - na promoção da adequação das disponibilidades de equipamentos comunitários às reais necessidades da população."[40]

Tais discursos deixam explicito dois fatos. O primeiro é aquilo que afirmamos sobre a racionalidade que norteia a lógica destas políticas, ou seja, que em nenhum momento quando se fala da relação do morador com os conjuntos, individualmente ou em associação, fala-se dos vinculos que tanto um como o outro (os conjuntos enquanto o lugar de moradia destes cidadinos) deveriam estabelecem com a cidade. A racionalidade está nesta lógica da dependência entre a quitação das prestações e a integração do conjunto à cidade, porque antes desta quitação estes empreendimentos são "fora" da cidade. O segundo é que mostram que o ato de organizar as comunidades era apenas uma estratégia para viabilizar os programas desenvolvidos pelo sistema SFH/BNH, com o intuito de promover a redução da inadimplência e incentivar a conservação física das edificações, com a "maior integração do homem urbano nas

[40] Resolução RD 47/75.

suas condições societárias."[41] Ou seja, esta organização era puramente instrumental partindo de um movimento externo a ela, tendo como principal agente a assistencia social. No mesmo Processo Interno da COHAB - SP de número 447/80, está escrito o seguinte: *"A preparação de moradores se constitui no momento de intervenção mais sério de todo o processo; é a hora de agir do técnico que, através de metodologia atualizada, procurará criar o clima para a implantação do associativismo que, como consequência, trará uma* ***micro-sociedade forte e pronta*** *(negrito nosso) para se integrar na macro-sociedade que envolve, sem os medos naturais de um grupo que, até bem pouco tempo, era tratado como população carente por ser moradora de conjuntos habitacionais do Sistema Financeiro da Habitação."*[42]

Uma relação instrumental onde os aparatos técnicos pretendem dar conta de mitigar os "traumas" causados pela inadaptação de indivíduos a uma nova ordem societária dada pela vida em conjuntos habitacionais. Readequar esta vida, integrando as pessoas às novas "maquinas de morar", no universo da habitação. Isto retrata um dos claros exemplos da razão instrumental na modernidade, que não respeita as dinâmicas ocorridas no mundo vivido.

Neste sentido, Maricato lembra que *"as análises das políticas públicas de habitação engendradas pelo Estado permitem o desvendamento do seu caráter como agente ativo do processo de estruturação da renda e portando da exclusão social, além de alimentar práticas clientelistas e pouco virtuosas em se tratando do interesse público."*[43] Deixa claro que tais políticas navegam entre o clientelismo e os projetos de organização da sociedade e da economia, mostrando que as análises sobre a questão da habitação devem possuir um caráter "mais global de forma a tornar mais evidentes as relações sociais presentes na produção do espaço e em particular da habitação". Para a autora o afastamento que existe entre os estudos sobre tecnologia e as análises sobre a questão habitacional[44],

---

[41] idem

[42] Processo interno COHAB/SP, 447/80.

[43] Maricato, 1996: 1.

[44] Dentro dos conceitos da produção de conjuntos habitacionais em grande escala, um outro fato importante é seu papel de fomento à construção civil que o BNH exerceu. Segundo dados apresentados por Damiani - 1991, a indústria da construção civil tem seu produto elevado entre 1967 e 1968 em 23%. Um outro aspecto é quanto a inovação da cultura entre as empreiteiras sobre a construção de grandes conjuntos. No caso da COHAB - SP, o projeto de Itaquera I A (em 1977), que previa a edificação de 650 casas, apenas uma única empreiteira se propôs a executá-los. No momento seguinte, quanto foram licitados os 1.620 apartamentos também ocorreu o mesmo fenômeno, mas este quadro reverteu-se rapidamente, pois no ano seguinte a construção das 12.260 unidades de Itaquera I contou com sete empreiteiras e das fases Itaquera II e III no ano de 1978, foram 18 para a produção de 19.600 unidades. Deve-se destacar ainda que estes projetos se transformaram em "verdadeiros laboratórios para novas formas construtivas", com a introdução de novos métodos construtivos tais como a alvenaria estrutural, projetos modulados, sistema *outinord* e Coan. Este último executado no conjunto de Carapicuiba, durante a administração Reinaldo de Barros, apresentou-se

que não observam os aspectos que vinculam o trabalho ao meio ambiente construído e a não incorporação do tema da construção em seu escopo cujo objeto é o urbano, a habitação, o financiamento, são exemplos de concepções que impedem a realização destas análises mais globais sobre a habitação.

Como resultado desta forma instrumental de encarar a questão da habitação, Maricato ainda coloca que *"a produção do pequeno incorporador que produzia para aluguel desapareceu, imprimindo uma característica dual à provisão de moradia. De um lado a produção capitalista, coordenada pelo incorporador e alimentada pela intervenção estatal, de outro, a autopromoção das favelas e dos loteamentos ilegais*[45] .

A principal crítica levantada por Maricato vincula-se à maneira pela qual se estabeleceu a produção da habitação e aos seus consequentes resultados que estão expressos na priorização de forma absoluta da casa própria a partir da casa pronta; na não introdução de novas tecnologias construtivas e de partidos urbanísticos que respeitassem as características topográficas do terreno; no não respeito às diversidades regionais, culturais e até climáticas por serem extremamente centralizados; e "na predominância esmagadora do conjunto habitacional fordista que ignorou também a realidade social."[46] O resultado deste processo é que de um lado *"as patologias sociais que são próprias dos guetos manifestam-se nos conjuntos isolados, massificantes, homogêneos, construídos a longas distâncias do tecido urbano existente"*[47] e, de outro, que houve um constante desprezo em relação ao meio ambiente.

No final dos anos 80 e início dos 90, dois fatores contribuem para uma substancial alteração no desenrolar da questão das políticas de habitação. Maricato mais uma vez lembra que *"devido a falta de um comando nacional e a indefinição da política oficial de provisão de habitação fez com que várias prefeituras e governos estaduais tomassem iniciativas de*

---

totalmente insatisfatório, provocando a necessidade de sua desativação na gestão Covas e sua demolição em1991 pela gestão Luiza Erundina, devido a impossibilidade de recuperação e ao perigo que representava para a população (o local era conhecido como "estupódromo").

[45] "O fracasso de tais políticas para a habitação é notório e as famílias continuam a sua produção doméstica de moradia (em sua maioria ilegal do ponto de vista dos aspectos construtivos - falta de alvarás - e do assentamento - loteamentos clandestinos), basta observar que a maioria do consumo de cimento no país está vinculada à produção informal, doméstica e ilegal, pois segundo dados da Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP de 1994, 51% dos 25 milhões de toneladas produzidas de cimento foram negociados em pequenas compras de um ou poucos sacos de cimento." Maricato, 1996: 4

[46] op. cit: 12

[47] idem

formular suas próprias propostas."[48] E que *"os conflitos sociais e ambientais evidentes decorrentes da baixa qualidade da moradia e de sua implantação, além dos movimentos reivindicatórios que se dirigem à autoridade local, mais próxima, não permite que o problema continue sendo ignorado ou remetido à outra esfera de governo como sempre foi."*[49] Ou seja, a questão da habitação, ou mais especificamente, da provisão de habitação, tende a deixar a esfera do controle federal e de atender as necessidades habitacionais a partir do modelo único da construção da "casa própria", para localizar-se no "mundo local", atendendo às diversas formas de necessidades habitacionais.[50]

Esta alteração do controle sobre as políticas de habitação, que passaram das mãos do governo federal para as esferas estaduais e municipais, acabou por gerar um movimento duplo, pois este gradativo deslocamento das responsabilidades do controle das políticas corresponderam à alterações de responsabildades sobre quem deveria responder às necessidades habitacionais e, portanto, a quem deveriam ser encaminhadas as reivindicações. Isto significou uma aproximação muito grande entre as instâncias reinvidicativas e o poder público, que possibilita aos movimentos populares exercerem pressões nestas instâncias governamentais (principamente a partir de meados dos anos 70), para que elas respondessem às suas necessecidades de moradia. Com a redemocratização do país na década seguinte, a mobilização dos movimentos populares e sindicatos no jogo democrático como representantes de uma parcela importante da população, promoveu dois importante fatos: o primeiro foi a possibilidade de criação do Conselho Curador do Fundo de Garantia, que assegurou ao

---

[48] op cit: 16

[49] idem

[50] Maricato descreve uma série de iniciativas municipais e estaduais, que procuram dar conta das mais diferentes formas de atender os problemas de habitação. As iniciativas no âmbito dos governos estaduais foram desde o aumento das aliquotas do ICMS para aplicá-las exclusivamente na construção de moradias (em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), passando pelo financiamento de material de construção (em Pernambuco e Rio Grande do Norte), mutirões em Goiás, lotes urbanizados no Pará, regularização fundiária em Pernambuco, até uma política ampla implantada no Ceará de investimento 15% dos recursos próprios em habitação, programa de recuperação de áreas degradadas e favelas e programas de parcerias com os municípios. No âmbito municipal a cidade do Rio de Janeiro foi a que melhor preparou um diagnóstico e proposições para a intervenção para as situações de risco e emergência sendo a primeira (1988) a assumir uma visão integrada do problema, articulando as obras com ação social. Muitos municípios desenvolveram políticas de urbanização de favelas (Rio de Janeiro -no âmbito do BHN também pioneiro -, Porto Alegre Belo Horizonte, Rio Branco, São Paulo, e Santos entre outros), ou então a construção de moradias com recursos próprios (São Paulo, Santo André e Timóteo) e lotes urbanizados (São Paulo e Ribeirão Preto). Outros municípios avançaram ampliando o escopo de ações no sentido de incorporar as áreas de urbanização precária à cidade e desenvolveram instrumentos jurídicos para a regularização fundiária, iniciadas com a experiência pioneira de Jaboatão, posteriomente seguida por Recife, Santos e Santo André. O município de São Paulo merece um destaque especial por ter sito o que mais ampliou este escopo. Maricato, 1995: 16/8.

trabalhador a participação nas decisões para onde os recursos do Fundo se destinariam, e o outro foi a eleição de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo que teve o importante apoio deste dois setores da sociedade - os movimentos populares e parte significativa do movimento sindical.

3. A necessidade de uma política para a habitação popular

Nossa intenção nesta parte do trabalho, foi mostrar a existência da necessidade de se recolocar a questão da habitação e de suas políticas, aproximando-as do "mundo vivido", ou seja, aproximando-as daqueles que delas usufruem. É necessário que se rompa com a cultura tradicional de construção de conjuntos habitacionais, que norteam-se unicamente pelo caráter instrumental que estes empreendimentos (e desse ponto de vista o termo é esse mesmo) possuem na estruturação da cidade da modernidade. O problema que está por trás disso é que a razão instrumental que orienta a forma que assumem tais conjuntos, os destinam como tentativa de superação da realidade urbana, naquilo em que apresenta-se imperfeita. A própria resposta ao problema habitacional, que a "realidade" não dá conta, já impõe ao conjunto esta característica de "superação" da realidade. O conjunto habitacional transforma-se em alegoria dessa realidade[51], e sendo alegoria responde pouco à necessidade e ansiedade cotidianas daqueles que lá vão morar.

Outro fato que se tornou evidente é a necessidade se reenquadrar o papel que sempre foi dado ao morador de simples mutuário, onde o despertar pelo compromisso com o lugar de morar está vinculado apenas a que ele se comprometesse em pagar as suas prestações. Esta ótica, considera o morador como cidadão somente devido à garantia do acesso à moradia, que os programas habitacionais propunham. Uma alteração fundamental desta postura deveria ocorrer pela superação desta relação de mercado a que lhe foi restrita a cidadania. Coloca-se, assim, uma outra questão central para a superação da tradicional cultura de produção de produção de conjuntos habitacinais: o papel que o morador dever ter como agente realizador de seu lugar de morar e do urbano, sendo cidadão também nesta dimensão de sua vida.

---

[51] Baudrillard 1994, conforme item 4 capítulo 1

Estas são reinvidicações que ainda são necessárias para a efetiva mudança da cultura tradicional de provisão de habitação, porque muito do observado hoje nas relações entre os programas habitacionais e os moradores, reproduzem o conceito de morador como mutuário, basta observar, por exemplo, as posturas da CDHU e do Projeto Cingapura (este da prefeitura de São Paulo nas administrações Paulo Maluf e Celso Pitta), onde a participação dos morador nos processos decisórios dos projetos é nula e a sua "existência" só é considerada como a do futuro mutuário, o indivíduo só é considerado enquanto possuidor de uma renda.

Haveria ainda um outro aspecto a ser superado. Se no interior da COHAB, já a partir de meados dos anos 70, havia se percebido a necessidade de se "harmonizar a família com o novo meio ambiente, físico e social", muito pouco se fez para viabilizar isso. A percepção deste problema, como dos dois outros citados, não poderia ser respondida pela simples razão na qual a política se constituia. Ou seja, centralizada, longe do morador e extremamente instrumental, tendo como lógica a grande obra civil[52]. O fato é que, como foi colocado, esta superação não correu de forma integral, pois esta lógica da grande obra civil ainda prevalece.

Estas características marcantes dos conjuntos habitacionais fordistas, tendo como o Estado como seu promotor, propiciou um imenso processo de sua degradação. A exemplo do que aconteceu com relação ao conjunto Pruit-Igoe de St. Louis[53], os assentamentos populares que foram edificados sob este contexto, tendem a se transformar de "alegoria" da cidade em sua volta, para dejetos desta cidade. Neste sentido, estes conjuntos talvez sejam mais metáforas de sí próprios do que alegorias de uma realidade que pretendiam superar, isto porque em sua essência são vazios dos conteúdos que lhes justificaram a existência, no sentido da alegoria proposta por Baudrillard: serem "superiores" à realidade, dando conta daquilo que a realidade não

[52] Para efeito ilustrativo de como o conceito de meio ambiente é deturpado no universo da construção civil, em curso Formação de Mutirão (oferecido pelo Departamento de Construção Civil da Escola Politécnica da USP- 1996 - em convênio com o Instituto Politecnico di Torino e ministrado pelo professor César Paula Pinto), o meio ambiente foi considerado apenas como uma variável de avaliação dos problemas que determinam a viabilidade da obra, assim como a mão de obra, ou o material de construção. Nesta ótica são "problemas ambientais" os equipamentos de segurança e as questões insalubres para o trabalho, como o espaço reduzido e a alta temperatura. Queremos deixar claro que estas são, obviamente, condições fundamentais para as garantias de trabalho, mas absolutamente não respondem à necessidades de "um meio ambiente que será vivido".

[53] ver item 4 do capítulo 1

conseguiu responder - como por exemplo do disciplinamento e da organização da cidade e das pessoas -a máquina da vida moderna).

Foi sobre este universo de questionamentos que as políticas implementadas pela Superintendência de Habitação Popular, no período de 1989 a 1992, se pautou. Ou seja, trouxeram para o seu interior conceitos fundamentais que romperam com estas formas tradicionais de entendimento do que vem a ser a construção de conjuntos habitacionais populares, quais sejam: de um lado o de participação popular e o de respeito às qualidades arquitetônica, urbanística e ambientais destes conjuntos; e de outro a implementação no interior desta política de uma gama de ações, que respondiam às diversas formas de habitacionais. A política da HABI naquele período parte, portanto, das demandas dos grupos sociais, representando pelos movimentos de moradia, e de suas reais necessidades, respeitando as suas dinâmicas e contradições que foram e eram constituidas no cotidiano do "mundo vivido".

4. As ações da HABI no período 1988-1992: uma nova prática para a política de habitação popular

As questões até aqui colocadas mostram o universo onde inserem-se a política habitacional implementada pela Superintendência de Habitação Popular, no período estudado. Dois são os aspectos que as norteiam: um que está mais próximo do mundo vivido, ou melhor das experiências acumuladas nos programas de habitação popular e do movimento que a sociedade faz reivindicando o acesso à moradia; e outro mais próximo do mundo das idéias, que são as concepções e o "suporte teórico", que orientaram tais políticas.

No primeiro caso, do mundo vivido, o fracasso das políticas de habitação na esfera federal; o tratamento da questão das necessidades habitacionais apenas como déficit e a sua consequente pequena amplitude no que diz respeito à implementação de ações diversificadas para atender as diversas formas de necessidades habitacionais; a constante reprodução do modelo fordista para a produção de habitação popular, repercutindo na perpetuação do conceito de "máquina de morar", para a habitação; o lugar da moradia como palco das lutas populares, recolocando a questão da satisfação das necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho; o agravamento do comprometimento ambiental das áreas periféricas pela implantação dos grandes

conjuntos habitacionais, que foram concebidos dentro de uma cultura de grandes obras pelas projetistas e empreiteiras; o agravamento do desarranjo urbano pela localização periférica dos conjuntos, obrigando aos moradores estabecerem grandes deslocamentos; e a inserção de dirigentes da SEHAB e da HABI junto aos movimentos populares de habitação e o consequente compromisso político do estabelecimento de canais de participação popular, forçaram a alteração radical das políticas públicas de habitação popular promovidas pela Prefeitura do Municipio de São Paulo entre 1989 1992.

O outro, mais próximo do mundo das idéias, é que as reflexões sobre os processos pelos quais a modernidade vem passando, apontaram para a necessidade de se repensar as formas pelas quais a razão tem assumido seu papel na direção da libertação do homem. Como foi visto[54], Habermas coloca a necessidade de que a interpretação dos "processos de modernidade", deve dar conta de entender os dois níveis, ou esferas, nos quais estruturam-se as relações societárias nesta modernidade. Ou seja, deve entender que há as esferas do sistema (política - o Estado, e economia) e do "mundo vivido" (a cultura: moral, arte e ciência - a vida cotidiana), havendo em cada um deles um processo distinto de modernização. Na esfera do sistema este é denominado "modernização do sistema", que constitue-se pela racionalização ocorrida nos subsistemas econômicos e políticos; e no "mundo vivido" de "modernidade cultural", que se caracteriza pela autonomização no interior das chamadas "esferas de valor': a moral, a ciência e a arte"[55]. No processo da modernização do sistema é a razão instrumental que rege as relações societárias e no "mundo vivido" é a ação comunicativa, ou razão comunicativa. Esta diferenciação dos processos estabelecem uma situação que Habermas denominou de desengate entre o sistema e o "mundo vivido", sendo uma de suas principais consequências, a "colonização" do "mundo vivido" pelo sistema.

Neste conceito de Habermas, o importante é que a superação dos impasses da modenidade passa pela eliminação da colonização e da ampliação da autonomização ocorrida no "mundo vivido" para o sistema.

Quando ele fala de uma autonomização do "mundo vivido" (daquilo que rege a vida cotidiana e, portanto, das situações societárias do cotidiano), permite pensar nos aspectos que envolvem o bem estar dos indivíduos, ou seja, das relações que

---

[54] Habermas, abud. Freitag, 1995, citado no Capítulo 1 deste trabalho.
[55] Freitag, 1995: 140/1.

estabelecem no seu "ambiente vivido"[56]. Aqui pode-se pontuar que paralelamente às orientações sobre as políticas públicas de habitação, surge uma concepção de meio ambiente que está referenciada às relações cotidianas que as pessoas estabelecem com as suas "experiências de vivência", com os seus "espaços de vivências cotidianas", ou ao "mundo vivido". Tal concepção diferencia-se das formas tradicionais das interpretações sobre o urbano e o meio ambiente, porque a enquadram na esfera do "mundo vivido", que é regido pela ação comunicativa das trocas cotidianas, enquanto a forma tradicional as vinculam à esfera do sistema. Isto quer dizer que enquanto a primeira esfera permeia as relações que acontecem a cada dia, quando estabelece-se os conflitos, por exemplo, do direito ao silêncio entre vizinhos, do lixo doméstico que é jogado na "porta da casa do outro", da árvore que derruba as folhas na casa ao lado, da construção do prédio vizinho que vai impedir a insolação da casa, etc. são resolvidos (ou encaminhados) por uma discussão que se dá no lugar de vivência, por uma razão que é comunicativa, é "discursiva". A outra interpretação se dá na esfera da produção, do sistema, onde os conflitos são encaminhados por políticas públicas, tendo como referência a lógica do custo-benefício, ou seja, da razão instrumental. Ambas, porém não ocorrem separadamente, ou são excludentes entre si.

Em nosso entendimento, no caso específico da questão ambiental no âmbito das políticas da HABI, ela tem uma "dupla face", pois está colocada tanto na esfera do sistema quanto na esfera do "mundo vivido". São "duas faces" que em deteminadas situações estão próximas e em outras mais afastadas, mas que possuem uma relação onde a primeira invariavelmente dinamiza a segunda, ou que a existência de problemas ambientais na "esfera do poder e da economia" tem reflexos imediatos na esfera do "mundo vivido". Um exemplo é a situação colocada no Capítulo anterior, em que vai ser na esfera do "mundo vivido" que problemas criados na esfera do sistema terão que ser resolvidos, como é o caso do lixo, ou dos produtos indesejáveis, dos resíduos do consumo. O problema do lixo exemplifica bem esta relação entre estas duas faces da questão ambiental, pois numa ponta o que se questiona é um modelo de desenvolvimento econômico e um padrão de consumo (sistema), e outra, o que

[56] Existe uma discussão proposta por Eckersley (1990), em que ele acusa as concepções de Habermas de serem antropocêntricas e de separar a realidade em dois mundos - do sistema e o mundo vivido. Segundo este autor, esta forma de entender a realidade impede a sua apreensão como um todo, pois o "mundo não-humano" é entendido apenas como instrumental. Contra esta teoria de Habermas, Eckersley propõe uma "teoria ecocêntria"ou "terrocêntrica", onde a sua "essencia é a do entendimento de que o homem é parte da, antes que separado da ou sobre, natureza"(1990: 748). Para ele "o mundo é inerentemente dinâmico, interconectado de tramas de relações nas quais não há absolutamente entidades que se destacam e não existe uma linha dividindo entre a vida e a não vida, o animado e o inanimado, ou o humano e o não humano". (idem: 749)

exatamente as pessoas fazem com os "resíduos" do consumo, no interior de "seus espaços privados" e no exterior dos espaços públicos (mundo vivido).

É a partir desta "dualidade" que entendemos os processos que envolvem a implantação da política habitacional da Superintendência de Habitação Popular - HABI: uma "questão ambiental" que, colocada na esfera desta política, é regida por uma razão instrumental e uma outra "questão ambiental", que pertence à esfera do "mundo vivido", às relações societárias cotidianas do "meio ambiente vivido", regida por uma razão comunicativa.

Antes de apresentarmos os resultados do trabalho de campo, consideramos ser necessária uma reflexão[57] sobre os aspectos que nortearam a política ambiental da Superintendência de Habitação Popular, tendo como referência as bases discursivas que orientaram a construção da política e os processos no interior da máquina administrativa, que levaram a sua proposição e implementação. É importante realçar a construção destas "matrizes discursivas", porque elas ocorrem em dois níveis, ou duas esferas, como aquelas propostas por Habermas. Ou seja, uma que se fundamenta num ideário cuja lógica está amparada na razão instrumental do sistema - o meio ambiente tratado como elemento integrante dos aparatos necessários para a garantia da manutenção da sociedade, o mundo da produção; e outra que se dá numa lógica que foi construída a partir das experiências cotidianas dos profissionais que compuseram os quadros da Superintendência durante a sua história, que nem sempre entendendo o que vinha a ser meio ambiente de uma mesma maneira, foram forçados, para o atendimento dos programas propostos, que se estabelecesse uma relação de discussão constante na esfera da ação comunicatica do "mundo vivido".

5. A questão ambiental na esfera do sistema: desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente

A questão ambiental passa a ser importante no debate das análises sobre a realidade e transforma-se em objeto de política públicas, justamente quando passou-se a contabilizar as perdas nas esferas da produção provocadas pela sua não preservação[58]. Assim, ela tem assumido um papel cada vez mais relevante quanto variável das análises sobre a realidade, pois com a complexidade que os efeitos sobre o meio ambiente assumem a partir de um processo nefasto de desenvolvimento e de apropriação da

[57] A partir das propostas de interpretação dos fenômenos que envolvem as relações societárias na atual fase da modernidade, realizadas por Habermas.
[58] Ver Dwivedi (1986).

natureza, tal questão deixa de estar apenas no âmbito das preocupações da relação homem-natureza, enquanto co-participantes de um processo que teria como fim último a natureza ser objeto exclusivo de uso para os homens. Esta situação vem deslocando as preocupações exclusivamente preservacionistas que compunham o discurso tanto dos movimentos ambientalistas, quanto de produções científicas e de políticas públicas, para uma abordagem mais abrangente sobre o problema[59]. Realidade esta que vem de encontro com temas que as Ciências Sociais se debatem, como o da relação direta do desenvolvimento econômico com a dinamização das relações sociais e da produção de situações de bem estar social. Ou seja, como no devir do progresso foi, ou tem sido possível, o encontro da satisfação das necessidades (não apenas individuais, mas principalmente aquelas que só se satisfazem coletivamente), a partir do desenvolvimento dos meios de produção

Parece que a polêmica que torna relevante a questão ambiental na Ciências Sociais (assim como outras, como as teorias sobre o desenvolvimento) reside no fato de como a apropriação "perversa" da natureza tem contribuído para derrubar o mito do grande projeto de desenvolvimento inaugurado pelo racionalismo iluminista. Isto implica dizer, que de certa forma, no que diz respeito ao encontro com a situação de bem estar para a totalidade da humanidade, o projeto iluminista tem fracassado. E aqui se coloca uma situação delicada para a sociedade, pois, como foi visto na primeira parte, elas são tributárias deste projeto.

Realizar estudos ambientais, ou que possuam variáveis ambientais, tem significado, cada vez mais, um processo de superação dos aspectos estritamente ecológicos, ou seja, a abordagem ambiental deve ultrapassar as tendências de reencontro com a natureza, como um ato de "recuperação de um estado idílico"; ou ainda livrar de tais estudos as características simbólicas e atávicas que permeiam as abordagens ecológicas. O meio ambiente deve ser entendido como uma nova linha de pesquisas da Ciências Sociais, justamente neste momento onde os grandes paradigmas totalizantes que serviram à estas Ciências não respondem mais eficazmente às questões a elas colocadas[60]. Significa superar o conceito sobre o lugar em que coloca-se o homem diante da temática ambiental.

É de fundamental importância a superação da referência ecológica nos estudos ambientais cujos parâmetros sejam "grupos humanos". Não trata-se de particularizar um

[59] Ver Viola e Lelis (1992), Ferreira (1992 e 1993), Caulfield (1990), McCormick (1992) e Cohn-Benedit (1987).
[60] Ver tal problematização no 1º Capítulo.

elemento da abordagem ambiental. O "meio sócio-econômico" deve ser, de alguma forma, um aspecto central das discussões ambientais, pois o que está em jogo não é simplesmente a preservação, mas sim como os homens de forma individual, ou em grupos, ao apropriarem-se da natureza para satisfazerem as suas necessidades, estabelecem formas diversas de conflitos expressos na segregação dos benefícios que o bem-estar deveria lhes proporcionar. Neste sentido, o caminho da abordagem ambiental tem que passar pela busca do entendimento de como se articula a estrutura das relações sociais e não apenas tratar os fenômenos humanos como um elemento integrante de um "ecossistema" global.

Com referência a esta discussão Milton Santos coloca:

> "O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreende-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quando maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A maior relação entre o homem e seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza.
>
> (...)
>
> A natureza conhece processos de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada.
>
> O processo de culturalização da natureza torna-se cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e fica cada vez mais sofisticada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se percebam. No processo de desenvolvimento da humanidade, não há separação do homem da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza"[61]

São estes os parâmetros que devem estar mediando os estudos ambientais: relação homem-natureza mediatizadas pelo trabalho, cujo instrumental são cada vez mais as técnicas, resultando em estruturas das relações sociais diversificadas. Esta parece ser a

[61] Santos, 1988, pag. 88/9

grande riqueza de uma abordagem ambiental: apreender a diversidade de uma realidade, mesmo que de natureza diferentes, dentro de uma perspectiva integrada no sentido do total.

Quando abordamos a questão ambiental no contexto da esfera das relações econômicas e do poder (o modo de produção e as políticas públicas) - relação homem-natureza mediatizadas pelo trabalho, a técnica -, é necessário que esta reflexão se faça à luz de um dos fenômeno que mais caracteriza a atual fase da modernidade, qual seja: a globalização. Pensar sobre a realidade hoje, significa ter em mente questionamentos sobre os efeitos do intenso processo de "globalização da humanidade". Isto significa dizer, que o grande processo de desenvolvimento do aparato técnico, que viabilizou uma apropriação da natureza de maneira até então desconhecida, induziu o surgimento de relações entre indivíduos e grupos, que extrapolam as ações produzidas puramente por fatores internos a eles, como sempre houve. Não é mais possível falar em sociedade, ou em grupos sociais isolados, que realizam "ações isoladas". Este ato de globalização tende a unir os homens; não há mais dispersão de atos, ou seja, há uma sincronicidade que é pensada - viabilizada pela técnica - que guarda reflexão e não é aleatória. Implica, portanto, não ser mais possível pensar-se em indivíduos ou grupos dispersos e quando esta ocorre é apenas por uma reação a tal processo, que evidencia-se na busca dos indivíduos por referências locais e comunitárias (Giddens e Maffesoli); porém o local e a comunidade com sua particularidades, estão "envoltos" pelo global.

Esta globalização ocorre pela acumulação técnica em sistemas peritos (Giddens, 1992) e se traduz nas sociedades por um crescente grau de complexidade e de complementariedade. Isto significa dizer, também, que se generaliza a intensidade das necessidades, ou elas acabam ganhando o mesmo significado nos locais mais diversos e longínquos do planeta. É sobre este aspecto que Giddens e Habermas fazem referência. Giddens coloca que a superação do estágio atual da modernidade, só é possível numa situação de não escassez, ou de pós-escassez, pois a satisfação das crescentes necessidades dos homens não se dá de maneira homogênea (25% da humanidade consome 70% dos recursos, o que coloca os outros 75% da humanidade numa situação de escassez) - além da óbvia necessidade cada vez mais crescente de recursos naturais, recolocando a questão ambiental nesta agenda de discussões. Habermas diz que uma das características da modernidade, é aquela onde os valores da esfera do sistema invadem e colonializam a esfera do "mundo vivido", pois o que predomina é uma "ética" da produção e do poder (expressas de forma clara nas técnicas), regida por uma razão instrumental, e não por ações que, ao explicitarem os conflitos das relações societárias cotidianas, impelem para a busca de soluções a partir

de uma razão comunicativa. Assim é a técnica que é o instrumento que direciona, em última instância, a humanidade a esta globalização. Jacques Ellul coloca este fenômeno de maneira mais clara:

> "A técnica tem um poderio de expansão planetário, não pode ser mantida nos velhos quadros tradicionais, faz arrebentar os limites nacionais, ela escapa ao poder instituído, torna o objeto móvel, não há mais quadros e objetos fixos: tudo, graças à técnica, se torna móvel, flexível".[62]

O caráter de globalização imposto por este processo tem características extremamente definidas, pois que este desenvolvimento gerou na sociedade um intenso movimento expresso no que se poderia denominar de "efeitos de coletividade" cujo sentido difere daquele citado a pouco. Para Giddens e Maffesoli, a gênese desta coletividade referencia-se a uma dependência que está gestada na fragmentação do processo produtivo, mas aqui, diferentemente, o sentido de coletivo relaciona-se a uma dependência específica estabelecida entre as pessoas pela divisão social do trabalho. A satisfação das necessidades só ocorrerá para um indivíduo porque existirão uns tantos outros que, pelo seu trabalho, viabilizarão a satisfação daquele primeiro. É neste sentido que se coloca que há um tipo de "efeito de coletividade" que engloba "toda a humanidade", já que, como citou Ellul, a técnica atingiu uma situação planetária. A reação "pós-moderna" a este estado de coisas é o surgimento de um tipo de coletividade que supera o nível da produção, depositando-se mas relações de intimidade e cotidianidade, dadas por tempos e espaços definidos - não globais.

Assim observa-se que toda a relevância sobre a discussão da "ação da técnica", deve-se ao processo de restruturação das e nas relações sociais que esta promove. Não se trata, apenas, de sua ação no processo produtivo, sobre a organização do trabalho, sua abrangência supera os limites da produção. A vida cotidiana, por exemplo, sofre de forma direta e indireta os efeitos da técnica. A crise vivida pelo aparente fracasso do projeto iluminista de progresso, é um ônus dos efeitos nefastos que o desenvolvimento da técnica produziu aos homens. Ao tentar livrá-lo da escravidão do trabalho através do "trabalho artificial", o processo empurrou o homem para o labirinto da fragmentação. Muito do que era aparentemente sólido tornou-se fugidio e efêmero. Desconstruiu-se, pela confiança na técnica, processos que integravam o homem a um mundo, mesmo que somente aparentemente lhe dava sentido (as sociedades pré-modernas de Giddens). A razão e lógica técnicas dissimularam o que havia de sagrado na vida

---

[62] Ellul, 1985, pag. 21

cotidiana. A técnica profanou a vida cotidiana dos indivíduos. Eis a questão de fundo do desiderato da modernidade, do progresso: recuperar, no projeto de progresso, um sentido de "totalidade sagrada" aos indivíduos, de integração, livrando-os do sentido de fragmentação.

A natureza foi justamente um dos meios mais atingidos pela concepção de progresso que traz consigo o ideário da "destruição criativa"[63]. Para "criar conforto" destruiu-se à revelia, transformou-se à revelia o que não poderia ser retransformado e o homem dissimulou-se neste processo. A cidade também metamorfoseou-se de suas "funções" e esta transformação recolocou atributos aos espaços. Higienização e a "máquina de morar" de Le Corbusier, são alguns exemplos da racionalidade imposta pelo projeto Iluminista. Como nos demais fenômenos que gravitam sobre os dilemas impostos ao devir da modernidade, a questão ambiental tem que ser colocada em seu devido lugar. A ansiedade que o projeto Iluminista impôs à sociedade de requerer uma insaciável vontade de constantes mudanças - de "eternas e contínuas destruições criativas" -, pede uma ciência social capaz de entender tal realidade, indicando caminhos de "concertos" para propor a sua superação, atingindo o estado humano da pós-escasses[64], onde a qualidade de vida deve ser uma das conquistas permanentes. É neste universo de acontecimentos, onde os fenômenos gravitam sobre os dilemas impostos pelo devir da Modenidade, que a questão ambiental tem que ser colocada.

Um dos exemplos das novas posturas necessárias para a superação da fase de crise da Modernidade, estão na propostas de Giddens, que exigem a construção de uma cultura que busque alguma coisa que poderia ser chamada de "construção criativa", que significa, numa perspectiva ambiental, posturas que levem em conta formas de apropriação da natureza entendida enquanto recurso, num sentido amplo. Ou seja, deve-se buscar o sentido de recurso enquanto elemento de satisfação das necessidades globais da humanidade, e não apenas de determinados grupos (os 20% mais ricos). O recurso natural deve ser assim manancial, para que esta humanidade encontre estados (no plural, porque não existe um único entendimento do que é ideal e nem caminhos únicos para atingi-lo) de bem-estar, dentro do conceito giddensiano da sociedade pós-escassez.

Leff (1989) caminha neste sentido quando coloca a necessidade de superação dos tradicionais modelos de desenvolvimento, que se utilizam de tecnologias exógenas aos locais onde são implementadas, pois são desenvolvidas e exportadas pelos países de

[63] Harvey, 1992
[64] Giddens, 1992.

economia central, cuja base está assentada sobre uma racionalidade ecotecnológica de desenvolvimento. Uma nova racionalidade nos termos acima colocados deve, portanto, propor, segundo o autor, a integração de três níveis de produtividade:

> "a) uma produtividade ecológica fundada nas estruturas funcionais dos ecossistemas, a partir da conversão da energia solar em biomassa mediante o processo fotossintético e de sua transformação nas cadeias tróficas das comunidades florística e faunística;
>
> b) uma produtividade tecnológica fundada na transformação ecologicamente racional dos ecossistemas, orientada para um processo de regeneração seletiva das comunidades bióticas que contenham o maior potencial para a sua transformação em valor de uso, e a geração de uma rede de técnicas apropriadas para transformar estes recursos em bens com a máxima produtividade, e que permita, ao mesmo tempo, o mínimo gasto de energia e a reprodução dos valores de uso naturais;
>
> c) uma produtividade cultural proveniente da inovação de formas de organização produtiva e de processos de trabalho concretos de cada comunidade."[65]

Proposta como estas[66] podem resgatar um processo de racionalidade para a construção de situações que não caminhem para a chamada destruição criativa, ou para situações que coloquem o homem como escravo de sua própria criação ou de sua própria razão. Neste sentido falar em desenvolvimento sustentado, ecodesenvolvimento é atribuir um mesmo valor ao progresso , ao desenvolvimento e aos sujeitos a quem eles servem. Não é mais possível propor formas de conservação, ou de preservação que coloquem em dúvida a possibilidade de alguma forma de apropriação da natureza. Esta apropriação, como processo, tem que ocorrer, isto é fato. O desafio hoje colocado é encontrar num "mundo" globalizado formas de desenvolvimento autóctones que viabilizem um efetivo processo de encontro de bem-estar e felicidade aos homens, que não sejam meras "futilidade globais".

---

[65] Leff, 1989: 09/10. O autor ainda acrescecenta que "o desenvolvimento das forças produtivas pautado por esta estratégia estratégia produtiva se fundava nas condições culturais para a produção, a assimilação e a implementação de novas técnicas; nas formas de propriedade da terra e dos meios de produção e nas condições de apropriação da riqueza produzida; nas lutas sociais pela auto determinação cultural e a auto gestão dos recursos destas formações sociais. Neste contexto foram plantados alguns dos princípios ecológicos para a planificação de um projeto de desenvolvimento."idem

[66] Ver Daly e Cobb Jr. (sd), Leff (1986), Sunkel e Leal (1986), Galtung (1979) e United Nations (1991).

É neste contexto que insere-se a discussão ambiental, pois ela está colocada na fronteira dos debates que buscam opções às quais a modernidade tomou, ou seja, da radical ética da "destruição criativa". Uma recolocação dos valores do "ambiente vivido", proporcionados por uma concepção integrada de meio ambiente, podem reverter os efeitos da colonização realizados pela razão instrumental.

6. A questão ambiental próxima da esfera do mundo vivido: o projeto habitacional e o meio ambiente enquanto processo.

Se os parâmetros que norteram a construção de uma política habitacional, pela Superintendência de Habitação Popular, que tinha como horizonte um respeito pelo meio ambiente, estavam demarcados pela compreensão "estrutural" da questão ambiental na esfera da produção e obviamente do poder, a sua colocação como problema vinculado à necessidade de uma radical alteração da cultura de provisão de moradia popular, deslocou e ampliou tal "questão" para outras esferas. As necessidades impostas a aqueles que cotidianamente se deparavam com situações limites de falta de critérios das políticas com relação às características ambientais dos projetos habitacionais, viabilizou que a concepção de meio ambiente se aproximasse mais deste cotidiano, do que de conceitos genéricos de preservação e conservação.

Para a compreensão de como esta concepção de uma nova política pública para a provisão de habitação popular, que trazia como ponto relevante a atenção com os aspectos ambientais, gestou-se, é necessário entender a trajetória de seus agentes promotores; e de como se deu, no trabalho cotidiano dos técnicos, os enfrentamentos com as situações de emergência, ao atendimento à famílias desabrigadas por deslizamentos de encostas, quedas de moradias e enchentes, e nas soluções alternativas de assentamentos de famílias em projetos habitacionais promovidos pela HABI.

Quanto ao quadro diretivo da Superintendência - HABI na gestão 1989/1992, foi constituída basicamente, por dois grupos de técnicos: um formado por pessoas que possuíam uma longa militância política junto à movimentos populares de moradia e com experiência técnica na busca de soluções à questão da habitação popular; e outro por funcionários de carreira, que contribuíram para a consolidação de uma política pública voltada ao atendimento das necessidades habitacionais das camadas populares. Entre ambos os grupos estavam presentes aquelas pessoas que haviam elaborado os

relatórios de avaliação das políticas implentadas pela COHAB em meados de nos fins dos anos 70, que recuperaram aquela experiência na proposição das políticas da HABI. Uma outra característica que deve-se levar em conta, é que boa parte destes técnicos, além de suas atividades funcionais e profissionais, realizavam trabalhos de base com movimentos de moradia ou em entidades ou grupos que trabalhavam com a habitação popular e em muitos casos, tais trabalhos, assim como outros temas ligados a habitação e meio ambiente, serviram de fundamento para projetos acadêmicos, desenvolvidos em diversas áreas das universidades - preferencialmente em cursos de arquitetura. Esta situação permitiu ao corpo técnico/administrativo da Superintendência, uma experiência que viabilizou a formulação de uma nova concepção de política habitacional, que rompeu com a antiga cultura de atendimento a esta necessidade.

Os funcionários de carreira que vieram a integrar os quadros de confiança da HABI, composto basicamente por assistentes sociais e arquitetos, acumularam por diversas gestões uma grande experiência que apontou para a necessidade de uma ampla renovação das concepções de como deveria ser tratada a questão da habitação popular, tendo em vista que as políticas públicas existentes, baseadas no antigo Banco Nacional da Habitação - BNH, impediam o atendimento à famílias com renda inferior a cinco salários mínimos, como é o caso das COHABs.

A HABI surgiu no início da década de 70 como Departamento de Habitação e Trabalho de atendimento emergencial aos problemas habitacionais da população mais pobre, com o programa de Alojamentos Provisórios, dentro da antiga Secretaria de Bem Estar Social - SEBES. Tendo como atribuição básica este tipo de atendimento à famílias desabrigadas, HABI foi transferida em 1975 para a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo COHAB-SP[67] , período, como já dissemos, em que os técnicos que já vinham trabalhando na Coordenadoria, com as famílias que não eram atendidas pelo sistema BNH/SFH, elaboraram a análise crítica sobre a atuação da Companhia. Em 1978 a competência sobre os alojamentos do antigo Departamento de Habitação e Trabalho - HABI - retorna à Prefeitura do Município de São Paulo, sob a competência da então Coordenadoria do Bem Estar Social COBES.

De alternativa emergencial para o atendimento de famílias desabrigadas, os alojamentos provisórios passaram a se tornar definitivos, isto porque muitas famílias abrigadas continuavam a não possuir renda para serem atendidas nos programas financiados pelo sistema BNH/SFH, fato este aliado a falta de políticas públicas

[67] Decreto Municipal nº 12.020/75

habitacionais que oferecessem alternativas definitivas de moradia para estas famílias[68], a realidade mostrou que seria necessária a ampliação das atividades da Coordenadoria.

Com o intuito de subsidiar o atentimento a esta população não absorvida pelos programas de assentamento definitivo, a Prefeitura do Municipio de São Paulo institui em 1979 o Fundo Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-normal - FUNAPS[69], que caracterizava-se por ser um recurso municipal a fundo perdido. Suas atribuições eram:

1 - adquisição de lote de terrenos para a construção de moradia;
2 - compra de material de construção para a edificação da moradia;
3 - aquisição de prédios para moradia;
4 - melhoria das condições de habitabilidade[70].

Com os recursos provenientes do FUNAPS o Departamento de Habitação da COBES estabelece algumas iniciativas de fornecimento de recursos para que famílias adquirissem lotes urbanizados e neles construíssem suas moradias. Estas foram as primeiras experiências de construção de moradias por ajuda mútua, que passaram a ter um caráter propriamente de mutirão a partir de 1982. Brotava assim, a cristalização de uma política alternativa de atendimento definitivo às famílias mais pobres do município, rompendo com o atendimento puramente emergencial até então implementado. Muito da mudança deste perfil do FUNAPS deveu-se ao trabalho dos técnicos da Secretaria do Bem Estar Social - FABES[71] e de setores dos movimentos de moradia, que convenceram os administradores municipais da importância desta mudança.

Em 1979 também é iniciado pela municipalidade o programa "Pró-Favelas" - que tratava de realizar melhorias de infra-estrutura nas favelas, basicamente com a instalação de água e luz e a construção de pequenas obras como escadarias e formas de drenagem[72]. No ambito federal é criado o Programa de Erradicação de Sub-habitação -

---

[68] Apenas 15,8% dos abrigados em alojamentos provisórios tiveram acesso as unidades da COHAB. (Veras, 1980: 148.)

[69] Decreto Municipal nº 13.889, de 23 de maio, criado pela Lei 8.906, de 1979.

[70] Veras (1980) lembra que "a criação do FUNAPS é uma evidência marcante de que a população alvo do PLANHAP, sem subsídios, não poderia ser beneficiada pela Política Habitacional."(149)

[71] A partir de 1982, com a administração do Prefeito Mario Covas a antiga COBES, recupera seu status de Secretaria - Secretaria da Família e do Bem Estar Social - FABES.

[72] Com relação as experiências com urbanização de favelas é necessário remeter-se ao processo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, tendo como referência a favela Brás de Pina. Valladares (1981), lembra que as primeiras medidas no sentido de urbanizar favelas iniciam-se no Rio de Janeiro na década de 40 (quando da criação da Fundação Leão XXIII) e mais incisivamente na de 50 (quando da criação da Cruzada de São Sebastião, ambas enquanto instituições da Igreja Católica). As ações resumiram-se a algumas favelas, onde

PROMORAR[73] -, cujas atribuições no município de São Paulo foram passadas para a HABI, que tinha originalmente como objetivo a edificação de embriões para famílias desabrigadas por motivo de obras públicas, porém existiram vários casos em que tais embriões foram destinados à famílias desabrigadas devido a despejo de áreas ocupadas e áreas de risco.

No início da gestão do Prefeito Jânio Quadros em 1986, o Departamento de Habitação - HABI é transferido da FABES (que é extinta) para a SEHAB, - Secretaria Municipal da Habitação. Suas atividades foram totalmente alteradas para viabilização de uma política de erradicação de favelas e cortiços, localizados preferencialmente em regiões centrais da cidade, e restritas ao atendimento assistencial emergencial. Estas ações, aliadas a uma série de demissões de caráter estritamente político, acabam por desmobilizar as formas incipientes iniciais de atuação na antiga HABI. Desmontam-se, assim, os processos de dinamização dos recursos do FUNAPS e da implementação de uma nova cultura política para a questão da habitação popular. Cabe ressaltar que foi neste período que a administração municipal edificou um dos piores exemplos de conjunto habitacional: o conjunto Santa Etelvina na Cidade Tiradentes (foto 1), que "abrigou" nas suas 15 mil unidades, entre outras, as famílias provenientes dos cortiços e favelas removidos do centro da cidade[74].

---

executaram-se a instalação de infra-estrutura urbana de luz, água e arruamento. Em 1956 aparece no Rio de Janeiro o primeiro organismo oficial com a intenção de urbanizar favelas, que foi o SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas. Em 1968 foi criada a Companhia de Desenvolvimento da Comunidade - CODESCO -, que implementou no Rio, a título de projeto-piloto em caráter experimental, a urbanização integral da favela Brás de Pina. A história desta favela é a resistência à sua remoção. Em 1964, o então Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda decidiu erradicar cinco favelas da cidade do Rio, transferindo a população para dois conjuntos recém construidos - a Vila Aliança e a Vila Kennedy. A favela Brás de Pina foi uma das escolhidas, devendo esta escolha aos critérios que orienatavam as ações da COHAB-GB, que eram o de erradicar as favelas localizadas em terrenos valiosos, que seriam vendidos gerando recursos para a continuidade do programa em outras favelas. Das 800 famílias que moravam no local, apenas 180 foram removidas, as demais passaram a lutar pelo direito de alí ficarem e pela urbanização da área. Devido às péssimas repercuções do fracasso da remoção e à pressão dos moradores, o Governo do Estado inicia a ação pioneira de urbanizar a favela. (ver Santos, 1981 e Valladares, 1981)

[73] Com relação ao PROMORAR ver Valladares, 1981 e o item2.1.

[74] O caso deste conjunto tornou-se um paradigma para nunca mais ser seguido. Dentre os problemas apresentados destacam-se a sua localização afastada do tecido urbano e seu difícil acesso; as más tecnologias e qualidade do material de contrução das casas; a péssima qualidade da infra-estrutura urbana, que causou o comprometimento das unidades habitacionais devido à erosão e à degradação ambiental; e a falta do sentido de urbanidade do conjunto (este afastamento do urbano associado à sua enorme dimensão), que leva a ausência entre os seus moradores do estabelecimento de vínculos com o lugar. Do ponto de vista da análise que aqui fazemos, este último aspecto aliado à degradação ambiental é que caracterizam o conjunto Santa Etelvina como um exemplo a não ser seguido nunca mais.

Foto 1. Conjunto Santa Etelvina. Observar as erosões, a falta de infra-estrutura de circulação e de drenagem e as tipologias habitacionais. Um dramático exemplo de descaso com a qualidade na provisão de conjuntos habitacionais.

Com a administração Luiza Erundina , do Partido dos Trabalhadores, eleita para início da gestão em 1989, as atribuições da HABI alteram-se, quando é criada a Superintendência de Habitação Popular, vinculada à Secretaria Municipal da Habitação de Desenvolvimento Urbano. Com isto reinicia-se a implantação de uma efetiva política habitacional voltada para aqueles que não tem acesso aos programas vinculados ao antigo sistema BNH/SFH e à demanda dos movimentos populares de habitação. Cabe ressaltar que um dos primeiros atos administrativos da prefeita foi o da reintegração dos funcionários demitidos na administração anterior, quando da exintinção da FABES, e a transferência das atribuições da SEBES para a SEHAB. Esta reintegração realimentou o quadro técnico com funcionários que carregavam consigo a história e a memória dos trabalhos da HABI.

Esta memória construiu-se a partir do exercício cotidiano do tratamento de casos emergênciais de habitações em situações de risco, aliado às desastrosas experiências com os conjuntos habitacionais em dois momentos (o primeiro em meados dos anos 70 e o segundo em meados dos anos 80 quando a SEHAB assume as atribuições da HABI) e com o PROMORAR. Estas experiências associadas à difusão da questão ambiental no mundo, principalmente sobre a necessidade da recuperação da qualidade ambiental no meio urbano, levaram a conclusão entre os técnicos da necessidade de considerar-se tanto estas questões ambientais, quanto a qualidade construtiva nos processos de provisão de habitação popular em que estavam envolvidos. Tal processo não se construiu de forma homogênea entre os técnicos, nem surgiu sincronicamente entre eles no momento que assume uma nova administração, que veio legitimar a implementação de um novo conceito de habitação popular. Mas o fato é que as novas propostas trazidas pelos profissionais que vieram compor o quadro dirigente de confiança (de não funcionários públicos de carreira) da Superintendência, acabaram sendo incorporadas pelo corpo de funcionários sem maiores resistências. Isto se deveu ao fato de que apesar de não ter se manifestado de maneira explícita, a questão ambiental permeava de forma subalterna as suas ações, como pôde ser observado em sua fala e prática quando avaliam o seu trabalho.

Parte da constituição da forma não homogênea do entendimento das questões ambientais e das alternativas sobre a qualidade construtiva das habitações, deveu-se à distinção entre as concepções sobre estes temas dos dois grupos de profissionais que compuseram historicamente a Superintendência: os assistentes sociais (que na verdade compunham uma "equipe social" com psicólogos, pedagogos e sociólogos) e os arquitetos (a denominada "equipe física" que também contava com engenheiros e geógrafos).

No caso das equipes sociais, devido à sua formação e mais especificamente à prática histórica herdada das antigas SEBES, COBES e FABES, parte de seus técnicos entendia a questão da moradia como sendo parte do processo da assistência, sendo poucos aqueles que entendiam a habitação num contexto urbano e que tal questão passava por uma concepção de cidade. Porém, para a maioria a concepção de cidadania, que passava pela moradia digna, estava clara.

Tais diversidades tiveram como origem principal a dissociação do trabalho social causada pela ação da razão instrumental. A natureza dialógica do trabalho da assistência e de acompanhamento das famílias objeto das políticas da HABI (o "mundo vivido"), foi mitigada (não eliminada) pela racionalidade funcional da máquina estatal (a razão instrumental do sistema de Habermas). Uma das consequências mais graves deste processo é que efetivamente houve um movimento de fragmentação das atribuições do trabalho social ao longo da história da Superintendência. Isto foi fruto desta dissociação apontada, pois se por um lado o que determinou estas várias e por vezes contraditórias atribuições do trabalho social, foi uma orientação extremamente instrumental dada pela ação estatal, por outro, o trabalho cotidiano com as famílias e as buscas pelas soluções (ou encaminhamentos) de seus problemas rompia forçosamente com essas diretrizes instrumentais. Um exemplo deste fato pode ser observado na sua variação durante os períodos em que as funções da HABI foram se alterando.

Apesar do caráter assistencial ter permeado grande parte deste processo, poderíamos pontuar as principais atribuições nestes períodos. Da implementação da HABI no início dos anos 70 até 1989, as atribuições estavam vinculadas ao atendimento às famílias de favelas e cortiços desabrigadas de maneira isolada ou em grupo, motivos emergencias (incêndios, inundações, desmoronamento e despejo); na implantação de alojamentos provisórios; e nos trabalhos de organização das comunidades para a implantação de pequenas obras de infraestrutura por mutirão. Podemos considerar que neste último é que estava mais claro o rompimento com as diretrizes do trabalho social que tinham como orientação a razão instrumental, pois nele havia um estimulou para o estabelecimento de vínculos entre o trabalho social e as comunidades. Foi a partir dele que parece se fortalecer a concepção de que o trabalho social é um "trabalho enquanto processo". Um exemplo oposto, onde prevaleceu o caráter instrumental do trabalho, foi no atendimento às famílias moradoras em favelas e cortiços, que deveriam ser removidos devido a construção de obras públicas. Neste caso as ações constituiam-se em uma caracterização social da família (composição, emprego, renda, etc.), para o estudo de alternativas de assentamento (nos novos conjuntos construídos, no

reassentamento em outras favelas), ou o pagamento de passagem para o retorno ao local de origem quanto se tratava de famílias migrantes[75].

No período posterior à posse do prefeito Jânio Quadros, com a radical alteração das funções da HABI e a sua transformação em Superintedência na SEHAB, o trabalho das equipes sociais restringiram-se ao atendimento emergencial e ao cadastramento de famílias que iriam ser reassentadas pelo política de remoção de cortiços e favelas dos "locais nobres" da cidade e ou por obras públicas.

Na administração Luiza Erundina de Souza com o fortalecimento da Superintendência, as atribuições das "equipes sociais" ampliam-se. Além do atendimento tradicional aos casos de emergência, teriam que acompanhar (de forma genérica), as comunidades envolvidas nos projetos propostos pela HABI. O problema apontado para a dificuldade do desenvolvimento do trabalho social, vinculou-se justamente ao caráter genérico de suas atribuições, pois a falta de uma diretriz mais definida levou ao conflito da falta de clareza entre o limite de um trabalho estritamente técnico fundado na razão instrumental (como está bem definido para os arquitetos e principalmente engenheiros) e de uma outra cuja inserção se dá a partir do "mundo vivido", através de uma razão comunicativa. Mas o relevante deste processo é que neste período retoma-se uma concepção interrompida na administração Jânio Quadros. A idéia de "trabalho enquanto processo" ganha força e transforma-se no norteador das propostas que a coordenação da equipe social faz aos profissionais da área.

Porém o que as ações da "equipe social" da HABI não conseguem fazer, é trazer para o interior do cotidiano da política, através desta concepção de "trabalho enquanto processo", o cotidiano do mundo vivido daqueles aos quais os programas eram direcionados, através de um procedimento dialógico que possibilitaria a penetração mais intensamente da "razão comunicativa na razão instrumental".

O que estava colocado é que no limite da visão da assistência social, a compreensão da cidade e de sua diversidade estava,por exemplo, nas "razões" da existência das favelas e a sua inserção no tecido urbano. A cidade não parecia mais do que isto: lugar da favela, do cortiço, ou mais genericamente, onde se mora. Já a questão ambiental,

[75] Aqui não se trata de uma análise da transformação dos conceitos que norteavam a determinação das diretrizes do trabalho social na história da HABI. Nossa intenção é apenas observar como neste percurso, as intervenções do trabalho social estiveram mediadas pelo conflito entre o que a política exigia como resposta (através de seu caráter instrumental), das ações de acompanhamento dos atendimentos, que se aproximavam da vida das pessoas (o mundo vivido). E que nesta situação ambigua de conflitos não foi dada a oportunidade para alguns destes técnicos entenderem o caráter orgânico da cidade.

quando existia, estava vinculada estritamente à situação de risco e pouco era levada em conta[76]. Porém a discussão de como deveria ser tratado o atendimento emergencial aliada a uma política urbana e ambiental, não fazia parte da cotidianidade das ações e das propostas de tais técnicos. As exceções ficavam para aqueles que com uma prática externa - acadêmica ou de trabalho de base política - melhor formulavam tais concepções. Deve-se deixar claro que aqui não há nenhum juízo de valor quanto a posição e às práticas da chamada "equipe social", mas que devido a natureza de seu trabalho e as dificuldades de definições de suas atribuições, a totalidade da cidade, do urbano e do meio ambiente não eram discutidos em suas ações, isto ainda foi agravado pelo fato de que a HABI como órgão da COBES/SEBES/FABES e posteriormente da SEHAB, era dividido por administrações regionais, o que limitava, pensamos, ainda mais a possibilidade do entendimento dos problemas que tratavam da extensão da cidade de São Paulo como um todo.

Este fenômeno de uma visão particularizada da habitação e de atendimento assistencial, alidadas ao seu enfoque regional, perdurou, mesmo que de uma forma menos intensa, até o final da administração Luíza Erundina Souza, o que mostra o quanto esta concepção estava e está arraigada na cultura "técnica".

Vai ser neste contexto subalterno que a questão do meio ambiente irá "surgir" na Superintendência. O fato é que esta questão vem associada à atividades "sociais" da HABI, ou seja, é a partir das experiências cotidianas de atendimento às emergências vinculadas aos escorregamentos de encostas de morros e às enchentes, que é pensada uma política de ações contra a ocorrência de situações de risco. Assim, se a existência da necessidade de se tratar as questões de meio ambiente surge entre estes técnicos, parece que ela é mais potencial do que totalmente clara, pois no momento em que a municipalidade se vê na necessidade de implantar uma efetiva política de risco[77], não existia um acúmulo de conhecimento apurado dos processos que levam a este risco. Isto porque a equipes de HABI não estavam instrumentalizadas para tanto, pois o risco

[76] Talvez tenha havido mais expressão dentro da COBES/FABES, já em fins dos anos 70, quando tratava-se das questões de saúde pública das demandas das creches, e especificamente no interior da HABI como departamento da Coordenadoria e posterior Secretaria do Bem Estar, quando da implementação dos programas Pró-Luz e Pró-Água. No caso do Pró-Luz a eliminação dos riscos estavam vinculados ao perigo de incêndio que representavam as ligações clandestinas e a iluminação feita por velas e candieiros, além da garantia da conservação de alimentos que a energia elétrica possibilitava. Com o Pró-Água garantiria-se a eliminação, ou uma grande diminuição, da mortalidade por causa de contaminação através da veiculação hídrica, principalmente a infantil. A garantia da qualidade de vida, da segurança das famílias e a mitigação de riscos, foram os alvos atingidos por estes programas, muito antes de estar difundida a idéia de meio ambiente urbano e recuperação da qualidade de vida, no Brasil.

[77] A política de atendimento às áreas de risco foi implementada de maneira ágil devido à tragédia ocorrida na Favela Nova República, em 1989.

como fenômeno vinculado a um uso inadequado do solo urbano era contabilizado no trabalho cotidiano como emergências, ou seja, como casos de emergência e não como processos de mau assentamento no solo urbano[78].

Esta situação de se atribuir aos locais onde ocorreram emergências como sendo aqueles que apresentam situações de risco, está clara quando foram indicadas as áreas que deveriam ser estudadas e análisadas através de laudos geotécnicos para a prevenção de acidentes. Foram justamente esses técnicos da HABI que as indicaram, tendo como critério, não a relação entre a suscetibilidade da condição física do terreno à sua ocupação, mas sim a partir da recorrência do número de ocorrências de atendimento às emergências. Isto explica a razão do maior número de áreas a serem estudadas na zona Leste, em detrimento das zonas Sul e Norte, onde são mais potenciais as situações de risco geomorfógicas/geotécnicas[79]. Os atendimentos na zona Leste, principalmente em São Miguel Paulista, foram quase que totalmente vinculados a enchentes - característica da ocupação de várzeas, recebendo uma atenção especial dos técnicos, enquanto na zona Norte, por exemplo, apesar das situações serem potencialmente mais graves, o número absoluto de casos atendidos eram menores dos que os apresentados na região Leste[80]. Isto significa dizer, que o número absoluto de atendimentos a situações de emergência nem sempre representa a potencialidade de risco às famílias, mas, por outro lado, mostra a evidência da necessidade de intervenções para a solução destes casos emergenciais. Esta situação reflete uma outra, mais estrutural, com relação a esta questão, qual seja: ao implantar a sua política de atendimento a situações de risco a municipalidade não possuía critérios para considerar o que era área risco e nem estratégias para elimina-lo. Este era um processo que ainda amadurecia.

---

[78] Quando nos referimos a um não acúmulo de conhecimento entre os técnico da HABI sobre a dinâmica de ocupação vinculada às dinâmicas das estruturas do substrato com a morfologia do terreno, estamos falando, por exemplo, dos trabalhos de diagnóstico das condições de risco e das potencialidades de risco ao assentamento urbano, realizados na cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis. Diniz (1992) coloca que "no contexto do meio ambiente, o meio físico pode ser entendido como potencializador de recursos e limitador para a dinâmica socioeconômica de uso e ocupação. O meio físico é condicionante não num sentido de determinação, mas de inspiração e superação pela tecnologia, das dificuldades por ele impostas. Neste sentido, os fatores das dinâmicas dos meios físicos e sócioeconômicos fornecerão os critérios de compartimentação dos terrenos."(Diniz, 1992:5) Neste contexto é que introduz-se o conceito de "hazard" como sendo a suscetibilidade a riscos, enquanto potencialidade da dinâmica do meio físico, vinculado à viabilidade de nela ocorrerem atividades de uso e ocupação do solo (Diniz, op.cit.:179).

[79] Ver Carta Geotécnica do município de São Paulo - Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - IPT.

[80] A explicação para isto é que no caso das enchentes (zona Leste) o número de atingidos geralmente é grande, enquanto que os casos de desabamento de barracos pelo escorregamento de encostas (zonas Norte e Sul) são pontuais. São poucos os caso onde ocorre um deslizamento que atinge um grande número de barracos.

Outra questão é que a correlação entre o risco e a favela não é casual. A existência da favela e a sua localização pertencem a uma lógica que é produto de uma combinação entre a propriedade da terra e de seu mercado e da legislação que obriga a cessão de áreas nos loteamentos. Pela legislação em vigor (Lei 7087/72 e a 6766/79) os loteamentos para serem aprovados devem destinar 20% da área da gleba para a circulação, 5% para fins institucionais e outros 15% para áreas verdes ou de uso comum O loteador na procura de maximizar seu lucro, destina para áreas verdes e institucionais, aquelas cujo valor imobiliário é menor, em onde a declividade é maior. Estas áreas é que são ocupadas pelas favelas quando não são apropriação pela comunidade, ou pelo Poder Público. Os riscos apresentados por estas ocupações é que a escavação das encostas (principamente dos solos de alteração dos xistos e micaxistos e filitos do substrato cristalino) pode provocar, com a intensa ação das chuvas, desmoronamentos e delizamento das encostas. Além desta áreas remanescentes dos loteamentos, existem ainda as lindeiras de córregos, que também não podem ser incorporadas pelo capital. Nestes casos, além da topografia íncreme deterrminada pelo encaixe dos cursos d'água em terrenos cujo substrato é cristalino, existe o assentamento de favelas nas varzeas da formação sedimentar terciária e nos aluviões quaternários do Planalto Paulistano, que estão sujeitas à inundação[81].

Informações do cadastro de favela de 1975 já apontavam para esta associação das favelas com áreas impróprias à ocupação urbana. Do total das favelas de então (919), 34,2% estavam sujeitas à risco, sendo 18,3% por inundação e 15,9% por escorregamento de encostas. Os estudos da HABI em 1989 apontaram que das 1.692 favelas existentes na cidade de São Paulo[82], 251 ou 15,7% do total, apresentavam situações de riscos graves merecendo a elaboração de 240 laudos geotécnicos. Cabe lembrar que apenas no Campo Limpo, região potencialmente crítica à este tipo de ocupação, assentavam-se 23,74% do total das favelas do município. O resultado destas ações foi a remoção de cerca de 2.000 famílias desta áreas.

O que desejamos deixar claro é que, a construção de uma concepção ambiental entre os técnicos da HABI não se deu de forma explícita e não fazia parte da pauta de

---

[81] "O desenho que define este processo (de ocupação de terras e de favelização da cidade) acompanha a (i)logica do capital que, ao manifestar-se, produz uma organização do espaço que é permeada pela noção de terra enquanto "valor". As "sobras" de terras que incorporram menores possibilidades de preço, ou renda, é que acabam sendo destinadas para a classe trabalhadora; é por esse motivo que para ela resta ao Sul-Sudeste e Norte das cidade de São Paulo os terrenos sobre o substrato cristalino perigoso à ocupação urbana e, a Leste, os terrenos encharcados ou impróprios ao assentamento, dos terraços e várzeas quaternárias. Se houvesse uma "Geo-urbano-morfologia" seria fácil associar-se o substrato geológico e as formas do relevo com as formas de segregação do espaço urbano." (Souza, 1990)

[82] Censo de Favelas do Município de São Paulo de 1975, PMSP/COBES/SEBES e de 1987, PMSP/SEHAB.

discussão das estratégias das ações. Mas o enfrentamento cotidiano, na busca de soluções a situações de emergência, e da melhoria ampla das condições de vida dos moradores atendidos pelos programas da Superintendência, levou à compreensão de que algo deveria ser feito, e este "algo" estava vinculado à soluções dos riscos e à necessidade de implantação de uma nova concepção para os conjuntos habitacionais. Se soluções práticas não se deram no sentido de erradicar tal problema devido à sua dimensão (como foi visto foram diagnosticadas e removidas 2.000 famílias vivendo em áreas de risco na cidade de São Paulo em 1991) e ao seu processo de amadurecimento, é importante se destacar que foi a primeira vez na história das políticas de habitação na cidade que tal questão foi tratata.

Alé da questão específica do risco como um elemento pertencente ao universo dos problemas ambientais enfrentados pela HABI, um caso que poderia exemplificar o processo de amadurecimento sobre a consideração do meio ambiente na realização dos trabalhos da Superintendência, deu-se nas ações de melhoria nas favelas. Tratando-se de pequenas obras de infra-estrutura que não caracterizavam uma plena urbanização, as intervenções concentravam-se nas obras civis, sendo que em certos casos havia um trabalho de base com moradores, com relação à educação ambiental como, por exemplo, na questão do lixo, ou da manutenção das redes de águas servidas. Porém a falta de diretrizes sobre o trabalho a ser desenvolvido e a dispersão nas maneiras de sua atuação, levaram a uma situação mais delicada nas obras de urbanização de favelas (estas sim de modo integral) e nos conjuntos habitacionais recém implantados. Não se desenvolveu entre os técnicos uma discussão para o estabelecimento de metodologias e de ações para que, a partir daí, se desenvolvesse uma prática de como dever-se-ia tratar os processos de pós-obras (como nos casos das favelas), de transferências das famílias e de pós-ocupação para as novas moradias (nos conjuntos habitacionais), propiciando entre as famílias o conhecimento da importância dos procedimentos de conservação e manutenção das edificações e de cuidado com o destino do lixo e uso adequado do esgoto[83].

Assim, pela fala e pela ação dos dos técnicos, é possível perceber que não havia clareza de qual seria a melhor maneira de organizar os moradores para enfrentar estas situações. Sabia-se que as questões vinculadas a melhoria das condições de vida à uma nova forma de compreender e daí implantar uma nova política habitacional, eram relevantes e que deveriam ocorrer, porém como isto se daria no cotidiano do trabalho não estava claro. O que ocorreu foi que cada HABI regional, ou cada grupo de técnicos

[83] são varios os exemplos da utilização dos vasos sanitários como local de descarte do lixo.

nestas regionais, implementou sua forma de ação de acordo com o que acreditavam ser o melhor[84].

O que temos, portanto é que o meio ambiente vinculado à questão da habitação, permeava, de forma indireta, os trabalhos sociais da HABI, mas a falta de diretrizes claras quanto a este trabalho social em geral e quanto as questões vinculadas à qualidade de vida em particular, parece que foram responsáveis por parte dos problemas apresentados nos resultados da nova política habitacional.

A situação da chamada equipe física não é substancialmente diferente se comparada ao da equipe social. As diferenças se devem a dois aspectos: um é a própria natureza da formação dos técnicos; e outro à diferença entre a estrutura organizacional das equipes. Estruturalmente a organização da equipe física (até 1989), diversamente da social, era por macrorregiões, enquanto que a outra, como foi visto, era por regiões administrativas. As atividades eram basicamente de apoio aos trabalhos desenvolvidos pela equipes sociais, sendo quase que exclusivamente de pequenos projetos de melhoria em favelas e de vistoria de barracos para averiguar sua condição de risco. A questão da emergência, apesar de não ser central para esta equipe, era sem dúvida importante. Ela permeava o cotidiano do trabalho dos arquitetos nos momentos em que era necessária a construção de unidades de abrigo para o atendimento emergencial. Porém como executavam projetos de infra-estrutura em favelas e pequenos projetos de moradias, seu escopo de trabalho era um pouco mais amplo do que os trabalhos da equipe social, ou seja, o sentido imediatista do atendimento à situações de emergência (que é inevitável nestes casos), apenas. Outro fato é que, pelo "distanciamento" (no sentido territorial e emocional) dos locais objeto de seu trabalho, os técnicos acabavam por estabelecer uma relação mais "impessoal" com as situações de respostas imediatas. Ou seja, esta "isenção" pôde permitir uma avaliação das necessidades das áreas a partir de critérios mais "técnicos" (instrumentais).

Muito desta diferença também se deveu à especificidade da formação dos técnicos que compunham equipe física da HABI, que possibilitou que se elaborasse uma compreensão que nos parece um pouco mais integrada da cidade, do que pôde fazer a equipe social, isto porque a qualidade do ambiente construído e do urbano é um dos debates e preocupações correntes principalmente na Arquitetura e Geografia. Mas aqui cabe uma observação importante sobre este aspecto, para o que viria a ocorrer com os projetos da Superintendência após 1989. Se é verdade que no caso os arquitetos, em

[84] Ao mesmo tempo em um âmbito mais geral estava em debate se dever-se-ia ou não criar uma Secretaria de Meio Ambiente Municipal.

sua formação e prática profissional, tiveram melhores condições de pensar sobre uma política habitacional que levasse em conta o meio ambiente, é também verdade, que a concepção de meio ambiente que traziam estava carregada de um viés muito grande, qual seja: o meio ambiente era entendido apenas no que se refere aos aspectos construtivos da moradia e de sua base territorial (de quais as caraterísticas morfológicas do terreno) onde iriam ser implementados os conjuntos. A qualidade ambiental, assim, se alia e as vezes se confunde, com a qualidade arquitetônica e urbanística, até o seu efeito máximo na estética plástica das unidades habitacionais e conjuntos.

O que pode observar-se, assim, é que nas equipe de trabalho da Superintendência, havia uma potencialidade de se aceitar da introdução de ações que viessem a reordenar a cultura política até então existente para o tratamento da habitação popular. O que faltava era o agente indutor para tanto, e este agente veio de "fora". Foram os técnicos com cargos diretores do órgão que viabilizaram isso. Porém antes de apontar como estes técnicos "chegam" a HABI, cabe ressaltar que a estruturação da Superintendência após 1989, tendeu a priorizar a equipe física, isto é, enquanto a equipe social era agrupada de forma única - HABI 2 - no escritório central e nas regionais, a equipe física - HABI 3 - foi desmembrada em equipe de projetos e equipe de obras (estrutura também reproduzida em algumas das HABI regionais), o que lhes garantiu maior autonomia e dinamização nos trabalhos. Estas áreas ainda contaram com a contratação de escritórios especializados em projetos e genericamente de obras. Foi esta estruturação que possibilitou o sucesso - e aqui já realizando uma avaliação da produção da Superintendência - da proposta de uma inovação nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos dos conjuntos edificados na gestão Luiza Erundina de Souza, isto sem contar com o dado quantitativo inédito na história da cidade: da construção de aproximadamente 10.000 unidades, em quatro anos, fora do âmbito das regras do antigo Sistema Financeiro da Habitação.

Se entre os técnicos que compunham os quadros efetivos da Superintendência, a noção da necessidade da construção de uma nova cultura para uma política habitacional era potencial, para aqueles que vieram compor os quadros diretivos de confiança, este era uma aspecto fundamental.[85] Outro fato é que, além deste trabalho político, muitas dessas pessoas possuíam uma prática acadêmica de estudos com relação as questões urbanas e habitacionais[86]. Isto significa dizer que, de alguma forma, estas práticas

[85] A equipe que formulou o plano de governo de Luiza Erundina de Souza e especificamente das políticas setoriais de habitação, explicitaram a importancia da necessidade de se incorporar nesta políticas as questões da qualidade na produção da habitação popular e do respeito ao meio ambiente.
[86] Ver, por exemplo, Rodrigues (1981, 1988a, 1988b), Veras (1980), Singer (1974, 1982), Maricato (1982), Souza (1990), Bonduki (1980, 1986, 1988), Rolnik (1981).

possibilitaram um amadurecimento do que deveria nortear não só uma política específica para atender as demandas das famílias excluídas da cidade legal, mas também reestruturar a concepção das relações do poder executivo com as questões urbanas.

A experiência da constituição do programa de mutirões através da implantação do FUNAPS Comunitário é um exemplo da incorporação de novas experiências na implantação das políticas e programas da SEHAB /HABI. A equipe da HABI propôs a criação de uma "linha de financiamento" às associações de moradores, que através de um processo de auto-gestão administraram tais recursos para a construção de casas pelo processo de mutirão. Os recursos do FUNAPS deixaram, assim, de ser utilizados para a compra individual de materiais de construção e passaram a ser repassados às comunidades que, a partir de um contrato com a administração municipal, comprometeriam-se a gastar os recursos conforme uma planilha de custos. Nesta planilha constava além da compra de material, a remuneração de mão-de-obra especializada e de uma assessoria técnica, que ficaria responsável pela execução dos projetos das unidades habitacionais, de sua implantação e do acompanhamento das obras. A idéia da criação deste programa, seu escopo básico e o amadurecimento do conceito de que a edificação de moradias através de mutirões era uma alternativa viável para uma política pública de habitação popular, partiu das experiências anteriores da COBE/SEBES/FABES e do programa de governo do Partido dos Trabalhadores para a gestão Luiza Erundina de Souza. Este processo se reafirmou com as experiências de implantação do Projeto de Mutirão da Vila Nova Cachoeirinha, que tornou-se paradigma para o programa do FUNAPS Comunitário - FUNACOM. Cabe ressaltar que muitos técnicos que compuseram a equipe coordenadora e executora do referido programa, compartilharam da mesma experiência, o que possibilitou a agilização e sucesso em sua implantação.

Assim, como ocorreu com o exemplo do FUNACOM, outros programas implantados pela Superintendência eram carregados da experiência dos técnicos que vieram a compor os quadros da HABI, inclusive quando anunciava-se uma política habitacional para a SEHAB, que iria levar em conta os aspectos ambientais que envolvem a produção de habitação popular.

No caso dos conjuntos habitacionais produzidos pela HABI no período entre 1989 e 1992, cuja construção se daria pela contratação de empreiteiras, a grande inovação se deu no processo de elaboração dos projetos, que ocorreu através de concursos públicos onde as diretrizes básicas apontavam para um novo padrão arquitetônico, urbanístico e

ambiental das edificações. Estes conjuntos foram edificados em áreas desapropriadas que se destinaram aos movimentos de moradia, e atenderam as demandas específicas de favelas e cortiços que sofreram remoções para a execução de obras públicas e obras de melhoria na área. O caráter público dos projetos aliou, atráves dos concursos, a oportunidade da incorporação de idéias de técnicos que não estavam envolvidos com a cultura tradicional da produção de moradias populares, com opções de escolha de um menor custo de produção. Sem dúvida este processo contribuiu para uma radical mudança dos padrões de projetos, se tomados como referência a produção que sempre o poder público executou. Temos que ressaltar que esta estratégia de contratação de projeto por concursos justificou-se tanto pela possibilidade de ampliação de idéias sobre a edificação de conjuntos habitacionais populares, quanto à necessidade de se executar um grande número de projetos em curto espaço de tempo, aliado à urgência em suas soluções, visto que o número de técnicos na Superintendência, naquele momento, era pequeno.

A conjulgação da presença dos técnicos recém incorporados aos quadros da Superintendência, com os procedimentos de concursos e contratos de projetos, tiveram uma ação motivadora à potencialidade que os funcionários de carreira traziam a partir de suas experiências e críticas aos modelos até então implantados de provisão de moradia popular, mesmo nos casos em que estes técnicos estiveram afastados dos processos de elaboração de alguns projetos. Queremos deixar claro, também, que a vitória do Partido dos Trabalhadores representou para muitos desses funcionários a possibilidade histórica da realização de um projeto político (estes eram inclusive os termos empregados por muitos deles), pelos quais já lutavam para conquistar. O que temos, portanto, é que a aceitação no interior das atividades cotidianas dos técnicos de uma "nova cultura política" só foi possível pela certeza de que algo novo deveria ocorrer e esta certeza amadureceu-se pelo acúmulo das experiências imediatistas que até então ocorriam.

6.1. O multissetorialismo de uma política para o meio ambiente urbano e o exemplo das ações nos conjuntos habitacionais da HABI.

No âmbito das políticas municipais, consideramos que na gestão Luiza Erundina de Sousa não houve uma "política ambiental" *stricu sensu* para o município de São Paulo, pois organizacionalmente, só foi implementada uma Assessoria Ambiental na Secretaria de Governo, que era vinculada diretamente ao gabinete da prefeita. Sua atribuição básica era, como o próprio nome diz, assessorar a prefeita nos assuntos e problemas

que tinham como característica serem eminentemente ambientais, acompanhar projetos com características ambientais que possuíam contrapartida ou vinculação com o estado, neste caso com presença da Secretaria do Planejamento Municipal - SEMPLA e desenvolver projetos especiais. O que ocorreu foi que uma "política ambiental" permeou as diversas políticas setoriais das secretarias, que na medida do possível agiam, articuladamente. A riqueza de tal processo é que a ausência de uma diretriz centralizada sobre as ações de cunho ambiental, permitiu que no cotidiano das ações por parte de cada secretaria discussões fossem realizadas para encontrar a melhor solução para os problemas. O próprio exemplo, no interior da SEHAB, dado no caso das indicações das áreas onde deveriam ser realizados os laudos geotécnicos, ilustram este processo de amadureciemento das definições setorias de uma política ambiental urbana. No âmbito intersetorial da administração citamos o caso da política de eliminação de riscos à vida causados pela instablidade de encostas e enchentes, coordenada pela Secretaria das Administrações Regionais - SAR, que abrangia os trabalhos da Secretaria da Habitação e a do Bem estar Social - SEBES. Neste caso, o aprimoramento das ações e de suas concepções se davam a partir do debate sobre qual deveria ser a escala destas ações e de qual tecnologia deveria ser aplicada[87].

A importância deste processo é que o anúncio de que o meio ambiente teria um papel importante nas políticas destas secretarias viabilizou sua legitimação nos programas implementados por todas elas, permitindo que se formulasse no cotidiano de seus trabalhos debates para a definição de uma política ambiental urbana. A formulação mais acabada, de um conceito que incoporou o meio ambiente nas políticas de desenvolvimento urbano, ocorreu na proposta de Plano Diretor elaborado pela Secretaria do Planejamento do Município de São Paulo. A garantia sobre a qualidade ambiental vinculou-se à disciplinação da ocupação do solo de forma a adequa-la às características do meio físico. Para tanto o Projeto do Plano Diretor propunha regras diferenciadas, através de diferentes coeficientes de aproveitamento, para a implantação de projetos em áreas de várzeas, áreas de meia encosta, áreas de alta declividade e

[87] Existiram alguns casos exemplares nesta área, como os casos das favelas da Vila Bonilha em Pirituba e da Maria Luiza Americano em São Mateus. Na primeira as concepções da SAR apontavam para a remoção integral da favela e a construção de taludes separados por bermas e arrimados com gabiões. As discussões levantadas pela SEHAB é que tal procedimento era ineficiente, pois este tipo de intervenção já havia ocorrido e as famílias reocuparam a área a partir das bermas escavando os taludes e reconstituindos os riscos. Para a SEHAB a melhor solução seria a da construção de moradias que escorrassem a encosta, como na chamada "Arquitetura Portuguesa"ou "Mediterrânea", ao invés dos taludes arrimados. No caso do segundo exemplo, na favela Maria Luiza Americano houve um processo misto entre a construção de taludes e a edificação de moradias. Nesta área as casas foram construídas nas bernas devidamente dimencionadas para tanto, ficando os taludes protegidos contra possíveis escavações decorrendes de ocupações desordenadas.

para a Área de Proteção aos Mananciais, constituindo cada uma destas unidades uma Área de Interesse Ambiental (AIA).

Outro instrumento proposto no Projeto doo Plano Diretor para garantir a qualidade ambiental, foi o da criação de Zonas Especiais de Preservação (ZEP). Nestas zonas, qualquer alteração das edificações ou do sistema viário teria que preservar, de maneira absoluta, a vegetação existente. As ZEPs seriam de dois tipos: ZEP-1 (edifícios tombados, parques, praças e áreas impróprias para a ocupação) e ZEP-2 (bairros verdes). Tais propostas delimitam a concretização de um conceito de política ambiental urbana no escopo do planejamento urbano.

No interior das políticas implementadas pela HABI e especificamente na edificação de conjuntos habitacionais, observamos nos exemplo analisados neste trabalho, que somente no conjunto Recanto dos Humildes houve uma incorporação ampla de critérios que podemos considerar como ambientais em seu projeto. As diretrizes de implantação dos projetos urbanísticos e da edificação dos embriões que abrigaram as famílias oriundas das áreas de risco, foram definidas diretamente pela Superintendência ao escritório contratado para executar tais projetos. Dentre estas diretrizes, destacam-se as orientações para que se evitasse ao máximo a remoção da cobertura vegetal de porte (principalmente as árvores), grandes movimentações de terra e se garantisse a preservação das encostas mais íngremes. Estas ações possibilitaram ao projeto um respeito às características ambientais da gleba e da qualidade da água do córrego Recanto dos Humildes, lindeiro à área.[88] Um dos resultados desta postura de projeto pode ser visto na revisão do processo de desapropriação da área, pois do total da gleba decretada de interesse social para fins de desapropriação de 900 mil metros quadrados, somente 250 foram efetivamente desapropriados e objeto do projeto. Isto deveu-se a estudos que mostraram que uma implantação global da área demandaria grande movimentação de terra, indo de encontro à eliminação da chamada "política de terras arrasadas". Após a definição da porção da gleba que iria ser aproveitada, foi desenvolvido minucioso estudo de declividade - gerando uma carta de declividade - que apontou as melhores alternativas de implantação do sistema viário e dos lotes. Tal procedimento garantiu uma adequação do loteamento à topografia, evitando grandes escavações e aterramentos. Este fato, sem dúvida, contribuiu para a conservação dos lotes urbanizados, que apesar de ficarem expostos sem cobertura vegetal por mais de dois anos, apresentaram um nível de deterioração por erosão relativamente baixo,

[88] Esta garantia de qualidade das águas, independente das diretrizes sobre o destino do esgoto dadas pela SABESP, estava vinculada à mitigação de processo de assoreamento dadas pelo pequeno volume de movimentação de terra, aliado à patamarização dos lotes que obedeceu às orientações das curvas de nível.

principalmente considerando-se a estrtura do solo ser de alteração de xistos e mica-xistos, portanto, muito erodíveis.

No projeto do Rincão da Penha houve um processo inverso do observado no Recanto do Humildes, pois neste caso não respeitou-se um dos princípios básicos de ocupação urbana, porque ele foi alocado em uma gleba remanescente, situada nas várzeas do córrego Rincão, de área anteriormente usada para indústrias e desapropriada para as obras do Metrô. Apesar do córrego estar hoje canalizado, o índice de impermeabilização de sua bacia, como é comum na cidade de São Paulo, é extremamente elevado, o que o torna um canal de escoamento das águas superficiais. Tais características reservam-lhe um regime hídrico torrencial, ou seja, em dias de maiores pluviosidades concentradas em pouco tempo, as águas elevam-se rapidamente e transbordam-se; ou então ele serve de escoadouro das águas das vertentes de sua bacia, funcionando como uma grande "boca-de-lobo". Isto significa dizer que inevitavelmente a área vem sofrendo problemas constantes com enchentes.

Já no caso do conjunto Delamare, devido às sua pequena dimensão e à situação privilegiada de localização no alto das colinas da bacia sedimentar terciária da Formação São Paulo, os conflitos ambientais nesta escala de observação (do "meio ambiente instrumental"), não ocorreram, ou foram insipientes.

Estes exemplos mostram, num quadro genérico, como concretizaram-se nos projetos as concepções ambientais das políticas de habitação popular que estavam vinculadas ao "universo do sistema", ou do "meio ambiente instrumental". Apesar dos problemas apresentados no Conjunto Rincão da Penha, tais concepções tiveram sucesso ao se conseguir aliar os partidos urbanísticos e arquitetônicos inovadores à situação encontrada no meio físico. Deste ponto de vista, os programas implementados pela HABI cumpriu o seu objetivo de inovação das possibilidades de ações para uma política de habitação que superou os conceitos existentes na cultura tradicional de produção de moradias populares. Nesta "esfera do sistema" a incorporação da idéia ambiental correspondeu à introdução do elemento inovador. O que restou foi transformar esta "idéia ambiental instrumental" em uma outra que se aproximasse do mundo dos moradores, uma passagem que não possível no tempo disponível da administração.

Finalizando este ponto, deve-se registrar o impressionante desmantelamento que HABI sofreu na administração Paulo Maluf que sucedeu a de Luiza Erundina de Sousa, após as eleições municipais de 1992. Numa ação de ruptura, a Superintendência foi desestruturada e todas as políticas por ela implementadas foram interrompidas, com

exceção do programa de verticalização de favelas, que apenas ganhou o pomposo nome de Projeto Cingapura[89]. Com relação a este último cabe uma observação que ilustra a diferença de concepção da provisão de habitação popular entre as duas administrações.

Ambas as concepções inovaram quando assentam definitivamente os favelados em seus lugares de moradia (com a ressalva de que o Cingapura é uma versão do programa de verticalização de favelas inaugurado pela SEHAB no governo Erundina). A diferença é que o Projeto Cigapura reproduz o modelo tradicional de provisão de moradias populares. Na sua concepção existem dois problemas: o primeiro é que não há uma legitimação da conquista da terra pelos favelados no processo de ocupação das glebas, porque o imóvel edificado é entendido apenas como mercadoria, apesar de estar assentado em terrenos públicos. Um dos pontos mais controvertidos é que o acesso aos apartamentos só é possível à famílias que possuam condições de adquiri-los, não importando a sua história neste processo de conquista da terra. Se a alegação da municipalidade para a sua autonomia, na determinação dos critérios para o acesso ao programa (no caso econômico) é porque a terra onde estão é pública, não caberia a esta municipalidade a sua venda numa esfera demarcada pelo mercado imobiliário, tendo em vista as condições econômicas dos moradores de favela. Um outro fato agravante é quando esta exclusão pela lógica do mercado se dá em terras que ainda não foram desafetadas pelo Poder Legislativo[90]. A sua lógica, neste sentido, pertence unicamente ao mercado, mantendo a estrutura tradicional da produção de habitações populares, onde o que se busca é uma solução barata e eficiente para o problema do

---

[89] Apesar de reiniciada no final de 1995 a liberação de parcelas dos mutirões, foi paralizada deste o início de 1993 causando a interrupção das obras. No caso deste programa, eles deixaram de fazer parte dos programas da SEHAB/COHAB e passaram a ser da COHAB. Com relação ao programa de urbanização de favelas, ele só existe nos projetos vinculados ao Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, cuja coordenação é da Secretaria Estadual de Energia e Saneamento com recursos financiados pelo BIRD.

[90] A questão fundiária é uma das mais delicadas nos processos de provisão de habitações populares.Uma das alegações para os projetos de verticalização de favelas é que há uma grande economia em desapropriações de terras, fato verdadeiro (inclusive é por esse motivo que a administração Maluf concentrou a política habitacional sobre este programa, porque necessita desembolsar um volume muito menor de recursos, se fosse fazer um programa de provisão de moradias em terras desapropriadas, permitindo que tais recursos sejam investidos na construção de obras viárias). Porém existe um aspecto que deve ser respeitado, é que quem mora nestas terras, o fez por uma razão de extrema necessidade. O fato importante é que tais ocupações deslegitimam o mercado de terras e legitimam o assentamento de quem necessita morar (é sabido que nestas áreas também se estabelece um mercado de compra e venda de barracos, mas que funciona na escala da necessidade das famílias). O problema é que projetos como o Cingapura, que segregam o acesso a estes imóveis por critérios econômicos, recolocam estas terras novamente no mercado, desrespeitando duplamente as suas funções, ou seja, o caráter social que a terra pública deve ter, e de lugar de moradia para aqueles que as conquistaram por ocupação. Este problema da dificuldade de disponibilidade de glebas urbanas para a edificação de conjuntos habitacionais populares será ilustrado nos casos dos projetos Rincão da Penha, Delamare e recanto dos Humildes.

"deficit" habitacional. A habitação é uma mercadoria como outra qualquer[91], e os exemplos disto podem ser vistos desde a comercialização integral dos imóveis, até as clássicas experiências de venda de "partes" da casa, como portas, equipamentos sanitários, batentes, etc., e a sua comercialização numa primeira boa oportunidade. O segundo, é que a existência de processos de não participação popular nos momentos decisórios acirra as "situações de não vínculo" com estes novos lugares de morar e isto deve impossibilitar uma nova relação com o cotidiano, com a vizinhança e com a construção do lugar.

O que se tem, neste exemplo, é que a situação de insolvência da Superintendência mostra, de um lado, o quanto são poderosas as ações que ocorrem na esfera do sistema e intensa a força de colonização do sistema no "mundo vivido"; e de outro, deixa claro como eram "frágeis" as bases que estruturavam a tentativa de implantação de uma "nova cultura política" para habitação popular. Houve entre os técnicos um profundo sentimento de indignação pelo que se fez com seu trabalho, mas não aconteceu nenhuma resistência contra esta nova situação, existindo falas, inclusive, que dizem que estes seriam um daqueles quatro anos em que iríamos passar "debaixo das mesas" esperando o fim da administração.

[91] Sobre a particualridade da casa como uma mercadoria de possui um caráter especial ver Rodrigues 1988a e 1988b.

CAPÍTULO 3

3. A CONSTRUÇÃO DO LUGAR: o ambiente vivido nos conjuntos habitacionais

1. Introdução: os limites da política: o técnico e mundo vivido

Vimos como se construiu, estruturou-se e "dissolveu-se" a política habitacional da Superitemdência de Habitação Popular no período analisado. O olhar que se fez privilegiou a observação de como esta política permeou no cotidiano daqueles que a implementaram e a executaram. Ficou claro, que havia uma necessidade de se alterar as formas como se dava o atendimento da população 'excluida' na cidade. Esta necessidade, de alguma forma, se aflorou e se clarificou, a partir das práticas cotidianas (mais ou menos intensas) que as pessoas possuíam no seu trabalho e/ou em sua militância. Esta clareza, ou a sua latência entre os técnicos, evitou um problema de fundo que se coloca, comumente, com relação ao entendimento do que vem a ser o aspecto ambiental de uma política habitacional.

Também já apontamos que o meio ambiente interpretado pela política habitacional da HABI, que por ser uma política pública pertencente à esfera do sistema, resumia-se às ações que garantissem projetos arquitetônicos e urbanísticos aliados a uma boa alocação do conjunto no terreno, respeitando a topografia, as áreas verdes e a drenagem, características técnicas regidas pela razão instrumental. Tudo isto indica que se poderia considerar, numa primeira análise, que o "meio ambiente da política" era visto como algo estático (instrumental), como uma edificação. Numa visão que incorpora a concepção de que basta existir a qualidade na construção para que esta qualidade perdure para sempre. Ou seja, o ato de criar, que é o projeto, garante a existência do que se projetou e o ato de criar considerando o meio ambiente, garante a existência da conservação deste meio ambiente. Isto ocorre porque tal concepção restringe o meio ambiente ao construído (meio ambiente construído como coloca Amos Rapoport[1]) e um bom projeto pode dar conta de atender estas exigências. O que a Superintendência fez, foi propor uma concepção mais abrangente de meio ambiente, que procurou considerar, através de um processo dialogal (a participação dos moradores nos projetos), o seu fator dinâmico (o mundo vivido, ou o "meio ambiente vivido" daqueles que nele vivem). Porém isto não foi plenamente incorporado aos projetos, signicando dizer que, apesar desta concepção da questão ambiental permear as ansiedades e práticas dos técnicos,

[1] Rapoport, 1978 e 1990.

ela foi mais instrumental e menos comunicativa, porque não conseguiu estabelecer procedimentos que permiticem o "entendimento" dos fatos dinâmico existentes nas relações societárias do mundo vivido pelos moradores, que significava, no limite, apreender como eles realizavam o ato de morar e "construir o morar".

O sentido de apreender as formas de como os moradores realizavam o seu "ato de morar" dá uma pista de como ocorreu este processo nas políticas da Superintendência, isto porque o apreender estava vinculado ao processo de aprendizado que se deu e deveria ainda se dar mais, no contato com os moradores. Quando mais se aprendesse sobre estas relações, mais se poderia apreendê-las e desta forma incorporá-las aos projetos. Apreendendo-as, mais se poderia aprender sobre elas, num movimento de apuração constante entre as formas como os moradores constróem o seu morar e os projetos idealizados pela HABI. Na verdade, este processo inícioa-se, mas não pôde ser continuado e aperfeiçoado. É neste contexto que acreditamos que o sucesso desta concepção de vinculação entre o projeto e o seu destinatário, deve estar no ententimento que este projeto é processo, ou entender o projeto enquanto um processo.

A situação de aparente "deslocamento" do projeto e das formas de vida no lugar de morar, pode ser constatada na cotidianidade da vida dos conjuntos, porque as práticas cotidianas dos moradores em seu ato de morar/viver, estão amparadas em valores que não são totalmente contempladas por uma concepção instrumental de meio ambiente e mesmo de qualidade de vida. Quando perguntado o que de melhor existia nos conjuntos (por que era bom morar lá), a maioria das respostas (presente nas três áreas investigadas), foi devido à sua localização e a possibilidade de ter a casa. Isto mostra que para estes moradores a melhoria da qualidade de vida esteva vinculada a possibilidade de ter a casa, ou seja, algo mais próximo de uma "razão instrumental". Mas também ocorreram casos em que estas razões estavam vinculadas à boa vizinhança, ao sossego à luta pela casa e ao ar puro existentes naqueles lugares. Nesta afirmação estava explícito que na safisfação sobre os conjuntos havia algo que ia além da razão instrumental incorporada aos projetos e se aproximava do "meio ambiente vivido" pelos moradores.

O aparente conflito que se estabeleceu, estava no deslocamento entre o "meio ambiente instrumental" que orientou a política e que não foi superado e o "meio ambiente vivido" dos moradores. O fato é que em sua concepção o meio ambiente da política está embasado em um "conhecimento perito"[2] e em uma racionalidade pautada no custo-

[2] Giddens, 1991.

benefício, como em qualquer outro aparato técnico) . Isto sem dúvida deve ser observado, mas nesta concepção o meio ambiente não poderia estar restrito a ela, porque na proposta de superação da cultura tradicional de construção de conjuntos habitacionais, feita pela HABI seriam as experiências cotidianas dos moradores que iriam melhor dimensionar o que poderia ser "bom ou ruim" para um projeto ambiental, da mesma forma como deve ocorrer num projeto "estritamente arquitetônico", como aconteceu em alguns casos, onde os futuros moradores opinaram sobre as principais diretrizes de tais projetos.

A questão é que se o "conhecimento perito" dos técnicos da HABI, no que se refere a habitação e particularmente à cultura tradicional de construções populares, era algo amadurecido, quando este conhecimento amplia-se para a incorporação do meio ambiente do "mundo vivido" ele acaba por limita-se pois, novamente retomando Giddens, quando pensamos meio ambiente, qualidade de vida, pensamos uma "política da vida", que deve estar encarnada na cotidianidade nas expectativas dos indivíduos. Isto significa dizer que os avanços nos projetos dos conjuntos, do ponto de vista ambiental, não deveriam significar apenas a concepção de átrios, pátios, volumes, cores, que são necessários para romper com o padrão pasteurizado, agressivo e impessoal do que até agora foi produzido. Mas também era importante saber, ou de alguma forma prever, como os indivíduos iriam se apropriar destes elementos depois de lá estarem residindo e isto só é possível de se apreender com um trabalho que deveria acompanhar esta dinâmica, ou seja, desenvolver o projeto enquanto processo.

Os problemas de fundo que marcam a linha divisória entre a política da SEHAB/HABI e o "mundo vivido" dos moradores dos conjuntos habitacionais promovidos por estas instituições e que deslocou a política da Superintendência da realidade vivida, foram a carência de métodos e a impossibilidade de amadurecimento de como apreender esta concepção dinâmica que envolve a "vida do conjunto". Métodos que permitissem a incorporação nos conjuntos tanto das formas como os moradores estabelecem as percepções sobre o que é o lugar de morar, quanto de suas vontades com relação a novos espaços, ou seja, o que eles queriam com o novo espaço. O que se constatou é que para o morador pouco importava existir, ou não, áreas de conforto ambiental nos conjuntos; ou se era melhor, no ambiente construído do conjunto, terem escadas ao invés de vielas. O importante para ele é que esta viela, este espaço construído, permitisse, de alguma forma, o acesso a um "carro utópico". Eliminar *a priori* este carro, ou a casa maior, independente de como iria fazê-la, é eliminar uma utopia, um sonho que inclusive pode move-lo. Eliminar esta utopia, ou mesmo a possibilidade dela, significa a potencialidade da criação de situações de um não vínculo dos moradores

com este novo lugar de morar. E a consequência disto poderia estar expresso na impossibilidade de se criar "o sentido de lugar".

A vida é mediada por conquistas, sejam elas quais forem. Edinger (sd) nos falou da necessidade de o homem moderno reestabelecer contatos significativos com experiências que vejam a vida como um todo orgânico, experiências que simbolizem o patrimônio que herdamos da totalidade, eliminando o "monte de imagens quebradas", a alienação individual e coletiva. Talvez o modo correto do reestabelecimento de vínculos com este todo não seja a posse de um carro, ou da casa confortável (Edinger nos fala de energias transpessoais, de água vital), mas com certeza a existência da possibilidade, do eterno possível, é aquilo o que nos move, o que nos motiva, o que nos dá sentido, ou seja, a utopia que também, evidentemente, pertence ao imaginário dos moradores dos conjuntos.

Acreditamos que o significado do lugar deve guardar este papel, dando concretude ao sentido de pertencimento que está expresso numa territorialidade (a casa, a viela, a praça, os lugares de encontros e trocas, os botequins, as corruptelas) e sendo o eterno possível. Ou seja, o lugar deve ter aquele significado da "domus perfeita" de Maffesoli, onde tudo é expressão e possibilidade, concretude e potencialidade.

É neste sentido, que entendemos o reencontro com o patrimônio da totalidade. E este é o ponto que os projetos habitacionais não deveriam eliminar: a possibilidade de manifestações dos sonhos de seus moradores. Quando não se elimina esta possibilidade, permite-se que diminua o distanciamento entre as experiências societárias comunicativas do mundo vivido e a racionalidade instrumental do aparato técnico e das políticas públicas. É por este motivo que entendemos que, apesar de todos os avanços conquistados nas políticas da HABI/SEHAB, existiu um distanciamento entre o que se projetou e o que se vive, entre o lugar projetado e o lugar vivido, ou melhor, aquele construído pelo indivíduo e não pelo técnico.

2. O mundo vivido: o que acontece nos conjuntos

Neste processo de análise das políticas implementadas pela Superintendência, entendemos que houve uma distância entre o que foi concebido e a realidade. Esta distância foi determinada pela falta de um processo comunicativo mais intenso, que deveria estar expresso por trabalho mais próximo dos moradores, principalmente após a entrega das unidades habitacionais. Esta questão torna-se ainda mais relevante quando

lembramos que um dos pontos norteadores da política estava centrada na participação popular, que deveria ocorrer em todos os momentos do processo da provisão de moradia. Ou seja, os processos de provisão de moradia exigiam uma ação dialogal constante entre os interlocutores envovidos. O problema colocado é saber até que ponto esta ação comunicativa foi prejudicada pelo saber técnico, pela razão técnica, daqueles que eram os interlecutores por da Superintendência.

A importância da participação dos moradores nos diversos momentos que envolvem a produção da moradia, deve-se ao fato de que eles, de um lado, legitimariam a luta que os movimentos de moradia empenhavam pela conquista da casa, mesmo porque os processos vivenciados pelos movimentos de moradia proporcionaram uma outra concepção do significado da casa e até do "lugar" de seus participantes, diversa daquela circundante no senso comum (como veremos adiante). De outro, colocava no interior das demandas a discussão da necessidade de se manter o sentido de coletividade entre os moradores na nova situação de residentes em conjuntos habitacionais. O que acreditava-se, entre os técnicos, é que se a casa fosse entendida como fruto da luta dos movimentos populares e a noção de coletivo permeasse as relações cotidianas nos conjuntos habitacionais, se recolocaria a questão de administração após a ocupação, ou seja, estariam eliminadas tanto as relações tradicionais existentes na maioria dos conjuntos populares de um total abandono de sua administração, quanto da necessidade de se adotar um modelo de administração condominial do "tipo classe média", com a eleição de síndicos e a contratação de administradoras. Nesta visão era necessário ultrapassar estas experiências tradicionais e incorporar outras, fundado no conceito de participação coletiva da administração dos conjuntos.

A expressão do mundo vivido entre os moradores está concretamente demostrada em sua vida cotidiana nos conjuntos. Se as propostas das políticas da Superintendência atingiram seus objetivos de proporcionar melhores condições aos moradores, isto deve estar de alguma forma presente em suas vidas.

É sobre este universo de experiências cotidianas que iremos nos deter para entender como se reflete neste mundo vivido dos moradores, as propostas de inovação da política habitacional da HABI.

2.1. O conhecimento da vida nos conjuntos

No contexto da proposta de grande alteração dos processos de provisão de moradia, onde incluiram-se alguns conceitos até então não aplicados na produção de conjuntos habitacionais, apontou para a necessidade de uma investigação que mostrasse se nos projetos, que traziam tais alterações, algo também mudou na vida das pessoas. Para tanto, a investigação tem como referência inicial a situação anterior de moradia das famílias, a partir de duas informações básicas: uma mais objetiva que caracterizou tanto a localização desta moradia, quanto a sua situação (se era barraco de madeira ou alvenaria, casa de aluguel, estava em áreas de risco, etc.); e outra, mais subjetiva, que procurou observar as impressões os que moradores tinham desta moradia e do lugar anterior em que residiam.

A caracterização física do local e da casa anterior justificou-se pela necessidade de se observar se as deficiências habitacionais da família, quanto a precariedade da construção, ou sua situação de improviso, foram safisteitas com a mudança para o conjunto. Já o diagnóstico das impressões que os moradores tinham sobre o local e a moradia anterior, deveu-se ao fato de que nem sempre uma situação precária dos aspectos construtivos da moradia, representam para as pessoas um sentimento de desgosto pela localização da moradia, ou pela própria casa.

Outra intenção deste levantamento, foi o de identificar entre os moradres a existência de locais de referência e expressões sobre valores ambientais em suas falas, tanto dos antigos lugares de moradia, quanto dos novos. Para tanto foi pergundado se a casa onde moravam anteriormente era melhor do que a nova moradia e se o local era melhor do que o conjunto. Também se existia algum lugar ou algo especial onde moravam e se existe agora no novo lugar.

Um outro bloco de questões complementou esta abordagem sobre o estabelecimento de elementos de identidade das famílias com o espaço da moradia e de referências sobre o meio ambiente por eles vividos. Neste caso foi perguntado quais os maiores problemas existentes no conjunto e como poderiam melhora-lo e quais os melhores benefícios de lá estarem morando. Assim, apesar de estarem em blocos separados na formulação, as respostas dadas completam a caracterização das relações que os moradores estabelecem com o lugar de morar.

Outro aspecto relevante da política, como foi colocado, foi o da abertura aos moradores dos processos decisórios quanto da implantação dos programas da Superintendência. A

participação política foi apontada como um dos grandes saltos para um maior sucesso das fases de pós-ocupação. Tendo em vista a importância de tais concepções e sabendo que o principal canal de representação da população, nesta área, são os movimentos de moradia, questionou-se entre os moradores quais foram seus envolvimentos com os movimentos de moradia para a conquista da casa, portanto num momento anterior e como era a sua participação atualmente, após a mudança. Esta caracterização foi importante, pois permitiu observar se houve, ou não, um recuo dos moradores na participação nestes movimentos após a conquista da moradia, reproduzindo um "modelo tradicional" de exaurimento dos movimentos após as conquistas.

Assim, a estrutura do questionário foi dividido em cinco itens: I. Identificação, II. Família, III. Condição de moradia, IV. Quanto a participação, V. Com relação ao conjunto. Estes itens compõem os quatro aspectos que buscamos analisar, quais sejam: se as dimensões da habitação eram satisfatórias em relação à estrutura familiar, dentro de aspectos estritamente construtivos (a segunda questão do item I e todas do item II, conforme questionário em anexo); quais as condições anteriores de moradia tanto no que se refere às caraterísticas da moradia, quanto do sentimento a respeito dela e do lugar onde estava assentada (presente no item II e IV); se se constitui no novo lugar de morar relações de vínculo ou de pertencimento com o conjunto explicitanto expressões sobre o meio ambiente vivido pelos moradores; e como se dava anteriormente e após a mudança a organização política e social dos grupos e dos moradores (item IV).

2.2. As características do assentamento das áreas investigadas

Colocado o contexto de como foi concebida a política habitacional da SEHAB/HABI, onde um de seus principais princípios foi o respeito ao meio ambiente físico e a garantia da preservação da qualidade de vida; e de como os moradores servidos pelos programas desta política se apropriaram dos seus resultados, a partir de conceitos e de experiências por eles experimentadas tanto nos novos locais de moradia, quanto em suas vidas fora dos conjuntos habitacionais, os conjuntos serão tratados aqui de forma mais detalhada. Para tanto o diagnóstico das áreas se divide em duas partes: uma que tratará dos aspectos físicos do assentamento dos projetos e outro que trará os resultados do inquérito feito junto aos moradores.

2.2.1. Os assentamentos

Como foi colocado, um dos principais critérios que nortearam a política habitacional da HABI, foi o de melhor adequar os projetos de implantação dos conjuntos com as alternativas possíveis de glebas disponíveis. Porém as limitações de disponibilidades de áreas, seja pelo seu valor ou pela condição topográfica, a serem desapropriadas para a implantação de tais projetos, acabou por induzir a Superintendência a adquirir terras que não eram ideais para a este fim, o que tornou ainda mais importante a observação deste critério de projeto.

A morfologia e a localização, enquanto característica de distância - centralidade - são dois dos principais pontos que devem influir na decisão sobre a desapropriação de áreas e obviamente os seus custos, e no caso das áreas estudas as suas localizações quanto estes dois aspectos distinguem-se bastante. No que diz respeito à centralidade os conjuntos Delamare e Rincão (figuras 2 e 3) assemelham-se um pouco mais entre si, pois localizam-se em pontos que poderiam ser classificados no anel intermediário da cidade (entre 6 e 10 quilómetros do centro da cidade respectivamente), enquanto que o conjunto Recanto dos Humildes (figura 4) situa-se no extremo Norte da cidade, em Perus a cerca de 19 quilómetros do centro. Apesar das duas primeiras áreas terem distancias mais próximas do centro, o acesso ao Rincão é privilegiado devido a proximidade da estação Vila Matilde do metrô (aproximadamente 200 metros), enquanto que o acesso à segunda área só é possível de ônibus. Deve-se esclarecer que este é um critério genérico, pois a melhor ou pior localização dos conjuntos dependem das necessidades de deslocamento das pessoas ali residentes.

Quanto a este aspecto, quando aplicados os questionáros, em todas as áreas houve manifestação de que a localização do conjunto era boa. Isto está expresso na tabela 17 (pag. 208) "Melhor benefício de estar morando aqui", que mostra que 16,7% do total das famílias entrevistadas nas três áreas afirmam ser bom morar no conjunto por ser perto de tudo. No conjunto Rincão esta resposta representa a maior porcentagem, ou seja, do total de razões do porquê é bom morar no conjunto, 23,8% dos entrevistados consideraram como sendo a localização. A participação desta variável foi de 17,6% no Delamare e 11,8% no Recanto dos Humildes. Neste sentido, a existência do metrô, associada a uma situação de consolidação urbana do bairro da Vila Matilde contribuíram para a maior satisfação dos moradores. No caso do Recanto uma consideração deve ser feita. Apesar de localizado em Perus, portanto distante do centro da cidade, a sua posição relativa naquela região da cidade é privilegiada, pois distancia-se cerca de 500 metros da estação ferroviária daquele bairro e de varias linha de ônibus que dão acesso

Figura 2.

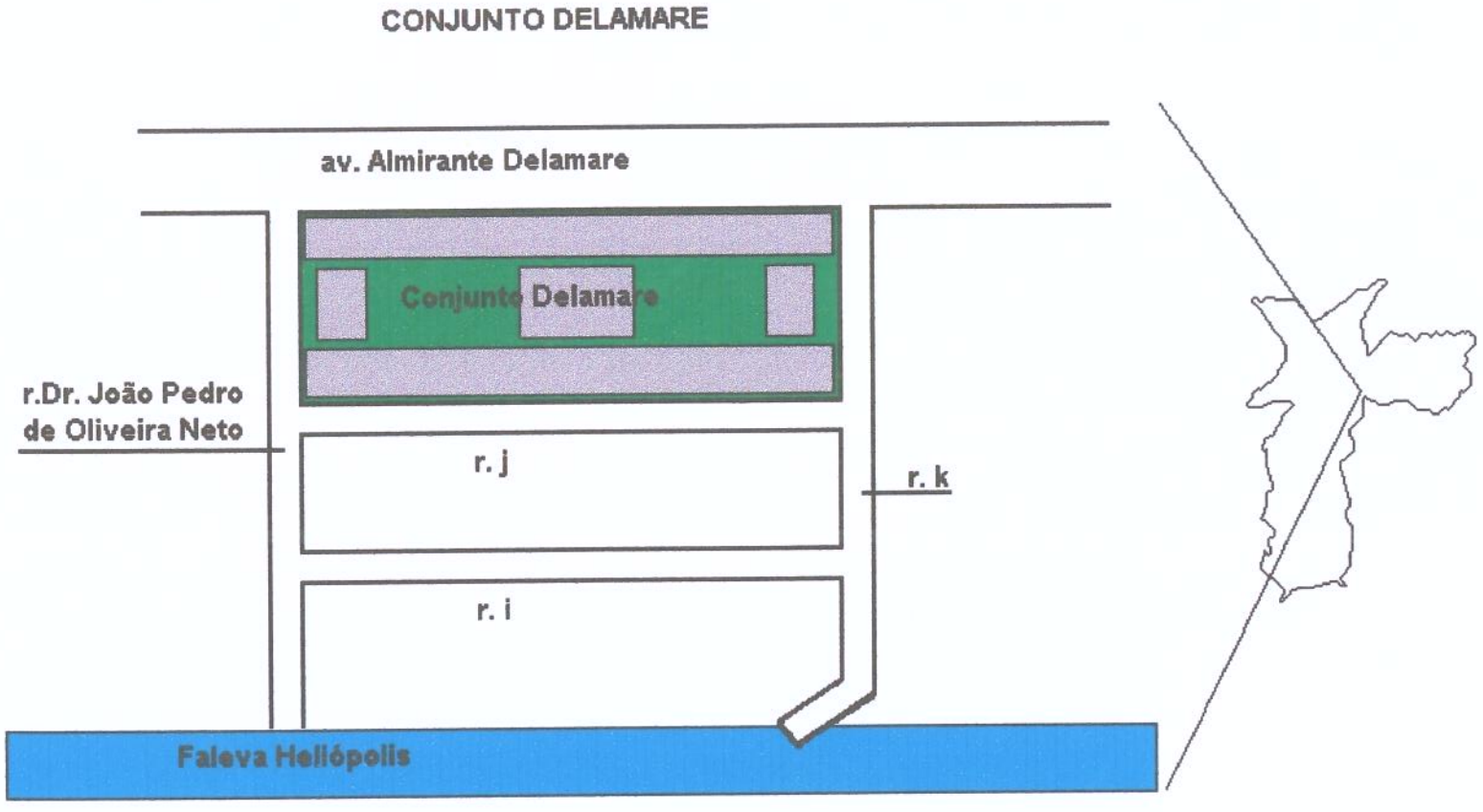
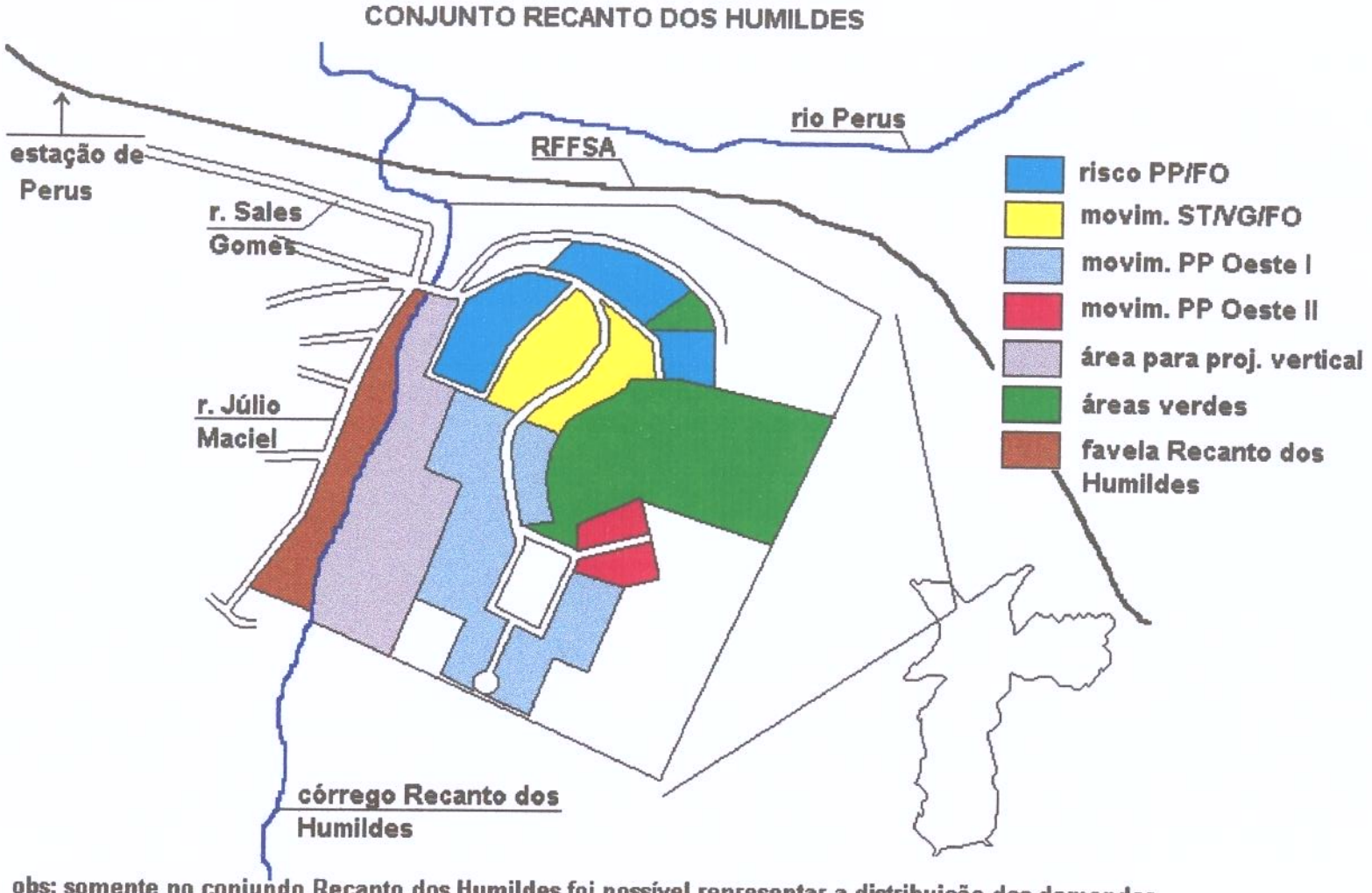

CONJUNTO DELAMARE
av. Almirante Delamare
Conjunto Delamare
r.Dr. João Pedro
de Oliveira Neto
r. j
r. k
r. i
Faleva Heliópolis

Figura 3.

CONJUNTO RINCÃO DA PENHA
r. Maria Carlota
av. Padre Olivetanos
r. Evans
r. Celina
r. Cumai
corrego Rincão
r. Evans
viaduto Vila Matilde
CONJUNTO RINCÃO
r. Alvinópolis
Metro/CBTU/REFSA

Figura 4.



obs: somente no conjundo Recanto dos Humildes foi possível representar a distribuição das demandas

a pontos centrais da cidade. Mas pelo fato característico deste empreendimento ser horizontalizado, dependendo do local onde mora a família, esta precisa deslocar-se a pé até 1 quilometro da "entrada" do conjunto até sua casa, visto que no momento da entrevista não havia ainda transporte coletivo dentro da área. Esta situação acaba por traduzir-se em insatisfação para os moradores.

Assim quanto ao aspecto centralidade, onde o preço da terra foi um importante limitador para a plena implantação dos conjuntos habitacionais populares segundo esta nova cultura de política pública[3], nestas três intervenções realizadas pela Superintendência de Habitação Popular, houve um êxito, pois estes empreendimentos foram assentados em locais que possuíam bons meios de acesso (Rincão e Recanto), ou que estava próximo ao local de moradia anterior da demanda (o caso do Delamare localizado em área contígua a favela do Heliópois).

Se a localização, quanto ao aspecto centralidade, parece ter respondido de forma satisfatória às necessidades das demandas, as suas características morfológicas e geológicas, pontos fundamentais da questão ambiental, apresentaram problemas. Representando as três principais macro unidades que compõem o substrato geológico do sítio urbano da cidade de São Paulo, cada um dos conjuntos foi assentado sobre cada uma delas, ou seja, o Rincão da Penha sobre os aluviões quaternários da Bacia do Aricanduva/Tietê; o Delamare sobre as colinas dos sedimentos da Formação Terciária de São Paulo; e o Recanto dos Humildes sobre o embasamento cristalino caracterizado, naquela porção, por espigões amorreados de perfil convexos dos terrenos graníticos-micaxistos do Planalto Atlântico[4].

Do ponto de vista geotécnico (das formas do relevo associadas às estruturas de solo) o conjunto Delamare é que possui melhor localização, pois além de estar assentado sobre os terrenos terciários argilo-arenosos (bem estruturados para edificações), sua topografia apresenta declividade suave, o que eliminou a necessidade de grandes movimentações de terra para as obras civis[5]. O Delamare representou o melhor

[3] Para o pleno sucesso da política quanto a não edificação de conjuntos em glebas afastadas, seria necessaria a instituição de uma reforma urbana, reinvidicava inclusive pelos agentes estatais promotores da política, mas que sofre grandes restrições dos setores conservadores e fundiários urbanos da sociedade.

[4] Ab'Saber, 1957.

[5] Independente das concepções que orientam a implantação de conjuntos habitacionais, ou qualquer obra, uma certa movimentação de terra sempre há. No caso do Delamare se considerarmos os objetivos da política da HABI de eliminar a "cultura de terras arrasadas", as características topográficas e de estrutura do solo contribuiram para um aproveitamento integral da gleba, sem que houvessse grande movimentação de terra. Caso estas características fossem inadequadas, o percentual de aproveitamento seria muito menor, pois não se fariam nesta lógica da política as terraplanegens necessárias. É neste sentido que o Delamare possui uma vantagem em relação aos demais conjuntos analisados.

exemplo de adequação "natural" do conjunto às situações topográgicas e geomorfológicas, e que por esse motivo demandou menores sofisticações de projeto.

O conjunto Rincão, apresenta a pior localização, isto porque foi edificado sobre os sedimentos das várzeas do córrego Rincão, tributário do córrego Aricanduva. Os problemas devem-se ao fato de que, apesar do córrego estar canalizado, aquela área representa a sua planície de inundação, ou seja, é uma área naturalmente propícia a enchentes, que tem situação agravada pela intensa impermeabilização de sua bacia hidrográfica (fato já destacado anteriormente).

O conjunto Recanto dos Humildes localizar-se em sub-espigões sobre terreno de substrato cristalino, portanto com um solo saprolítico pouco estruturado, possuindo grandes declividades, ou seja, a rocha matriz decomposta sem a formação de um solo resistente, associados a terrenos com inclinação superior a 30 graus, que estão sujeitos à erosões. Estas características apontam para a impropriedade para a execução de grandes obras, principalmente se considerarmos a necessidade de movimentações de terra (mesmo que em uma escala pequena), pois isto implica em uma exposição do solo as ações de processos erosivos. A importância deste projeto deve-se por ele representar o melhor exemplo da aplicação do conceito de que os conjuntos habitacionais deveriam adequar-se à morfolofia dos terrenos onde eles seriam assentados. Como foi ressaltado anteriormente, a partir de um detalhado estudos de declividade, concluiu-se que do total de 900 mil metros quadrados objeto do decreto de interesse social para fins de desapropriação, somente 250 mil poderiam ser efetivamente utilizados para a construção do conjunto. Caso contrário seria necessário uma grande movimentação de de terras que provocaria um arrazamento do terreno. Assim, o projeto Recanto dos Humildes é o que apresenta a melhor adequação de um projeto vinculado à necessidade de implantação de conjuntos habitacionais, com a disponibilidade de áreas.

A política habitacional implementada pela HABI, não teve instrumentos que permitissem o rompimento com a lógica do mercado imobiliário, responsável por grande parte das más condições ambientais em que vive a maioria da população da cidade (favela, cortiços, conjuntos habitacionais degradados e loteamentos clandestinos). Os grandes entraves encontrados, não só pela Superintendência, mas também pela COHAB (para ficar na esfera nas responsabilidades da municipalidade), é que os instrumentos necessários para a aplicação da função social da propriedade não foram regulamentados, o que implicou (e tem implicado até hoje) na impossibilidade de implantação de uma política de terras que esteja fora do mercado.

3. Resultados da pesquisa

3.1. O adensamento na moradia

A investigação nos conjuntos habitacionais iniciou-se pela caracterização dos domicílios quanto ao número de dormitórios, de moradores por dormitórios e da condição do domicílio anterior.

A caracterização do número de dormitórios por domicílios, tem por função avaliar se a política habitacional implentada pela HABI, no que diz respeito aos aspecto adensamento habitacional, propôz tipologias das habitações adequadas à composição familiar. Mesmo sabendo que na maioria dos casos estas famílias possuem um grande número de membros, este critério é importante porque não é adotado nas políticas habitacionais tradicionais[6].

A tabela 1 mostra que 42,8% dos domicílios dos três conjuntos possuem dois dormitórios; 32,7% apenas um dormitório e 24,4% três dormitórios. Quando este dado é cruzado com o número de membros das famílias residentes (tabela 2), observa-se que a média de moradores por dormitório no total dos conjuntos é de 2,18, ou seja, mais de duas pessoas por dormitório. Esta relação altera-se tanto de conjunto para conjunto, quanto pela tipologia da habitação no que se refere à quantidade de dormitórios. Assim, considerando-se o total dos conjuntos, naqueles em que os domicílios apresentam apenas um dormitório a média de moradores por quarto é de 4,69, nos de dois dormitórios 2,02 e nos de três esta média cai para apenas 1,14. Tal situação mostra de forma clara que há um desequilíbrio na distribuição das famílias, segundo a sua dimensão, pela tipologias de moradias disponíveis. Quando observamos este fato para cada conjunto, constatamos que o Recanto dos Humildes é o que apresenta o maior desequilíbrio nesta distribuição, pois a média de pessoas por dormitório na casas de um só quarto é de 5,30, enquanto que nas de três dormitórios é de 1,14. Isto explica-se pelo fato de que as casas de um dormitório são embriões construídos para abrigar as famílias de risco das regiões de Pirituba/Perus, Freguesia do Ó e de Santana/Vila Maria/Vila Guilherme, enquanto a casas de três dormitórios são aquelas construídas por mutirão ou por auto construção, tendo em conta a demanda dos movimentos de moradia. Isto relaciona-se, de um lado, ao fato de as famílias originárias das favelas em área de risco serem mais numerosas que as pertencentes aos movimentos de moradia, que por sua vez, por possuírem maior poder de poupança, conseguem construir casas maiores - no

[6] Veja-se a respeito em Veras, 1980.

caso das unidades auto construídas; e de outro que a política ao atender de forma emergencial aos casos de risco não atentou para o número de pessoas das famílias.

Uma outra questão observada nos "embriões" é que em alguns casos, quando as famílias conseguem ampliar sua casa, preferencialmente verticalizada, o andar de cima e destinado para outra família - pela necessidade de geração de renda -, ou cedem este espaço para parentes que moravam em outros locais.

Com relação à média de moradores por domicílio por conjunto, também apresentada na tabela 2, constata-se considerando o total dos conjuntos, que esta foi de 4,14. No no Recanto dos Humildes, este valor foi de 4,22, no Rincão de 4,25 e no Delamare de 3,80. Foi ainda extraida uma informação mais detalhada para os conjuntos Recanto dos Humildes e Rincão da Penha, que se justifica pelo fato de neles existirtem famílias provenientes de favelas em áreas de risco, teriam um maior número de filhos e que necessitariam de uma habitação maior (hipótese que se confirmou). Observando a tabela 3 constata-se que a média de moradores por dormitório exclusivamente das famílias provenientes de áreas de risco de Pirituba/Perús e da Freguesia do Ó, no Recanto era de 6,60 pessoas por dormitório e das provenientes do rua do Túnel para o Rincão de 2,17. Já a média de pessoas por domicílio na primeira área é de 6,60 (isto devido a existencia de apenas um dormitório) e da segunda de 4,33, devido as unidades terem dois dormitórios. Para o Delamare tal destaque não foi feito, porque toda demanda do conjunto é da favela Heliópolis, como já foi destacado.

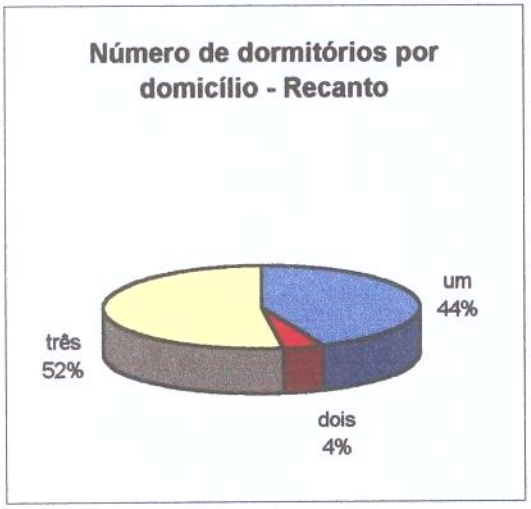
Tais dados mostram que há uma desigual distribuição das famílias pelas tipologias disponíveis nas áreas investigadas, sendo especialmente grave a condição daquelas provenientes das favelas de risco da região de Pirituba/Perus e da Freguesia do Ó. A título de comparação, a pesquisa sobre a Condição de Vida na Região Metropolitana de São Paulo, no aspecto habitação, desenvolvida pela Fundação SEADE [7] destaca que um dos critérios de precariedade da moradia é o do uso de outros cômodos como dormitório e isto deve-se pelo elevado número de moradores por domicílio, ou a inadequabilidade do mesmo para abrigar famílias. Esta pesquisa apontou também que 100% dos domicílios em favela e cortiços tem a habitação situação precária e que esta situação de precariedade em 75,1% deles são devidos a uma inadequabilidade entre a composição familiar e o número de cômodos, ou seja, que grande parte da precariedade da moradia deve-se a inadequabilidade entre o número de pessoas e o número de dormitórios no domicílio. Se esta é a realidade nas áreas faveladas, era de

[7] Fundação SEADE, 1992

Tabela 1

NÚMERO DE DORMITÓRIOS POR DOMICÍLIO

conjuntos		Recanto		Rincão		Delamare		Total	
		n	%	n	%	n	%	n	%
número de quartos	um	10	43,5	0	0,0	6	60,0	16	32,7
	dois	1	4,3	16	100,0	4	40,0	21	42,8
	três	12	52,2	0	0,0	0	0,0	12	24,4
total		23	100,0	16	100,0	10	100,0	49	100,0



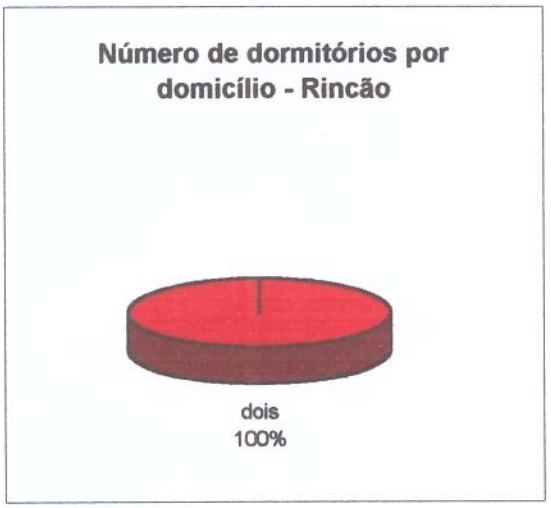
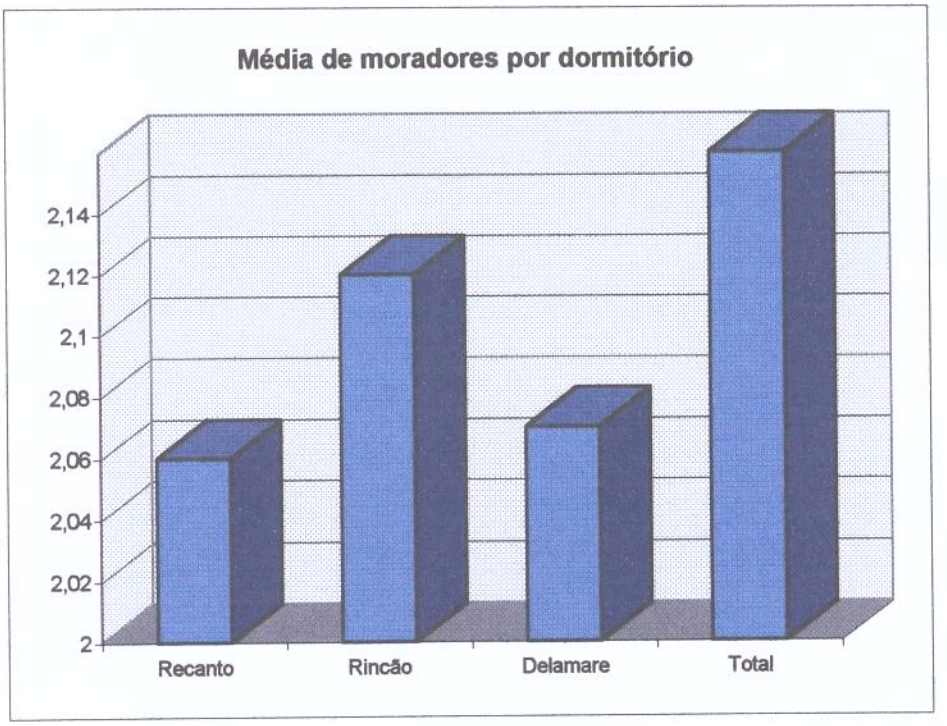


Tabela 2

NUMERO DE MORADORES POR DORMITÓRIO

	núm. de morad/dormitório				média de morad./dormitórios				média de mor./
	1	2	3	total	1	2	3	total	domicílio
Recanto	53	3	41	97	5,30	3,00	1,14	2,06	4,22
Rincão	0	68	0	68	0,00	2,12	0,00	2,12	4,25
Delamare	22	16	0	38	3,67	2,00	2,02	2,07	3,80
Total	75	87	41	203	4,69	2,02	1,41	2,16	4,14



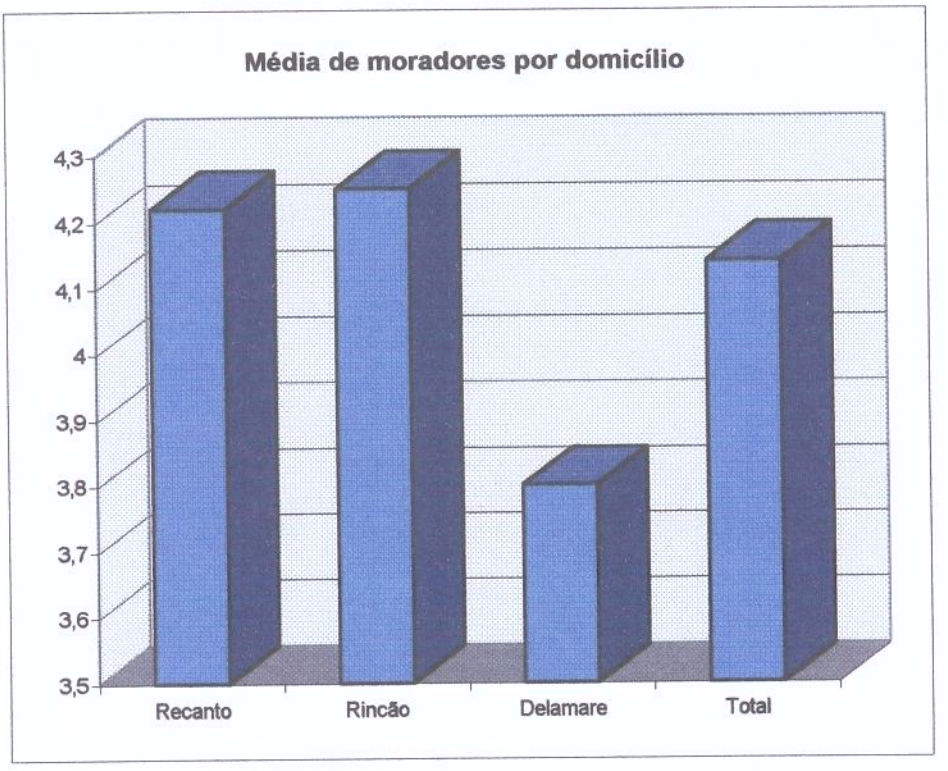
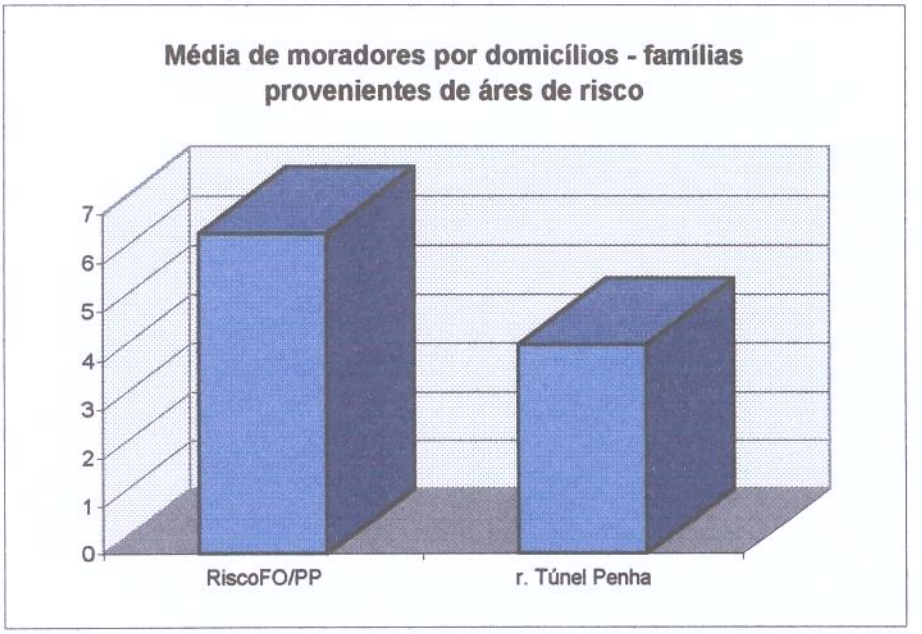


TABELA 3

NUMERO DE MORADORES POR DORMITÓRIO E POR DOMICÍLIO DAS DEMANDAS DE RISCO DA FREGUESIA DO Ó/PIRITUBA-PERUS E DA RUA DO TÚNEL - PENHA

	n. de pessoas por dormitório			média de pessoas por dormitório			média de pessoas por domicílio
n. de dorm.	1	2	3	1	2	3	
RiscoFO/PP	33	0	0	6,60	0,00	0,00	6,6
r. Túnel Penha	0	26	0	0,00	2,17	0,00	4,33



se esperar que a condição de vida da família deveria melhorar, quanto a este aspecto, nos novos conjuntos, isto é, que a política de habitação além de avançar quantos aos conceitos arquitetônicos e urbanísticos, previsse esta realidade e promovesse uma real alteração no adensamento dos novos conjuntos o que poderia alterar a qualidade de vida.

3.2. A condição da casa e a satisfação de morar

Com relação à condição do domicílio anterior, a tabela 4 mostra que 34,7% do total dos moradores das três áreas viviam anteriormente em casa alugadas, 26,5% em barracos em área de risco, 22,5% em barracos de madeira em favela, não considerandas como áreas de risco e 16,6% em outras situações. O destaque das informações constantes nesta tabela, está na expressiva presença de moradores provenientes de aluguéis nos conjuntos Recanto e Rincão (47,8% e 37,5%, respectivamente). Isto acontece por estas demandas serem dos movimentos de moradia da Zona Oeste e da Zona Leste II, que compõe-se em sua maioria de famílias que não possuíam condições de para seus aluguéis.

Quanto a região anterior de moradia, tabela 5, a grande maioria do total dos entrevistados nas três áreas, 77,5%, tinham como origem a própria região onde localiza-se o conjunto. Cabe ressaltar que estamos utilizando como conceito de região a unidade territorial compreendida pela HABI Regional, que por sua vez é semelhante as das Administrações Regionais. Isto implica em dizer que, apesar de estarem em "uma mesma região", não significa que o conjunto fique próximo da casa anterior.

O conjunto que apresenta a maior quantidade de moradores de origem em outra região é o Recanto dos Humildes, onde 39,13% das famílias não eram apenas de Pirituba/Perus, mas também de Santana, Vila Maria e Vila Guilherme. Existe ainda no Recanto 4,35% de famílias provenientes de outras cidades, que lá foram morar por convite de parentes residentes no conjunto. O contrário desta situação é o Delamare, onde 100% das famílias vieram da própria região, que no caso é a favela Heliópolis. Neste sentido, este conjunto é o que apresenta a maior adequabilidade de localização quanto à origem das famílias, enquanto o Recanto é o de pior localização, como pode ser observado a cima[8].

[8] Cabe ressaltar que o conjunto Delamare deve ser considerado na verdade um projeto de verticalização de favela.

As tabelas de 6 a 8 mostram três situações quanto a moradia, quais sejam: a satisfação dos moradores quanto ao lugar e a casa anterior em que as famílias moravam, se havia algum lugar ou algum aspecto especial onde moravam e se existe algum lugar ou algo especial no conjunto em que moram hoje. Para ambas as situação do lugar e da casa anterior, a situação atual é sempre considerada melhor que a anterior (tabelas 6 e 7), porém isto é mais evidente com relação à casa, onde 85,71% dos entrevistados afirmaram ser a casa anterior pior que a atual (tabela 6), enquanto que 53,06% afirmaram que o local anterior era pior que o atual (tabela 7).

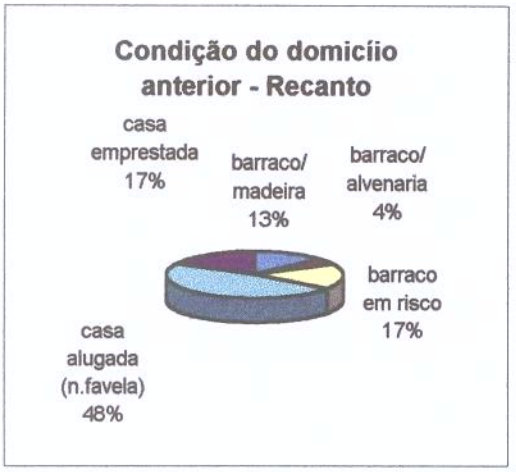
Segundo as respostas dadas, as razões do lugar anterior ser considerado pior devem-se na sua maioria por estar em áreas de risco (45,7%) e por esta mal localizada (41,7%). Com relação à casa, as razões da anterior ser julgada pior devem-se, em 39,0% dos casos, pelo fato de que era barraco de madeira, 19,5% por estar em área de risco e 17,1% por ser pequena. Entre os conjuntos a impressão sobre a situação anterior varia muito, principalmente quanto ao lugar. Por exemplo, se no Delamare 100% dos entrevistados afirmaram que o lugar anterior não era melhor, no Recanto este valor cai para 26,09%, ou seja, apenas um quarto dos moradores consideraram que morar no conjunto é melhor que morar no lugar anterior. No Rincão a maioria dos moradores afirmaram que morar no conjunto é melhor que no lugar anterior, com 62,5% das respostas. Observa-se, portanto, que maior insatisfação com o novo lugar recai sobre o Recanto (se computarmos o total de questionários aplicados 34,7% das respostas "sim, o lugar anterior era melhor do que o atual" foram dadas neste conjunto), enquanto que a maior satisfação está no Delamare. Como explicação para a insatisfação com relação ao Recanto, deve-se à sua localização, pois 50,0% dos motivos que levaram a esta situação deveram-se ao fato de que o lugar anterior era melhor localizado que o atual, retomando a questão da não centralidade do conjunto aliado a existência de demanda não originária da região. Questão totalmente inversa para o caso do Delamare.

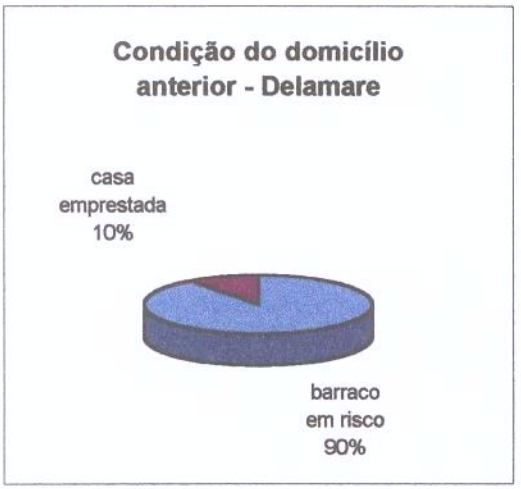
Com relação à casa a situação é bastante diferente. Como foi colocado, 85,71% dos entrevistados afirmaram que a casa atual é melhor do que a anterior. Mas o fato mais ilustrativo ocorreu, mais uma vez, no Recanto, pois somente 4,34% das respostas indicavam a casa anterior como melhor, ou seja, se existe uma insatisfação com relação ao conjunto esta não ocorre com relação à casa, como acontece no Rincão e no Delamare (principalmente no primeiro), onde 70,0% das respostas informam que a casa anterior era melhor porque era maior e 20,0% porque a casa era terrea e individual (ou seja não era apartamento). Verificamos uma aparente contradição, porque foram exatamente nas casa de um dormitório do Recanto que se encontrou o maior adensamento na relação moradores por dormitório. Uma explicação para tal fato pode

TABELA 4

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR

condição do domicílio	Recanto		Rincão		Delamare		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
barraco/madeira	3	13,0	8	50,0	0	0,0	11	22,5
barraco/alvenaria	1	4,4	0	0	0	0,0	1	2,0
barraco em risco	4	17,4	0	0	9	90,0	13	26,5
casa alugada (n. favela)	11	47,8	6	37,5	0	0,0	17	34,7
casa emprestada	4	17,4	0	0	1	10,0	5	10,2
outros	0	0,0	2	12,5	0	0,0	2	4,1
total	23	100,0	16	100,0	10	100,0	49	100,0





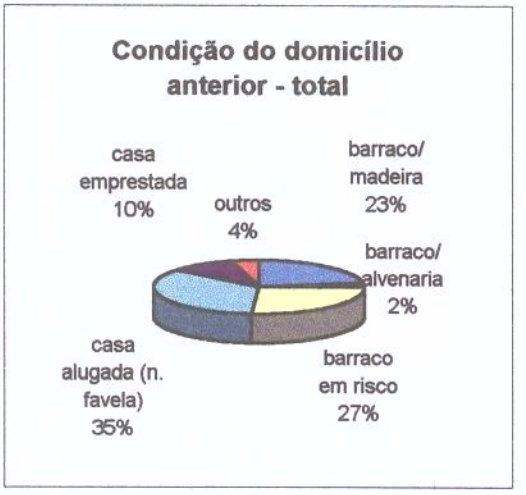
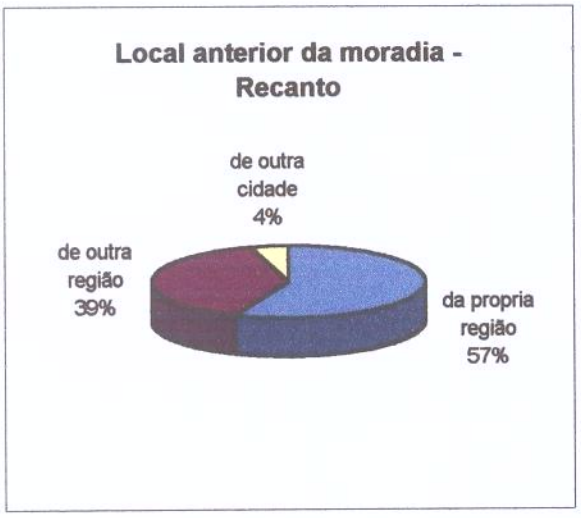


TABELA 5

LOCAL ANTERIOR DE MORADIA

situação anterior	Recanto		Rincão		Delamare		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
da propria região	13	56,52	15	93,75	10	100,0	38	77,50
de outra região	9	39,13	1	6,25	0	0,0	10	20,40
de outra cidade	1	4,35	0	0,0	0	0,0	1	2,10
Total	23	100,0	16	100,0	10	100,0	49	100,00



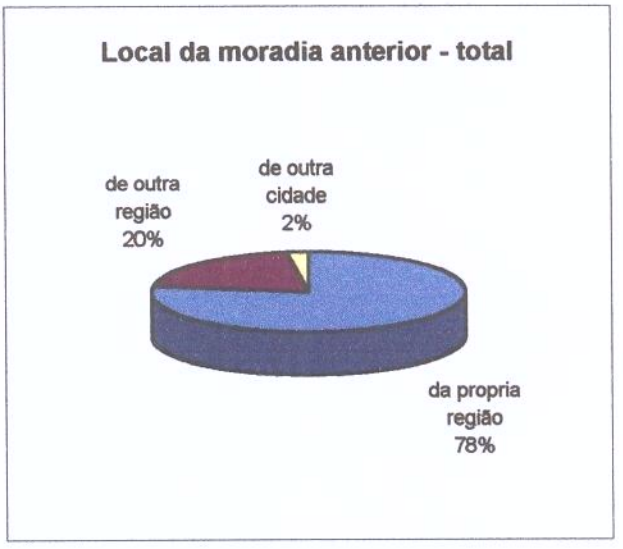
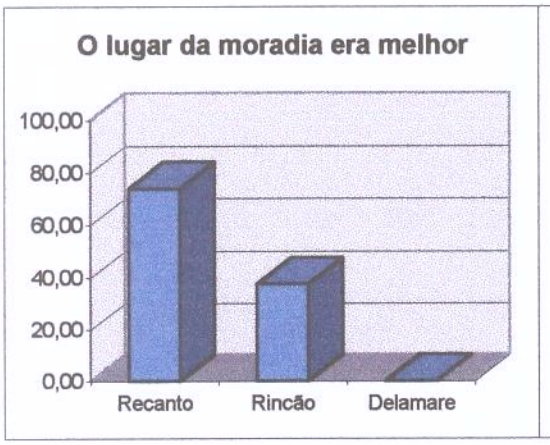
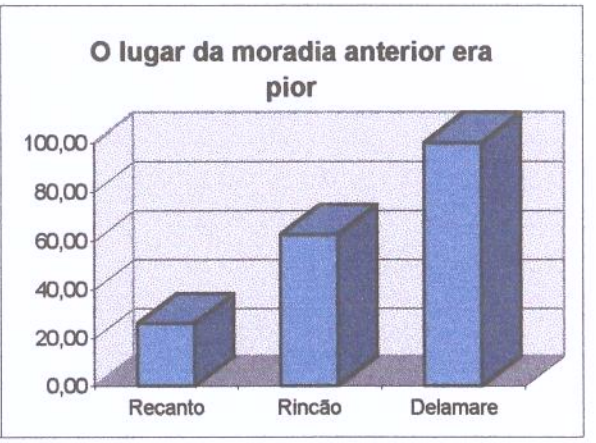


TABELA 6

SE O LUGAR ANTERIOR DE MORADIA ERA MELHOR QUE A ATUAL

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	numero	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	17	73,91	73,92	34,7	6	26,09	23,08	12,24
Rincão	6	37,50	26,02	12,24	10	62,50	38,46	20,41
Delamare	0	0,00	0,00	0	10	100,00	38,46	20,41
Total	23		100,00	46,94	26		100,00	53,06





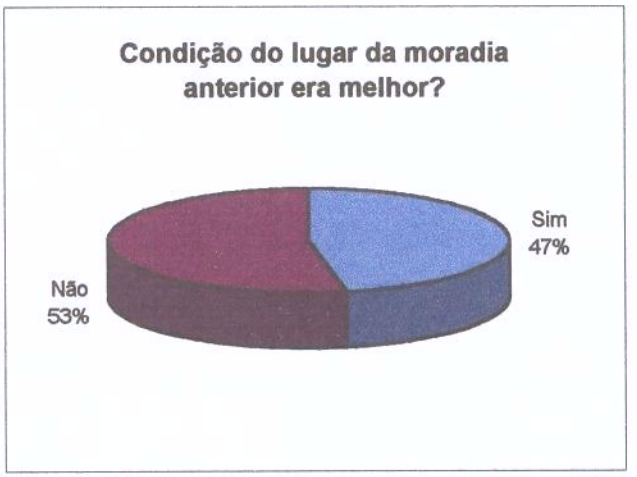


TABELA 6

Se sim, porque era melhor

motivos	%
era melhor localizado	50,0
já tinha acostumado	11,5
a vizinhança era boa	7,7
outros motivos (dispersos em oito razões)	30,8

Porque o lugar da moradia anterior era melhor

Se não, porque

motivos	%
era área de risco	45,7
estava mal localizada	41,7
outros motivos	12,6

Porque o lugar da moradia anterior era pior

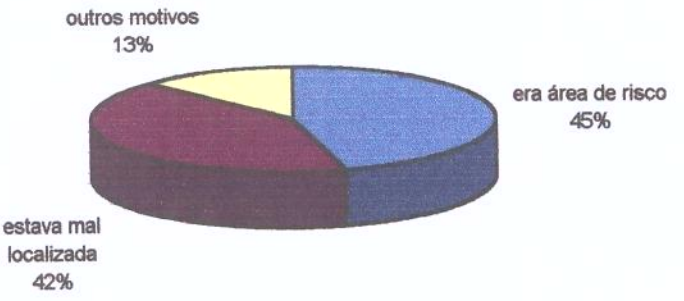
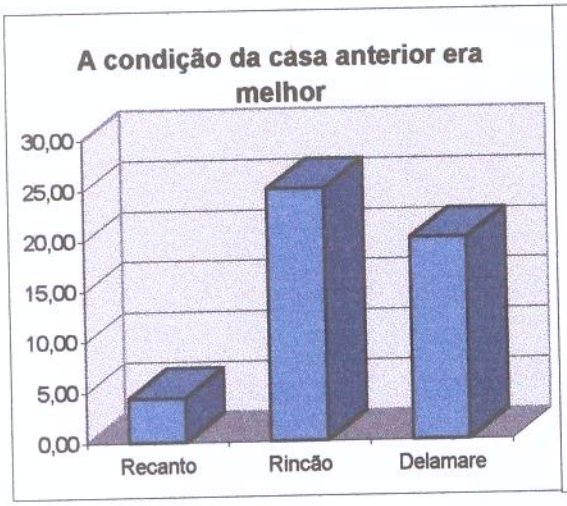


TABELA 7

SE A CASA ANTERIOR ERA MELHOR QUE A ATUAL

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	número	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	1	4,35	14,29	2,04	22	95,65	52,38	44,89
Rincão	4	25,00	57,14	8,16	12	75,00	28,57	24,49
Delamare	2	20,00	28,57	4,08	8	80,00	19,05	16,33
Total	7		100,00	14,29	42		100,00	85,71



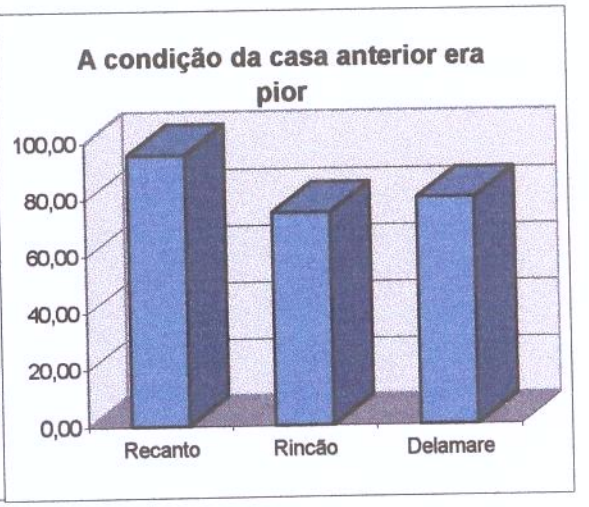
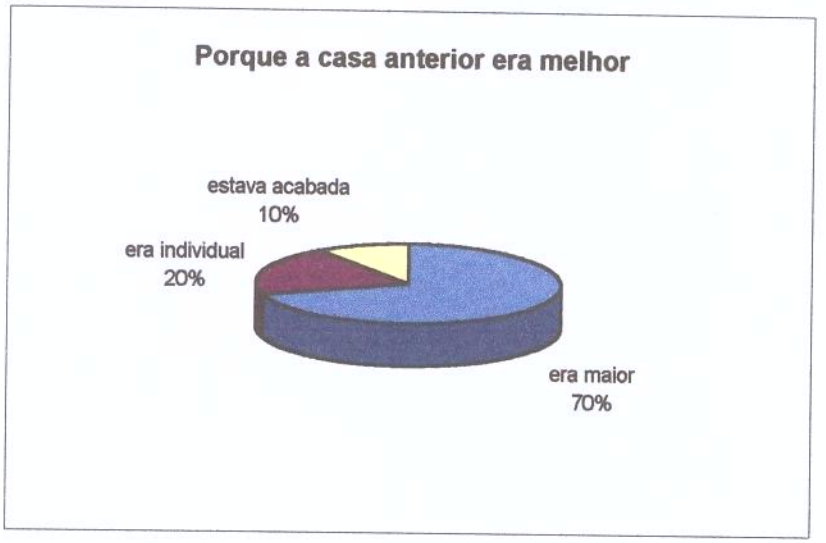


TABELA 7

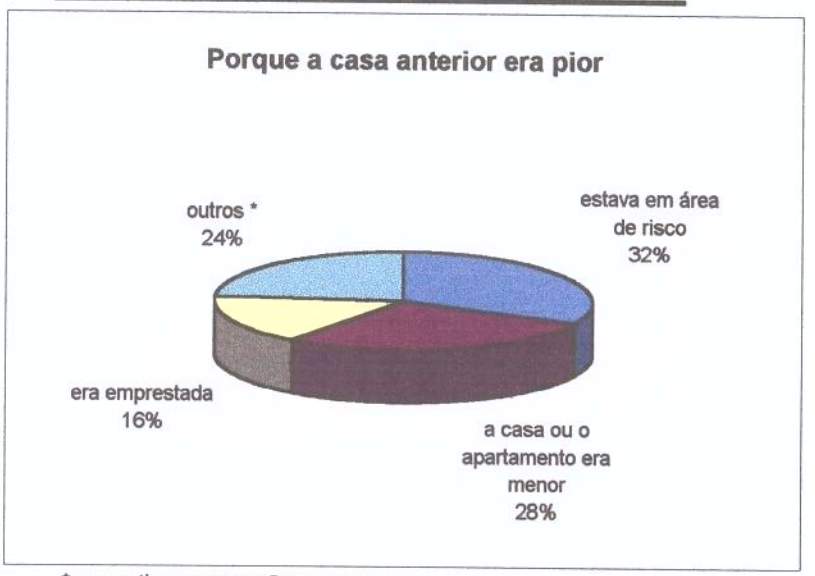
Se a casa anterior era melhor, porque?

motivo	%
era maior	70,0
era individual	20,0
estava acabada	10,0



Se a casa anterior era pior, porque?

motivo	%
era barraco de madeira	39
estava em área de risco	19,5
a casa ou o apartamento era menor	17,1
era emprestada	9,8
outros *	14,6



*era cortiço, a casa não era sua,
a casa estava estragada.

estar na história dessas famílias, que após serem removidas das áreas de risco foram abrigadas inicialmente em escolas e depois, por mais de um ano e meio, ficaram morando em containers[9] de metal localizados, num primeiro momento, em terreno da COHAB na Vila Nova Cachoeirinha e posteriormente na gleba do Recanto dos Humildes. Sem infra-estrurura adequada de água, luz e esgoto, as famílias revoltavam-se constantemente contra aquela situação extremamente precária e reivindicaram solução urgente para a condição em que viviam. A mudança para os embriões, apesar de seu pequeno tamanho representou um grande alívio para as famílias. Por este motivo, pensamos, é que a casa atual aparece como melhor que anterior, apesar do andensamento, o que mostra o sentido relativo da satisfação.

Outra explicação para esta situação também pode ser dada pelo fato da tipologia da moradia no Recanto ser uma casa, enquanto que nos outros dois conjuntos serem apartamentos. Existe uma certa resistência das famílias dos movimentos de moradia pela opção de morar em apartamentos, pois a conquista da casa está também muito ligada à da terra. A fração ideal do terreno imbutido nos apartamentos parece algo extremamente abstrato para eles. Um outro estranhamento com relação aos apartamentos também refere-se ao não acesso direto à rua, que em muitos casos sempre foi extensão da casa (o lugar das conversas, das brincadeiras das crianças, transformam a rua em lugar tão íntimo como a sala, por exemplo).

É neste contexto que ao procurarmos averiguar se havia referências de afinidade, tanto no lugar anterior de moradia, quanto no conjunto, questionou-se se existia para os moradores alguma coisa especial nestes locais. Os resultados que estão expressos nas tabelas 8 e 9, mostram que para os entrevistados somente no lugar anterior é que existia algo de especial do qual sentiam falta (tabela 8), porque com relação à nova situação de moradia praticamente não fizeram referências sobre algo ou algum lugar especial. Apesar da referência ou lugar anterior, ela também não se mostrou intensa, pois somente um terço (30,6%) das respostas afirmaram que existia esta "coisa especial" no lugar onde moravam anteriormente.

[9] A alternativa de assentamento dos moradores em containers, que normalmente são utilizados em obras, deveu-se à urgência de remoção das famílias de áreas de risco. O problema é que a condição de assentamento neste containers era emergencial e deveria durar poucos meses, porém com a falta de conjuntos já edificados, as famílias foram obrigadas a esperar todo o processo de desapropriação de terra, de elaboração de projeto e de sua construção (com as respectivas fases de licitação). O que ocorreu é que a infra-estrutura de água, luz e saneamento não recebeu a devida manutenção e foram deteriorando-se, tornado a já difícil vida nestes lugares, algo insuportável.

As reclamações foram sobre a inexistência de lugares de lazer no conjunto (referência que também aparecerá quando perguntados sobre quais os problemas deste conjunto), saudades da vizinhança, inexistência de quintais (lugares para se fazer plantação), assim como outros motivos, como saudades de uma árvore florida, porque nasceu naquele bairro, ou porque existia um bar ou clube que costumavam ir. Nos conjuntos o que apresentou maior porcentagem de que havia algo especial no lugar anterior, foi o Recanto dos Humildes, onde 47,8% das respostas expressaram esta situação, enquanto que o que apresentou menor porcentual com relação e esta resposta (6,7%) foi o Delamare. Esta variação confirma as sensações de insatisfação com relação ao Recanto e de satisfação entre os moradores do Delamare. Porém a grande porcentagem de respostas (no total) sobre a inexistência de significados e lugares espaciais anteriormente, indica que os moradores possuíam poucos vínculos com aqueles lugares (ou ao menos não verbalizaram tais vínculos) e que a transferência para os novos "espaços" não representou uma grande ruptura nos aspectos que se referem ao vínculo.

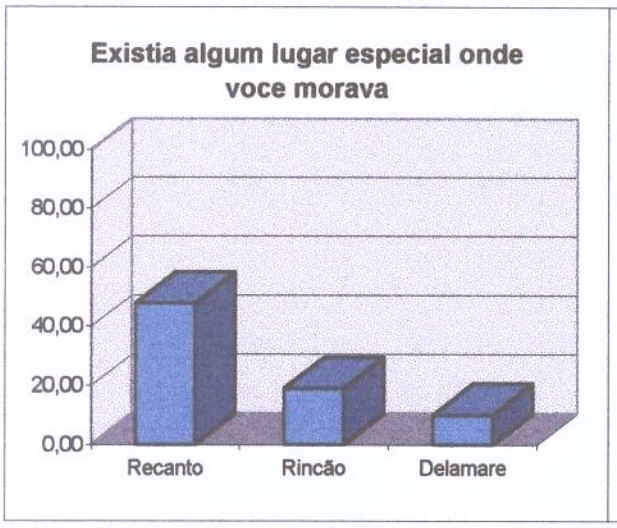
Mas o fato marcante está na resposta sobre a situação atual (tabela 9), pois praticamente 100% das respostas para todas as áreas afirmam que não existe nada de especial no conjunto. A única manifestação sobre o "sim, há algo de especial", ocorreu no Rincão, e refere-se a uma casa noturna freqüentada por adolescentes, aproxima do conjunto. Portanto não há referências simbólicas, cuja expressão seja o construído ou o físico em nenhum dos casos analisados. Esta situação remeteu a uma outra abordagem sobre esta questão, pois a hipótese que seria a mais provável para esta situação nos novos conjuntos, relacionaria-se ao pouco tempo de moradia das famílias nas áreas (dois anos, no máximo). Mas esta hipótese merece uma discussão sobre qual seria, e na verdade se há, o tempo necessário para a "criação" de símbolos de vínculos com o lugar. Isto porque, como foi visto, a inexistência de tais vínculos, ou a sua não explicitação, também estão expressos nas respostas dadas para o lugar de moradia anterior (tabela 8).

Portanto, a questão que está colocada é que esta aparência, ou não explicitação, de não vinculos, expressos na falta de lembranças de referências simbólicas com lugar

TABELA 8

EXISTIA ALGUM LUGAR ESPECIAL NO LUGAR EM QUE MORAVAM

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	numero	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	11	47,80	73,30	22,50	12	52,20	35,3	24,5
Rincão	3	18,80	20,00	6,10	13	81,20	38,2	26,5
Delamare	1	10,00	6,70	2,00	9	90,00	26,5	18,4
Total	15		100,00	30,60	34		100,00	69,4



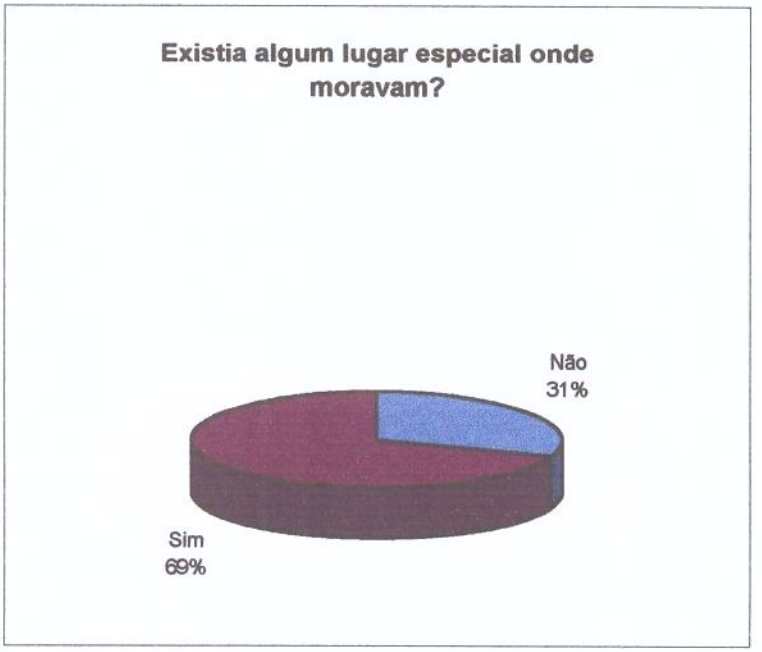


TABELA 8

Se existia algum lugar importante, porque?

Motivo	%
lugar de lazer	26,6
presença de boa vizinhança	20
dava para fazer plantação	13
outros (árvore florida, nasceu no bairro e bar/clube)	20,1

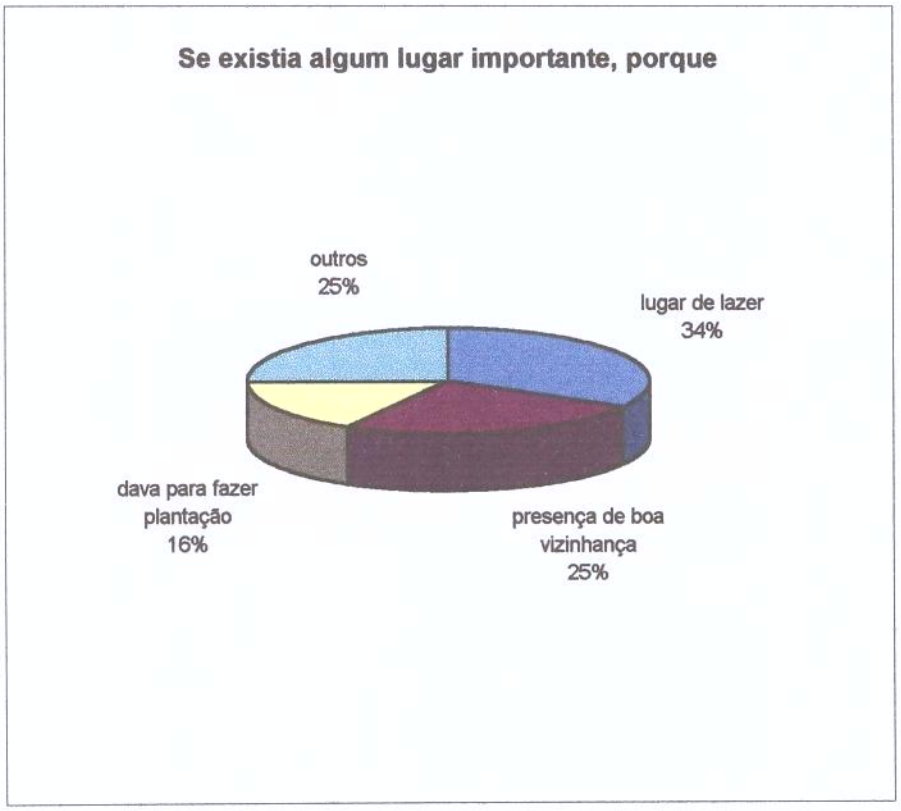
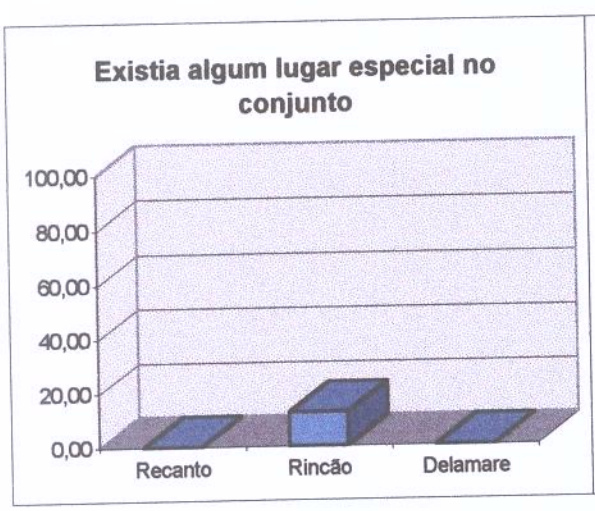


TABELA 9

SE EXISTE ALGUM LUGAR ESPECIAL NO CONJUNTO

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	numero	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	0	0,00	0,00	0,00	23	100,00	48,93	46,94
Rincão	2	12,50	100,00	4,08	14	87,50	29,79	28,57
Delamare	0	0,00	0,00	0,00	10	100,00	21,28	20,41
Total	2		100,00	4,08	47		100,00	95,92



anterior de moradia, pode estar relacionada às formas pelas quais este "sentido de lugar" foi construído pelos moradores. O "lugar de morar" é a expressão que designa um espaço que possui uma "função" específica, qual seja: a de morar, de residir, de habitar e no limite de viver. É sobre este significado do vivido que as lembranças do "lugar passado" podem estar permeando as experiências nos conjuntos, e foi sobre este processo - o que traziam do passado - que procurou-se observar entre os moradores. A inexistência explícita, na forma como verbalizaram, de lugares de referências - simbólicos edificados - não significa a inexistência de vínculos, isto por que a expressão na lembrança do "lugar passado" está carregada de experiências acumuladas de conquistas ou de lutas pela moradia. A forma como isto explicita-se como significado simbólico está na compreensão de que estes novos lugares de morar foram e são construídos por "muros que não proibem"[10], mas que são a concretização de suas lutas e viabilidade de suas utopias - "são muros que permitem a utopia". É neste sentido que deve-se compreender a construção do lugar nos novos conjuntos: como memória de luta e sobrevivência.

3.3. A participação institucional dos moradores

O processo de conquista da moradia e a constituição desta memória da qual falamos, foram exercitados no interior dos movimentos de moradia, sejam eles de grande expressão - o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra -, de expressão local - de uma determinada favela, por exemplo -, ou a luta isolada e solitária dos moradores dos containers. Compreender como se deu este processo entre os moradores e como isto ocorria na nova situação de moradia, foi o objetivo deste tópico da pesquisa.

A importancia deste "diagnóstico" deve-se tanto às questões até aqui levantadas - a existência dos vinculos através da memória de luta -, quanto pelo fato de que apesar de grande parte da demanda dos conjuntos ter participado destes movimentos de moradia como militantes, muitos dele os abandonaram após a conquista da casa. A aspecto já bastante discutido quando analisa-se a dinâmica dos movimentos sociais de cunho reivindicatório. Uma outra questão observada nos contatos com aos moradores é que no caso da sua "continuidade" nos conjuntos, deste movimentos mudam sua forma de ação, tornam-se "burocráticos".

---

[10] "A cidade eriça-se de paredes e signos que proibem." Fremont 1980:44

As tabela de 10 a 15 mostram os resultados de questões sobre a participação anterior à mudança em movimentos de moradia, quais eram estes movimentos e quem da família participava, se não participavam como conseguiram a casa (visto que foram os movimentos que indicavam quais famílias se mudariam para as novas moradias).

Para a pergunta sobre se participavam ou não de movimentos de moradia antes da mudança, 81,6% dos entrevistados responderam que sim (tabela 10) e 18,4% que não. Por conjuntos, o Rincão foi o que apresentou maior porcentagem de respostas de participação com 93,8% do total, ficando o Delamare com mais baixo percentual, com 70,0%. Entre os movimentos mais citados estão o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste I (que abriga os moradores do Recanto dos Humildes), o Movimento de Moradores da Favela do Heliópolis, (dos moradores do Delamare), Movimento Filhos da Terra e os dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste II (também dos moradores do Recanto dos Humildes); e entre os menos citados o Movimento Caixa d'Água, de Moradia do Jardim Nordeste e dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Leste II, todos pertencentes à demanda do Rincão. Ainda existiram 12,5% que pertenciam ao outros movimentos e 5,0% que não lembram nem do nome dos movimento que participavam (o que nos faz duvidar de sua participação ativa, já que não se constituiram como identidade coletiva). Quanto a esta variável 50,0% das referências de movimentos aconteceu por parte dos moradores do Recanto dos Humildes, que agregou grupos de três regiões da Zona Norte, como foi visto. Porém o conjunto em que houve maior participação entre os moradores foi o Rincão.

Considerando qual membro da família participava nos movimentos, tanto os chefes[11], quanto as esposas representavam 40,0% do total, no caso em que toda família participava este valor foi de 12,5%, o casal 5,0% e quando somente os filhos participavam, este volor foi de apenas 2,5% do total.

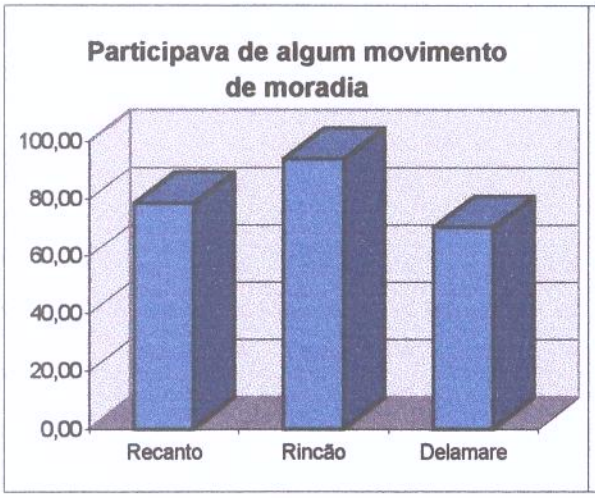
Se comparados os resultados das respostas da tabela 10 com a resposta sobre se existe movimento hoje no conjunto (tabela 11), observa-se que no total, a grande maioria respondeu que sim, 79,6%; sendo também neste caso o Rincão que apresenta o maior percentual entre os conjuntos, pois 100% dos entrevistados afirmaram ter movimento hoje na área. Este valor foi de 90,0% no Delamare e 60,9% no Recanto. Portanto, numa primeira impressão parece que a conquista da moradia não arrefeceu a existência de movimentos nas áreas. Porém observando-se os dados contidos na tabela 12, notamos que há uma queda na participação atual das famílias nos movimentos de

[11] Foram considerados chefes as mães que não viviam com os pais de seus filhos e as mulheres sozinhas.

TABELA 10

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO DE MORADIA ANTES DE MUDAREM-SE PARA O CONJUNTO

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	número	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	18	78,30	45,00	36,70	5	21,30	55,60	10,20
Rincão	15	93,80	37,50	30,60	1	6,20	11,10	2,10
Delamare	7	70,00	17,50	14,30	3	30,00	33,30	6,10
Total	40		100,00	81,60	9		100,00	18,40



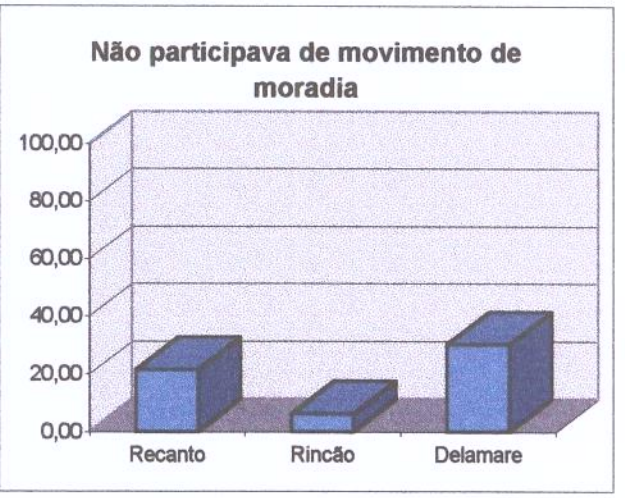


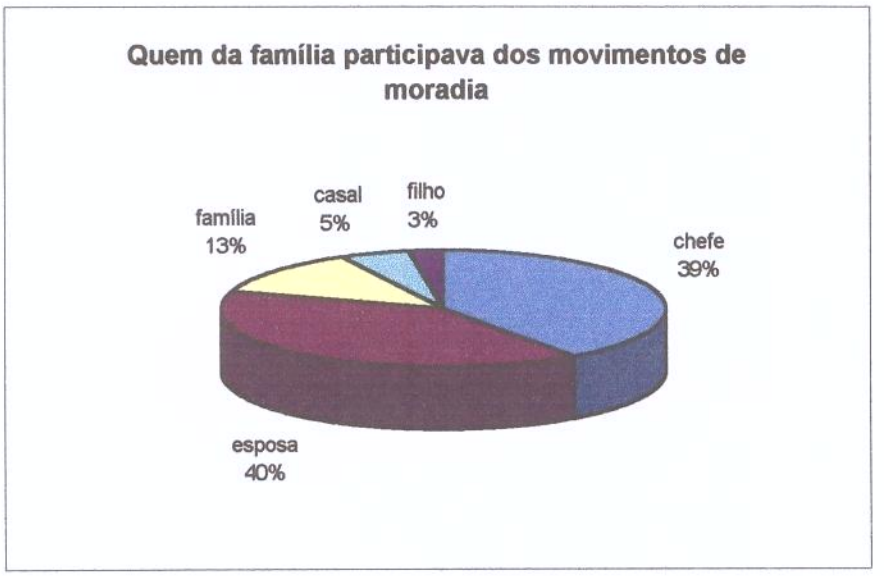
TABELA 10

Se sim, quem da família participava

Quem participava	%
chefe	40,0
esposa	40,0
família	12,5
casal	5,0
filho	2,5

Se sim, em qual movimento

movimento	%
Sem Terra Oeste I	30,0
Mov. Morad. Heliópolis	17,5
Filhos da Terra	12,5
Sem Terra Oeste II	7,5
Caixa d'agua/Sem Terra Leste II	5,0
Jd. Nordeste/ não lembra	
Outros	12,5



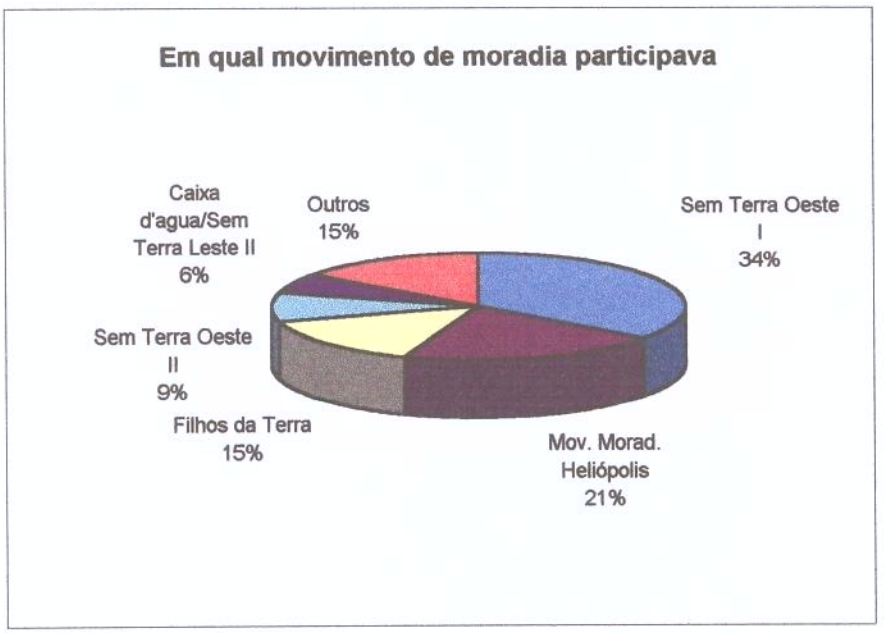


TABELA 10

Se não participava, como conseguiu a casa?

motivo	%
66,7% área de risco	66,2
11,1% comprou	11,1
11,1% despejo	11,1
11,1% amigo chamou (arranjou)	11,1

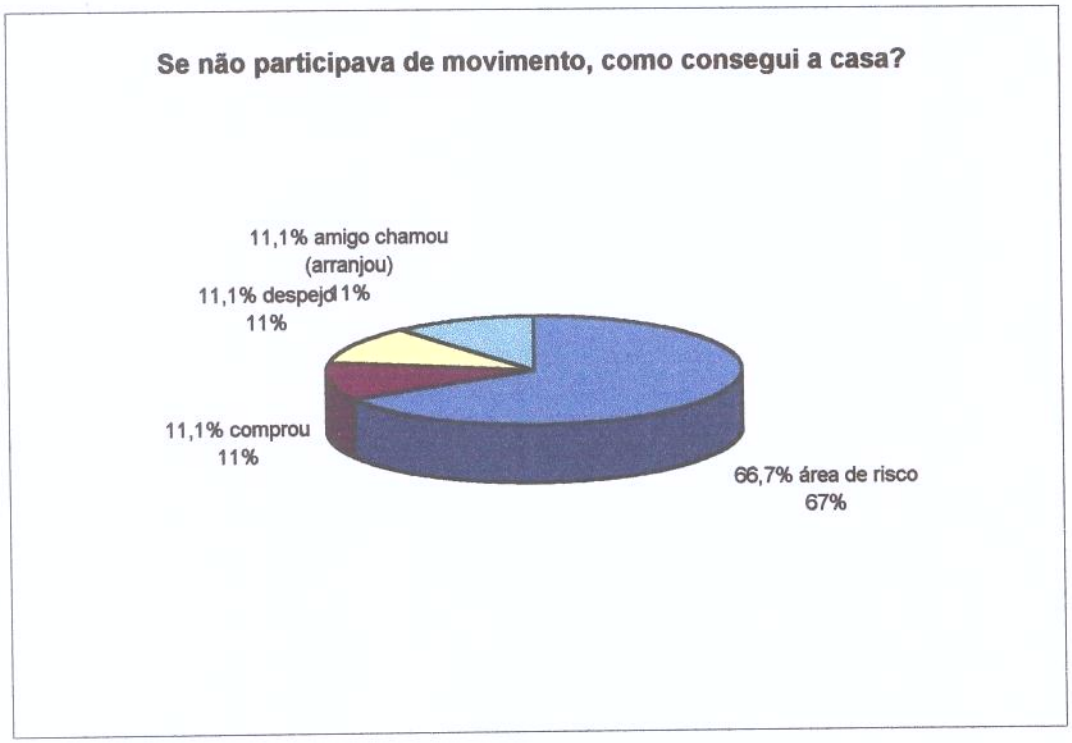
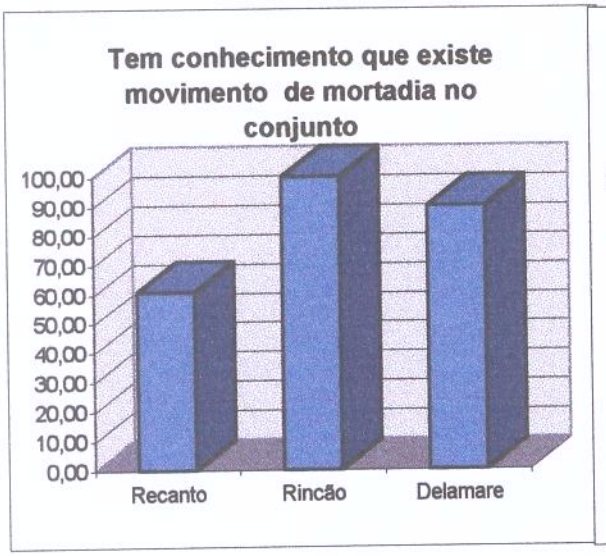


TABELA 11

EXISTE ALGUM MOVIMENTO DE MORADIA NO CONJUNTO?

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	numero	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	14	60,90	35,90	28,60	9	39,10	90,00	18,40
Rincão	16	100,00	41,00	32,60	0	0,00	0,00	0,00
Delamare	9	90,00	23,10	18,40	1	10,00	10,00	2,00
Total			100,00	79,60	10		100,00	20,40



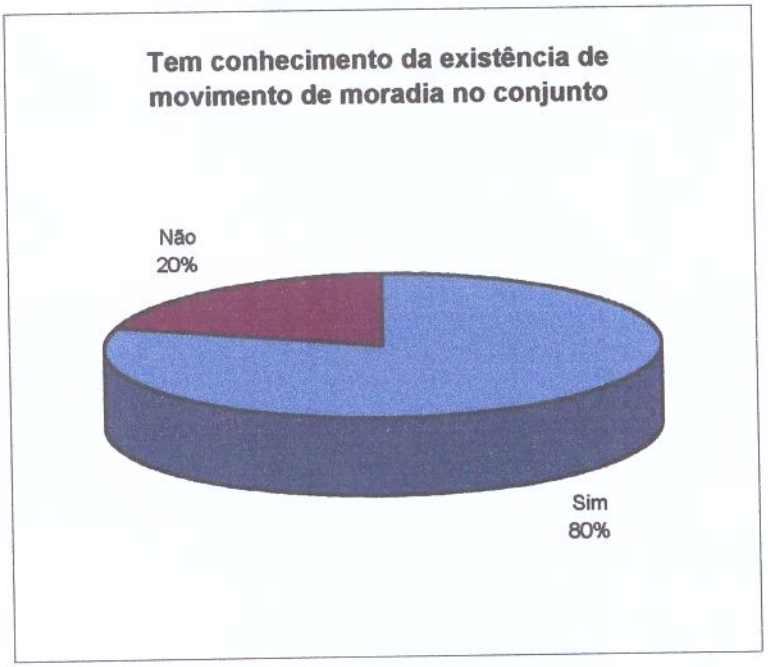
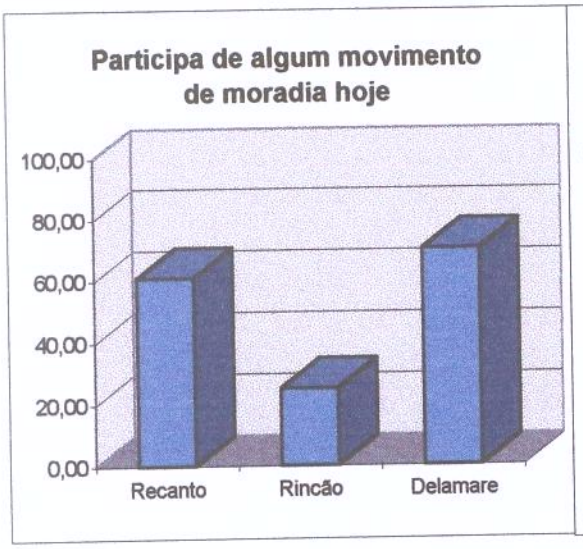


TABELA 12

PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO DE MORADIA DEPOIS DE MUDAREM-SE PARA O CONJUNTO

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
		no conj.	no total do sim	no total geral		no conj.	no total do não	no total geral
	numero	%	%	%	número	%	%	%
Recanto	14	60,90	56,00	28,60	9	39,10	37,50	18,40
Rincão	4	25,00	16,00	8,20	12	75,00	50,00	24,50
Delamare	7	70,00	28,00	14,20	3	30,00	12,50	6,10
Total	25		100,00	51,00	24		100,00	49,00



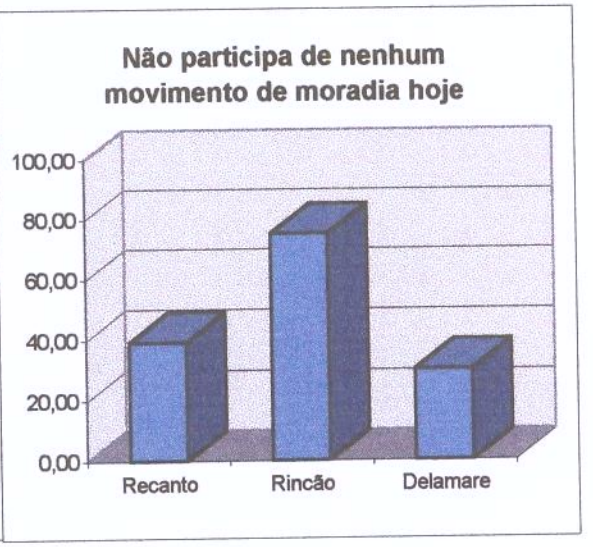


TABELA 12

Quem participa

Quem participa	%
chefe	52,0
esposa	32,0
família	4,0
casal	4,0
filho	4,0
irmã	4,0

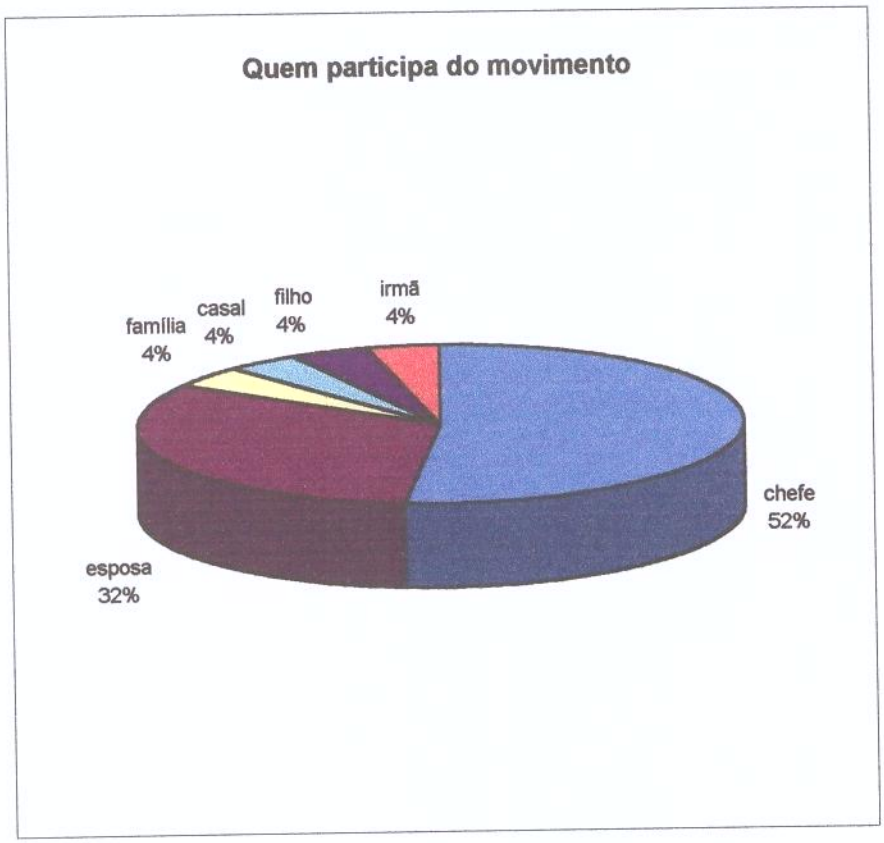
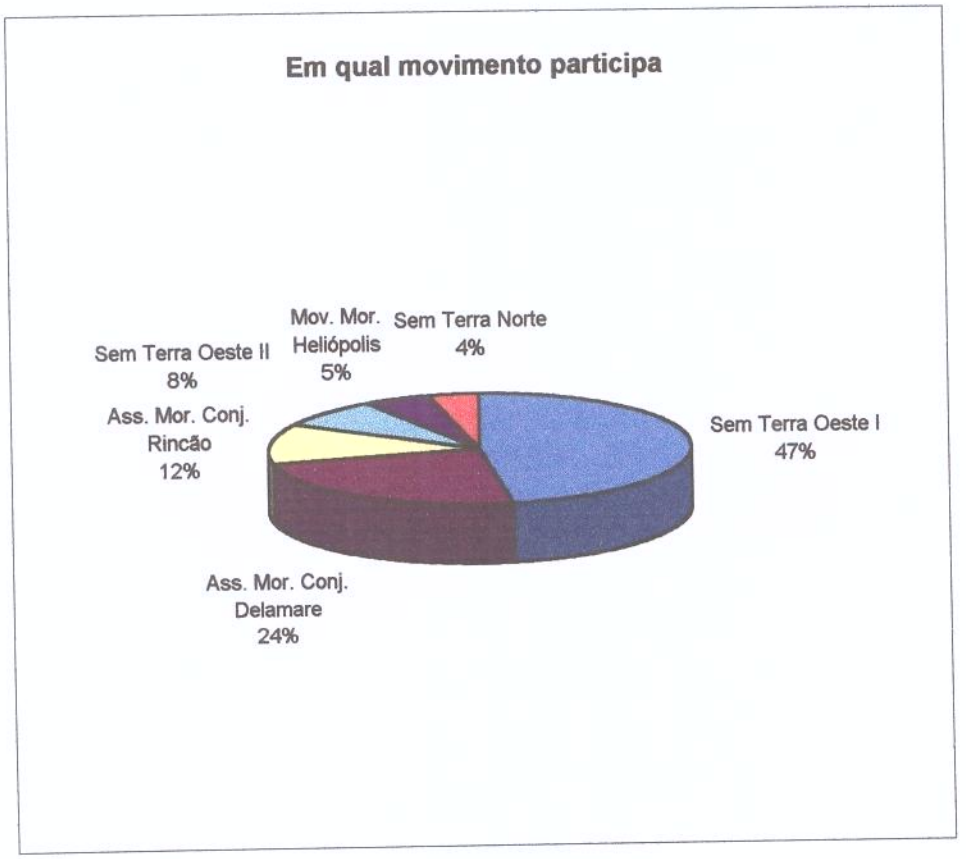


TABELA 12

De que movimento participa

movimento	%
Sem Terra Oeste I	48,0
Ass. Mor. Conj. Delamare	24,0
Ass. Mor. Conj. Rincão	12,0
Sem Terra Oeste II	8,0
Mov. Mor. Heliópolis	5,0
Sem Terra Norte	4,0



moradia. Se na situação anterior mais de 80,0% dos entrevistados afirmavam participar de movimentos, hoje este valor cai para 50,0%, ou seja, a queda de 30,0% verificada mostra que não houve uma ampliação das conquistas para outros participantes.

Observando esta realidade pelos conjuntos, constatamos que a maior queda ocorre no Rincão, pois se na situação anterior 93,8% participavam, hoje este número é de apenas 25,5%. O caso curioso ocorre no Recanto dos Humildes onde os valores são iguais para aquele que afirmaram conhecer a existência de movimentos e para os que hoje participam, isto explica-se porque a grande maioria dos entrevistados faziam parte do Movimento dos Sem Terra da Zona Oeste I, que continuava presente na área com grupos de mutirantes. No caso do Delamare não há queda, porque todos que afirmaram participar do movimento, ainda continuam participando.

As justificativas para a não continuidade de participação em movimentos aparece na tabela 13. O motivo mais citado, tomando o total dos conjuntos, refere-se ao fato de ter já conseguido a casa, 33,3%. Depois aparecem a falta de tempo, porque não se interessa mais, por não gostar do grupo e porque nunca foram convidados - todos com 11,1% de participação no total. Considerando que a falta de interesse pode estar relacionadas ao fato de já ter conseguido a casa, este motivo signica quase a metade das razões pela não continuidade na participação de movimentos. O Rincão foi o conjunto onde houve maior manifestação quanto a esta questão, representando 72,2% das respostas dadas. Apesar dos motivos mais recorrentes para a não participação serem os mesmos que aparecem no total dos conjuntos, neste conjunto ocorreu uma justificativa curiosa e única, que é o fato dos entrevistados alegarem que a sua não participação deve-se por não terem sido convidados a fazer parte do movimento (15,4% das respostas). No Recanto estão presentes como justificativa a conquista da moradia, a falta de tempo, falta de conhecimento da existência de movimento no conjunto, a falta de perspectiva - esta última que caracteriza uma situação de descrédito quanto ao futuro, independentemente ou não da existência da ação de um movimento -e porque houve uma separação no grupo ("racha" no movimento) - resposta que só apareceu nesta área.

Tais dados mostram com clareza que cada conjunto possui uma realidade distinta quanto ao papel e atribuições que os moradores dão aos movimentos de moradia, principalmente quando retira-se dele a figura de mediadores, ou de canal de conquista das reivindicações de seus membros.

As discussões a serem feitas sobre este processo, devem entender que entre os moradores existe a lembrança de que o movimento obteve vitorias. Esta é uma lembrança que remete ao sentido coletivo e, portanto, ao sentimento de pertencimento ao grupo, que, por sua vez reforça a memória coletiva. Neste sentido, o fato da diminuição da participação não parece ser a questão mais grave, pois tem que se compreender que o movimento mudou, que seu caráter é outro, porque os seus objetivos mudaram e consequentemente, alteraram-se também as formas e estratégias de participação. O que nos parece grave foi o constatado anteriormente, que é o fato de não ter havido uma ampliação das conquistas - da memória da conquista e do sentido de coletivo - para outros moradores.

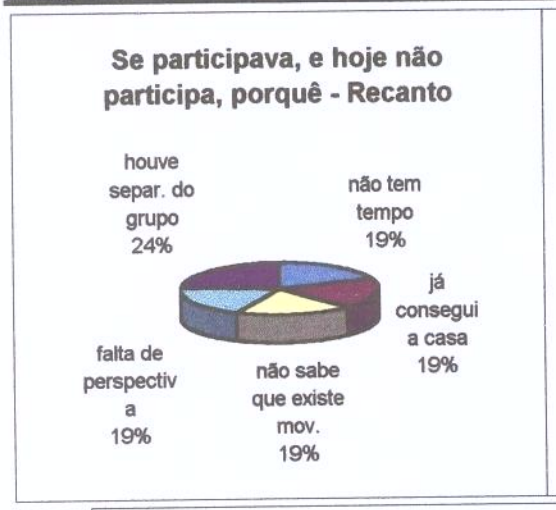
Isto tudo acaba por estabelecer uma diferença entre estes moradores que não veêm o edificado, a construção, o físico como simbolo das "paredes que proíbem", mas ao contrário, estas paredes significam conquista e lembrança, são memória. São memória de uma conquista que ultrapassa a conquista possível oferecida, por exemplo, pela esfera do mercado. Por isso o conjunto não é só imagem, mas é também memória. O aprendizado vivenciado pelos moradores nos movimentos de moradia possibilitou uma concepção do espaço particular - lugar de luta e conquista - que não é possível em um processo de aprendizado que não seja o coletivo. Isto, nos parece, é o que diferencia o universo do vivido entre os conjuntos habitacionais analisados, das demais formas de edificação de conjuntos habitacionais populares. Foram estes os grandes ganhos da política implementada pela HABI.

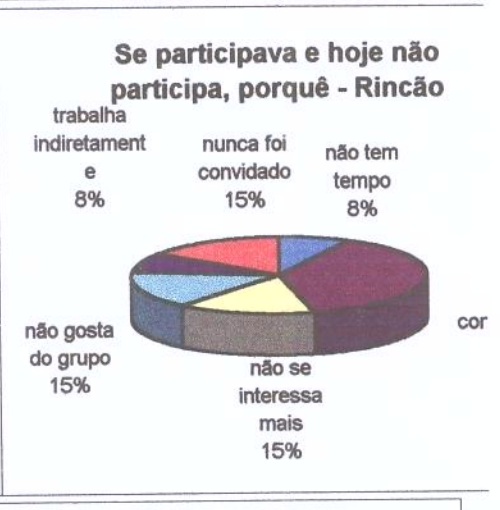
As questões sobre o conhecimento da existência de movimentos no conjunto e se é possível identificar uma liderança neste conjunto e a razão pela por que esta pessoa é líder complementam o quadro de como se dão as relações de participação nos conjuntos. Como foi colocado, a grande maioria dos entrevistados afirmou ter conhecimento de movimentos de moradia nos conjuntos em que moram, mas apenas 50,0% dizem que participam atualmente deles. As razões da não participação, como também foi visto, variam da conquista da casa ao desconhecimento de existência de movimentos. Consideramos que não há contradição nestas respostas, pois foi perguntada a razão da não participação atual apenas aos que antes de mudarem-se participavam de movimentos. Mas o principal indicador, além da consciência da existência do movimento, para a afirmação da complexidade das relações no interior dos conjuntos, está na resposta sobre o conhecimento de lideranças nas áreas (tabela 14) e as razões pelas quais estas pessoas eram consideradas lideres (tabela 15). 75,5% das respostas afirmam conhecer uma pessoa que é líder no conjunto (valor muito

TABELA 13

SE PARTICIPAVA ANTERIORMENTE E HOJE NÃO PARTICIPA, POR QUE?

Motivo	Conjunto						
	Recanto		Rincão		Delamare		Total
	n	%	n	%	n	%	n
não tem tempo	1	20,0	1	7,7	0	0,0	2
já consegui a casa	1	20,0	5	38,6	0	0,0	6
não sabe que existe mov.	1	20,0	0	0,0	0	0,0	1
não se interessa mais	0	0,0	2	15,4	0	0,0	2
não gosta do grupo	0	0,0	2	15,5	0	0,0	2
falta de perspectiva	1	20,0	0	0,0	0	0,0	1
trabalha indiretamente	0	0,0	1	7,7	0	0,0	1
nunca foi convidado	0	0,0	2	15,4	0	0,0	2
houve separação do grupo	1	25,0	0	0,0	0	0,0	1
total	5	100,0	13	100,0	0	0,0	18
total geral	5	27,8	13	72,2	0	0,0	18





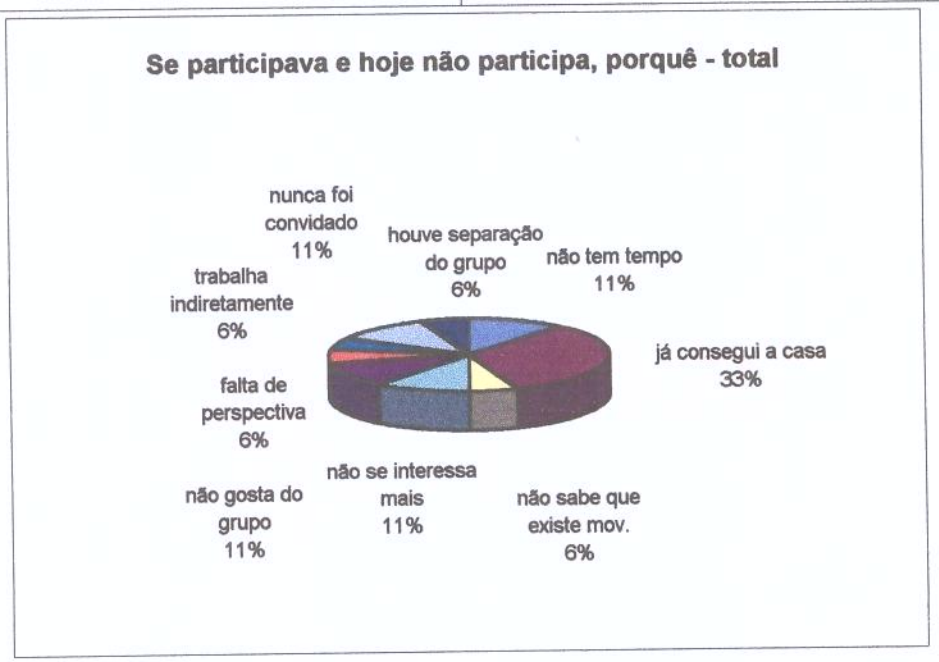
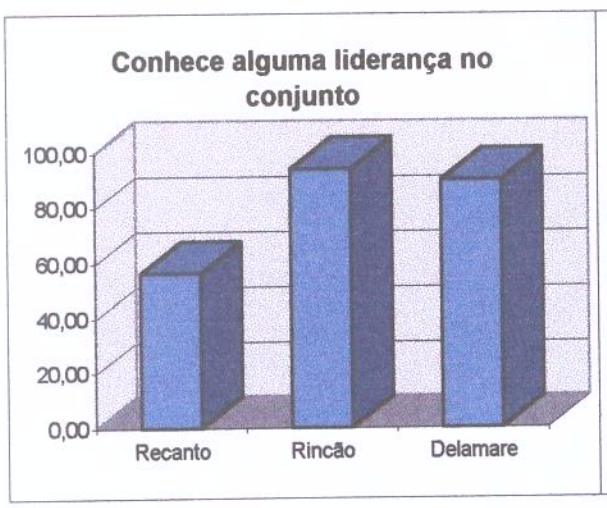
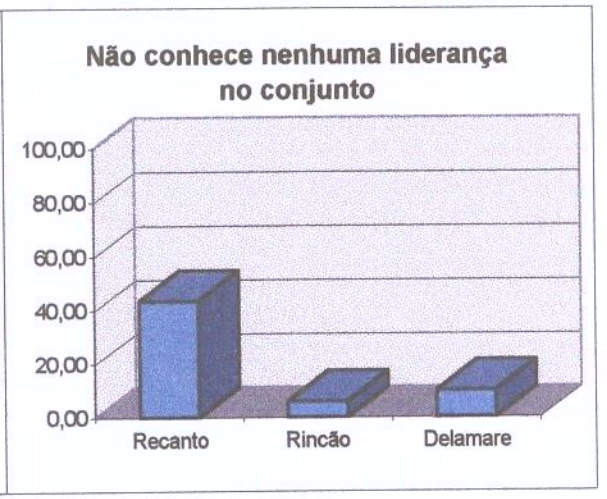


TABELA 14

CONHECIMENTO DE ALGUMA LIDERANÇA NO CONJUNTO

conjunto habitacional	SIM				NÃO			
	numero	no conj. %	no total do sim %	no total geral %	número	no conj. %	no total do não %	no total geral %
Recanto	13	56,50	35,10	26,50	10	43,50	83,40	20,50
Rincão	15	94,00	40,60	30,60	1	6,00	8,30	2,00
Delamare	9	90,00	24,30	18,40	1	10,00	8,30	2,00
Total	37		100,00	75,50	12		100,00	24,50





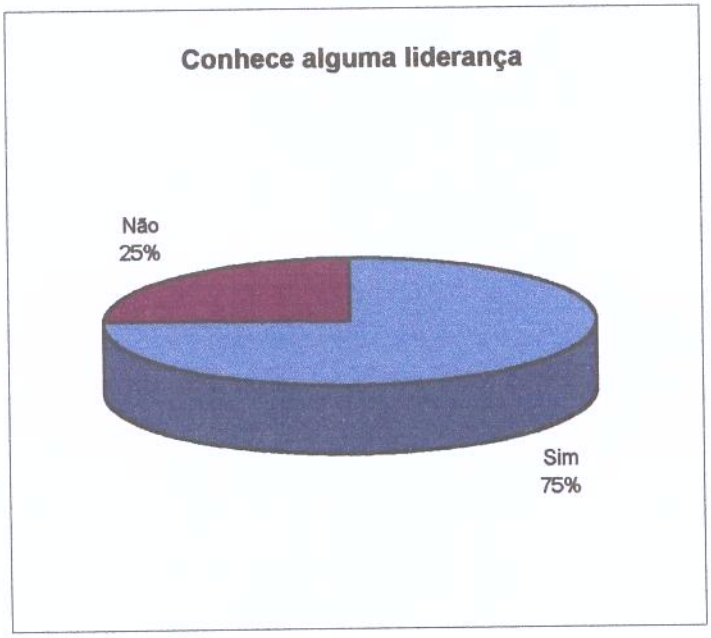
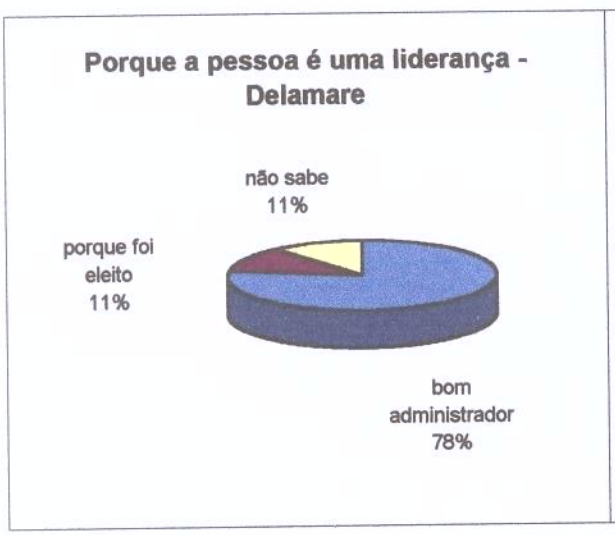
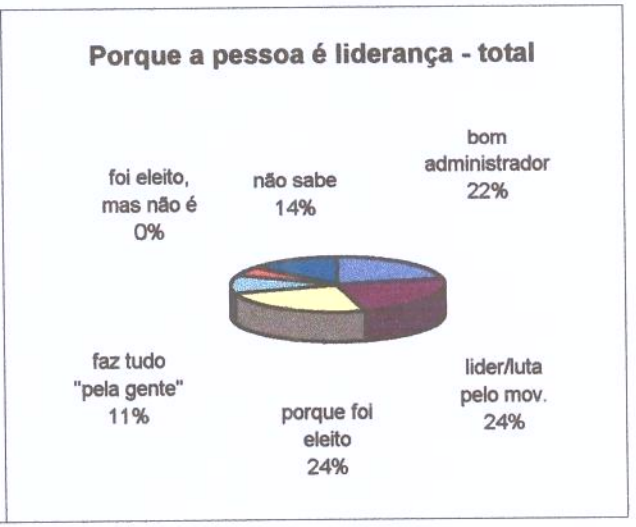


TABELA 15

POR QUE A PESSOA É UMA LIDERANÇA

razão de ser líder	Recanto		Rincão		Delamare		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
bom administrador	0	0,00	1	6,70	7	77,80	8	21,60
lider/luta pelo mov.	8	61,50	1	6,70	0	0,00	9	24,30
porque foi eleito	0	0,00	8	53,30	1	11,10	9	24,30
faz tudo "pela gente"	4	30,80	0	0,00	0	0,00	4	10,80
foi eleito, mas não é legítimo	0	0,00	2	13,30	0	0,00	2	5,50
não sabe	1	7,70	3	20,00	1	11,10	5	13,50
total	13	100,00	15	100,00	9	100,00	37	100,00





próximo dos 79,6% que afirmaram saber da existência de movimentos no conjunto), porém as razões pelas quais eles são reconhecidos como lideranças é que indicam diferenças de dinâmica. Se no Recanto há um reconhecimento da liderança porque "luta pelo movimento" (61,5%das respostas), no Rincão a maior quantidade de razões são porque o "líder foi eleito", mesmo por aqueles que não o consideram legítimo (66,6% das respostas) e no Delamare, porque é um "bom administrador" (77,8%).

Este quadro mostra que o papel de liderança e dos movimentos alterou-se adequando-se à nova realidade imposta por uma nova necessidade, que é no limite, viabilizar a vida no condomínio. A situação mais clara quanto à redefinição do papel da liderança (segundo a ótica dos moradores), como bom administrador, ocorre no Rincão, onde houve respostas que declararam que a atribuição de liderança somente acontece pelo fato de ter sido eleito. Porém 13,3% não o consideram legítimo, pois não confiam ou não gostam dele. Apesar dessa "ilegitimidade" ainda reconhecem a importância do papel que assume enquanto a pessoa que administra o conjunto, que nesta conjuntura significa ser "lider".

A redefinição do papel da liderança parece claro entre os moradores dos conjuntos, pois se observado o total de suas, somente 13,5% não sabem o motivo da pessoa ser um líder, sendo mais evidente no Rincão (20% da respostas). A única excessão da não alteração das atribuições da liderança, enquanto uma pessoa vinculada à luta pela moradia, num sentido mais global que inclui a discussão sobre os direitos de cidadania, ocorre no Recanto dos Humildes, entre a demanda do movimento dos Sem Terra da Zona Oesta I. Tal excessão deve-se, como já foi colocado, à continuidade do processo de mutirão, que ainda estava em andamento no momento da pesquisa. A necessidade de quem encaminhe e organize o trabalho comunitário e associativo e por estar mais próximo dos mutirantes, participando do seu cotidiano, explicaria a não alteração do perfil da liderança pelos moradores.

Assim com excessão do Recanto dos Humildes onde há uma clara referência à liderança por sua luta pelo movimento - a presidente de uma das associações de mutirão -, nos demais casos a designação do líder foge a qualquer característica de vinculação da pessoa aos movimentos na fase em que ainda lutavam pela casa, e isto não ocorre por acaso. Quem fazia parte do movimento de moradia na fase de luta pela área era a esposa e não o Sr Edson (do Ricão), atual líder da área. Por problemas administrativos o presidente da Associação de Moradores do Rincão, criada a partir do grupo dos Sem Terra da Zona Leste II, foi deposto, assumindo em processo eleitoral o Sr. Edson, que candidatou-se ao cargo independentemente de não ter feito parte

diretamente da associação originária. A situação do Delamare é mais ilustrativa, porque o conjunto ficou por mais de um ano e meio sem uma associação de moradores, porque não haviam lideranças que estivessem dispostas a incentivar um processo de organização dos moradores. O fato é que esta associação só veio a ser criada pelo Sr. Rudinei, que comprou um dos apartamentos de uma das famílias removidas da Favela Heliópolis. Após lançar a idéia e viabilizar a criação de um condomínio para o conjunto, candidatou-se a síndico sendo eleito. Imediatanente após a sua posse contratou uma empresa especialisada em assessoria à administração de condomínios, que segundo a sua informação, é a mesma que assessora os condomínios dos conjuntos habitacionais da COHAB em Itaquera.

Vê-se, nestes acontecimentos, uma clara mudança dos papéis que os movimentos assumem após a consolidação dos assentamentos. Como o conjunto expressa uma realidade que redefine a condição das necessidades dos indivíduos, esta redefinição acaba por permear o universo das relações organizativas e políticas dos movimentos. Trata-se, portanto, de uma mudança radical que altera a natureza e os objetivos do "movimento original", demandando a sua reformulação, que esta clarificada no papel e na designação de que é o "lider".

Numa perspectiva complementar espera-se que na medida em que o conjunto se integre ao urbano, a expressão política de sua representação ultrapasse os seus muros (mais uma metáfora para a eliminação dos muros que proíbem), e passe a ser a de políticos ou lideranças dos bairros ou regiões onde inserem-se esses conjuntos. Isto é o que ocorre no Recanto dos Humildes, quando alguns moradores citam um vereador da região como a liderança da área. A ampliação das "fronteiras das expressões políticas" para a além dos limites fisicos dos conjuntos pode, por seu lado, estar mostrando um reconhecimento de que o conjunto é também a cidade, o que reforça ainda mais a cidadania de seus moradores. São estes os aspectos nos parecem mais importantes da e nas realidades encontradas nas áreas invetigadas, ou seja, uma mudança no papel dos movimentos que apontam, de um lado, para a uma reorganização das estratégias de ação dos moradores quanto as formas e quem ira representa-los; e, de outro, para um reconhecimento de que estes conjuntos fazem parte da cidade e como tal sua representação política pode-se dar pelo poder local[12].

[12] Topalov lembra que "o espaço primeiro da democracia representativa é uma circunscrição territorial, um bairro. Ali votam os eleitores e os partidos constróem suas bases, é lá que podem ser educados e organizados os cidadãos." É também neste sentido que se coloca a integração do conjunto à cidade: quando seus moradores se interagem com a vida política nesta escala territorial que é o bairro, a região. Topalov, 1991:33.

Portanto, nos parece que a principal esperança depositada nestes projetos, é que a memória do processo de luta e conquista das áreas pudesse permear a vida cotidiana de seus moradores, vindo a ser um caminho para o encontro de uma nova cultura política para esta vida cotidiana nos conjuntos habitacionais populares. Ou seja, ser a construção da uma política da vida proposta por Giddens. A partir daí, questões como as que envolvem os problemas sobre a qualidade de vida, meio ambiente e a construção de uma identidade local (as atividades encaixadas ao lugar) poderiam aflorar, apontando, quem sabe, para o início do processo de construção da Realidade Utópica (de Giddens). Finalizar-se-ia, assim, um ciclo que começou nas propostas de uma política pública que pensou o problema da habitação popular de modo diferente e também que iniciou-se na busca da solução concreta das famílias para a falta de um lugar para morar.

3.4. A satisfação nas nova áreas

Finalizando esta análise da investigação nos conjuntos, as tabelas 16 e 17 apresentam os resultados do que são considerados os maiores problemas (tabela 16) e os melhores benefícios dos conjuntos (tabela 17). A partir do total das citações sobre os problemas dos conjuntos, foi comparada a participação de cada um dos conjuntos neste total. O Recanto dos Humildes foi o que apresentou o maior número, seguido pelo Rincão e Delamare (45,8%, 43,5% e 10,7% respectivamente). Porém como o número de questionários variou entre os locais pesquisados, para uma melhor avaliação de qual conjunto apresentou maior quantidade de queixas relativas, estabeleceu-se o número de problemas por questionários. O resultado obtido foi que entre os moradores, os do Rincão foram os que mais reclamaram de problemas, pois houve uma média de 3,56 reclamações por questionário, enquanto que a menor média foi entre os do Delamare com 1,55, ficando o Recanto com 2,60 (a média total foi de 2,67). Com relação às maiores queixas no total dos conjuntos, estas recaíram sobre a falta de áreas de lazer, representando 12,2% do total de citações e foram as únicas que aparecem com relativa expressão nas três áreas; sendo que nos casos do Rincão e do Delamare este foi o motivo da maior quantidade de reclamações. Estas referências apontam para um dos maiores problemas ambientais encontrados nos conjuntos do ponto de vista de seu projeto construtivo, que é a falta de áreas verdes que poderiam ser utilizadas como áreas de lazer. Tal problema possui uma dupla face que abarca a questão ambiental nos dois níveis de abordagem aqui tratados, além de terem uma mútua dependência. O primeiro nível de problemas, vinculado à esfera dos conceitos técnicos, é que nem sempre os locais projetados como áreas verdes podem ser apropriados como áreas de

lazer (como ocorre no Recanto dos Humildes devido à suas declividades, por exemplo) e quando estas são utitlizadas para este fins, em sua maioria são pequenas e ou mal localizados (como nos casos do Rincão e Delamare). O segundo, próximo do mundo vivido pelos moradores, é que por estas características das áreas verdes e pela própria dinamica de apropriação dos espaços dos conjuntos, as áreas de lazer são criadas, como as são no restante da cidade, em locais que são eleitos por estes moradores - as escadarias do Rincão pelos adolescentes, as áreas destinadas à equipamentos públicos pelos jogadores de futebol do Recanto dos Humildes e as ruas e vielas pelas crianças. Assim o exercício do lazer no mundo vivido dos conjuntos redefine os usos dos espaços, como acontece na cidade, onde nas dinâmicas sociais cotidianas incorporam as estratégias para o lazer encontradas pelas pessoas - do carrinho de rolimã, à pelada na rua, chegando aos esportes radicais como o da descida por corta pelos viadutos da cidade. A questão que se coloca e que está expressa da fala dos moradores, é que nestes projetos de conjuntos construídos pela HABI, tal problema deveria estar solucionados, ou melhor definidos.

Uma outra observação geral, é que na declaração dos moradores ouvidos, existiu uma maior quantidade de problemas caracteristicamente ligados aos aspectos construtivos, que foram denominados como físicos (24,4%) na variável "outras reclamações", se comparados com os demais, caracteristicamente "sociais" (6,9%).

Observando cada conjunto particularmente, temos o seguinte quadro:

1. No Recanto dos Humildes as maiores reclamações foram quanto a falta de telefones públicos e de linhas de ônibus no interior do conjunto, ambos com 13,3% das citações. *Outros problemas caracteristicamente físicos* também foram citados nesta mesma porcentagem, enquanto que os sociais ficaram com 1,7%. Outras referências foram: falta de creche com 11,7% e de áreas de lazer com 10,0%. Como pode ser observado as maiores queixas vinculam-se ao sentimento de isolamento - falta de telefones e linhas de ônibus 26,6% - o que vem reforçar os resultados encontrados nas tabelas 10 e 11, onde aparecem as relações de vínculo com a situação de moradia anterior e atual.

TABELA 16

MAIORES PROBLEMAS EXISTENTES HOJE NO CONJUNTO

problemas	Recanto		Rincao		Delamare		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
entupimento da tubulação	2	1,2	1	1,8	1	7,1	4	3,0
falta de áreas de lazer	6	10,0	7	12,3	3	21,4	16	12,2
enchente	0	0,0	7	12,3	0	0,0	7	5,3
falta de telef. público	8	13,3	0	0,0	0	0,0	8	6,1
falta de comércio	5	8,3	0	0,0	0	0,0	5	3,8
falta de linha de ônibus	8	13,3	0	0,0	0	0,0	8	6,1
falta de creche	7	11,7	2	3,5	0	0,0	9	3,8
falta de escola	5	8,0	0	0,0	0	0,0	5	6,1
falta de organ. dos morad.	3	5,0	1	1,8	2	14,3	6	6,9
consumo de drogas	0	0,0	6	10,5	0	0,0	6	3,8
falta de seg./policiamento	4	6,7	6	10,5	0	0,0	10	4,6
não tem	3	1,7	1	1,8	2	14,3	6	4,6
outros (físico)	8	13,3	19	33,3	5	35,7	32	24,4
outros (social)	1	1,7	7	12,3	1	7,1	9	6,9
total do conjunto	60	100,0	57	100,0	14	100,0	131	100,0
total geral	60	45,8	57	43,5	14	10,7	131	100,0
probl. por questionário	2,60		3,56		1,55		2,67	

outros físicos
fiação elétrica
conta de água e luz altas
falta de cimento no quintal
falta de asfalto na rua interna
falta de estacionamento
falta de manut./conservação
vazamento d'agua
falta de cobertura do córrego
telhado mal feito
falta de limpeza dos bueiros
vazamento do esgoto (interno)
falta do término da casa
casas geminadas
falta de árvores/áreas verdes
escadões destruídos
falta de luz nas vielas

outros sociais
falta de assistência da prefeitura
entrada de estranhos
falta de liberdade
fofoca de vizinhos
desobediência do regimento interno
falta de higiene dos vizinhos - vizinhos sujos

2. No caso do Rincão a falta de áreas de lazer é citada em 12,3% das respostas. Aparece também as enchentes como um fator de problema na área, como já apontado no item 2.2.1. quando avaliada a situação de localização física do conjunto. Surge com destaque problema vinculados ao consumo de drogas, com 10,5% das reclamações. Este foi o único conjunto onde apareceu esta variável e segundo alguns moradores este é um problema que existe naquele lugar mesmo antes da constituição do conjunto, ou seja, é um ponto de tráfico de drogas. Esta situação vincula-se a um outro tipo de problema, também exclusivo do Rincão (que insere-se entre os "outros sociais"), que é a constatação da freqüente entrada de estranhos na área. Uma outra variável que inclui-se entre estas "outras sociais" e que é exclusiva do Rincão, foi a falta de liberdade que existe na área. Tal referência foi feita por jovens que reclamam das regras rígidas impostas pelo condomínio, que proíbe, por exemplo, namoro nas escadas, conversa em grupos após as 22:00 hs nas áreas comuns, etc. Também no Rincão foi aonde apareceram as maiores variáveis de "outras causas físicas", ou seja, entre os problemas do conjunto eles representaram 33,3% e do total dos "outros físicos" 59,37%. Esta situação indica que apesar da condição da moradia ser melhor no conjunto do que a anterior (tabela 7), existem vários problemas de ordem construtiva que ainda não foram solucionados. Ocorreram ainda dois casos singulares, que foram as citações (que na verdade vinculam-se), entre os "outros sociais" de que o maior problema ali existente era a presença de vizinhos sujos e a falta de higiene dos vizinhos, que caracteriza relações cotidianas conflituosas entre vizinhos, fato aliás comum em varias outras situações de moradia da cidade. Este dado é importante, pois juntamente com a questão da construção de estratégias para o exercício do lazer, o conflito de vizinhança explicita o quanto estes conjuntos (e neste caso em particular o Rincão) reproduzem a "vida da cidade" - porque ele está na cidade.

3. No Delamare ocorre um fato curioso, que não se repetiu de forma tão intensa nas outras áreas.Em 14,3% das respostas, foi citado de que lá não existia qualquer tipo de problemas. Outra curiosidade foi que outras 14,3% de respostas fizeram referência à falta de organização dos moradores como um problema (o outro conjunto em que esta variável aparece é o Recanto, com 5,0% das respostas). Outro destaque é que ainda existem 35,7% de citações nos "outros físicos" que fazem alusão, principalmente, ao fato das contas de água e luz serem caras (fato registrado somente nesta área), ficando as demais referências à falta de manutenção e conservação do conjunto e à vazamentos de água. Com estas características, a

situação do Delamare assemelha-se à do Rincão, onde apesar de uma melhoria da situação de moradia no conjunto, em relação a anterior, ainda existem muitos problemas na área que precisam ser resolvidos e que parece estar dando conta dessas necessidades não é o Poder Público, mas um morador, que, digamos, poderia ser denominado como empreendedor.

Aqui somente uma observação quanto a este caráter "empreendedor" do Sr. Rudinei. No início de 1993 o conjunto estava praticamente abandonado, sem a constituição de associação, ou qualquer forma de administração, como foi visto. As edificações estavam em estado precário e os locais de lazer totalmente abandonados. Com a criação da associação e a constituição de um condomínio (dentro de características burocráticas), as áreas de lazer estão sendo reformadas e iniciou-se a instalação de telefones nos apartamentos pelo sistema de PABX. É por este motivo que a concepção de administração do Delamare pouco se diferencia daquelas existentes entre os conjuntos habitacionais de classe média existentes em qualquer centro urbano do país. Este é um claro exemplo daquilo que sempre se considerou como uma situação adequada da forma pela qual os conjuntos habitacionais populares deveriam ser "entregues à cidade": que as normas e estratégias usuais - no caso de administração - se reproduzissem nestes conjuntos.

Com relação aos melhores benefícios (tabela 17), a primeira observação e mais importante em nosso ponto de vista, é que o volume de citações sobre o benefícios que existem nos conjuntos é muito menor do que os problemas, com média de 1,5 citações. Assim parece que as famílias possuem muito mais motivos do que reclamar. Quanto aos conjuntos, o que apresenta a maior média é o Delamare (com índice de 1,9) e o que apresenta a menor é o Rincão (com 1,3); já o Recanto ficou com a média de 1,5. No total dos conjuntos as variáveis que aparecem com maior relevância por estarem em todas as áreas são: que "o melhor benefício é o conjunto estar perto de tudo" (com 16,7%) e a "conquista da casa" (com 12,5%). Aparecem também com destaque as variáveis "porque o conjunto é sossegado" (com 18,1%) e "outros benefícios" (com 15,3%), que de forma diferente que no caso dos problemas, foram agrupadas em um único item. A grande porcentagem de motivos ligados ao sossego deve-se a expressiva participação desta variável no Recanto dos Humildes, com 32,3%. No caso de cada conjunto a situação apresentou-se da seguinte maneira:

TABELA 17

MELHOR BENEFÍCIO DE ESTAR MORANDO NESTE CONJUNTO (PORQUE É BOM MORAR AQUI)

	Recanto		Rincão		Delamare		Total	
benefícios	n	%	n	%	n	%	n	%
segurança	1	2,9	0	0,0	4	23,5	5	6,9
a casa	1	2,9	7	33,3	1	5,9	9	12,5
sossego	11	32,3	0	0,0	2	11,8	13	18,1
vizinhança boa	3	8,8	1	4,8	3	17,6	7	9,7
perto de tudo	4	11,8	5	23,8	3	17,6	12	16,7
ar puro	7	20,6	0	0,0	0	0,0	7	9,7
ter infra estrutura	3	8,8	0	0,0	0	0,0	3	4,2
tudo é bom	0	0,0	1	4,8	2	11,8	3	4,2
nada é bom/nenhum benef.	0	0,0	2	9,5	0	0,0	2	2,8
outros	4	11,8	5	23,8	2	11,8	11	15,3
total por conjunto	34	100,0	21	100,0	17	100,0	72	100,0
total geral	34	47,2	21	29,2	17	23,6	72	100,0
benefício por questionário	1,5		1,3		1,9		1,5	

outros benefícios

aqui é mais limpo
tem lugar para as crianças brincarem
ônibus e comércio pertos
não paga aluguel
lugar bonito
a casa é fruto da luta do movimento

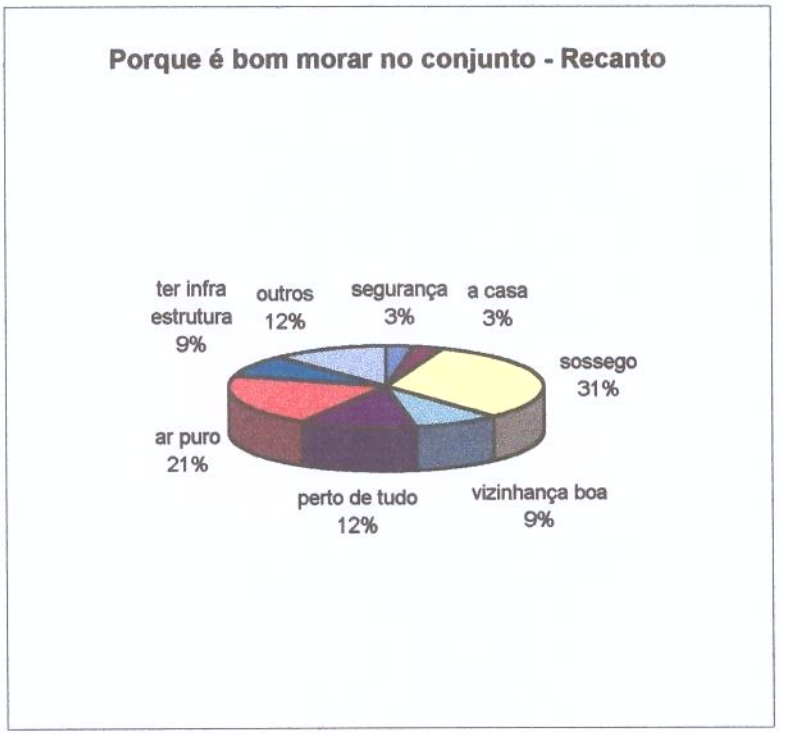
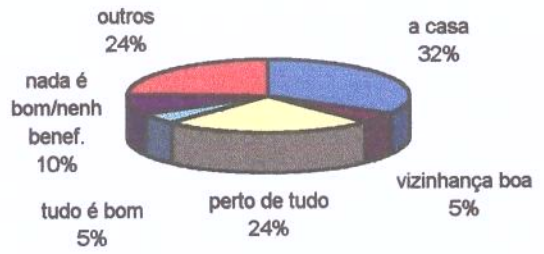
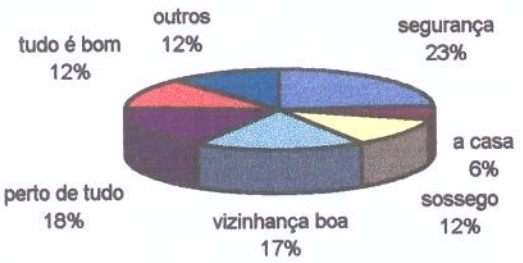


TABELA 17

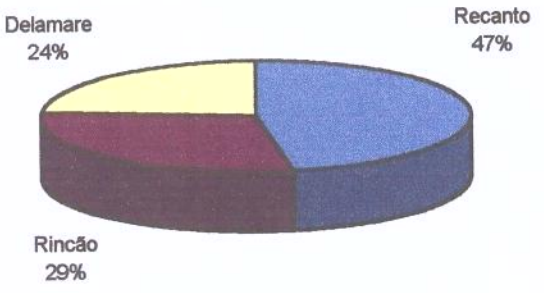
Porque é bom morar no conjunto - Rincão



Porque é bom morar no conjunto - Delamare



Citação de razões por conjunto no total de citações



1. Como foi colocado, o melhor benefício de estar morando no conjunto para 32,3% dos motivos no Recanto, é o sossego da área, enquanto que outros 20,6% são pelo ar ser puro, ou seja, 52,8% desses motivos vinculam-se às características espaciais do conjunto e do local onde foi assentado. Este característica ainda é acentuada pela variável "outros motivos" , porque dos 11,8% que ela representa, 5,4% referem-se às alternativas "aqui é mais limpo" e "é um lugar bonito". Ainda aparece uma outra variável com certa importância: a que "esta perto de tudo", com 11,8%. Esta referência parece contraditória se comparada aos principais problemas apontados, que vinculam-se, como foi visto, ao caráter de isolamento do conjunto. Mas uma explicação possível para tal situação, é o fato de que há um caráter de relatividade quando questiona-se o fator centralidade do conjunto, pois se ele está longe do centro da cidade, está perto de referências locais importantes de Perus, como escolas, comércio e transporte. A queixa pela falta de transporte é daquele que não existia no momento da pesquisa no interior ou próximo à entrada de acesso do conjunto. Porém o fator marcante que destaca o Recanto dos demais conjuntos é que a espacialidade de que ele possui, ou seja, os fatores ligados aos espaços de localização (o conjunto e seu exterior, o entorno), de territorialidade da localização das demandas e do cotidiano de circulação (as distâncias e o isolamento), foram assinalados de forma exclusiva naquela área, porque nos demais a expressão espacial está fora do conjunto, o lugar está além de seus limites, porque as referências espaciais resumem-se ao "perto de tudo", que sempre esteve lá mesmo antes do conjunto.

Da mesma maneira como foi observado no caso das experiências vividas pelas famílas nos novos locais de moradia, sobre a existência de refências de locais de identidade tanto nas antigas moradias, quanto nos conjuntos habitacionais, esta "construção do lugar" está fundada nos locais onde as famílias realizam as suas atividades cotidianas. A horizontalidade do Recanto dos Humilides, os grandes espaços existentes, a sua extenção territorial, a dinâmica de apropriação dos espaços de moradia - através da auto-construção -, a redefinição de seus usos - escadarias que tornam-se acesso ao carro - e a definição de novos espaços para o lazer, aproximam-o das dinâmicas existêntes nos loteamentos/bairros da periferia que são apropriados dentro da construção cotidiana de todos estes espaços. Enfim, da construção cotidiana do lugar. É neste sentido que o Recando diferencia-se das demais áreas, pois nele a construção cotidiana das "paredes que libertam para as possibilidade utópicas" possuem uma outra dimensão que além da estritamente simbólica, esta também no ato de construir - o simbólico é também o construído. Esta realidade complexifica-se ainda mais e acentua esta característica de conjunto/bairro com os processos de "ocupação clandestina" das

áreas em seu entorno. A potencialidade das realizações das utopias materializadas nas paredes do Recanto exerceram um efeito de demonstração para outras famílias que necessitam de moradia.

2. O Rincão apresentou basicamente três razões relevantes do por quê é bom morar no conjunto. Foram elas: a casa, com 33,3%; a localização - "perto de tudo", com 23,8%; e os outros motivos, também com 23,8%. A referência à localização justifica-se, principalmente, pela proximidade com a estação Vila Matilde do Metrô, fato reforçado pelas variáveis dos "outros motivos", que referem-se a razão de ser bom morar na área, ao fato de existir ônibus e comércio pertos (representando 9,5% do total). Estas variáveis acrescidas à "porque tudo é perto" totalizam 33,3% do dos motivos citados, igualando-se à conquista da casa (33,3,%). No grupo de variáveis "outros motivos" aparecem ainda que uma das razões de ser bom morar no conjunto o fato dele ser fruto do movimento, alegação que não aparece no Recanto dos Humildes, área, como foi visto, que mais guarda referências à organização dos moradores. Parece que o fato de ser fruto de conquista do movimento basta em si, ou seja, o movimento tinha um objetivo e o alcançou, cristalizando-se no conjunto. Ele passa a ser a materialização da luta, que neste sentido não necessita de continuidade. Vai ser no Rincão, até de uma certa forma contraditória, que vai aparecer a única referência entre as áreas analisadas de que nada no conjunto é bom (9,5%). Por outro lado outras 4,8% das citações afirmam que tudo lá é bom. Estes exemplos mostram o quanto são complexas as impressões que os moradores tem desses novos lugares de morar.

3. No Delamare as citações sobre os motivos de ser bom morar na área dividem-se entre a segurança (23,5%), perto de tudo e vizinhança boa (ambos com 17,6%), tudo é bom e outros motivos (também ambos com 11,8%) e a casa com 5,9%. O fato de destaque desta área é a alta porcentagem e exclusividade da variável segurança, ou seja, quase um quarto das famílias consideram o conjunto seguro. Aparentemente as referências sobre ser bom morar na área devido à casa, à segurança, ao sossego e a que tudo é bom lá, vinculam-se ao passado das famílias que vieram das piores áreas da favela Heliópolis, além do que é próximo de onde vieram, como já foi dito.

A intenção da análise realizada foi o de apresentar os resultados da investigação realizada nas áreas objetos deste estudo. Como ficou evidenciado, existe uma grande diversificação de situações nos conjuntos, que vão deste as concepções de projeto, até a compreensão que as famílias fazem do mesmo. Outro destaque é que, com exceção do Recanto, nas demais áreas não existem quaisquer referências explícita sobre o meio

ambiente na concepção *strictu sensu* das relações do homem com a natureza. Em uma visão mais ampla que enquadra as estratégias exercidas na esfera do cotidiano, do mundo vivido, as situações vinculadas ao lazer, às apropriações desejadas dos espaços projetados para outros fins e às referências - das famílias do Delamare, por exemplo - com relação à casa, ao sossego, à vizinhança, à segurança e porque tudo é bom no conjunto, explicitam relações satisfatórias com o meio ambiente vivido. Numa outra persepectiva, estas situações também revelam que houve para este moradores uma melhora em sua qualidade de vida.

Para concluir esta apresentação deixaremos uma citação de Felix Guattari, que nos parece importante para as reflexões até aqui realizadas:

> " Essencialmente, o objeto urbano é de grande complexidade e necessita ser elaborado com metodologias apropriadas.(...) Trata-se de construir não somente no real, mas também no possível, em razão das duplicidade que ele pode gerar; construir dando oportunidade às mutações virtuais que conduzirão as gerações futuras a viver, sentir e pensar diferentemente de hoje, considerando as transformações, em particular as de ordem tecnológica, que nossa época conhece. O ideal será modificar a programação dos espaços construídos em função de mutações institucionais e funcionais que lhes reserva o futuro.
>
> A esse respeito, uma reconversão ecosófica das práticas arquiteturais e urbanísticas poderá se tornar, sem dúvida, decisiva. O objetivo modernista tem sido, há muito tempo, o de um *habitat* padronizado, estabelecido a partir de pretensas "necessidades fundamentais" determinadas de uma vez por todas. (...) Esta perspectiva do modernismo universalista está definitivamente reavaliada. Os artistas polissêmicos e polifônicos que podem se tornar arquitetos e urbanistas trabalham com uma matéria humana e social que não é universal, com projetos individuais e coletivos que evoluem cada vez mais rapidamente e cuja singularidade, inclusive a estética, deve ser atualizada através de uma verdadeira maiêutica, implicando, sobretudo, procedimentos de análise institucional e de exploração das formas subjetivas inconscientes. Nestas condições, o desenho arquitetural e a programação urbanística devem ser considerados em seu movimento e em sua dialética, porque são convocados a se tornar cartografias multimensionais da produção da subjetividade. As aspirações coletivas mudam e mudarão no futuro, cada vez

mais rapidamente. É conveniente que a qualidade desta nova subjetividade se torne finalmente a primeira das atividades humanas."[13]

4. O mundo vivido: a gestão dos conjuntos e a conquista da vida

Todo o processo mostrado até aqui sobre os fatores que envolveram as políticas da Superintendência de Habitação Popular, em suas propostas de implementação de uma nova cultura política para a provisão de moradia popular, apontam para uma situação que é dupla e de certa forma contraditória. Se é inegável que houve uma radical alteração de novos conceitos (arquitetônicos, urbanísticos e ambientais) e com a introdução de canais de participação popular, neste processo de provisão de moradia popular, este novo tem um outro caráter quando observamos o desenrolar da vida nos conjuntos. Este novo caráter refere-se, dentro de um aspecto mais concreto, às dinâmicas sociais e às estratégias de organização que os moradores implementaram para que, de alguma forma, se viabilizasse a gestão dos conjuntos. E dentro de um aspecto mais subjetivo, como estes moradores estabeleceram em seu cotidiano relações de vínculo e de pertencimento com o lugar de morar, que, por sua vez ocorre a partir de uma realidade que se dá no limite, onde as questões ambientais, que envolvem estes vínculos e pertencimentos e a conquista da vida, constróem-se neste limite. Portanto, longe do aparato técnico, a dinâmica da vida se impôs na realidade concreta dos conjuntos, ou como propõe Habermas, do mundo vivido em detrimento da ações realizadas a partir da esfera do sistema.

4.1 A gestão, o político e o privado, e o conjunto como bairro

Uma das principais constatações observadas na investigação realizada nos conjuntos, e que colaboraram para o entendimento de que forma os moradores estabeleceram as relações de vínculo com a casa e o lugar, é como eles conceberam o que é a casa e o que é o conjunto.

Duas observações foram constatadas. A primeira, mais limitada à experiências específicas, é que somente entre moradores que formam a demanda dos movimentos de moradia no conjunto Recanto dos Humildes, é que ficou explícita em sua fala alguma

[13] Guatarri, 1994:

vinculação da casa com uma conquista maior, que não restringe-se a ela. Para eles que ainda vivenciavam naquele momento as experiências da construção de suas casas por mutirão[14], ou por ajuda mútua (o "mutirão expontâneo")[15], a moradia estava ainda muito vinculada a uma história de luta, que ao mesmo tempo era particular e coletiva para os indivíduos. Nos casos onde a moradia era entendida mais como uma "mercadoria"[16], portanto, como bem possível de troca, não sendo "fruto da luta", as referências sobre ela invariavelmente ligam-se ao fato de ela ter sido "dada" pelo Estado. Apesar da noção vaga de Estado entre os moradores, este parece possuir um papel bem definido, ou seja, aquele que irá promover a solução de suas necessidades. Em qualquer dos casos o fato é que a casa é uma propriedade do morador, o que significa dizer que eles podem fazer o que quiserem, inclusive vendê-las.

A segunda constatação, mais abrangente e de maior importância é que na prática, a vivência de experiências de coletividades experimentadas pelos moradores de todos os conjuntos, para a conquista da casa - mesmo entre estes que a comercializaram - proporcionaram a eles o acúmulo de uma memória de luta que, de um lado está materializada na casa e, de outro, potencializa novas organizações tanto nestes conjuntos por estes grupos, como em outros locais por outros grupos. Na verdade, a possibilidade das conquistas que cada um dos movimentos obteve foi por ter tido, em outros momentos, o contato com estas memórias que foram acumuladas por outros gupos. Isto porque esta lutas se dão no mundo vivido e elas como os seus resultados são apropriados como memória coletiva. Assim, para além do cotidiano vivido há o cotidiano apreendido por outros que permeia a vida nos conjuntos.

Estas constatações colocam uma das questões de fundo quando se discute uma nova concepção ambiental para o mundo vivido pelos moradores, que é o fato de que esta concepção ambiental do mundo vivido, ou como foi colocado, o "meio ambiente do mundo vivido", pressupõem uma ação coletiva, porque a intensão, no limite, é do

---

[14] A manifestação de que a casa é fruto da luta dos moradores aparece na tabela 17 e apenas no conjunto Recanto dos Humildes, onde representou apenas 5,9% do total das respostas. Isto significa que mesmo no Recanto o sentido de conquista vinculada a um processo de luta é pequeno. O que na verdade diferencia esta área das demais é a existência de mutirões entre alguns moradores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste I.

[15] A distinção deste dois "tipos" de mutirão tem o seguinte critério: os mutirões são aqueles que estão organizados para administrar a construção da casa em todas as fases construtivas e que possuem os recursos das obras repassados dos agentes de financiamento diretamente para associações. Já a construção por ajuda mútua constitui-se na organização coletiva para a execução algumas de fases da obra, sendo as demais por auto-construção com recursos provenientes da poupança do próprio morador. No caso especifico das associações vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste I, as experiências de ajuda mútua só ocorreram porque não conseguiram o financiamento necessário junto à Prefeitura.

[16] Apesar de o inquérito não perguntar diretamente sobre a comercialização, pode-se observar que em todos os conjuntos ocorreram venda de unidades, principalmente das famílias oriundas das áreas de risco.

respeito ao bem estar coletivo. Assim, como na história os movimentos, não há casa se não houver o coletivo, também não haverá bem estar - a melhoria na qualidade de vida - se as pessoas não respeitarem a sua própria existência e a do outro. Tudo isto significa dizer que devido a existência desta memória coletiva em todos os conjuntos analisados, há a possibilidade de que em suas gestões concretizem-se ações que respeitem a diversidade de situações colocadas pelo "meio ambiente do mundo vivido".

O desaparecimento, ou a diluição de uma concepção coletiva de pertencimento no conjunto, de certa forma mitiga a possibilidade do afloramento entre os moradores do entendimento da necessidade de se respeitar o bem estar comum. Este é um aspecto que nos pareceu problemático. O outro aspecto, que vincula-se a este, é que a implantação de "gestões burocráticas" dos condomínios, onde não permeia a diversidade de situações impostas pelo mundo vivido, acaba por encaminhar soluções burocratizadas dos problemas. A questão é que a resposta burocratizada aos problemas apresentados, significa uma resposta instrumental a eles, ou seja, isto implica na possibilidade que não respeite as dinâmica do mundo vivido, tornando, também instrumental, soluções que procuram dar conta, por exemplo, dos problemas ambientais dos conjuntos. É por este motivo que se percebe conflitos quando os moradores e as associações condominiais procuram resolver os problemas de coleta e destino do lixo, da conservação e limpeza das áreas livres e de lazer e quando os espaços comuns são apropriados privadamente.

Assim, uma das espectativas esperadas - na ótica da alteração da cultura de provisão de conjuntos habitacionais populares quanto a estes projetos analisados - é que as sua demandas entendessem este novo lugar de morar de uma forma não tradicional - do ponto de vista das experiências conhecidas nos conjuntos edificados, por exemplo, pelo sistema SFH/BNH. Isto porque, no final das contas, elas pertenciam a movimentos de moradia, ou eram participantes de outros programas da Superintendência[17], que priorizavam aqueles que eram excluídos de programas habitacionais oriundos dos antigos Sistema Financeiro da Habitação e Banco Nacional da Habitação. O que desejava-se, portanto, é que o sentido de coletivo norteasse a redefinição das relações que seriam estabelecidas na administração e na apropriação dos espaços comuns dos conjuntos - mesmo que a sua estrutura administrativa fosse condominial.

O problema essencial que estava colocado é que, ao se desejar- a Política - uma nova relação quanto a administração e a apropriação dos espaços comuns em conjuntos

[17] Já que os moradores provenientes das áreas de risco, não eram apenas removidos, mas também orientados sobre os riscos que corriam onde moravam.

habitacionais promovidos pela Superintendência, recolocava-se a questão do público e do privado. Na vedade a gestão coletiva do conjunto permitiria, segundo esta visão, entendê-lo como uma unidade, ou seja, ao se administrar coletivamente, concomitamente haveria a possibilidade de uma apropriação coletiva dos espaços comuns. Assim o público seria o coletivo, evitando a sua privatização, ou a sua apropriação privada. Neste sentido, os espaços comuns seriam revestidos de intimidade dadas através da coletividade.

Porém o que aconteceu foi um processo dinâmico e contraditório, porque para os moradores a concepção que permeou foi a de que, o que é do Estado é de ninguém e não de todos. O que deveria ser público, portanto, pode ser privatizado. Aquele sentido esperado de coletivo desta forma não aconteceu. Além desta falta de incorporação do sentido de coletivo às relações cotidianas entre os moradores, os espaços comuns, as áreas de conforto ambiental, as áreas de lazer, as áreas verde foram projetadas como se públicas numa gleba que, em essência, é toda pública, porque foi desapropriadas como interesse social. Assim, parece que esvazia-se o sentido de público enquanto aquilo que é de todos, porque neste caso o público - as áreas de lazer, áreas verdes, etc. - está dentro do público.

Esta questão entre diferentes visões do Estado e da população do que era público e privado, apresentou sua maior contradição nas unidades habitacionais. O problema se deu por uma dupla interpretação entre estes agentes, de qual era o status jurídico da unidade habitacional, pois o morador ao receber a sua casa da municipalidade, invariavelmente a entendeu como sendo uma propriedade privada e esta sua postura com relação a casa acabou por "privatizar" o que na visão do Estado era um bem público[18]. Este fato ocorreu com mais evidência quando houve a comercialização de unidades habitacionais, que se deram no mercado imobiliário, é verdade que num mercado imobiliário popular aonde enquadra-se este tipo de imóvel, assim como os barracos de favela, as unidades em cortiços, etc. O fato é que, quando estas unidades habitacionais foram entregues, os moradores recebem uma autorização de uso[19], que lhes impedia de vendê-la, pois estas estavam assentadas em terrenos desapropriados para fins sociais e em alguns casos para fins de edificação de habitações sociais. Isto

[18] Este é um dos pontos mais polêmicos das políticas públicas de provisão da moradia, pois nos parece um equívoco considerar a "habitação de interesse popular" como parte dos equipamentos e meios de consumo coletivo. A apropriação da casa é sempre privada, se não for entendido desta forma as conquistas dos movimentos, que pareciam ser muitas, na verdade nào foram. Uma alternativa para o Estado para superar esta contradição seria a de pensar na implementação do aluguel social.

[19] O termo jurídico correto para estas situações, era o da "Concessão de Uso", que é uma peça jurídica que deveria ser aprovada pelo Poder Legislativo Municipal. As concessões de uso só começaram a ser entregues no final da administração

ocorreu porque estas glebas não estavam desafetadas, o que impedia a titulação das unidades habitacionais. O Estado, assim, entendida tais habitações como sendo bens públicos não comercializaveis, e não bens privados passíveis de venda (as autorizações de uso eram intransferíveis diretamente entre os moradores). Uma outra situação semelhante ocorreu quando o morador realizava benfeitorias em sua própria casa, pois a permissão de uso limitava aquilo que nela poderia ser feito. Porém, neste caso, os conflitos foram menos intensos do que no anterior, porque os moradores se apropriavam destas benfeitorias efetivamente morando nas casas[20].

Outro exemplo desta não incorporação do sentido do que é de uso público entre os moradores, foi quando houve a ampliação de casas sobre aquelas unidades espaciais projetadas como sendo de uso comum, por exemplo, nas áreas de conforto ambiental (no Recanto dos Humildes); quando modificaram os espaços comuns conforme seus interesses, como a construção de rampas substituindo escadas, o fechamento de vielas (no Delamare e Recanto dos Humildes), ou do acesso aos apartamentos (no Rincão da Penha); ou quando a dona de um apartamento do conjunto Delamare estendeu suas roupas sobre o telhado do vizinho de baixo, transformando o telhado em seu quintal, ou em área de serviço.

Estas situações mostram como se deram de forma distinta as concepções do que era a casa entre a população e a Prefeitura. Deve-se deixar claro que a política da HABI não colocava uma "camisa de força" para os moradores, mas em sua visão era seu papel disciplinar as suas ampliações e o seu comércio. Para tanto esperava uma ação intermediária dos movimentos de moradia, pois estes deveriam, em uma ponta,

---

[20] Esta questão é relevante, pois em todas as áreas foram estabelecidas normas para as ampliações e alterações das unidades habitacionais. No caso dos dois conjuntos verticalizados, tais normas são justificáveis devido a questões técnicas de segurança (em um prédio cuja edificação foi feita em parede estrutural, não é possível qualquer remoção de paredes, com o risco de comprometimento das estruturas do prédio), porém no Recanto dos Humildes a justificativa das normas deve-se pela garantia da qualidade da unidade habitacional, quanto a salubridade (areação, insolação, etc.). Esta preocupação, do ponto de vista da política, é correta, pois se houve um esforço pela garantia de um bom projeto urbanístico, que deu conta dos problemas de declividade e das testadas dos lotes com faces de boa insolação, deveria-se garantir, entre os moradores, a construção de boas unidades habitacionais, quanto ao projeto e aos processos construtivos. No caso do recanto dos Humildes, no início da ocupação das unidades por auto construção, HABI constituiu um escritório permanente na gleba, oferecendo acompanhamento técnico às famílias para o projeto e construção das unidades, procurando respeitar os desejos dos moradores e garantindo qualidade técnica às edificações. As maiores restrições foram quanto as ampliações horizontais dos embriões (já que o projeto previa a ampliação vertical) e a proibição de abertura de pontos comerciais nos lotes residenciais (foram insistentes as tentativas de edificações de cômodos contíguos aos embriões para abertura de algum tipo de comércio). Com a mudança de governo o escritório foi desativado no início de 1993.

Foto 1. Conjunto Recanto dos Humildes. Construção de rampa de acesso para carros nas escadarias do setor dos embriões.

Foto 2. Conjunto Recanto dos Humildes. Construção de rampa de acesso para carros nas escadarias do setor dos lotes urbanizados do Movimento dos Trabalhados Sem Terra da Zona Oeste I.

Foto 3. Roupas estendidas em varais sobre os telhados no conjunto Delamare

Foto 4. Exemplo de fechamento dos acessos aos apartamentos com grades e de utilização de elementos arquitetônicos como lazer no Rincão da Penha. Observar que o extintor de incêndio não esta acessivel para outros moradores devido a existência das grades; e como as crianças se utilizam dos abrigos dos registros de gás (não instalados) para brincar.

trabalhar as suas demandas antes das mudanças para as novas áreas, para que elas entendessem esta situação jurídica; e na outra ponta, indicar quais famílias iriam substituir as que pretendiam sair. Esta combinação de ações, que só foi possível em alguns momentos quando os movimentos realizavam trabalhos com as populações assentadas, não só impediu uma menor comercialização de unidades, como legitimou conquista dos movimentos de moradia.

Mas, apesar de uma intervenção dos movimentos populares e da Superintendência nas áreas, o fenômeno da comercialização e da apropriação e transformação de áreas de uso comum pela ampliação das casas e pela mudança do que foi projetado inicialmente para um uso particular, mostram como o sentido de coletividade, de uso comum coletivo dos espaços públicos, não permeou a cotidianeidade da vida dos moradores. Sendo assim, não é permissível realizar uma crítica aos moradores que se apropriam, ou se utilizam, daquilo que é em essência público em privado, pois eles na sua visão, não estão se apropriando do que era privado para o outro, porque o telhado do vizinho, a viela, a área de conforto ambiental são os espaços possíveis para a concretude da utopia permitida - estender a sua roupa ao sol.

Este foi um dos problemas fundamentais encontrados nos conjuntos: o deslocamento de uma política de habitação popular que não superou a noção instrumental com relação à dinâmica do cotidiano das famílias, que aflorou as suas necessidades, recolocando a questão da apropriação dos espaços comuns e das expectativas sobre o seu meio ambiente vivido, ou seja, uma política que não avançou sobre as concepções instrumentais de meio ambiente.

Assim temos que o resultado deste processo é que para a maioria dos moradores, os conjuntos habitacionais aparecem dentro de uma concepção de bairro, como qualquer outro. Como foi visto, para a grande parte desses moradores a noção de coletividade permeava a memória de luta e o que esperava-se é que a partir desta memória os moradores realizassem novas formas de gestão destes espaços de moradia. A questão é que a não posse desta noção de gestão dos conjuntos, mostrou que havia um problema ainda mais profundo, que era a total falta de idéia do que viria a ser morar em conjunto habitacional. Ou seja, foi muito difícil a aceitação pela população da necessidade de um agente gestor para estas áreas e de regras para a sua gerência. Na verdade quando HABI pensou neste problema, imaginou que nas novas áreas se reproduziria a dinâmica de funcionamento dos movimentos, onde as lideranças assumiriam os papeis de gestores das áreas e que as regras se dariam de forma semelhante aos estatutos dos movimentos. Mas isto não ocorreu de uma maneira plena,

e uma questão se coloca: de quem é a responsabilidade pela manutenção do conjunto? Quando indagado sobre isso, a grande parte do moradores delegou esta responsabilidades à prefeitura, não percebendo que muitos dos problemas apontados poderiam ser resolvidos por eles mesmos, a partir da gestão da área, mesmo que no modelo de um condomínio.

Nos casos do Delamare e do Rincão da Penha fica mais evidente que existe uma falta de clareza sobre esta questão da gestão do conjunto, porque eles se apresentam como "condomínios verticalizados", mas para a maioria dos mordaores estes conjuntos não passavam de "bairros" como quais quer outros, onde sua manutenção e conservação seria atribuição do Estado, como as ruas da cidade. Constroem, portanto, seu espaço de vivência, sua cotidianidade, a partir do entendimento subjetivo do que é aquele espaço - ser um bairro - e é isto que deve-se entender. Fato que não ocorreu na política anunciada.

Como foi colocado anteriormente, este entendimento por parte da população representou um avanço com relação à integração de tais conjuntos à cidade, pois dos grandes problemas encontrados nos conjuntos habitacionais "tradicionais" é a sua não "entrega" à cidade enquanto os moradores não encerrarem o pagamento de suas prestações. Esta é a concepção que entende o morador como mutuário e da casa, quando ainda não quitada, como equipamento e meio de consumo coletivo. O problema é que para estes moradores o ideal de bairro atribuido aos conjuntos (reinterando, no Delamare e Rincão da Penha), estava vinculado à delegação ao Estado como agente que iria prover as sua necessidades - de manutenção e conservação - portanto, de administração dos conjuntos.

Ou seja, de um lado, a falta de clareza de quais as responsabilidades de quem projeta o espaço - do destino do esgoto ao padrão construtivo, passando pelo plantio de árvores e de quem deve mantê-los e conservá-los. E de quem produz cotidianamente estes espaços projetados e edificados - do destino da coleta de lixo, à conservação das unidades habitacionais no sentido não coletivo e do cuidado com as plantas domésticas. - tudo isso aliado ao distanciamento do "conhecimento perito" que norteou as concepções sobre a produção de habitação e o meio ambiente e do seu consequente desengate do "mundo vivido", é que parecem terem sido os grandes dilemas não revolvidos pela política implementada pela Superintendência

2.2. A conquista da vida: o meio ambiente e imaginário social

Os processos aqui descritos, revelaram que uma das principais riquezas das experiências viabilizadas pela política habitacional da Superintendência, foi a possibilidade da clarificação, entre outras coisas, de aonde situava-se a questão do meio ambiente e o que significa um conjunto habitacional, para os moradores.

O conceito meio ambiente não esteve explicitamente presente nos discursos dos moradores, mas ele navegou em seu imaginário. O sinal mais evidente disto é quando colocaram todas as questões que envolviam a moradia, próximas de suas "experiências vitais". Ou seja, as noções de preservação e conservação que a política desejava que permeasse as ações dos moradores nos conjuntos, despertando para o problema ambiental, pertenciam a um outro universo, porque para as famílias tais conceitos não restringiam-se ao meio ambiente, mas representavam necessidades limites de suas vidas. Neste sentido, a forma como entenderam o meio ambiente tem outro caminho, ou melhor, o sentido é o contrário do esperado pela política, pois se para ela (de forma genérica e até certo ponto esteriotipada para o senso comum) a questão ambiental se coloca devido aos "riscos à vida" causados pela degradação do meio ambiente (que por vezes nem é aquele vivido), e a conservação e preservação tendem a um processo de mitigação desta degradação ambiental e consequentemente de recuperação da vida; para os moradores a vida já se dá no limite, ela está no limite e a sua conservação e preservação é uma luta cotidiana.

É o processo de conquista da "sobrevivência", que levará a conquista da vida, que permeou a questão ambiental para as famílias. Assim, é sobre este universo de construção da vida no limite, que entendemos como deve ser interpretada a questão do meio ambiente pelos moradores. O fato ambiental se constróe e se solidifica, como se constróe e se solidifica a vida das pessoas. Não se trata, portanto, de uma questão forjada de fora (dos perigos contra uma "natureza distante" - Amazônia, Mata Atlântica, camada de ozônio, efeito estufa, etc.), mas que se dá nas relações cotidianas dos moradores, dentro das experiências que viabilizam as suas utopias. Este fato é tão evidente entre eles, que ao serem questionados sobre o que era meio ambiente, a resposta invariavelmente vinculou-se a expressões tais como "meio ambiente é tudo que envolve a 'nossa' vida", "é tudo que está em volta da gente". É neste sentido que se torna "um meio ambiente vivido", que por vezes pode, ou não, aproximar-se daquele forjado de fora, do "meio ambiente do sistema". Como por ironia, o meio ambiente e a vida dessas pessoas parece estar no limite.

O fato contraditório que parece existir no processo de provisão de moradia proposto pela HABI, é que, ao trazer consigo a visão de que na vida havia muito a se construir, havia muito por se fazer, pois o que se desejava é muito maior do que aquilo que se dispunha, reproduz junto ao morador, como num espelho, uma relação deste com a casa como se ela não estivesse acabada. Ele "constrói" a casa, como ele "constrói" a sua vida, no dia a dia. Isto não é um fenômeno exclusivo da população economicamente mais pobre, pois a melhoria da casa, o incremento de novos elementos internos e externos, simboliza uma melhoria da vida de quem nela mora. Mas o que parece mais evidente é que esta dinâmica é mais intensa entre os grupos sociais onde existe uma relação da "vida como processo", porque a casa (o lugar de moradia) por muito tempo ainda vai ser trabalhada modificada, acompanhando o movimento, o processo, da construção da vida dos moradores[21]. É sobre este aspecto que entendemos a condição contraditória da moradia entregue nos programas de provisão, porque, ao mesmo tempo, ela está pronta e não está.

Acreditamos serem estes os pontos fundamentais para o entendimento de como a questão do meio ambiente deve ser tratada, quando se tem como proposta que as ações para o atendimento das necessidades de moradia popular sejam mediadas pelo universo vivido daqueles que nelas forem residir. Como foi visto, o meio ambiente jamais poder ser tratado como algo estático, pronto (o meio técnico, instrumental), porque ele é dinâmico como a vida, pertence ao mundo vivido como as demais coisas que estão num "estado" de processo.

É por esse motivo, que se observado a partir da ótica da política, concluir-se-ia que o meio ambiente não incorporou-se como questão nesse imaginário das famílias atendidas nos programas habitacionais da HABI. De forma explícita, no discurso objetivo, a importância com relação a fatores ambientais só existiu no conjunto Recanto dos Humildes[22], aonde apareceram referências ao sossego como algo bom do novo

[21] Deve-se deixar claro que estamos falando daquelas unidades habitacionais que apesar de entregues prontas em programas de provisão tem condições ainda de serem modificadas, o que não é o caso principalmente dos apartamentos - que pode ser modificado em seu exterior pela troca das portas externas ou das janelas.. Os maiores exemplos para a observação de como a casa acompanha o "desenvolvimento da vida de seus moradores" esta na auto-construção, que é o principal tipo de alternativa de acesso à moradia pela população mais pobre. A continuidade das obras deve-se tanto à inexistência de recursos para a sua conclusão, quanto à dinâmica de crescimento da família (filhos que se casam e continuam morando com pais, novos parentes que se agregam, etc.). Um outro exemplo também marcante desta situação de "construção da moradia enquanto processo" vinculando ao "processo da vida" dos moradores, é o que acontece nos mutirões (onde as unidades são entregues prontas). No caso, a conclusão de todas as modificações desejadas pelos moradores demora em média, após o término do mutirão, sete anos para serem realizadas. Informações sobre este fenômeno foram fornecidas por assessorias técnicas de mutirões.

[22] Ver tabela 17

lugar de morar. Nos demais foi praticamente nula a referência, nesta forma, a elementos ambientais.

Mas existiu um outro aspecto que permeou o imaginário das famílias, qual seja: que a casa, ou a sua conquista no caso dos movimentos moradia, é entendida de forma diversa das tradicionais que a coloca no interior dos conceitos de "progresso urbano". Se para os moradores pouco importou se o conjunto procurou renovar estéticas ou concepções arquitetônicas, urbanísticas e mesmo ambientais, a casa, por sua vez, foi uma conquista que se deu num processo coletivo. Pela situação limite em que se encontram (a vida no limite), o que importou para eles foi esta conquista. A necessidade de moradia impôs uma resposta, e esta resposta foi dada a partir deste coletivo

Do ponto de vista da política, no que se refere a um dos aspectos ambientais que vinculam-se tanto à esfera do sistema, quanto a do mundo vivido, que é o fator localização, a Superintendência acertou, pois esta característica dos conjuntos foi tanto a mais elogiada pelos moradores, quanto impediu que se reproduzissem as experiências de localização como as dos conjuntos situados na Cidade Tiradentes.

Chegamos, assim, a situação de um processo de superação do par dual entre a farsa e a tragédia: a "farsa" da política que identifica e "soluciona" problemas, na ótica instrumental do sistema e a "tragédia" de quem vive a vida no limite e não vê as "soluções" propostas por esta política. Por esse motivo a política proposta pela HABI não se passou e não foi farsa, porque procurou incorporar em seu escopo o mundo vivido dos moradores, através de sua participação nos processos necessários para a edificação de moradias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Introdução

Análise final do estudo aqui realizado retomará como as políticas habitacionais implementadas pela Superintendência de Habitação Popular se refletiram na vida dos moradores dos novos conjuntos e sobre a prática do trabalho dos tecnicos, porém a partir de dois pontos aparentemente convergentes.

O primeiro é o do entendimento de como o projeto, enquanto conceito, permeou as questões que envolveram a produção de habitação popular sob um novo aspecto. Este caso, a leitura do projeto enquanto idéia possui duas óticas: uma que parte do projeto enquanto obra, que possui um conceito técnico e estético e que foi concebida em dado momento e sob determinadas condições; e a outra refere-se como a habitação permeou os projetos de vida dos moradores.

Já o segundo, trata-se de entender como se deu a relação entre a realidade que envolveu estes projetos e o próprio projeto, ou seja, de que maneira se dá o contato dos projetos dos conjuntos, quando eles ainda "são conceitos", com o mundo real e como este mundo real os reelabora quando eles se concretizam nesta realidade.

Assim o que se coloca é que o projeto[1] é uma idéia prospetiva da realidade, que sempre se apresenta ideal. É uma idéia que em nosso caso é pensada e idealizada tanto pelos técnicos, quanto pelos moradores. A questão é saber como esta "idéia" se incorpora e é incorporada pela realidade.

Para o técnico, em qualquer situação, como funcionário da Superintendência, como prestador de serviços, ou como concorrente dos concursos públicos, este projeto para a edificação de conjuntos habitacionais, representava a concretização daquilo que a política anunciara e da qual ele era o interlocutor. Em sua concepção - da política e por consequência do técnico - estes conjuntos deveriam garantir tudo aquilo que a realidade não pôde proporcionar às pessoas, quanto a necessidade de morar, ou seja, deveriam garantir uma melhoria em sua qualidade de vida, a partir de uma melhoria das qualidades arquitetônicas e urbanísticas e de respeito ao meio ambiente. No

[1] Projectu - *lançado à diante*. - Dicionário Aurélio da Lingua Portuguesa, verbete projeto.

sentido dado pelo técnico, o projeto possui uma representação que, em sua natureza é, e tem que ser, ideal, sobrepondo-se à realidade. Para tanto é necessário que este conheça a realidade, pois ela será o elemento referenciador entre aquilo que o técnico supõe ser o melhor (seus critérios são técnicos) e aquilo que é realmente necessário para melhorar a vida das pessoas. Neste sentido, o projeto deve ser antes de mais nada, dialógico[2] com esta realidade, isto porque deve-se entender que estes conflitos entre o projeto enquanto conceito e o projeto concretizado na realidade sempre ocorrem. É por esse motivo que se faz um apelo para que se estabeleça esta relação dialógica entre os projetos e a realidade.

Uma outra questão é que ao realizar o ato de sobrepor o desenho à realidade, mesmo tendo como pressuposto que este tenha realizado esta relação dialógica, o projeto idealiza virtualmente esta realidade e o conjunto habitacional ganha o caráter de alegoria anunciado por Baudrillard[3]. Assim, o projeto é em sua essência prospetivo, onde o pensado hoje e o formalizado enquanto idéia, se torna ato, ação, no futuro. De uma realidade virtual transforma-se em realidade concreta - a alegoria concretiza-se.

A compreenção deste processo atinge varios campos do conhecimento que se preocupam com as relações que ocorrem entre o que se planeja para a realidade e o que efetivamente ocorre com ela. Desde os grandes projetos urbanisticos fundados na destruição criativa da modernidade - a Paris de Hausmann - até as normatizações das ações ambientais em projetos de engenharia - a necessidade de elaboração de projetos básicos ambientais da Eletrobrás -, as intervenções trazem consigo o conceito de que a concretização dos projetos viabiliza a melhoria da qualidade de vida. Porém a lógica instrumental que norteia estas ações impede que isto se realize plenamente. É neste sentido que se torna necessário que se redefina o escopo dos relatórios de impacto ambiental, porque deve-se exigir, além destes estudos e relatórios, projetos que sejam dialógicos em seu conceito de apreensão da realidade e de execução das ações proposta; assim como de processos de monitoramento ambiental, tanto no decorrer da obra quanto após a sua entrega, acompanhados por interlocutores dos grupos diretamente envolvidos. O sentido deste monitoramento é tanto para averiguar se as recomendações ambientais foram realizadas e se em caso afirmativo, se estas surtiram os efeitos desejados, quanto para avaliar se a dinâmica real reelaborou aquilo que os diagnósticos mostraram e que orientaram as ações implementadas.

---

[2] No sentido dado por Habermas.
[3] Ver capítulo 2.

Estes processos verificados no ato pensar e na realização do projeto estão envolvidos pelos paradigmas da modernidade, pois o futuro é determinado, é traçado, pelos desejos e lógicas estabelecidas no presente, que por sua vez é fruto de uma história contínua, por estes motivos o futuro esvazia-se. Santos (1995) chama a atenção para o fato de este ser um movimento da modernidade, o esvaziamento do futuro.

> "A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é tão-só um futuro vazio."[4]

A realidade que constatamos nos conjuntos habitacionais analisados, é que este vazio produzido por um futuro que é previsto, ou previamente concebido, é preenchido pelas utopias renovadas que estão presentes na memória de luta pela casa, na construção da casa "real", no varal de roupas sobre os telhados, ou na garantia do lugar do carro ainda inexistente. Todas estas formas concretizam-se nas alterações dos espaços, enfim, nas novas possibilidades que se apresentam para o morador neste lugar que se gesta por eles.

Neste sentido, o conjunto habitacional não é a utopia, mas a metáfora da cidade naquilo em que ela deveria ser ideal. É na sua concretude, que nada mais é que a passagem da realidade ideal - o futuro ideal - para a realidade real, que os moradores reconstróem o projeto - metáfora da cidade ideal -, para viabilizar as suas utopias tanto naquilo em que estes projetos não deram conta de responder, quanto na continuidade do processo de concretização de uma utopia anterior - mediada pela memória da luta e da conquista. Santos coloca ainda:

> "(...) a utopia é a metáfora de uma hipercarência formulada ao nível a que não pode ser satisfeita. O que é importante nela não é o que diz sobre o futuro, mas a arqueologia virtual do presente que a torna possível. (...) Trata-se de uma arqueologia virtual porque só interessa escavar sobre o que não foi feito e, porque não foi feito, ou seja, porque as alternativas deixaram de ser. Neste sentido, a escavação é orientada para os silêncios e para os

[4] Santos, 1995, p: 322. O autor também chama a atenção para o fato de que a irrealização do futuro desejado acabou por provocar dois tipos de reação: uma que assume a morte do futuro para celebrar o presente, aqui enquadram-se um certo pós-modernismo; e uma outra que assume a morte do futuro para celebrar o passado, como acontece com o pensamento reacionário.

silenciamentos, para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para os oprimidos, para as margens, para a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte, para a fome da fartura, para a miséria da opulência, para a tradição do que não foi deixado existir, para os começos antes de serem fins, para a intelegibilidade que nunca foi compreendida, para as línguas e estilos de vida proibidos, para o lixo intratável do bem-estar mercantil, para o suor inscrito no pronto-a-vestir lavado, para a natureza nas toneladas de CO_2 imponderavelmente leves nos nossos ombros. Pela mudança de perspectiva e de escala, a utopia subverte as combinações hegemônicas do que existe, destotaliza os sentidos, desuniversaliza os universos, desorienta os mapas. Tudo isto com um único objetivo de descompor a casa onde as subjetividades dormem um sono injusto."[5]

2. O projeto enquanto conceito e o projeto enquanto realidade

O entendimento de como deu-se a dinâmica conflituosa do projeto enquanto conceito da idealização futura e as sua concretização nesta realidade, será realizado com a análise de como isto ocorreu nos conjuntos habitacionais estudados.

Como foi visto, o que a Superintendência esperava e o que acabou por acontecer, no limite da possibilidade do que permitiram os projetos, é que estes projetos incorporassem em suas concepções a dinâmica da realidade, expurgando tudo de nefasto existente nos projetos habitacionais populares tradicionais. Na verdade o próprio projeto político que norteou estas políticas para a habitação popular, trazia consigo a preocupação com uma aproximação da realidade dos mais excluídos da cidade. Na proposta política do Partido dos Trabalhadores para a administração da cidade de São Paulo, havia como definição a alteração das ações tradicionalmente voltadas para os setores e locais mais bem servidos da cidade, para aqueles sempre abandomados, ou seja, um redirecionamento destes recursos financeiros e ações para a "cidade real". Esta foi a denominada política de inversão de prioridades. Foi este, em suma, o grande avanço apresentado pela HABI, ao implementar uma política que estabeleceu uma alteração de prioridade a partir de um leque de ações procurou atender às mais diversas necessidades habitacionais da população excluída, através

[5] Santos, 1995, p: 324

de uma relação dialógica com a realidade, a qual era objeto, em detrimento de uma relação que foi historicamente instrumental.

Para a viabilização destas propostas três ações foram necessárias. Duas vincularam-se a este ato dialógico com a realidade, onde esta se exprime na qualidade de criadora do projeto. A primeira, na esfera técnica, foi a de ampliar as possibilidades de opções de projetos (e mesmo de suas concepções) com a abertura de concursos públicos para a sua execução. A segunda, próxima do mundo vivido, foi a de abrir canais de participação da população, para lhes permitir expressar sua opiniões sobre os critérios e detalhes dos projetos de suas moradias. E terceira ação foi o respeito às características ambientais desta realidade - no que se refere às características físicas - dos locais onde os conjuntos foram assentados, que apesar de não ser uma ação dialogal, pois relaciona-se com a realidade como esta é dada, ela foi tratada a partir de uma ação criadora. As realidades concretas em sua expressões físicas e sociais foram paramentros centrais da política de habitação popular da HABI.

O que se pode constatar é que, em certos casos, houve uma diversidade de conflitos que se deram em situações e por razões diferentes entre o projeto enquanto concepção de um futuro ideal e o projeto expresso na realidade. Se é verdade que em seu conceito geral os projetos propostos pela política da HABI conseguiram superar as formas tradicionais de proposição de partidos urbanísticos e arquitetônicos e de processos construtivos, eles acabaram sendo limitados pela disponibilidade de recursos para a aquisição de terras melhor adequadas para assentar os conjuntos, como ocorreu com o Rincão da Penha.

Um outro aspecto vincula-se ao processo de amadurecimento dos conceitos envolvidos na política e ao tempo necessário para a sua execução, que em alguns casos, implicou numa contradição entre o que o projeto propunha como realidade ideal e o que efetivamente ocorreu. O maior exemplo é o caso do Recanto dos Humildes, onde a alternativa pelos lotes urbanizados aliado ao longo tempo de sua ocupação, causado pela espera de recursos para a construção por mutirão e pela auto-construção, acabou por provocar um processo de efeito de demonstração que induziu a ocupação dos terrenos em seu entorno, caracterizando um enorme lotamento irregular.

Como visto anteriormente, a gleba onde assentou-se o conjunto Rincão da Penha foi negociada com a EMURB que a destinaria a um parque por ser uma área lindeira do córrego Rincão, portanto passível de enchentes por ser uma várzea. Do ponto de vista arquitetônico o projeto incorporou conceitos novos, como o de átrios de acesso aos blocos de edifícios, volumetria que rompeu com a monotonia da edificação. Mas na área do conjunto ocorrem enchentes. O projeto que se apresentava como uma forma de superação da realidade, propondo uma melhor situação de moradia para as famílias e redefinindo conceitos de habitação popular, ao se concretizar como cidade real, não a supera. Neste caso a alegoria da "cidade ideal", representada pelo conjunto Rincão da Penha, foi alagada pela cidade preexistente, representada pelo córrego que foi despossuído das suas várzeas. Foi neste aspecto que o projeto arquitetônico foi superado pela realidade.

Aqui se colocam dois exemplos de conflitos: um que está no centro do debate ambiental, que são das relações da sociedade com a natureza, onde no caso as várzeas do rio, que devem ser entendidas como o rio, são apropriadas pela sociedade através da cidade. A natureza socializada não deixa de ser natureza e como tal mantém as sua dinâmicas - as várzeas nos períodos de cheias são o rio. Este é o exemplo que se vê nas inundações das marginais dos rios Tietê e Pinheiros e nos córregos canalizados da cidade. A solução encontrada pela engenharia para conter a natureza é retê-la em "piscinões". Um outro exempo de conflito vinculado com ao primeiro, é que muito dos projetos que são idealizados como "modernização da realidade" não consideram a base física onde serão instalados, porque parece que os problemas nela encontrados podem, no limite, serem superados pela técnica. É sobre este aspecto que recaem a maioria dos impactos ambientais circunscritos na esfera instrumental.

Citamos também o caso do Recanto dos Humildes como um processo de deslocamento entre o que se propôs enquanto projeto e a realidade vivida. Naquele conjunto optou-se pela entrega às famílias de lotes urbanizados, que seriam edificados conforme as decisões dos moradores. Esta alternativa habitacional obrigou a execução de um projeto que atendesse mais rigorosamente às características topográficas e estruturais do terrenos, que como foi visto ateriormente, foi bem executado. Do ponto de vista técnico - instrumental - o projeto do Recanto foi que melhor acomodou este aparato técnico à realidade fisica do terreno. Porém a alternativa pelo lote

Foto 1. Vista do conjunto Rincão da Penha, com sua volumetria

Foto 2. Conjunto Rincão da Penha. Áreas internas, com seu átrio e os jardins

Foto 3. Vista do conjunto Rincão da Penha, com o Rincão

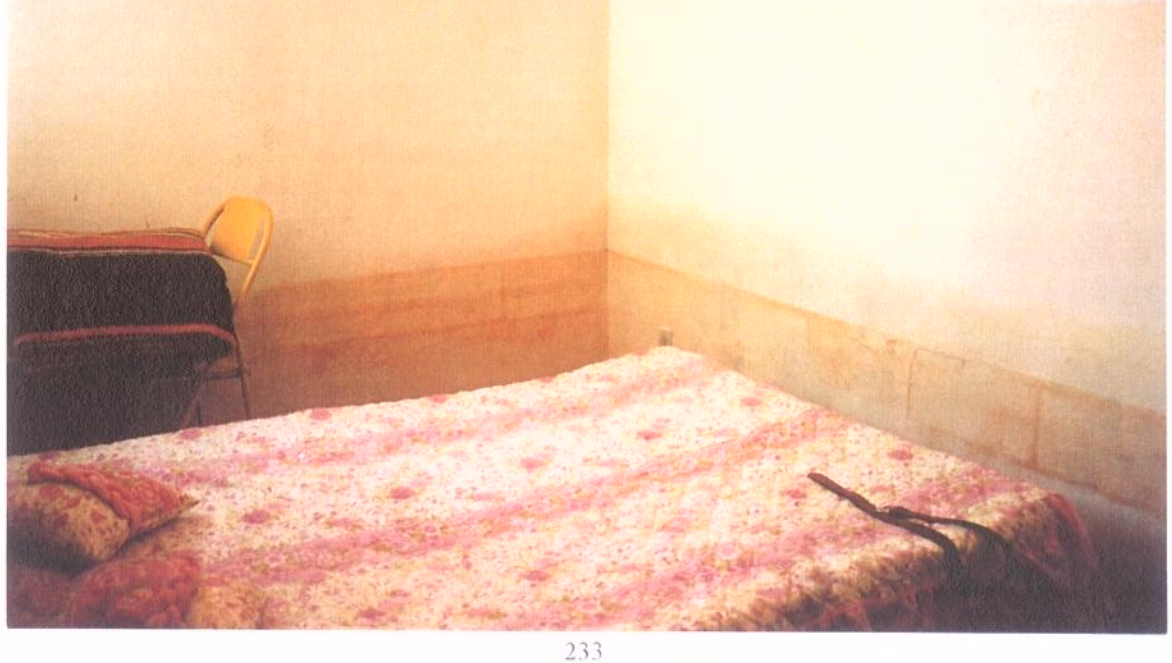


Foto 4. Ao lado: marca de água na parede de corrego enchente em apartamento do andar terreo

urbanizado[6] e a consequente edificação por mutirões e auto-construção, aliado ao longo tempo da consolidação do conjunto (mais de 3 anos), acabaram por dar uma aparência de "loteamento clandestino". Como conseqüências o Recanto dos Humildes acabou por ser o indutor, através de um efeito demonstração, de uma imensa ocupação dos terrenos em sua volta. O que agravou este processo é que a maioria destes terrenos compunham o decreto de interesse da gleba do Recanto, mas que não foram desapropriados por terem sido considerados impróprios para a construção de moradias devido a sua grande declividade.

O fato agravante deste processo é que como em qualquer ocupação da cidade ou assentamento em loteamento ilegal, os critérios de definição dos lotes não obedeceram às necessidades técnicas - que neste caso são importantes - quanto à topografia, reproduzindo nas encostas o modelo de escavação que coloca em risco as edificações e em última instância a vida dos que ali residem..

Segundo informações das famílias residentes no Recanto pertencentes aos movimentos de moradia e nas ocupações, a ação de tomada das terras deu-se por cerca de 3 mil famílias (que ocorreu no início de 1996 e estendeu-se até março e abril do mesmo ano). Todos afirmaram que não se tratou de articulação organizada de algum movimento de moradia para aquela ação, mas que esta se apresentou espontânea. O fato é que alguma organização houve, pois parece que ocorreu uma certa divisão de lotes, além de terem sido respeitado os traçados de algumas ruas, tentando fazê-las integradas com as do conjunto.

Este fato releva um outro que foi a total ausência de políticas municipais para o atendimento das necessidades de habitação da administração Paulo Maluf. Ocorreu o total abandono do projeto e das políticas habitacionais que incorporavam os conceitos que procuravam superavar as formas tradicionais de provisão de habitação popular. Esta realidade forçou à demanda não atendida por aquela administração a que se utilizasse da estratégia da ocupação para ter garantido o seu acesso a moradia. O único projeto habitacional daquela administração foi o Projeto Cingapura, que estringiu-se à urbanização de favelas.

[6] Que inclusive foi constestado por parte dos moviemntos de moradia que consideravam necessário que a entrega dos lotes estivesse vinculada à programas de construção (como de financiamento de material de construção ou de mutirões) para evitar tando a degradação dos lotes pela ação de processos erosivos, como pelo perigo de sua ocupação por outras famílias.

Figura 5.

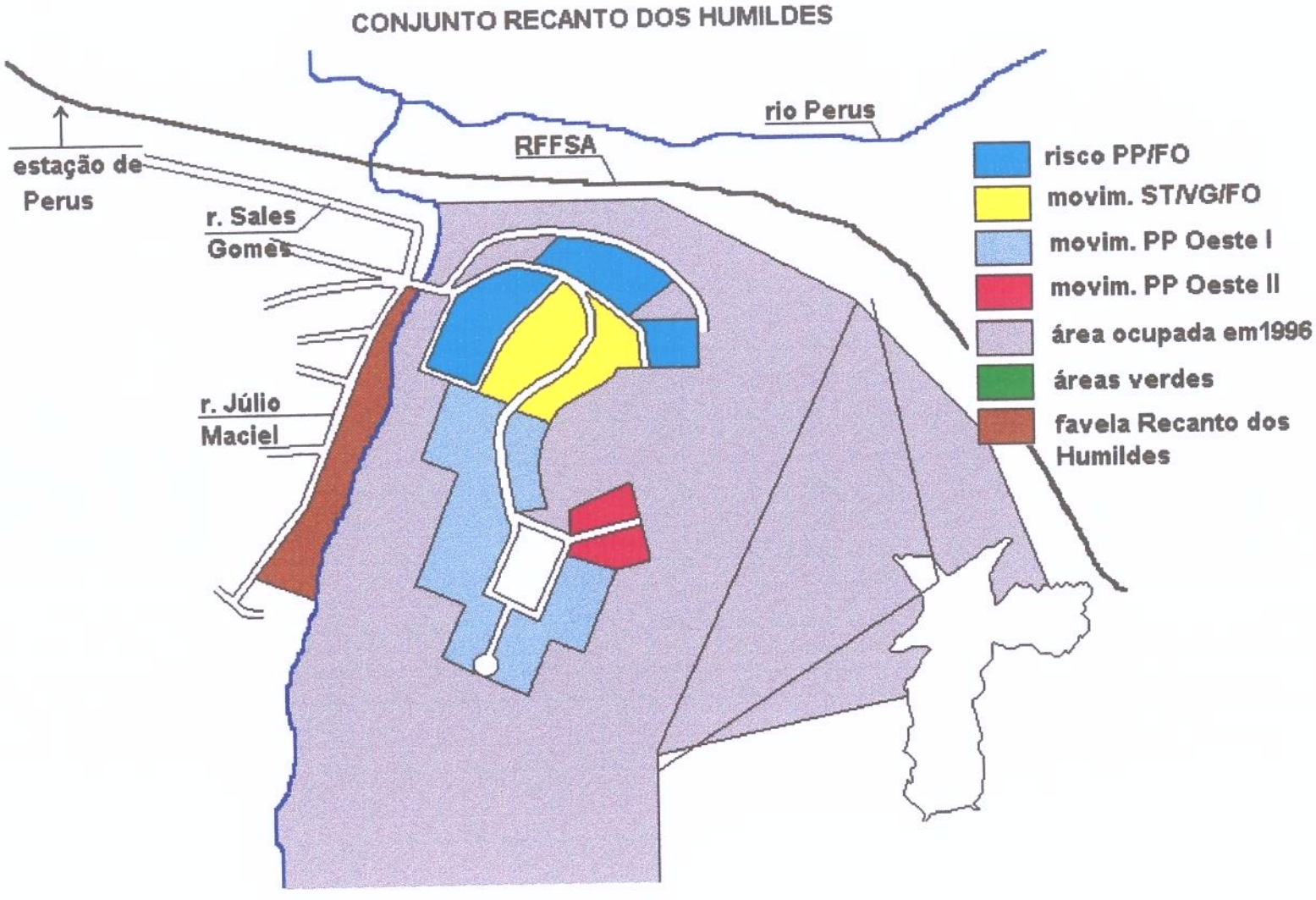

CONJUNTO RECANTO DOS HUMILDES
rio Perus
RFFSA
estação de Perus
r. Sales Gomes
r. Júlio Maciel
risco PP/FO
movim. ST/VG/FO
movim. PP Oeste I
movim. PP Oeste II
área ocupada em1996
áreas verdes
favela Recanto dos Humildes

Foto 4. Vista panorâmica do conjunto Recanto dos Humildes em maio de 1995. À esquerda vê-se os embriões, ao centro e á direita os lotes urbanizados ainda não totalmente ocupados. As áreas mais à direita correspondem aos terrenos não desapropriados.

Foto 5 Vista panorâmica do conjunto Recanto do Humildes em maio de 1996. Observa-se a maior quantidade de edificações nos lotes urbanizados e as ocupações dos terrenos não desapropriados e nas áreas destinadas à edificação verticalizadas (acima da casa com antena parabólica em 1º plano).

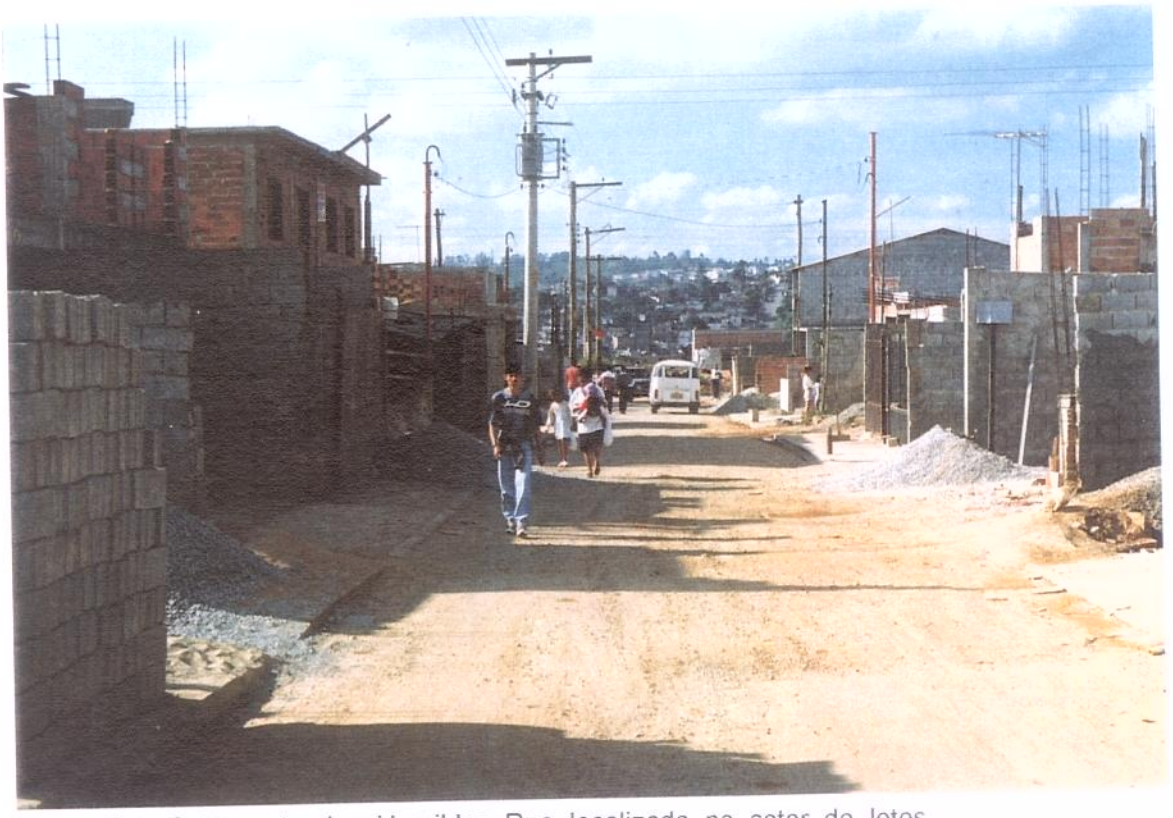


Foto 6. Recanto dos Humildes. Rua localizada no setor de lotes urbanizados. Vê-se à direita e ao fundo sobrado modelo para a construção em mutirão.

Foto 7. Área de ocupação. Esta rua é continuação da vista na foto nº 6. Observa-se ligações clandestinas de luz.

Fotos: Robson Martins

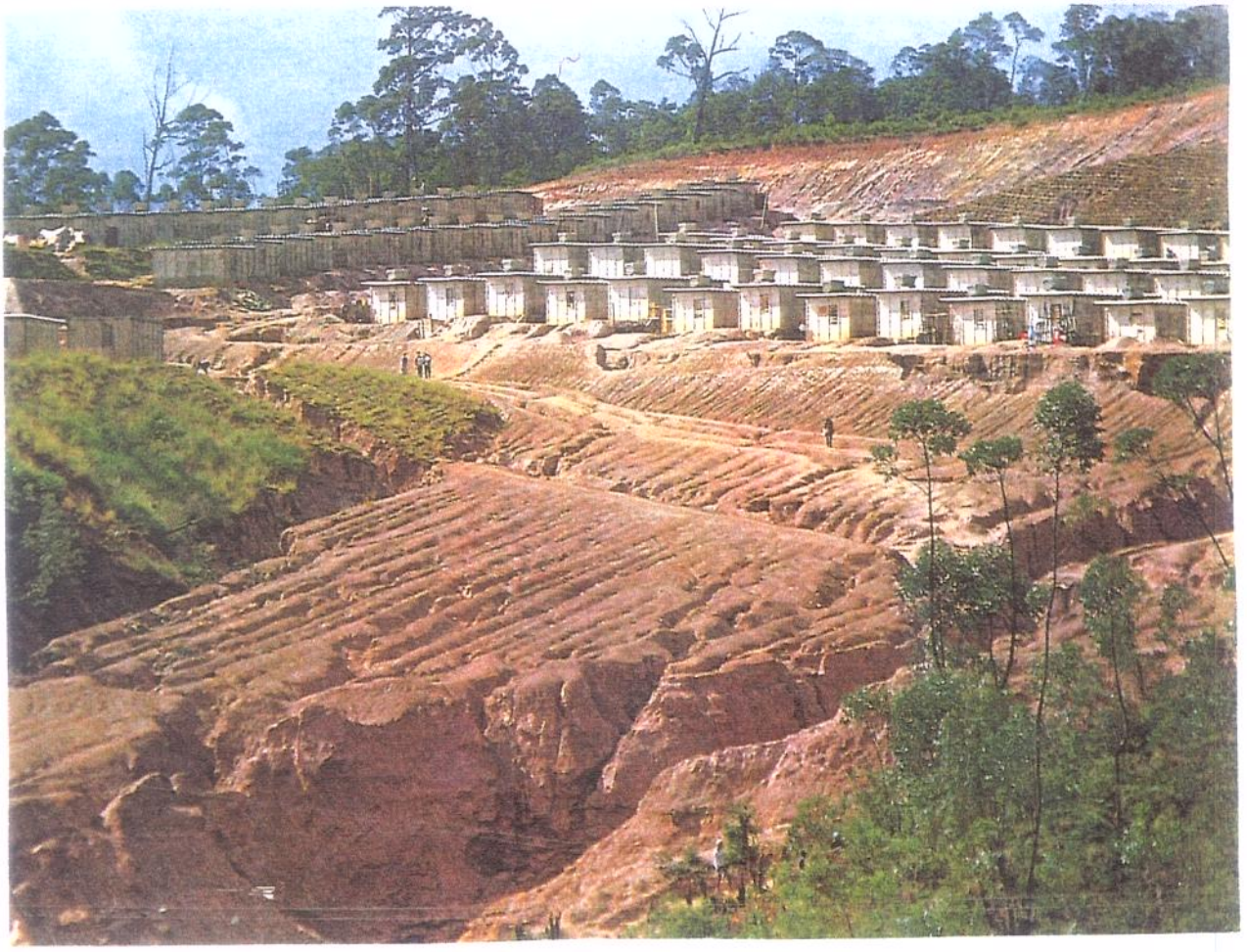


Foto 1. Conjunto Santa Etelvina. Observar as erosões, a falta de infra-estrutura de circulação e de drenagem e as tipologias habitacionais. Um dramático exemplo de descaso com a qualidade na provisão de conjuntos habitacionais.

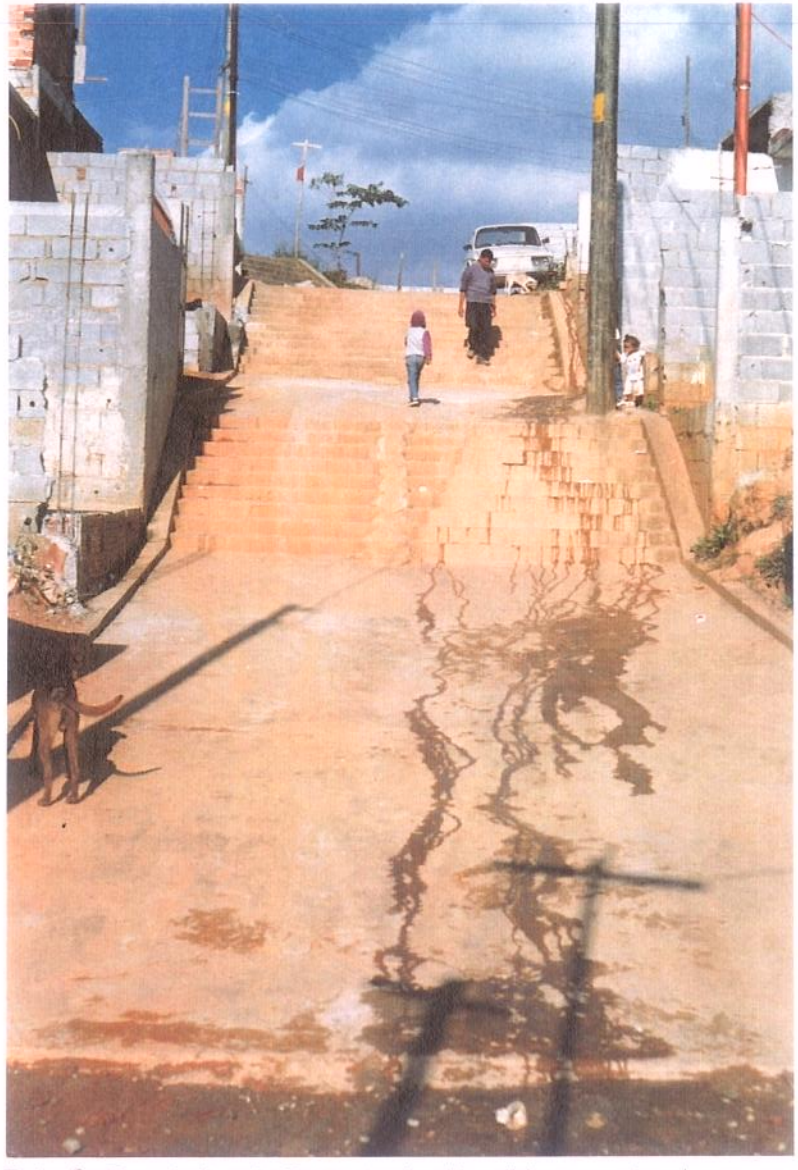


Foto 8. Escadarias do Recanto dos Humildes no setor de lotes urbanizados, destinado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste I.

Foto 9. Ocupação no terreno destinado à edificação verticalizada do Recanto dos Humildes. Observa- se inicio de erosão em "rua" que é continuação da escaradia vista na foto 8.

As imagens que são vistas hoje no Recanto mostram concretamente a dualidade que se apresenta neste conjunto com relação às políticas habitacionais. O que se vê é a presença de duas realidades que se contrastam materialmente, fruto de duas concepções sobre esta questão habitacional: de um lado o projeto que foi concebido dialogicamente com a realidade, respeitando as suas características materiais e sociais, e de outro um projeto político que não prioriza ações para encaminhar os problemas de habitação dos que não podem adquiri-las pelo mercado.

Como resposta, a realidade pragmática materializa-se, a partir de suas necessidades e de suas possibilidades no espaço, através da ocupação de terras. É como se a alegoria da realidade efetivamente terminasse no último degrau da escadaria do conjunto, no último trecho de asfalto das ruas, e se transformassem na realidade vivida quando estes deixam de ser escadarias e ruas para se tornarem as vielas erodidas da ocupação. É a utopia potencial do projeto do Recanto enquanto conquista coletiva, transformando-se em realidade possível para as utopias dos moradores, sejam eles os que assentaram-se no projeto concretizando-o como realidade, sejam os que ocuparam os espaços negados pelo projeto. O projeto mais uma vez foram suplantados pela realidade.

Assim quase como de forma simbólica, o conjunto Recanto dos Humildes que é a expressão material, concreta, e de uma política e seus projetos concebidos num processo dialógico com a realidade, foi apropriado pela expressão mais concreta da realidade, que é a sua produção no limite - a utopia concretizada.

3. O projeto de vida dos moradores e a casa como objetivo

Se do ponto de vista do projeto arquitetônico e urbanístico, o contato com a realidade representou um questionamento que se deu no conflito entre o que se projetou como realidade ideal e a realidade concreta "onde eles se materializaram", para os moradores a questão da habitação, no interior de seus projetos de vida, teve como origem os conflitos enfrentados cotidianamente com a necessidade de morar. Nestes projetos de vida dos moradores, antes mesmo de pensar em como deveria ser a casa, ela manifestou-se mais ou menos intensamente como objetivo de conquista, porque antes de mais nada ter acesso a casa apresentou-se como a questão central para eles. Já como esta seria, do pondo de vista arquitetônico ou urbanístico, a sua

qualidade, foi uma questão que permeou mais as discussões das lideranças dos movimentos do que propriamente entre os moradores (dos movimentos ou não). Isto está muito evidente quando esses se manifestam sobre a moradia, atribuindo muita importância a sua conquista, e não tanto com relação as suas características da moradia[7].

A realidade vivida impôs, assim, limitações a aquilo que o projeto tinha concebido como sendo o ideal em sua funcionalidade. O projeto é pensado, é uma idéia que se torna obra, materializa-se. As contradições entre este ideal pensado e o mundo, iniciam-se quando o projeto deixa de ser projeto e torna-se realidade, ou seja, quando inicia-se o seu processo de construção. Neste momento aquilo que era somente idéia, passa a ter concretude. É a existência do córrego que extravasa o seu leito buscando a sua várzea ocupada, são os taludes e terrenos patamarizados bem planejados que evitam que os terrenos erodam devido às características geotécnicas do solo; é a surgência de água que encharca o terreno. Esta materialidade toma uma outra dinâmica quando o conjunto é terminado e as famílias passam a ocupá-los.

Para o morador a "concepção do projeto da sua casa" se dá a partir da necessidades que lhe impõem o "mundo vivido". Ao contrário do processo de concretização do conjunto habitacional, para o morador existe uma estratégia que se constrói e é traçada a partir das relações que se dão no mundo vivido. Por esse motivo, não existia em seus projetos de vida aquela concepção de que a habitação poderia representar a construção "de um futuro enquanto uma realidade ideal". De maneira inversa o mundo ideal se concretizaria na casa, pura e simplesmente - esta é a sua utopia -, pouco importando as características "arquitetônicas" e "urbanísticas" do conjunto habitacional. O futuro como possibilidade de "um mundo ideal" é materializado pela construção possível da vida no cotidiano do mundo vivido. É uma utopia que materializa-se, permitindo que dela brotem outras utopias.

O exemplo mais significativo do futuro, não como possibilidade de uma realidade ideal, mas como sendo a possibilidade da conclusão da "construção possível do presente"[8], para o caso da habitação, está no processo de auto construção que historicamente se

---

[7] Ver capítulo 3, item4.

[8] Isto nos remete às idéias de "lógica da ordem possível" de Milton Santos (1988). "A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimo, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. (...) O que se chama de desordem é apenas a ordem possível, já que nada é desordenado".

desenvolveu nas regiões periféricas da cidade de São Paulo. Sem um projeto que concebe de maneira prospetiva o futuro como ideal, cada morador, a partir de sua realidade possível no presente, foi construindo a cidade ideal. É neste sentido que o futuro se apresenta apenas como a possibildade de existir - e aqui é que está uma das maiores críticas às idéias de Maffessoli, quando este reduz a construção das relações espaciais à necessidade do "estar-junto" de toda a comunidade, de uma "solidariedade espacial" que é dada pela "continuidade cósmica daqueles que nos precederam"[9]. Como colocamos, as relações espaciais para nós estão mais para o existir, do que propriamente para o pertencer.[10] Esta é que parece ser a questão central do "deslocamento" entre os projetos, quando projeta-se para os conjuntos habitacionais (através de sua organização arquitetônica e urbanística) uma realidade que é "ideal", e a realidade vivida pelos moradores nestes conjuntos.

Este parece ser um dos exemplos dos processos de desencaixe do tempo-espaço provocados pela modernidade apontado por Giddens, pois se o conjunto se apresenta como a "materialização de um futuro ideal", ou seja, o conjunto é a "materialização do futuro ideal no presente real" (uma relação espaço-tempo ideal, afinal o conjunto habitacional é um dos símbolos marcantes da cidade moderna), ele é dissimulado pelas relações cotidianas que nele se dão. A realidade presente na ação cotidiana dos moradores nos conjuntos, redefinem os usos dos lugares pensados para eles quando eram projetos. Se o conjunto habitacional, enquanto projeto, concebeu relações ideais do tempo-espaço, a realidade cotidiana do moradores em uma outra relação tempo-espaço (que é cotidiana) descaracterizou o conjunto enquanto projeto (transformou a alegoria em realidade).

A razão deste processo reside exatamente no fato de que a habitação, para os moradores, possui uma expressão que é concreta, é uma necessidade que é respondida no limite, basta ver o que ocorreu no Recanto dos Humildes, tanto no interior do conjunto onde as famílias do movimento dos Sem Terra da Oeste I abdicaram de sua proposta para a edificação coletiva de suas moradia, para se utilizarem da auto-construção; quando da ocupação que ocorreu em seu entorno. Para o morador só o fato de estar no conjunto habitacional parece representar "o futuro

[9] Ver capítulo 1, item 5.3.
[10] Colocamos "mais para o existir", mas consideramos que não é sempre assim, pois pensamos sobre nossas necessidades atuais. Na verdade pertencer e existir são fatos indissociáveis. Nós pertencemos por isso existimos e existimos por isso pertencemos. Foi justamente a modernidade que separou existir e pertencer ao delegar maior importância à primeira, à existência que ganhou uma conotação muito temporal.

melhor" que se concretizou pela conquista da casa - de novo a utopia. Esta conquista possui representações que são diversas conforme a sua realidade presente. Uma forma está contextualizada comoi fruto de uma luta que ocorre dentro de um movimento de moradia que possui um caráter claramente político (como é o caso dos movimentos de moradia como os dos Sem Terra). Uma outra, pode ser dada por um processo mais amplo, vinculado a um projeto político da municipalidade, como o da inversão de prioridades de investimentos públicos que beneficiaram áreas periféricas, através da urbanização de favelas, eliminação de áreas de risco, canalização de córregos, etc.. Portanto, a situação de "futuro ideal" se apresenta na concretização da casa num lugar específico que é o conjunto. Lembramos que 29,2% das respostas à indagação "por que é bom morar aqui?", referiraram-se à conquista da casa e a localização do conjunto.[11]

As constatações de que o caráter dos movimentos muda e que o papel das lideranças é redefinido, também mostram como na prática cotidiana os moradores vêem seu novo lugar de morar. O direito à casa, o papel do bom síndico, do bom administrador, o direito de vizinhança, o direito ao sossego, o direito ao acesso ao trabalho e às compras, a segurança, o conceito de condomínio fechado, os portões e as grades, compuseram aquilo de importante no imaginário dos moradores dos conjuntos. Dentro deste novo universo que compõe este imaginário, o mais importante, por exemplo, não era a existência de um líder (do movimento), mas sim que lá estivesse presente um bom administrador, aquele que na prática resolveria os problemas que viabilizariam a concretização daquilo que os moradores achavam importante. Na verdade a própria reivindicação por um bom administrador mostra um pouco como este moradores relacionaram-se em seu cotidiano com as relações de poder. Sem mascarar o que sentem, deixam às claras tanto o papel que desejam daqueles que elegeram para os representar neste microcosmo[12], quanto do que esperaram de seu lugar de morar, que certamente não era igual ao do técnico que o concebeu.

Um dos fatores mais instigantes desta relação entre aquilo que se projeta para um grupo de pessoas e aquilo que estas pessoas esperavam deste projeto foi constatado no programa de mutirões do FUNAPS Comunitário. Muito dos técnicos da HABI e algumas assessorias técnicas desejavam que as edificações refletissem o caráter

---

[11] Ver tabela 17, no capítulo 3.

[12] "(...) o imaginário é uma característica da organização social: sua identidade ou sua máscara. Verdade ou mentira, real ou manipulado, o imaginário nos diz menos sobre sí próprio do que sobre a sociedade que o constrói." (Ferrara, 1994)

coletivo que viabilizou o acesso à casa, sugerindo que os projetos abandonassem os muros de divisão entre os lotes e impedissem que os moradores colocassem grades em suas casas, sem lembrar que eles, técnicos, vivem em condomínios fechados ou em casas e edifícios gradeados e com guaritas. O desejo dos moradores dos conjuntos nada mais reflete que este imaginário que permeia as relações cotidianas de nossa sociedade. Estes moradores nada mais são que porta-vozes destas "vontades sociais", como nós também somos.

Neste sentido, foram as diversas formas de manifestação das relações de "construções de projetos de vida", que se dão no mundo vivido, que representaram os principais focos de contradições entre o que a política habitacional propôs, enquanto uma alternativa que centrava a provisão de moradia na figura do morador, e a "realidade vivida" nos conjuntos. Um fato que poderia mitigar estas contradições e que não se cumpriu, foi a falta da implementação de um projeto que acompanhasse esta relação do morador com o conjunto, desde os momentos de sua concepção enquanto projeto até o conjunto concretizado como lugar de vida dos moradores. Um projeto que discutisse com os moradores a cada fase deste processo e que fosse alterando-se conforme esta dinâmica real o exigisse. Ou seja, uma concepção de "projeto enquanto processo", como foi aquele que norteou o programa de mutirão[13], onde ao se manterem em uma constante relação dialogal com os agentes nele envolvidos, poderia evitar, se não totalmente, pelo menos em parte, os conflitos que existiram entre aquilo que a política desejou como "projeto ideal" nos programas de provisão de moradia por empreiteira, com a realidade imposta pela vida que os moradores realizaram para estes conjuntos.

O caminho para isto seria que bastasse que o projeto enxergasse e apreendesse o imaginário dos moradores e com eles avançasse para conquistar, aí sim, um novo cotidiano do mundo vivido nos conjuntos. Além disso, e o mais importante, é que um projeto com estas características permitiria um avanço ainda maior do que o atingido nas relações entre os moradores e o seu novo lugar de morar. Isto garantiria aquilo que em nosso entender faltou para a implementação plena de um projeto político de habitação popular, que incorporasse verdadeiramene a questão ambiental, que era a admissão em seu escopo do "meio ambiente vivido" pelos moradores.

[13] Uma das mais ricas características do programa de mutirões implementado pela HABI , na gestão analisada, foi o de conceber os projetos como sendo processos que se dinamizam conforme a realidade da relação entre os mutirantes, a obra, a assessoria técnica e a HABI ocorrem.

Aqui cabe uma pequena observação a respeito da situação delicada em que se coloca hoje o projeto, com relação ao seu potencial de previsibilidade. Como se sabe, um dos fundamentos do projeto é "diagnosticar" o presente, pensar nas demandas futuras e prever soluções e estratégias para viabilizar o futuro que foi idealizado. Porém, a questão que se coloca hoje é que não se consegue caracterizar o presente, no processo de elaboração "do projeto". O caso da arquitetura e do urbanismo parecem emblemáticos. Se no século XIX uma das expressões da cidade ideal do futuro era a "cidade jardim", o primeiro quartel deste século a "máquina da vida moderna", hoje tal expressão não existe e ambos, arquitetura e urbanismo, sentem-se impotentes para desenhar o futuro ideal. Na verdade esta impotência deve-se à grande perplexidade[14] com o presente. Boaventura Santos mais uma vez nos chama a atenção para uma das características desta fase atual da modernidade: "Devido a um desequilíbrio, criado pela ciência moderna entre a capacidade de ação, que é cada vez maior e a capacidade de previsão, que é cada vez menor, o futuro é hoje para nós simultaneamente mais próximo e mais imprescutável (sic). Nunca esteve tanto em nossas mãos, mas as nossas mãos nunca foram tão ignorantes sobre se afagam uma pomba ou uma bomba.[15]" - o futuro esvazia-se.

Assim a busca do entendimento de como a formulação de uma nova cultura para a construção dos conjuntos habitacionais Recanto dos Humildes, Rincão da Penha e Delamare permeou o imaginário daqueles que lá foram residir e como fundamentaram a construção de seus "espaços de identidade" nestes novos lugares de morar, mostrou a necessidade de se caracterizar dois aspectos que vinculam-se à questão dos conjuntos habitacionais populares. Ou seja, o olhar que se deve fazer ao analisar a dinâmica do mundo vivido nos conjuntos tem que levar em conta tanto o imaginário social no sentido como as práticas sociais atribuem significados às coisas e as ações a elas vinculadas, sendo que estas não possuem juízo de valor; quanto levar em conta a existência de um conflito que se estabelece entre o conjunto projetado e a cidade real, numa ótica que vê um movimento dialético da produção das relações sociais e das relações espaciais à luz de Lefebvre[16].

[14] Giddens (1991), Soja (1994), Harvey (1993), Habermas (1991)
[15] Santos, B.S. (1995), pag. 43.
[16] Lefevbre, 1977.

4. Os espaços de identidade

A construção dos espaços de identidade pelos moradores dos conjuntos analisados, como pudemos constatar, vem se desenvolvendo a partir da construção de situação de intimidade que resumem-se à casa. Esta situação de construção de relações de intimidade potencializa a criação da identidade com o espaço e, consequentemente, o sentimento de pertencimento com este espaço, ou seja, a criação do lugar.

Para a compreensão de como se vem dando a construção destes espaços de identidade nos conjuntos analisados, devemos partir de duas situações distintas de como esta questão se apresentou, entre os processos que se deram entre os conjuntos verticalizados que foram entregues prontos aos moradores (o Delamare e o Rincão) e o Recanto dos Humildes com embriões e os lotes urbanizados. Tal distinção é importante, pois como o processo de construção das identidades restringiu-se à casa, o fato dela ter sido entregue de maneira distinta - pronta, como embrião, ou potencializada no lote -, contribuiu para o estabelecimento de situações diferentes como forma de sua apropriação.

Com relação aos espaços comuns, tudo o que estava fora da casa, foi considerado como se fosse público, como se os conjuntos fossem bairros quaisquer da cidade. Um dos fatos que indica isso, como foi visto no capítulo anterior, foi que muito das obrigações que relacionavam-se à sua manutenção foram atribuidas invariavelmente à prefeitura. Na verdade, a falta de clareza entre os moradores de qual era o papel da prefeitura (e aqui não somente a HABI)[17] e do condomínio como uma instituição privada, levou a este sentimento de descompromisso com tudo o que estava fora de casa. Apesar dos portões e guaritas nas entradas (no Rincão e Delamare), os espaços comuns dos conjuntos foram entendidos como sendo "espaços da cidade".

Mas o que ficou evidente é que no caso dos conjuntos verticalizados e em especial do Delamare, o sentimento de intimidade e de identidade como o lugar de morar, na figura do apartamento, ficou expresso nos varais que estendem-se sobre o telhado do vizinho de baixo, nas grades instaladas e nas flores plantadas, e os espaços comuns que foram "privatizados" como extensões dos apartamentos através da instalação de rampas nas escadas para viabilizar a circulação de motocicletas. A construção desta

[17] Em uma situação contraditória onde eles não possuíam concretamente a titulação das moradias além de não haver a presença de interlocutores entre os moradores e a municipalidade.

identidade, neste sentido, possui um referencial que já estava construído, pronto - o apartamento - e ela se formou (e vem se formando) a partir de redefinições de alguns aspectos e de alguns usos deste construído, deste pronto.

No caso do Recanto, o processo foi diferente devido ao tipo de projeto do conjunto. Nele, ao contrário dos anteriores, a identidade com o lugar de morar, que também está expressa na "casa", não possui um referencial pronto, pois a casa não estava pronta. No Recanto dos Humildes o que parece ter ocorrido é que as relações de identidade e pertencimento expressas na casa, como lugar de morar, vem sendo formadas conforme se constróem e se ampliam estas moradias. As ampliações dos embriões, as suas constantes "reformas", as rampas nas escadarias para dar acesso ao carro, a auto construção, a construção das casas por ajuda mútua, as grades e as flores, como nos demais conjuntos, são marcas que definem a constituição do sentimento de pertencimento à casa, que é para eles o "lugar".

No caso do Recanto a situação parece figurativa. É como se as identidades, que se constituem a partir da "cidade real"- expressas na construção da casa, no mundo vivido pelos moradores - se assentassem sobre aquela cidade ideal expressa no espaço projeto do conjunto.

Os processos observados aqui reforçam a idéia de que para a implantação de um verdadeiro processo de inovação da cultura de provisão de habitação popular, era necessário um projeto habitacional que levasse em conta os aspecto físico e as relações sociais, que privilegiasse um olhar para o viver cotidiano dos moradores (antes e depois da ocupação das unidades) em sua relação com o seu lugar de morar (a casa, o conjunto, ou qualquer outra expressão que atribuíssem como elemento estruturador de sua identidade). A apropriação desta relação entre o viver cotidiano e o lugar de morar, melhor viabilizaria a possibilidade para que estes moradores constuíssem nos conjuntos (e não somente nas casas) as relações de identidade e pertencimento que não encontradas apenas como memória da luta e da conquista, como apontamos anteriormente.

5. Uma crítica à política atual e a esperança no cotidiano

Ao longo deste trabalho foram tecidas tênues críticas à administração Paulo Maluf, no município de São Paulo (1993/1996), por ter interrompido os projetos habitacionais iniciados na gestão anterior do Partido dos Trabalhadores de Luiza Erundina e também por terabandonado totalmente as concepções que nortearam a política habitacional, que trazia a tentativa de redefinição da cultura de provisão de habitação popular. Porém, nos parece oportuno, algumas observações com relação ao Projeto Cingapura, que se apresenta como única iniciativa para provisão de moradia popular.

No Projeto Cingapura, a habitação é concebida de uma maneira estritamente instrumental, onde a casa é apenas um "depósito de pessoas", que viabilizam as obras viárias e cumprem o papel de dar um caráter "social" à administração.

Indo além das críticas que apontam para a sua característica como sendo um "maquiador da realidade das favelas" (como em um cenário teatral, a fachada esconde a realidade que está por trás), o Projeto Cingapura apresenta duas falhas fundamentais: a primeira, já citada, de que o morador é entendido apenas como mutuário e a segunda vincula-se à desestruturação da equipe da HABI.

No caso da primeira, o Projeto ao definir que a renda do favelado é um elemento de excludência de acesso aos apartamentos, coloca uma contradição "de fundo" à este programa. Ao estruturar um programa habitacional na possibilidade de pagamento dos futuros moradores, a municipalidade utiliza-se da lógica tradicional das políticas de construção de habitação popular, onde o que está colocado é uma relação de mercado. Tendo como exemplo as políticas propostas dentro da esfera do SFH/BNH, as agências promotoras de habitação estipulam regras a quem deseja a casa. Entre estas regras existe a exigência quanto ao pagamento de mensalidades, ou prestações, das unidades habitacionais. Estas agências anunciam o lançamento de programas e abrem inscrições a quem deseja participar. Neste procedimento é o candidato à casa que procura a agência, aceitando previamente as regras por estipuladas. Uma política de habitação popular deve ter uma postura diferente com relação a este aspecto, recolocando a questão do mercado, e no caso da verticalização de favelas esta dinâmica tem que ser entendida obrigatoriamente de uma outra maneira. A diferença que existe entre os projetos de conjuntos do "tipo" COHAB ou BNH e as verticalizações de favela, é que no segundo os moradores já estão assentados no local anteriormente

à implantação dos projetos. Não são eles que "procuram" o programa. Por esse motivo acreditamos que tais projetos não devam impor as suas regras à estes moradores.

Mas o fato grave desta questão reside no rompimento de uma relação de direito que o favelado possui. Quando é definido este critério de exclusão pela renda, o programa acaba por deslegitimar o papel que o morador tem de ocupante de uma área que "era" pública já que o destino de seu uso era público. O ato de ocupar uma terra pública e a conquista por sua fixação, legitima o seu assentamento e dá àquela terra que estava desocupada um uso fundamentalmente social, que é o de dar a possibilidade de moradia para os que não têm acesso a ela pelo mercado. Quando se remove as famílias para naquele lugar se redefinir um uso também habitacional, é legítimo que todos lá assentados tenham direito a uma unidade no projeto proposto, independentemente de sua renda, ou de sua capacidade de endividamento. Foram eles moradores favelados que definiram o uso residencial para estas terras, e o Poder Público ao aceitar este uso (através da implementação do projeto), o faz devido à conquista dos moradores. Na verdade a política pública ao verticalizar favelas, reconhece aquele lugar como sendo lugar de morar, e nada mais legítimo do que assentar neste lugar todos aqueles que viabilizaram esta redefinição do uso da terra. Esta questão do direito à moradia foi um dos temas mais debatidos durante a Conferência do Habitat II realizada em Istambul em 1995.[18]

A segunda observação é que devido ao desmonte realizado nas equipes da Superintendência de Habitação Popular, todo o trabalho com as famílias, o chamado trabalho social, das áreas objeto de projeto foi abandonado. O mais grave desta questão é que naquelas áreas em que foi considerado pela própria Superintendência que era fundamental a realização de trabalhos com as famílias, este foi realizado por uma empresa contratada - a Diagonal (especializada em arquitetura e planejamento).

Esta empresa, por exemplo, é responsável por viabilizar junto aos moradores das favelas, os projetos do Cingapura. Para tanto organizam e promovem reuniões entre os moradores para fomentar as discussões sobre estes projetos, além de fazer as assembléias necessárias, onde decide-se, ou não, pela aprovação ou não das propostas feitas. A presença do técnico da HABI (que resume-se a uma ou duas assistentes sociais nas assembléias) é apenas figurativa e serve para "legitimar" o

[18] Ver os títulos sobre o Habitat II: Bonduki (1996), Maricato (1995), Conferencia Brasileira para a Habitat II (1996), Rodrigues (1996).

processo. O fato de destaque nesta questão é quanto ao inexistente o envolvimento das famílias no processo de discussão dos projetos e quando existe a participação, esta resume-se basicamente às assembléias. Na favela São Domingos, no Butantã menos de 10% dos moradores participaram de tais assembléias para aprovar o projeto, o que mostra a desmotivação com relação ao projeto proposto.

Os anúncios realizados pela prefeitura destacam que o Projeto Cingapura não resume-se à construção de prédios mas que também age sobre a urbanização de favelas, além de propor a distribuição de lotes urbanizados. Na verdade esta foi uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - para a liberação do financiamento da IV fase do Programa. Portanto, não foi algo concebido no interior da política habitacional, como um reconhecimento de que verdadeiras ações comprometidas com a solução dos problemas habitacionais das famílias que não tem acesso à moradia por outros meios, devem possuir um leque de opções de alternativas que não resumem-se a um único programa, como é o Cingapura[19], que, na verdade não resolve em nada as reais questões de habitação, particularmente dos favelados. Foi por esse motivo que o "programa habitacional" da administração Maluf traz consigo profundas contradições e não se apresenta como real alternativa habitacional. Basta que os projetos foram recusados pelos organizadores da Conferência para o Habitat II, por não atender uma das principais exigências, qual seja: que os projetos apresentados possuissem um leque abrangente de alternativas e que, principalmente, contassem com a participação popular.

A questão que se coloca, então, para os conjuntos do "Cingapura", quanto a ausência de vínculos, é a mesma que sempre se colocou aos conjuntos habitacionais populares. Ou seja, que é no processo cotidiano da vidas dos moradores que eles constróem estes sentidos de pertencimento ao lugar de morar. O problema é que na proposta de verticalização de favelas do Cingapura e em suas derivações impostas pelo BID, este cotidiano é algo totalmente ignorado no processo de implantação deste programa, que não foi o caso da gestão anterior.

É por esse motivo que consideramos que as relações cotidianas no Cingapura serão tão conflituosas quanto sempre foram nas políticas tradicionais de habitação. Mas, de qualquer forma vai ser neste cotidiano, no mundo vivido pelos moradores, que se

[19] Cabe ressalter que o BID também exigiu a apresentação do relatório de impacto ambiental, como um instrumento de aprovação dos projetos propostos.

construirá estas identidades com o lugar de morar e talvez, neste caso, reproduzindo de forma clara as contradições que se desenvolvem na cidade, que inclusive são fomentadas por aqueles que implentam estas políticas.

O Cingapura (como sempre foram as "COHABs") aparece como negação, como objeto vazio - nele não só o futuro esvaziou-se, mas também o presente. Aparece como farsa de uma tragédia que se esconde atrás de suas cores falsas. As cores do Cingapura são a alegoria e só alegoria.

Já as imagens do Delamare com seus varais e grades, suas grades e suas plantas e flores, do Rincão com seu rio e sua flores, do Recanto dos Humildes com suas ocupações e sua eterna construção, ficam como exemplos que como os "objetos arquitetônicos" são preenchidos pela vida que os anima, que é mediada pela utopia constituida na luta e na conquista. É nesta relação entre objeto - que é alegoria - e a vida que os anima - que é a utopia construída no cotidiano e construtora do futuro, - da alegoria que se torna metáfora da realidade -, é que se revela aos moradores dos espaços o que é o lugar, que se revela, em fim, o que é o meio ambiente vivido, que nada mais é do que o universo da contrução das relações da vida no cotidiano. É sobre este meio ambiente que se devem pautar políticas habitacionais.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Aziz N. - (1957) Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo. São Paulo, USP/FFLCH.

ADORNO, Theodor - (1986) Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. Teodor Adorno e max Horkheimer. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

ALMEIDA, E. E. R. - (1975) A organização Espacial do Setor Metropolitano Ocidental de São Paulo. Tese (Doutorado),FFLCH/USP.

ASCHER, François e GRARD, J. - (1975) O Urbanismo e a Política. Lisboa, Editora Estampa, (Col. Praxis, no 33).

AZEVEDO, S & ANDRADE, L.A.G. - (1982) Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Nacional da Habitação. Rio de Janeiro, Zahar.

BARBOSA, S.R.C.S. - (1996) Comlexidade Social e Qualidade de Vida. in Anais do X Encontro ENEP - ABEP, Caxambú.

BAUDRILLARD, Jean - (1994) Conjuntos Artificiais -a Biosfera 2 ou da Conjunção do Mal à Gestão dos Dejetos. in Homem, Cidade, Natureza; Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, vol. 116.

BENOIT, Lolita - (1995) O Positivista Pós-Moderno. in Folha Mais, pag 3. São Paulo, Folha de São Paulo (23. 04).

BAVA, Silvio C. - (1988) A Luta nos Bairros e a Luta Sindical. in Kowarick et alli.

BERNIÉ - BOISSARD, Catherine - (sd) Henri Lefebvre, Sociologue du Quotidien, Philosophe de la Modernitée. in Espaces et Société, nº 76, Paris.

BECK, U. - (1992) Risk Society: towards a new modernity. London, Sage.

BLAY, Eva A. - (1985) Eu Não Tenho Onde Morrar: vila operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel.

BONDUKI, Nabil G. - (1980) Notas e Hipóteses sobre a Evolução da Habitação Popular em São Paulo. São Paulo, mimeo.

_____ - (1986) Construindo Territórios de Utopia: a luta pela gestão popular no desenvolvimento de peojetos habitacionais. Tese (Mestrado) - FAU/USP.

_____ - (1988) Crise de Habitação e a Luta Pela Moradia no Pós-Guerra. in As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Presente e Futuro (Kowarick org,) São Paulo, Paz e Terra/UNRISD.

_____ (org) (1996) Habitat: as Praticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente, e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo, Studio Nobel.

BONDUK, M. e ROLNIK, R. - (1979) Periferia - Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho. São Paulo, FAU/USP/Fundação para a Pesquisa Ambiental.

BRANDÃO, Carlos R. et alli - (1989) Pesquisa Participante. Carlos Rodrigues Brandão (org.), São Paulo, Brasiliense.

BRANT, Vinícios C. et alli - (1987) São Paulo: trabalhar e viver. São Paulo, Brasiliense/Arquidiocese de São Paulo.

BRAVERNAM, Herry - (1981) Trabalho e Capital Monopolista: a desagregação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar.

BRASIL (1993) Legislação Federal: Controle de Poluição Ambiental. São Paulo, CETESB.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio - (1984) A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores e o que pensam do poder dos poderosos. São Paulo, Brasiliense.

CAMPBELL, Joseph - (1990) O Poder do Mito. São Paulo, Palas Athenas.

CANCLINI, Nestor G. - (1983) As Culturas Populares no Capitalismo. São Paulo, Brasilense.

CARLOS, Ana F. - (1988) Espaço e Indústria. São Paulo, Contexto/ EDUSP.

_____ - (1994) A Natureza do Espaço Fragmentado. in Globalização e Fragmentação (Milton Santos org.), São Paulo, HUCITEC/ANPUR.

CASTELLS, Manuel - (1976) Lutas Urbanas e Poder Político, cidades em questão, 5 afrontamentos. Porto, Firenza.

_____ - (1980) Cidade, Democracia e Sociedade. Rio de Janeiro.

_____ - (1983) A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CASTORIADES, Cornelius - (1982) A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ - (1982) Diante da Guerra. São Paulo, Brasiliense.

CERTEAU, Michel - (1984) The Practice of Everyday Life. Berkley, UC. Press.

_____ - (1985) Pactice of Space. in Blonky, M. in Sings, Baltemore, John Hopkins University Press.

CHAMPAGNE, Patrick - (sd) Environment, Espace Public et Representation. Paris, Espaces et Société, nº 77.

CHARDIN, Teilhard de - (1970) O Fenôneno Humano. Porto, Livraria Tavares Martins.

COHEN, G. A. - (1978) Karl Marx's Theory of History: a defense. Princeton, Princenton U. Press.

COHN, Gabriel - (1994) Theodor W. Adorno: Sociologia. São Paulo, Atica.

COHN-BENEDIT, D. Nós que Amávamos Tanto a Revolução. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CONCEIÇÃO, Fernando - (1986) Cala a Boca Calabar: a luta política dos favelados. Petrópolis, Vozes

CONFERÊNCIA BRASILEIRA PARA O HABITAT II - (1996) Assentamentos mais Humanos. Rio de Janeiro, Federação Nacional dos Arquiquetos e Urbanistas.

COVRE, Maria, et alli - (1988) A Cidadania que Não Temos. São Paulo, Brasiliense.

CUENOT, Claude - (1966) Teilhard de Chardin. Barcelona, Labor.

DAMIANI, Amélia L. (1991) A Cidade (Des)Ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I. Tese (Doutorado), FFHLCH/USP.

DALY, E. e COBB JR, J.B. (sd) For the Common Good. Redirecting the Economy toward community, tthe Environment, and a sustainable future. Green Press.

DEAR, Michael - (sd) Les Aspects Postmodernes de Henri Lefebvre. Paris, Espaces et Société, nº 76.

DONNE, Marcella D. - (1979) Teoria Sobre a Cidade. Lisboa, Martins Fontes.

EDINGER, Edward F. - (sd) Ego e Arquétipo. São Paulo, Cultrix.

DWIVEDI, O.P. (1986) Political Science and the Environment. in Intenational Social Science Journal, nº 09.

ELLUL, Jacques - (1968) A Técnica e o Desafio do Século. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ - (1985) Mudar de Revolução: o inelutável proletariado. Rio de Janeiro, Rocco.

ELSTER, J. - (1982) Marxism, Funtionalism and Game Theory: the case for methological individualism. Theory and Society, 11, 4, july, 1982, pp. 453-483.

EVANGELISTA, João E. - (1992) Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno. São Paulo, Cortez.

FALCÃO, Maria do C. - (1983) Um Movimento Popular. in: Cadernos Praxis nº 1, São Paulo, Cortez.

FARAH, Marta F.S. - (1985) Estado e Habitação no Brasil: o caso dos Institutos de Previdência. in Espaços e Debates, nº 16, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU.

FAUSTO, Boris - (1986) Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, Difel.

FERRARA. Lucrécia D. -(1988) Ver a Cidade. São Paulo, Nobel.

_____ - (1994) Do Mundo do Imaginário à Imagem do Mundo. in Globalização e Fragmentação, São Paulo, HUCITEC/ANPUR.

FERREIRA, Leila C. - (1992) A Política Ambiental no Brasil. in: População Meio Ambiente e Desenvolvimento (George Martine org.). Campinas, UNICAMP.

_____ - (1996) Sustentabilidade e Democracia no Poder Local. in Anais do X Encontro ENEP - ABEP, Caxambú.

FORTI, Reginaldo et. alli. - (1979) Marxismo e Urbanização Capitalista. (Reginaldo Forti org.). São Paulo, Livraria e Editora Ciêncais Humanas (col.Textos Críticos).

FREITAG, Barbara - (1994) Duas Cidades Entre a História e a Razão. in Homen, Cidade, Natureza, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, v 116.

_____ - (1995) Habermas e a Teoria da Modernidade. in Cadernos CRH nº 1, Salvador, Centro de Recursos Hunanos, UFBA.

FREMONT, Armand - (1980) A Região, Espaço Vivido. Coimbra, Livraria Almedina.

FUNDAÇAO GETÚLIO VARGAS - (1987) Dicionário de Ciências Sociais. F.G.V. Instituto de Documentação; Beneticto Silva (coord. geral, Antônio Garcia de M. Neto et alli), 2a ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

FUNDAÇÃO SEADE - (1992) Pobreza e Riqueza: pesquisa de condição de vida na Região Metropolitana de São Paulo: habitação. São Paulo, Fundação SEADE.

GABEIRA, F. - (1985) Nós que Amávamos Tanto a Revolução: um diálogo Gabeira-Cohn Benedit. Rio de Janeiro, Rocco.

GAUTUNG, Johan - (1979) Development, Environment and Tecnology: towards a tecnology for self-reliance. New York, UNVTAD.

GALVÃO, Luiz A. - (1984) Capital ou Estado?. São Paulo, Cortez.

_____ - (1982) O Fracasso de "O Capital". in Ciências Sociais nº 2, São Paulo, Cortez.

GEORGE, Pirre - O Meio Ambiente. São Paulo, Difel, 1973.

GIDDENS, E. - (1981) A Contemporaty Critique of a Historical Materialism. Londres, Basingstoke, Macmillan.

_____ - (1991) Consequências da Modernidade. São Paulo, Ed. UNESP.

_____ - (1993) Transformações da Intimidade. São Paulo, Ed. UNESP.

_____ - (1995) Para Além da Direita e da Esquerda. São Paulo, Ed. UNESP.

GOMES, Paulo Cesar da C. - (1996) Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

GONH, Maria da G. M. - (1979) Clases Populares, Periferia Urbana e Movimento Social Urbano: o Movimento das Sociedades Amigos de Bairro em São Paulo. Tese (Mestrado) - FFLCH/USP, volumes I e II, São Paulo.

GRAMISCI, Antônio - (1984) Concepção Dialética da Histótia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 5ª ed.

GUATARRI, Felix - (1981) A Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense.

_____ - (1994) Práticas Ecosóficas e Reestruturação da Cidade Subjetiva. in Homen, Cidade, Natureza, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, v 116.

GORZ, André - (1980) Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes.

HABERMAS, Jurgen - (1987) Teoria de la Accion Comunicativa. Madri, Taurus.

_____- (1990) Pensamentos Filosóficos da Modernidade. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

_____ - (sd) Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro, Zahar.

HAMEL, P. e POITRAS, C. - (sd) Henri Lefebvre, Penseur de la Postmodernite., Espaces et Société, nº 76, Paris.

HARVEY, David - (1993) Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola.

HELLER, Agnes - (1985) O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª ed.

_____ - (1978) La Theorie des Bensois chez Marx. Paris, Union Gerale D'Editions.

HELLER Agnes. e FEHÉR, Fevenc- (1995) O Pêndulo da Modernidade. in Revista Tempo Social, v 6, São Paulo.

HOGAN, Daniel et alli - (1978) Cidade, Usos e Abusos. Daniel J. Hogan et alli, São Paulo, Brasiliense.

_____ - (1992) Dilemas Socio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, UNICAMP.

JACOB, P. & NUNES E. - (1983) Movimentos Sociais Urbanos na Cidade em 1980: mudança na teoria e na prática. in Revista Espaços e Debates, São Paulo, Cortez/NERU, nº 10, ano 3.

JACOBI, P. - (1991) Políticas Públicas e Alternativas de Inovação da Gestão Municipal: o complexo caso da cidade de São Paulo. in: São Paulo em Perspectiva, vol. 5 nº 2, Revista da Fundação SEADE.

KOWARICK, L. - (1975) A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ - (1988) As Lutas Sociais: São Paulo, passado e presente. (Lucio Kowarik org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KRISCHKE, Paulo J. - et alli - (1984) Terra de Habitação Versus Terra de Espoliação. (Paulo J. Krischke org.). São Paulo, Cortez.

KUNH, Thomas - (1995) As Estruturas das Revoluções Científicas. São Paulo, Persepectiva. 3ª ed.

LANGENBUCH, J. R. - (1968) A Estruturação da Grande São Paulo: estudos de geografia urbana. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, v. 1 e 2.

LAKATOS, Imre (1979) A Crítica e o Desenvolvimento do Com\nhecimento. IV volume do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965, São Paulo, Cultrix.

LE CORBUSIER - (1929) The City of Tomorrow and the Planning. Londres

LEFEBVRE, Henri - (1969a) A O direito à Cidade, o Fenômeno Urbano: sentimento e finalidade da industrialização. O principal direito do homem. São Paulo, Documentos.

_____ - (1969b) Posições Contra os Tecnocratas. São Paulo, Documentos,.

_____ - (1972) La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno. Madrid, Alianza Editoria.

_____ - (1976) Espacio y Política: el Derecho de la Cuidad II. Barcelona, Peninsula.

LEFF, Enrique - (1986) Ecologia y Capital: hacia uma perspectiva ambiental del desarrollo. México, Universidade Nacional Autónoma de México.

_____ - (1979) Los Problemas de Conocimento y la Perspectiva Ambiental de Desarrollo. Enrique Leff (coord.), Mexico, Siglo Vientiuno.

LIMA, Marcos C. - (1993) Desenvolvimento Sustentável, a Crise do Fordismo e os Países Periféricos. in Meio Ambiente: ecos da eco, (Rodrigues, A org.) Campinas, IFCH/UNICAMP, Textos didáticos nº 8.

LIPIETZ, A. - (1988) O Captilal e Seu Espaço. São Paulo, Nobel.

LOJKINE, Jean - (1981) O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Martins Fontes.

LYOTARD, Jean F. - (1984) The Postmoder Codition : a report on knowledge. Manchester, Manchester University Press.

_____ - (1993) Moralites Postmodernes. Paris, Galille.

MACEDO, Carme C. - (1979) A Reprodução da Desigualdade. São Paulo, Hucitec.

MAFFESOLI, Michell - (1984) A Conquista do Presente. Rio de Janeiro, Rocco.

_____ - (sd) O Conhecimento do Cotidiano. Lisboa, Varga/Universidade.

_____ - (1994) O Poder dos Espaços de Celebração. in: Homem, Cidade, Natureza, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, v. 116.

_____ -(1995) O Fim da Sociedade Civil. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais!, de 19.03.95, pag. 03.

MARCUSE, Herbert - (1970) A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional. Rio de Janeiro, Zahar, 5ª ed.

MARIANI, Ricardo - (1986) A Cidade Moderna Entre a História e a Cultura. São Paulo, Nobel/Instituto Italiano di Cultura de São Paulo,

MARCILIO, Maria L. - (1973) A Cidade de São Paulo: povoamento e população 1750 - 1850. São Paulo/EDUSP.

MARICATO, Ermínia - (1977) A Proletarização do Espaço sob a Grande Industria. O Caso de São Bernardo do Campo. São Paulo, Tese (Mestrado), FAU/USP.

_____ et alli - (1982) A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. (Ermínia Maticato org.), São Paulo, Alfa/Omega, 1982.

_____- (1988) The Urban Crisis in the 80, and the Popular Moviment for Urban Reforn. London, Bartlett International Summer School.

_____ - (1995) Habitação e as Políticas Fundiária, Urbana e Ambietal: diagnóstico e recomendações. Rio de Janeiro, II Seminário do Habitat II, Ministério das Relações Exteriores, mimeo.

_____- (1996) Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, HUCITEC.

MARTINE, George - (1993) População, Ambiente e Desenvolvimento: o cenário global e nacional. in População, Meio Ambiente e Desenvolvimento (George Martine, org), Campinas, UNICAMP.

MARX, Murillo - Nosso Chão: do sagrado ao profano. São Paulo, EDUSP, 1988.

MCCONICK, John - (1992) Rumo ao Paraiso: a história do movimento ambientalista. São Paulo, Relume-Dumará.

MOISES, José A. et alli - (1982) Cidade Povo e Poder. José Alvaro Moises et alli, Rio de Janeiro, Paz e Terra (col. CEBEC) vol. 5.

MORIN,E. - Cultura de Massa no Século XX: o espírito do tempo; neurose. Rio de Janeiro, Forenze Universitára, 1984, 5ª ed.

_____ - (1990) Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa, Instituto Piaget.

MORSE, Richard - (1970) Formação Histórica de São Paulo; de comunidade à metrópole. São Paulo, Difel.

_____ - (1988) O Espelho de Próspero. São Paulo, Companhia das Letras.

_____ - (1991) Diário de Mac Lumanaíma. São Paulo, Companhia das Letras.

NAHAS, M.I.P. et alli - (1996) O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQV/BH): um instrumento de avaliação do lugar urbano. Nahas, M.I.P.; Martin, V.L.A.B; Esteves, O.A.; Guerra, L.P. e Simões, R.F.). Anais do X ENEP - ABEP, Caxambú.

OLIVEIRA, C.D.M. - (1987) Tercerialização do Espaço Metropolitano. in: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), nº 65.

_____ - (1988) O Processo de Tercerialização do Espaço Metropolitano: um estudo sobre sua radicalização na Região Administrativa de Santo Amaro, in: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, Associação dos Geografos Brasileiros (AGB), nº 66.

OLIVEIRA, Roberto C. et al. - (1993) Pós Modernidade. Roberto Cardoso de Oliveira, (et al). Campinas, Editora da UNICAMP.

OLIVEN, Ruben G. - (1983) Violência e Cultura no Brasil, Petrópolis, Vozes.

PERUZZO, Dilvo - (1984) Habitação: controle e espoliação. São Paulo, Cortez.

PRED, Alain - (1988) Sistema de Cidades em Economias Adiantadas. São Paulo, Nobel.

RAPOPORT, Amos - (1969) House Forma and Culture. Englewood, Printice-Hall.

_____- (1978) Aspectos Humanos de la Forma Urbana: hacia una confrontacion de la ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. Barcelona, Gili.

_____ - (1990) History and Precedent in Environmental Design. New York, Plenum Press.

RESENDE, Jo - (1985) Como se Faz a Luta de Bairros. Depoimento de Jo Resende a Neuza Miranda. Coleção Fazer, nº 12, Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes/IBASE.

RIBEIRO, Ana C.T. - (1994) Metrópole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização. in Território e Fragmentação (Milton Santos, org.), São Paulo, HCITEC/ANPUR.

RODRIGUES, Arlete M. - (1981) Processo de Migratório e Situação de Trabalho da População Favelada de São Paulo. Tese (Mestrado), FFLCH/USP.

_____ - (1988a) Na Procura do Lugar, o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação. Tese (Doutorado), FFLCH/USP.

_____ - (1988b) Moradia na Cidades Brasileiras. São Paulo, Contexto/EDUSP.

_____ - (1993) Meio Ambiente: ecos da eco. Campinas, IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos nº 8.

_____ - (1995) Geografia e a Questão Ambiental. Dourados, Revista de Geografia - AGB, nº 1, p 5 a 13.

_____ - (1995) HabitatII - O Futuro das Cidades Brasileiras. mineo. Fórum da Reforma Urbana. Texto apresentado no Encontro da ANSUR - MG, 8/1996.

_____ e SEABRA, O. -(1986) Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. in Boletim Paulista de Geografia, nº 64, São Paulo, Associação dos Geografos Brasileiros - AGB.

RODRIGUES, A. Jacinto - (sd) Urbanismo e Revolução. Porto, Afrontamento (col. Cidade em Questão).

ROLNIK, Raquel. - (1981) Cada um em seu Lugar. Tese (Mestrado) - FAUUSP.

ROUCHEZEL, J. A. - (1986) Estado, Divisão Social do Trabalho e Habitação. in Boletim Paulista de Geografia, nº 64, São Paulo, Associação dos Geografos Brasileiros - AGB.

SABOIA, J. - (sd) Regulação, Crise e Relação Salarial Fordista. São Paulo, Escopo.

SACHS, Ignacy - (1994) Desafios Urbanos do Século XXI. A cidade, os cidadãos e o ecodesenvolvimento. in: Homem, Cidade, Natureza, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, v. 116.

SADER, Eder - (sd) Remontando a Experiência: para um estudo dos movimentos sociais em São Paulo. São Paulo, mimeo.

_____ - (1988) Quando Novos Personagens Entram em Cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SAMARRIBA, Maria das M. - (1984) Lutas Urbanas em Belo Horizonte. Maria das Merces Samarriba et alli, Petrópolis/Belo Horizonte, Vozes/Fundação João Pinheiro.

SANTOS, B. S. - (1995) Pelas Mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Carlos M. F. - (1981) Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar.

SANTOS, Milton - (1981) A Urbanização Desigual: a espacialidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes.

_____ - Manual de Geografia Urbana. (1981) São Paulo, Hucitec.

_____ - Metamorfose do Espaço Habitado. (1988) São Paulo, Hucitec.

SANTOS, R. C. B. - (1986) As condições de Existência de Parcelas da População Trabalhadora - Osasco. in Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, Associação dos Geografos Brasileiros - AGB.

SÃO PAULO, Estado - Construção de Moradia na Periferia de São Paulo: aspectos sócio econônicos e institucionais. Secretaria de Economia e Planejamento e Avaliação, São Paulo, Janeiro 1979.

SÃO PAULO, Município - Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000. São Paulo, Secretaria Municipal do Planejamento, São Paulo, 1985.

_____ - (1990a) São Paulo: crise e mudança. Edição de Raquel Rolnik et. alli, São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento, São Paulo.

_____ - (1990b) A Política que a Prefeitura de São Paulo está Praticando. Secretaria Municipal de Habitação, suplemento especial da Revista Projeto, São Paulo.

_____ - (1991a) Da Utopia à Construção: a participação popular na política habitacional em São Paulo. Secretaria Municipal Habitação de São Paulo, suplemento especial da Revista Projeto, São Paulo.

_____ - (1991b) A Política que a Prefeitura de São Paulo está Praticando. Secretaria Municipal de Habitação, suplemento especial da Revista Projeto, São Paulo.

SCARLATO, F. Capuano - (1987) Metropolização de São Paulo e do Terceiro Mundo. São Paulo, Iglu.

SCHERER-WARREN, Ilse - (1984) Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Editora da UFSC.

_____ - (1987) Uma Revolução do Cotidiano: novos movimentos sociais na América do Sul. (Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Kriscike), São Paulo, Brasiliense.

SCHIMIDT, B. V. e FARRET, R. L. - (1976) A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SEABRA, Odette C. L. - (1987) Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: o processo de valorização dos rios Tietê e Pinheiros. Tese (Doutorado), FFLCH/USP.

SIGAUD, Ligia - (1986) Efeitos Sociais de Grandes Projetos de Hidrelétricas: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, comunicação 9.

SILVA E SILVA, M. O. - (1989) Política Habitacional Brasileira: verso e reverso. São Paulo, Cortez.

SINGER, Paul - (1974) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Nacional.

_____ - (1982) Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense, 7ª ed.

SOJA, E. - (1993) Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____- (sd) The Postmodernization of Geography: a review. in anais da American Geography Association, vol, nº 2.

SOUZA, G.O.C. - (1990) O Limiar da Utopia: a ação coletiva nas ocupações de terra do Parque Regina e do Jardim Maia. Tese (Mestrado), FFLCH/USP.

SUNKEL, O e LEAL, J. - (1986) Economics and Envinment in a Develomental Perspective. in International Social Science Journal, nº 109.

STIEL, Waldemar C. - (1978) História dos Transportes Coletivos em São Paulo. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil/EDUSP.

TELLES, Vera S. - (1988) Anos 70: experiências e práticas e esforços políticos. in As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente (Kowarik org.), São Paulo, Paz e Terra/UNRISD.

THIOLLANT, Michel - (1981) Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. São Paulo, Livraria e Editora Polis.

_____ - (1986) Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez.

TODOROV, Tzevetan - (sd) A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes.

TOURRAINE, Alan - (1981) O Pós Socialismo. Porto, Afrontamento.

TUAN, Yi-Fu - (1983) Espaço e Lugar: a expectativa da experiência. São Paulo, Difel.

UNITED NATIONS - (1991) Susteinable Development: changing prodution patterns, social equity and enviroment. Santiago, ECLAC.

URDY, O. - (1989) Rupturas e Integração: tendências interdisciplinares entre economia e ciências sociais. cap. III Os aportes da Teoria da Regulação, Tese (Doutorado), FFLCH/USP.

VALLADARES, Lícia P. - (1981) A Propósito da Urbanização de Favelas. in Revista Espaços e Debates, São Paulo, Cortez/NERU, ano 1, nº 2.

VELHO, Gilberto - (1979) A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social: em apêndise à Utopia Revisada. Rio de Janeiro, Zahar, 3a ed.

VELHO, Otávio G. - (1979) O Fenômeno Urbano. Otávio Guilherme Velho (org.), Rio de Janeiro, Zahar, 4ª ed.

VERAS, Maura - B. P. - (1980) A Vida em Conjunto: um estudo da política de habitação popular. Tese (Mestrado), Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VIOLA, E. A. - (1992) Dinâmica do Ambientalismo e o Processo de Globalização. in São Paulo em Perspectiva, vol. 6, nº 1 e 2, São Paulo, Revista da Fundação SEADE.

_____ e LEIS H. -(1992) A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil (1971-1991): do bissetorialismo para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. in Hogan, D. (org.) Dilemas socio-ambientais e desenvolvimento sustentável, Campinas, UNICAMP.

_____ et al. (1995) Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais. São Paulo/Florianópolis, Cortes/Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.